UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-graduação em
Mudança Social e Participação Política

FELIPE CORRÊA PEDRO

Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica

SÃO PAULO
2012

FELIPE CORRÊA PEDRO

Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida.

SÃO PAULO
2012

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Biblioteca
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

PEDRO, Felipe Corrêa (em citações, CORRÊA, Felipe)
Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica / Felipe Corrêa Pedro; orientador, Marco Antonio Bettine de Almeida – São Paulo, 2012.
275 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

1. Anarquismo 2. Anarquismo – Teoria. 3. Anarquismo – História. 4. Ideologia política. I. Almeida, Marco Antonio Bettine de, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 335.83

CORRÊA, Felipe. (Felipe Corrêa Pedro)

Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida (orientador)
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Ricardo Musse
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Gustavo Luiz Gutierrez
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Julgamento: _____

Assinatura: _____

A meus pais, Abrahão José Pedro Neto e Márcia Nicolosi Corrêa, pelo esforço e incentivo para que eu me aprofundasse nos campos do conhecimento. À minha avó Nice Nicolosi Corrêa, por ter me aproximado dos temas políticos. Aos meus irmãos, Rodrigo Corrêa Pedro e Yasmin Torres Pedro, e também à Maria Sol Torres Fernandes, pela proximidade e pelo carinho. À minha companheira Camila Leme de Mattos, pelo incentivo e o estímulo diário.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de estudos, e aos professores e alunos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), dentre os quais destaco: Marco A. B. de Almeida, meu orientador; Pablo Ortellado, do Programa de Estudos Culturais; os companheiros do Programa de Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), em especial, do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GPSIPOLIM): Alessandro Soares da Silva, Andréa Viude, Salvador Sandoval, Débora Cidro, Edílson Mineiro, Leandro Rosa, Mônica Cardona, Ana Rita Ferreira, Elvira Riba, Eliete Edwiges, Cida Malagrino, Guilherme Borges, Fábio Bosso e Semíramis Chicareli.

Aos professores Lúcio Kowarick, Ricardo Musse, ambos da USP, e Gustavo Luiz Gutierrez, da UNICAMP.

Aos companheiros de pesquisa dos seguintes grupos: GPSIPOLIM, Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE), da EACH-USP, dentre os quais destaco Renata Ferreira; Núcleo de Investigação Social (NIS), da UFF, no Rio de Janeiro; Centro de Investigación Libertaria y Educación Popular (CILEP), da Colômbia; Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, do Rio de Janeiro; Biblioteca Social Fábio Luz, do Rio de Janeiro e Biblioteca Terra Livre, de São Paulo.

Aos pesquisadores, tradutores e militantes do anarquismo e dos movimentos populares, dentre os quais destaco: Alexandre Samis, Plínio A. Coêlho, Rafael Viana, Gabriel Amorin, Victor Khaled, Renato Ramos, Milton Lopes, Amir el Hakim, Guilherme Verde Amaral, Michel Navarro, Bruno D. Azevedo, Vanessa Nicolav, Victor Ummus, Augusto Portugal, Archimedes B. Silva, Bruno Lima Rocha, Michael Schmidt, Lucien van der Walt, Jonathan Payne, José Antonio Gutierrez Danton, René Berthier, Nestor McNab, Frank Mintz, Daniel Cabelo Alves, Diego Paredes, Fábio L. López, Juan Carlos Mechoso, Leo Vinícius, Henrique Bezerra, Jose Mari Olaizola, Junior Bellé, Rafael Deminicis, Raphael Amaral, Rodrigo Rosa, Michele Mix, Caio H. S., Leonardo Leitão, Anderson R. Corrêa e Mário Remédios.

A todos os familiares e amigos, dentre os quais destaco: Camila L. de Mattos, Rodrigo C. Pedro, Adriana D. Pereira, Yasmin T. Pedro, Abrahão Pedro, Marisol T. F., Márcia N. Corrêa, Nice N. Corrêa, Antonio Carlos Corrêa, Maria Isabel da S. Leme, Renata Leme, Alan Losic, Maya e Theo Leme Losic, Maria Alice V. da Silva Leme, tios e tias, primos e primas, Danilo Carpigiani, Elisa Ximenes, Carolina Carvalho, Bruno Coêlho, Luiza Barros e Luis Henrique Santos.

Aos militantes do anarquismo envolvidos na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e no projeto internacional do Anarkismo.net, além dos militantes com os quais estive em distintos movimentos sociais nos últimos anos.

RESUMO

CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

O presente trabalho discute teoricamente o anarquismo, a partir de um conjunto amplo de autores e episódios. Para isso, identifica e analisa criticamente os estudos de referência do anarquismo, define uma abordagem teórico-metodológica para o tratamento do objeto, realiza sua definição, aponta seus debates fundamentais, estabelece suas correntes e esboça as grandes linhas de seu surgimento e desenvolvimento histórico. As teses centrais da dissertação sustentam que os estudos de referência possuem problemas significativos de ordem teórico-metodológica, envolvendo: a base de dados (histórica e geográfica) com a qual trabalham; a maneira que situam o anarquismo na história e a maneira que lêem a história; as definições de anarquismo elaboradas e adotadas; as conclusões extraídas de suas análises. Tais problemas dificultam as investigações. Uma abordagem fundamentada num método histórico e num conjunto amplo de dados, que interaja com as noções de totalidade e interdependência, permite os que os problemas dos estudos de referência sejam solucionados e que se realize uma investigação adequada do anarquismo. Dentre os elementos fundamentais que podem ser afirmados em relação ao objeto, estão: sua definição como uma ideologia coerente, um tipo de socialismo revolucionário, podendo ser descrita por meio de um conjunto preciso de princípios; a elaboração racional de críticas, proposições e estratégias fundamentais, sobre as quais se estabelecem suas duas correntes: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas; seu amplo impacto popular entre trabalhadores e camponeses, nas cidades e nos campos; seu desenvolvimento histórico permanente e global, desde seu surgimento, na segunda metade do século XIX, até o presente.

Palavras-chave: Anarquismo. Socialismo. Teoria anarquista. Correntes anarquistas. História do anarquismo.

ABSTRACT

CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

This work discusses anarchism theoretically, from a wide range of authors and episodes. For this, it identifies and critically analyzes the reference studies on anarchism, sets a theoretical and methodological approach to the treatment of the object, establishes its definition, points its key debates, establishes its currents and sketches the broad outlines of its emergence and historical development. The central thesis of the research sustain that the reference studies have significant theoretical and methodological problems, involving: the database (historical and geographical) with which they work; the way they situate anarchism in history and the way they read history; the definitions of anarchism developed and adopted; the conclusions drawn from their analysis. Such problems hamper the investigations. An approach grounded in a historical method and a wide range of data, which interacts with the notions of totality and interdependence, allows the resolution of the problems present in the reference studies and the realization of a proper investigation of anarchism. Among the key elements that can be claimed in relation to the object, are: its definition as a coherent ideology, a kind of revolutionary socialism that can be described by a precise set of principles; the rational development of critics, propositions and key strategies, on which it establishes its two main currents: insurrectionist anarchism and mass anarchism; its broad popular impact among workers and peasants, in the cities and fields; its permanent and global historical development, since its emergence in the second half of the 19th century until the present.

Keywords: Anarchism. Socialism. Anarchist Theory. Anarchist Currents. History of Anarchism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO... (12)
1.1 ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA... (12)
1.2 MOTIVAÇÃO E CONTEXTO... (15)
1.3 ESTRUTURA, TESES E ARGUMENTOS... (21)
1.4 TRATAMENTO DA BIBLIOGRAFIA... (25)

2. PROBLEMÁTICAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA DO ANARQUISMO... (26)
2.1 ESTUDOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DE REFERÊNCIA... (26)
2.1.1 A problemática metodológica apresentada por Eltzbacher... (28)
2.1.2 As definições de anarquismo e a estruturação dos estudos de referência... (29)
2.1.3 A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência... (36)
2.1.3.1 O anarquismo como fenômeno ahistórico... (37)
2.1.3.2 As análises etimológicas dos termos "anarquia" e seus derivados... (38)
2.1.3.3 O anarquismo como sinônimo de antiestatismo... (40)
2.1.3.4 O anarquismo como fenômeno do século XVIII... (40)
2.1.3.5 A utilização dos termos "anarquia" e seus derivados... (41)
2.1.3.6 O anarquismo como fenômeno do século XIX... (43)
2.1.3.7 O sentido positivo dos termos "anarquia" e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas... (46)
2.1.3.8 O anarquismo como antítese do marxismo... (48)
2.1.3.9 A incoerência do anarquismo e seu fim em 1939... (50)
2.1.3.10 O pequeno impacto popular do anarquismo e outros aspectos de relevância... (52)
2.1.3.11 As questões do método historiográfico e do escopo geográfico... (53)
2.2 BALANÇO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA... (55)

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS... (68)
3.1 A NECESSIDADE DE UMA DEFINIÇÃO ADEQUADA... (68)
3.2 MÉTODO HISTÓRICO E AMPLITUDE DOS DADOS ANALISADOS... (69)
3.3 NOÇÕES DE TOTALIDADE E INTERDEPENDÊNCIA... (72)
3.3.1 Teoria, prática e história; pensamento e ação... (72)
3.3.2 Forma e conteúdo... (73)
3.3.3 Anarquismo, anarquistas e lutas sociais... (73)
3.3.4 Críticas e proposições... (75)
3.3.5 A Teoria da Interdependência das Esferas... (75)
3.4 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS... (77)

4. REDEFININDO O ANARQUISMO... (79)
4.1 DEFINIÇÃO DE ANARQUISMO... (79)
4.2 CATEGORIAS CENTRAIS E CONCEITOS ACESSÓRIOS... (80)
4.2.1 Ideologia... (81)
4.2.1.1 Ideologia e teoria... (83)
4.2.1.2 Teoria e anarquismo: o caso da relação entre as esferas sociais... (86)
4.2.2 Estratégia... (92)
4.2.3 Força social... (93)
4.2.4 Poder... (95)
4.2.4.1 Participação: dominação e autogestão... (96)
4.2.5 Classes sociais... (99)
4.2.5.1 Interesse, consciência, luta de classes, mudança e transformação social... (100)
4.3 ANARQUISMO: CRITICA DA DOMINAÇÃO, DEFESA DA AUTOGESTÃO, ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL... (103)
4.3.1 A crítica anarquista da dominação... (104)
4.3.1.1 Dominação econômica: exploração capitalista e pré-capitalista... (104)
4.3.1.2 Dominação política/jurídica/militar: o Estado... (107)
4.3.1.3 Dominação ideológica/cultural: religião, educação e mídia... (110)
4.3.1.4 Dominação de classe... (112)
4.3.1.5 Outros tipos de dominação: imperialismo, gênero e raça... (113)
4.3.1.6 Crítica à dominação... (115)
4.3.2 A defesa anarquista da autogestão... (116)
4.3.2.1 Autogestão econômica: socialização da propriedade... (116)
4.3.2.2 Autogestão política: autogoverno democrático... (118)
4.3.2.3 Autogestão e federalismo: economia e política... (120)
4.3.2.4 Cultura autogestionária... (123)
4.3.2.5 Poder autogestionário e autogestão generalizada... (125)
4.3.3 A estratégia do anarquismo... (127)
4.3.3.1 Sujeitos revolucionários: as classes dominadas... (127)
4.3.3.2 Estratégia de luta... (130)
4.3.3.3 Revolução social e autogestão... (132)
4.3.3.4 As lutas integradas nas três esferas... (135)
4.3.3.5 Lutas de gênero, de raça e antiimperialistas... (142)
4.4 PRINCÍPIOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO ANARQUISMO... (143)
4.4.1 Ética e valores... (144)
4.4.2 Crítica da dominação... (144)
4.4.3 Transformação social do sistema e do modelo de poder... (144)
4.4.4 Classes e luta de classes... (144)
4.4.5 Classismo e força social... (145)
4.4.6 Internacionalismo... (145)
4.4.7 Estratégia... (145)
4.4.8 Elementos estratégicos... (146)
4.4.9 Revolução social e violência... (146)
4.4.10 Defesa da autogestão... (146)
4.5 ANARQUISMO E ANARQUISTAS... (147)

5. DEBATES RELEVANTES E CORRENTES DO ANARQUISMO... (159)
5.1 DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA DEFESA DA AUTOGESTÃO... (160)
5.1.1 Mercado autogestionário ou planificação democrática... (160)
5.1.2 Distribuição: coletivismo ou comunismo... (161)
5.1.3 Política no local de moradia ou de trabalho... (163)
5.1.4 Os limites e possibilidades da cultura... (165)
5.1.5 Maioria e minorias... (167)
5.2 DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA ESTRATÉGIA ANARQUISTA... (168)
5.2.1 Antiorganizacionistas e organizacionistas... (168)
5.2.2 As lutas de curto prazo: as reformas... (173)
5.2.3 Momento e contexto de utilização da violência... (176)
5.2.4 A organização específica anarquista... (178)
5.2.5 Maioria e minorias... (186)
5.3 AS CORRENTES ANARQUISTAS... (186)
5.3.1 Tentativas anteriores de estabelecer as correntes... (187)
5.3.2 As correntes anarquistas... (190)
5.3.3 Retomando os debates fundamentais... (193)
5.3.4 Anarquismo insurrecionalista e anarquismo de massas... (195)
5.3.5 Variações das correntes... (199)

6. SURGIMENTO E BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ANARQUISMO... (203)
6.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SURGIMENTO DO ANARQUISMO... (203)
6.1.1 A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)... (209)
6.1.2 A Aliança da Democracia Socialista (ADS)... (211)
6.1.3 Desenvolvimento histórico do anarquismo... (213)
6.2 CINCO ONDAS DO ANARQUISMO: 1868 AO PRESENTE... (215)
6.3 PRIMEIRA ONDA (1868-1894)... (217)
6.4 SEGUNDA ONDA (1895-1923)... (222)
6.5 TERCEIRA ONDA (1924-1949)... (228)
6.6 QUARTA ONDA (1950-1989)... (234)
6.7 QUINTA ONDA (1990 AO PRESENTE)... (240)
6.8 EXTENSÃO E IMPACTO DO ANARQUISMO... (245)

7. APONTAMENTOS CONCLUSIVOS... (252)
7.1 QUESTÕES E HIPÓTESE... (252)
7.2 TRÊS TESES... (252)
7.2.1 Primeira tese: Os problemas dos estudos de referência... (253)
7.2.2 Segunda tese: Abordagem teórico-metodológica... (254)
7.2.3 Terceira tese: Anarquismo... (255)
7.3 CRÍTICAS NECESSÁRIAS... (258)
7.4 ANARQUISMO HOJE... (261)

BIBLIOGRAFIA... (263)

1. INTRODUÇÃO

Devemos aprender com a ciência social e comportamental
o que for possível; naturalmente, esses campos do conhecimento
devem ser cultivados com toda a seriedade possível.
Noam Chomsky

1.1 ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA

A epígrafe acima, retirada do ensaio "A Responsabilidade dos Intelectuais", invoca os intelectuais a tratarem com seriedade as Ciências Humanas. Noam Chomsky (2006, p. 373; 394) também sustenta que "os intelectuais têm a responsabilidade de dizer a verdade", o que os implica em um compromisso científico de bases éticas, na busca pela compreensão da realidade. Entretanto, o autor sustenta que essa necessidade do compromisso teórico-científico não pode afastar os intelectuais de uma perspectiva crítica em relação às injustiças perpetradas cotidianamente pelos sistemas em que estão inseridos; eles não podem perder "o interesse na conversão de idéias em alavancas sociais para a radical transformação da sociedade".

Chomsky defende é que o intelectual não é neutro e deve conciliar seus compromissos científicos e políticos. Ainda que nesta dissertação se distinga as noções de ciência e política, por meio dos conceitos de teoria e ideologia, assume-se esta dupla postura. Por um lado, um compromisso ético com a produção teórica de base científica; por outro, uma perspectiva político-ideológica da pesquisa – seu objetivo-fim, sua razão de ser –, que visa fortalecer processos de transformação social que se fundamentam nos valores relacionados ao próprio objeto em questão, o anarquismo.

A aproximação entre pesquisador e objeto – já que o autor é militante anarquista há mais de uma década e realiza, neste momento, uma pesquisa sobre o anarquismo – poderia colocar em xeque a perspectiva teórica, e, portanto, científica, da investigação. No entanto, essa proximidade apresenta não somente riscos, mas também potencialidades.

No que diz respeito aos riscos, o mais evidente é o afastamento de certa objetivação, necessária para o trabalho teórico. Considera-se, de acordo com Pedro Demo (2011, p. 29), que não há objetividade possível nas Ciências Sociais; não se pode separar completamente sujeito e objeto e nem exigir uma neutralidade total do

pesquisador, sem incorrer em posturas que, ainda que se afirmem científicas, terminam por (re)produzir ideologia; "o pretenso distanciamento marcado pela manobra de apenas estudar a realidade, sem comprometer-se com qualquer intervenção nela, trai a presença da ideologia sob várias maneiras." Não se pode, dessa maneira, conceber um distanciamento absoluto e uma neutralidade completa do pesquisador. A pretensa objetividade conserva, pelo menos no que diz respeito às Ciências Sociais, riscos enormes de substituir a teoria pela ideologia, ainda que isso ocorra por pura ingenuidade. Entretanto, essa negação da objetividade não pode justificar a substituição da produção teórica, científica, daquilo que *de fato é*, pela produção ideológica, política, de juízos de valor, daquilo que *deveria ser*.

A maneira encontrada para minimizar os riscos da proximidade entre a ideologia defendida pelo autor e o objeto teórico foi por meio da utilização do que Demo (2011, p. 80; 28) chamou de "objetivação": uma busca permanente de objetividade, ainda que se reconheça que ela nunca será plenamente atingida. "A objetividade não existe [...], mas é fundamental mantermos o princípio da objetivação, que é o esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é." Substituir a objetividade pela objetivação seria fundamental para "controlar a ideologia, mas sem camuflar o fato de que [ela] faz parte da cena intrinsecamente"; isso seria "fundamental para não fazermos da atividade científica a produção *inventada* da realidade." Tal perspectiva é agora utilizada, visando controlar as perspectivas ideológicas do autor e fazendo com que, mesmo pesquisando um objeto com o qual possui grande afinidade, produza teoria e não ideologia.

Ralf Dahrendorf (1981, p. 28) sugere três medidas que podem contribuir nesse processo: 1.) Treinamento permanente do autor para o controle ideológico; 2.) Relação honesta com os valores defendidos, que formam o ponto de partida ou o pano de fundo da pesquisa; 3.) Autocrítica e crítica mútua. Busca-se colocar tais medidas em prática ao longo da dissertação, nesse esforço permanente de objetivação. Demo (2011, p. 72) parece correto ao afirmar que "controlar o engajamento ostensivo ou com ele conviver criticamente é mais fácil do que haver-se com neutralidades solertes". Busca-se, assim, por meio de uma explicitação clara das perspectivas ideológicas do autor desta dissertação, exercitar honestamente o controle e a autocrítica.

No que diz respeito às potencialidades, a proximidade entre autor e objeto, em especial nesta pesquisa, traz uma série de benefícios que parecem superar os riscos apontados. Entre fatores relevantes desta proximidade, podem-se apontar alguns. Utilizam-se muitos anos de leitura sobre o tema, que certamente enriquecem o trabalho;

dentro dos prazos institucionais estabelecidos para esta dissertação, seria impossível ler metade da bibliografia nela utilizada. Incorporam-se elementos apreendidos na prática política e nas discussões teóricas realizadas entre militantes; para um pesquisador distante do objeto, a compreensão de muitas dessas questões tomaria um tempo muito maior, se é que elas poderiam ser completamente compreendidas. Utilizam-se fontes e contatos que só puderam ser conseguidos e estabelecidos por meio desta proximidade; um pesquisador distante certamente não teria acesso a todo este material e a todas estas pessoas, que foram imprescindíveis para a realização da presente investigação.

Além disso, o compromisso ético do autor com o objeto impõe a necessidade de que se produza um trabalho de alta qualidade, que possa servir aos próprios anarquistas, na lógica do que Douglas Bevington e Chris Dixon (2005, p. 189; 199) chamaram de "teoria relevante aos movimentos"; uma pesquisa que possa beneficiar aqueles que estão sendo estudados e não só o pesquisador. Essa exigência ética colocada pelos autores parte do princípio que "o maior problema com a teoria contemporânea dos movimentos sociais é que ela não é particularmente relevante para os movimentos que são estudados", e que uma pesquisa útil é aquela que é "lida pelos militantes e incorporada nos desenvolvimentos estratégicos do movimento". Conceituando essa teoria relevante aos movimentos sociais, os eles afirmam:

> É uma teoria que busca prover "conhecimento útil para aqueles que buscam a mudança social". Ela preocupa-se com a produção mais do que bons estudos de caso e histórias dos movimentos sociais. Em vez disso, ela busca formular informação útil para uma variedade de contextos e traduzi-la de maneira que possa ser prontamente aplicada pelos movimentos em novas situações – ou seja, teoria. Os participantes dos movimentos podem e de fato produzem essa teoria. Acadêmicos também podem produzir teoria relevante aos movimentos sociais (ainda que no presente muitos não estejam produzindo) e podem mesmo estar em uma posição distinta e favorável para fazer isso. (Bevington; Dixon, 2005, p. 189-190)

Nesta dissertação, busca-se realizar uma produção teórico-científica que proporcione a alguns setores dos movimentos populares em geral, e aos anarquistas em particular, conhecimentos que possam ser incorporados em suas lutas pela transformação social.

É dessa maneira que, em suma, se compreende ser possível solucionar as complexas relações que colocam o pesquisador entre a ciência e a política.

1.2 MOTIVAÇÃO E CONTEXTO

Esta dissertação rediscute o anarquismo, que constitui uma ideologia surgida em meio aos movimentos populares das classes dominadas na segunda metade do século XIX e que visa, desde então, a partir de determinadas críticas, proposições e estratégias, impulsionar um processo determinado de transformação social.

> Esta obra colossal [do anarquismo], pintada em uma tela global com sangue, suor e lágrimas nos últimos 150 anos, foi um trabalho de amor, realizado por gerações de pessoas "comuns" para as quais a justiça social era palavra de ordem. O mundo mudou dramaticamente durante essas décadas e foi transformado, em partes, com a contribuição de anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, uma contribuição que, comumente, é relegada às sombras, ridicularizada ou negada, ainda que esteja inscrita nas profundezas do tecido social contemporâneo. (Schmidt, 2012a, p. 23)

Ainda que seja um fenômeno que existe, permanente e globalmente, há praticamente 15 décadas, e que tenha se relacionado com parte significativa das mudanças sociais do mundo contemporâneo, o anarquismo é pouco estudado e, mesmo, pouco conhecido, dentro e fora da academia.

A motivação do primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo, realizado por Paul Eltzbacher (2004, p. 3), em 1900, foi a vontade de compreensão científica deste objeto, partindo da constatação sobre a "completa falta de idéias claras sobre o anarquismo", "não somente entre as massas, mas entre acadêmicos e homens de Estado". Realizando um levantamento bibliográfico de sua época, de maneira a analisar as definições deste objeto vigentes, o pesquisador constatou, nas distintas fontes encontradas, que:

> Ora a lei suprema do anarquismo é descrita como uma lei histórica da evolução, ora é a felicidade do indivíduo, ora é a justiça. Ora dizem que o anarquismo culmina na negação de todo programa, que ele possui somente um objetivo negativo; ora, por outro lado, que seu aspecto negativo e destruidor é equilibrado por um aspecto afirmativo e criativo; ora, em conclusão, que o que é original no anarquismo relaciona-se exclusivamente às suas afirmações sobre a sociedade ideal, que sua essência verdadeira e real está em seus esforços positivos. Ora se diz que o anarquismo rejeita o direito, ora que ele rejeita a sociedade, ora que ele rejeita somente o Estado. Ora se declara que, na sociedade futura do anarquismo, não há vínculos contratuais ligando as pessoas; ora, por outro lado, que o anarquismo busca ter todas as questões públicas solucionadas por contratos entre comunas e sociedades federalmente constituídas. Ora se diz que, em geral, o anarquismo rejeita a propriedade, ou pelo menos a propriedade privada; ora se realiza uma distinção entre o anarquismo comunista e individualista, ou mesmo entre o anarquismo comunista,

> coletivista e individualista. Ora se declara que o anarquismo concebe a sua realização por meio do crime, especialmente por meio de uma revolução violenta e com o auxílio da propaganda pelo fato; ora, por outro lado, que o anarquismo rejeita as táticas violentas e a propaganda pelo fato, ou que esses não são, necessariamente, elementos constitutivos do anarquismo. (Eltzbacher, 2004, p. 3-4)

Por meio das constatações de Eltzbacher, nota-se que havia, naquele momento, um problema, caracterizado pela dificuldade de compreensão do anarquismo e que envolvia sua definição, suas negações, proposições, estratégias e correntes.

A motivação desta dissertação assemelha-se bastante à de Eltzbacher, mesmo que tenham se passado mais de cem anos de sua realização e que sejam levados em conta os inúmeros esforços levados a cabo, desde sua publicação, para solucionar o problema por ele colocado. Pode-se dizer que, mesmo com os avanços nas pesquisas sobre o anarquismo, continuam havendo, ainda hoje, debates e discordâncias nas soluções e respostas dadas a este problema fundamental.

Um balanço crítico dos estudos de referência do anarquismo, que constituem hoje as bases de outras produções sobre o tema, demonstra que há uma quantidade bastante limitada de estudos gerais que apresentam e discutem o anarquismo de maneira satisfatória; levando em consideração as obras em português, pode-se dizer que a situação é ainda pior. Este balanço demonstra que, mesmo com os avanços conseguidos em novas investigações, não se conseguiu reunir em uma obra uma discussão criteriosa sobre o anarquismo, envolvendo sua definição, suas negações, proposições, estratégias e correntes.

O propósito desta dissertação é *apresentar um texto de simples compreensão, que introduza a discussão básica das questões fundamentais do anarquismo, de maneira a funcionar como um índice contemporâneo e oferecer chaves de compreensão e leitura*. Entretanto, não se trata de uma síntese das produções anteriores. Tem-se por objetivo produzir, ao mesmo tempo, *um balanço crítico de produções anteriores, identificando possíveis problemas e, em seguida, propor uma abordagem teórico-metodológica que possa solucioná-los, para, finalmente, realizar uma discussão teórica do anarquismo, de maneira a contribuir com o avanço nas investigações sobre o tema.*

A hipótese com a qual se trabalha é a seguinte. *Definições do anarquismo, de seus debates, suas correntes e seu desenvolvimento histórico, assim como diversas conclusões apresentadas nos estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos. Tais problemas são ocasionados, em grande medida, pelos fundamentos*

teórico-metodológicos nos quais se apóiam e, por meio de uma abordagem distinta, podem ser solucionados, proporcionando condições para a realização de investigações mais adequadas e para o tratamento das questões anteriormente colocadas.

Reivindica-se, para a presente abordagem, o argumento de Pablo Ortellado que, numa outra pesquisa, que envolvia também um trabalho de generalização de uma obra ampla, afirmou:

> Identificar esses eixos [principais e idéias-força] é um trabalho de simplificação e vulgarização, que necessariamente submete a riqueza e a diversidade de um pensamento vivo e complexo a alguns esquemas gerais. Espero apenas que essa redução tenha sido bem feita, deixando claros os seus limites, problemas e resultando não em um pensamento empobrecido, mas em um bom índice que dá acesso à obra plena. (Ortellado, 2003, p. 10)

Espera-se, dessa maneira, que, apesar de elaborar, em diversos momentos, esquemas gerais e reduções, esta dissertação tenha conseguido realizar essas tarefas de maneira satisfatória e suficiente para seu propósito e seu objetivo.

* * *

Desde a publicação do estudo de Eltzbacher houve, basicamente, dois tipos de estudos que lidaram com o problema por ele colocado. Por um lado, uma produção militante, dos próprios anarquistas que, com função mais política do que científica, refletiu sobre os pontos em questão; alguns autores, como no caso de Piotr Kropotkin, buscaram conciliar as posições políticas e científicas, não sem grandes dificuldades. Por outro lado, uma produção acadêmica, que, bastante escassa, debruçou-se sobre algumas destas questões. A escassez dos estudos levados a cabo nas universidades pode ser compreendida como resultado de um complicado contexto, do qual se podem destacar alguns aspectos.

Primeiramente, uma correlação de forças desfavorável entre o *status-quo* e as idéias contestadoras em geral. Pode-se dizer que, pelo fato de a produção de conhecimento – e, por isso, a educação e, particularmente, a universidade – constituir um pilar dos sistemas de dominação, é natural que investigações que, de certa maneira, coloquem em xeque pressupostos básicos destes sistemas, apresentem ou fortaleçam alternativas a ele, tendam a ser desfavorecidas. Em segundo lugar, uma correlação de forças desfavorável dentro do próprio campo contestador, que inclui a esquerda e o socialismo. Em termos históricos – principalmente após a ascensão do marxismo-

leninismo, o estabelecimento da URSS e a bipolarização do mundo –, o fato de o anarquismo ter constituído uma corrente minoritária fez com que, com freqüência, se identificasse completamente esquerda e socialismo com o marxismo, num processo em que as experiências soviética, chinesa e cubana contribuíram significativamente.

Neste contexto, o anarquismo foi, muitas vezes, apagado da história; em outros casos, ao ser tratado por seus adversários e/ou inimigos, foi completamente deturpado e/ou ridicularizado. Soma-se a isso o fato de, em diversos países, os marxistas terem, deliberadamente, decidido disputar espaço na academia, o que lhes proporcionou, em várias circunstâncias, condições para o estudo e a difusão de suas idéias, processo bastante beneficiado pelo apoio, inclusive financeiro, do antigo mundo "socialista".

Os anarquistas, em geral, não vêm priorizando a universidade como um espaço de disputa e têm preferido dedicar-se às produções próprias, com foco político-ideológico e militante, executadas e distribuídas, geralmente, em meio a imensas dificuldades. Ainda assim, há uma minoria que, ingressando na academia, tem encontrado alguns simpatizantes e conseguido recolocar o anarquismo em cena.

Para além dessas questões, mais políticas do que técnicas, há outra dificuldade, que é o acesso às fontes.[1] No Brasil, o acesso às fontes primárias traduzidas ao português é restrito, como no caso das obras dos clássicos e autores anarquistas; fontes secundárias de qualidade, de estudos sobre o tema, também são escassas. É praticamente impossível realizar, hoje, uma pesquisa abrangente sobre o anarquismo, sem o estudo de obras em outros idiomas, as quais, também não são abundantes e nem sempre simples de serem encontradas.

Esse panorama explica, em grande medida, o motivo de o anarquismo ser pouco estudado – e, portanto, pouco compreendido – na academia. Conforme afirma Lucien van der Walt (s/d, p. 6), "mais do que qualquer outra ideologia moderna, o anarquismo tem sido mal-compreendido, inclusive pelos acadêmicos". Segundo sustenta, "o anarquismo 'não tem sido bem tratado na academia'; marginalizado no currículo universitário, suas visões continuam a não ser 'completamente respeitáveis, em termos acadêmicos'". Constata-se, sem dificuldades, que essas constatações do autor são verídicas.

Entretanto, há exceções; algumas produções – realizadas por anarquistas, pesquisadores simpáticos ao anarquismo e, em menor grau, acadêmicos sérios –,

[1] A Biblioteca Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, não tem muito mais do algumas poucas dezenas de dissertações, teses e livros sobre anarquismo.

lidando com todas as dificuldades em questão, conseguiram atingir excelente qualidade e proporcionar avanços significativos. Desenvolveram-se investigações sobre o anarquismo na História, nas Ciências Sociais, na Pedagogia, na Geografia, na Filosofia entre outras áreas do conhecimento.

Muitas dessas pesquisas, buscando solucionar a problemática das fontes, têm se apoiado nas produções próprias dos anarquistas (jornais, panfletos, brochuras, livros, estudos etc.), as quais não são muito fáceis de encontrar, visto que estão dispersas e, diversas vezes, restritas ao universo dos próprios militantes; entretanto, iniciativas como o Arquivo Edgar Leuenroth, da UNICAMP; a Biblioteca Social Fábio Luz, do Rio de Janeiro; e, mais recentemente, a Biblioteca Terra Livre, de São Paulo, oferecem possibilidades. Outras investigações têm se apoiado nas fontes de adversários dos anarquistas, como no material produzido por correntes distintas da esquerda e/ou do socialismo, e lidam com a problemática política anteriormente mencionada. Há, também, aquelas que têm se apoiado em material produzido por seus inimigos, como no caso de arquivos do Estado, incluindo os da polícia política.

Entre os anos 1960 e 1980 houve, globalmente, uma retomada do interesse nos estudos sobre o anarquismo, motivada, em grande medida, pela Nova Esquerda, potencializada pelo Maio de 1968 e pelo fim das ditaduras em muitos países. Desenvolveram-se, neste período, algumas das produções que constituem, até o presente, estudos de referência do anarquismo. Num balanço histórico panorâmico, que leva em conta estudos realizados desde o século XIX até o presente, pode-se dizer que, em meio a avanços significativos, proporcionados pelas várias pesquisas em questão, há, também, problemas significativos; permanecem, principalmente pela influência dos estudos de referência, elementos metodológicos, teóricos e históricos que complicam e limitam a continuidade das investigações.

O processo de globalização, fortalecido nos fins dos anos 1990 com o desenvolvimento e a generalização da internet, e a reorganização dos anarquistas no último período vêm contribuindo com uma mudança de contexto que oferece possibilidades imensas para as investigações em geral, e do anarquismo em particular. Duas delas merecem ser comentadas.

Primeiramente, as possibilidades abertas pela internet, que envolvem a melhoria no acesso e no compartilhamento das fontes e na comunicação entre os pesquisadores; hoje, sem grandes dificuldades, podem-se acessar materiais on-line, comprar livros atuais e antigos, mesmo os raros, contatar pessoas de dentro e de fora do país e trocar

informações com outros pesquisadores. Isso, ao mesmo tempo, e em alguma medida, tem contribuído para a melhoria na qualidade dos estudos. Em segundo lugar, em termos globais, o crescimento das traduções e das publicações de obras anarquistas e de estudos sobre o tema, realizados, dentro e fora da internet, por novos projetos e editoras; especialmente no Brasil, houve, a partir dos anos 1980, um aumento significativo das traduções de obras clássicas e históricas do anarquismo, em especial as realizadas pela editora Novos Tempos / Imaginário.

A presente dissertação insere-se neste complexo contexto representado, por um lado, por todas as dificuldades relacionadas à pesquisa do anarquismo – tanto no que diz respeito às questões políticas, quanto os problemas que envolvem método, teoria e história, em especial na academia; por outro, por este momento particularmente favorável às investigações.

O principal desafio colocado é *solucionar os problemas precedentes e usufruir deste contexto, de maneira a avançar nas pesquisas, colocando-as em outro patamar.* O contexto, apesar de ser favorável e oferecer possibilidades sem precedentes, não soluciona, por si só, todas essas questões; *é necessário encontrar os entraves que têm impedido os avanços nas investigações e, debruçando-se sobre eles, avançar para compreensões e explicações mais adequadas do anarquismo.*

Trabalhos que vêm buscando cumprir este desafio têm sido empreendidos por alguns pesquisadores, dentro e fora do Brasil, dentre os quais se destacam o dos africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt. Entre outras produções, eles vêm trabalhando, há mais de uma década, na série *Counter-Power*, que inclui dois livros: *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* (Schmidt; van der Walt, 2009), de base teórica, e *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism* (Schmidt; van der Walt, no prelo), de base histórica.[2]

O autor desta dissertação filia-se a esta tradição internacional de pesquisadores, que começa a ser estabelecida, e que possui atores relevantes em distintos países, sendo, em certa medida, protagonizada pelos autores africanos. Por este motivo, esta dissertação utiliza ambas as obras como eixos norteadores; não se trata, entretanto, de simplesmente reproduzir seu conteúdo ou de realizar um resumo. Partindo de alguns

[2] Ambos os livros, produzidos concomitantemente e apoiando-se na noção de interdependência entre teoria e história, foram elaborados a partir de um conjunto muito amplo de autores e episódios – em termos históricos, vai de 1868 ao presente; em termos geográficos, abarca os cinco continentes. *Black Flame*, de aproximadamente 700 laudas, já foi publicado, e *Global Fire*, de aproximadamente mil laudas, está em processo de finalização; seu manuscrito original foi disponibilizado pelos autores.

eixos fundamentais, busca-se, naquilo que lhes diz respeito, avançar nas reflexões, reforçar e aprofundar argumentos, contribuindo com este processo de construção intelectual coletiva.

1.3 ESTRUTURA, TESES E ARGUMENTOS

Três questões norteiam a rediscussão do anarquismo que se realiza nesta dissertação. 1.) *O que é o anarquismo?* 2.) *Quais são suas correntes e seus debates históricos mais relevantes?* 3.) *Como o anarquismo surgiu e desenvolveu-se historicamente?*

As respostas a estas questões fornecem as bases para a estruturação desta pesquisa, que se pauta na realização de seis tarefas: *1.) Identificar, ler e discutir criticamente os estudos de referência teóricos e históricos do anarquismo, apontando e discutindo a problemática desses estudos, no que diz respeito às suas definições de anarquismo, abordagens teórico-metodológicas e conclusões; 2.) Definir uma abordagem teórico-metodológica adequada para o tratamento do objeto, que possa solucionar eventuais problemas encontrados; 3.) Delimitar o objeto, situá-lo no espaço e no tempo e compreender as grandes questões teóricas envolvidas no seu tratamento; realizar, a partir dos autores anarquistas e teóricos do tema, uma discussão sistemática e rigorosa, por meio de um conjunto amplo de autores, de distintas épocas e diferentes localidades; 4.) Apresentar e discutir os debates relevantes entre os anarquistas e propor uma definição das correntes do anarquismo; 5.) Esboçar as grandes linhas do surgimento e do desenvolvimento histórico do anarquismo; 6.) Estabelecer as conclusões da pesquisa com discussões mais aprofundadas das teses sustentadas.*

* * *

As três teses desta dissertação são as seguintes.

1. *Estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos de ordem teórico-metodológica, envolvendo: a base de dados (histórica e geográfica) com a qual trabalham, a maneira que situam o anarquismo na história e a maneira que lêem a história; as definições de anarquismo elaboradas e adotadas; as conclusões extraídas de suas análises. Tais problemas dificultam as investigações e não permitem elaborar, adequadamente, definições do anarquismo, de seus debates, de suas correntes e de seu desenvolvimento histórico.*

2. *Uma abordagem fundamentada num método histórico e num conjunto amplo de dados, que interaja com as noções de totalidade e interdependência, permite os que os problemas dos estudos de referência sejam solucionados e que se realize uma investigação adequada do anarquismo.*

3. *Dentre os elementos fundamentais que podem ser afirmados em relação ao anarquismo, estão: sua definição como uma ideologia coerente, um tipo de socialismo revolucionário, podendo ser descrita por meio de um conjunto preciso de princípios; a elaboração racional de críticas, proposições e estratégias fundamentais, sobre as quais se estabelecem suas duas correntes: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas; seu amplo impacto popular entre trabalhadores e camponeses, nas cidades e nos campos; seu desenvolvimento histórico permanente e global, desde seu surgimento, na segunda metade do século XIX, até o presente.*

Busca-se comprovar estas teses no texto a seguir, que está estruturado de maneira a acompanhar as tarefas anteriormente enunciadas. Além desta breve introdução, a dissertação divide-se em cinco outros capítulos e uma conclusão.

O primeiro capítulo identifica e discute os estudos de referência do anarquismo, principalmente no que diz respeito à suas definições de anarquismo, suas abordagens teórico-metodológicas, suas conclusões e as principais problemáticas neles envolvidas. Por meio de um balanço crítico, identificam-se e discutem-se os problemas destes estudos, que estão sumarizados na primeira tese anteriormente citada.

O segundo capítulo estabelece os fundamentos teórico-metodológicos desta pesquisa, apresentando o método histórico e a amplitude dos dados analisados, além das noções de totalidade e interdependência que com ele interagem. Tal formulação toma como ponto de partida o balanço crítico anteriormente realizado; visando encontrar fundamentos adequados para o tratamento do objeto, realizam-se reflexões básicas, sobre as características de uma definição de objeto, fundamentada em categorias e conceitos precisos, assim como reflexões metodológicas, que apresentam os elementos fundamentais adotados na pesquisa. Adota-se um método histórico, que permite estabelecer as *continuidades e permanências* do anarquismo, no tempo e no espaço, levando em conta uma noção de longo prazo. Realizam-se os seguintes procedimentos: em termos históricos, utilizando a "história vista de baixo" e a "nova história do trabalho", analisa-se o anarquismo a partir de 1868, justificando seu surgimento em um contexto determinado, e estende-se a análise até o presente; em termos geográficos, investiga-se o anarquismo nos cinco continentes. As noções de totalidade e

interdependência dão suporte ao método adotado, permitindo articular: teoria, prática e história do anarquismo; pensamento e ação; forma e conteúdo; o anarquismo e seus vetores sociais; as críticas e as proposições anarquistas. Finalmente, a Teoria da Interdependência das Esferas oferece o suporte teórico para a exposição e a análise do objeto.

O terceiro capítulo define o anarquismo como uma ideologia coerente, socialista e revolucionária, que se fundamenta em princípios determinados e cujas bases se definem racionalmente, a partir de uma crítica da dominação, de uma defesa da autogestão e de uma estratégia comum. O anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que buscam substituir um sistema de dominação por um sistema de autogestão. Sete categorias fundamentais são implicadas na definição em questão: ideologia, estratégia, força social, poder, dominação, autogestão e classes sociais – e, posteriormente, discutidas, juntamente com os conceitos acessórios a elas relacionados. A definição de anarquismo é, em seguida, desdobrada em uma discussão teórica mais detalhada do objeto, implicando sua crítica à dominação, sua defesa da autogestão e sua estratégia fundamental, a partir dos impactos nas três esferas sociais. Chega-se, enfim, a um conjunto de dez princípios político-ideológicos que sumarizam a definição de anarquismo apresentada: ética e valores, crítica da dominação, transformação social do sistema e do modelo de poder, classes e luta de classes, classismo e força social, internacionalismo, estratégia, elementos estratégicos, revolução social e violência, defesa da autogestão.

O quarto capítulo apresenta e discute os debates relevantes e as correntes do anarquismo. Em relação à defesa da autogestão econômica e à socialização da propriedade, discutem-se as diferentes posições que sustentam o mercado autogestionário e aquelas que defendem a planificação democrática; as posições que defendem o coletivismo e aquelas que defendem o comunismo na distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura. Em relação à defesa da autogestão política e o autogoverno democrático, discutem-se as distintas posições em relação às prioridades para a articulação política no local de moradia ou de trabalho. Em relação à defesa da cultura autogestionária, discutem-se as diferentes posições em relação aos limites e possibilidades da cultura.

Em relação às estratégias anarquistas, discutem-se as distintas posições em relação: à organização anarquista, específica e de massas; à utilidade das lutas por ganhos de curto prazo (reformas) e sua contribuição com o projeto revolucionário

anarquista; ao momento e ao contexto de utilização da violência, com a relação que ela possui com a criação e o fortalecimento de movimentos populares; à maneira mais adequada de articular a organização específica anarquista.

Afirma-se a maior relevância dos debates estratégicos do anarquismo em relação aos outros, e nega-se a maioria das tentativas anteriores de se estabelecer as correntes anarquistas. Definem-se, a partir deles, as correntes anarquistas fundamentais: o *anarquismo insurrecionalista* e o *anarquismo de massas*, abarcando as diferentes posições em relação aos debates sobre organização, lutas de curto prazo e violência. Em geral, os anarquistas da primeira corrente são contrários à organização, e preferem articular-se em pequenos grupos informais ou protagonizar ações individuais; opõem-se, também, às lutas de curto prazo, consideradas inúteis e, em alguns casos, até nocivas ao projeto revolucionário anarquista; defendem a utilização da violência como uma ferramenta de mobilização, um gatilho. Também em geral, os anarquistas da segunda corrente defendem a organização, principalmente as populares, de massas; a conciliação entre as lutas de curto prazo e o objetivo revolucionário; a utilização da violência, na medida em que ela fortaleça mobilizações populares já existentes. Ambas as estratégias têm por objetivo chegar à transformação social, que deve ser levada a cabo por insurreições, revoluções e atingir o socialismo autogestionário.

O anarquismo insurrecionalista, historicamente minoritário, destacou-se pela realização de atentados e insurreições armadas, mesmo que sem base popular, de maneira que essas ações pudessem impulsionar as classes dominadas a um movimento revolucionário. O anarquismo de massas, historicamente majoritário, destacou-se pela criação e participação de organizações de massas, impulsionadas, na maioria dos casos, pelo sindicalismo de intenção revolucionária, envolvendo o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo, os quais, em distintos momentos históricos, mobilizaram trabalhadores não somente pelos seus locais de trabalho, mas também por seus locais de moradia.

Além disso, muitos anarquistas envolveram-se na criação organizações específicas anarquistas, articulando-as com base em diferentes perspectivas, mais flexíveis ou programáticas.

O quinto capítulo discute, em perspectiva histórica, o surgimento e o desenvolvimento do anarquismo. O contexto de surgimento do anarquismo relaciona-se a um momento específico do século XIX, que conta com a articulação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e da Aliança da Democracia Socialista (ADS).

Sustenta-se que o anarquismo surgiu em 1868, apropriando-se de experiências prévias, e espalhou-se rapidamente para distintos continentes, por meio de lutas que envolveram suas estratégias fundamentais. Por meio da teoria das cinco ondas do anarquismo, apresenta-se seu desenvolvimento histórico global, de seu surgimento ao presente. Expõem-se os acontecimentos de cada uma das ondas com o foco nas organizações, ações e mobilizações locais, esforços internacionais e as grandes lutas em que os anarquistas estiveram envolvidos. Discute-se, em seguida, a extensão e o impacto do anarquismo, demonstrando sua presença constante e global, entre fluxos e refluxos, assim como suas bases classistas, que envolveram camponeses e, principalmente, trabalhadores das cidades, além de precarizados, marginalizados e pobres em geral.

Uma breve conclusão, ao final, discute as teses apresentadas, realiza críticas a algumas concepções anarquistas e a processos históricos em que os anarquistas estiveram envolvidos, e reflete sobre perspectivas contemporâneas para o anarquismo.

1.4 TRATAMENTO DA BIBLIOGRAFIA

Em termos bibliográficos, utilizam-se três tipos de obras. Primeiramente, as teórico-metodológicas; selecionam-se, entre os autores anarquistas, especialmente contemporâneos, referenciais que possam subsidiar as discussões e, em alguns casos, recorre-se a autores do campo acadêmico, não necessariamente anarquistas. Em segundo lugar, as fontes primárias; selecionam-se escritos dos próprios anarquistas que obedecem aos critérios teórico-metodológicos estabelecidos. Em terceiro, as fontes secundárias; selecionam-se pesquisadores que investigam o anarquismo, em perspectivas históricas e teóricas.

A bibliografia, na maioria dos casos, é do acervo do próprio autor e, em alguns casos, da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), do Rio de Janeiro, ou do acervo de outros companheiros. Pesquisas em acervos na internet, como o Anarkismo.net e a Anarchist Library, também contribuem significativamente. Trabalha-se com obras em português, espanhol, inglês e francês, e todas as traduções são realizadas pelo próprio autor.

2. PROBLEMÁTICAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA DO ANARQUISMO

Essa aparente incoerência é resultado das análises problemáticas
do anarquismo e não da pobreza do próprio anarquismo.
Michael Schmidt e Lucien van der Walt

Este capítulo realiza uma análise crítica da bibliografia que trata do anarquismo, evidenciando as principais problemáticas teóricas e históricas envolvidas nos estudos de referência do objeto em questão.

Definem-se quais são esses estudos e, partindo do problema metodológico que envolve a relação entre teoria e história, analisam-se suas definições de anarquismo, os caminhos percorridos por seus autores para elaborá-las e suas conclusões fundamentais. Por meio de um balanço, apontam-se as principais problemáticas que permeiam esses estudos.

2.1 ESTUDOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DE REFERÊNCIA

Consideram-se sete os "estudos teóricos e históricos de referência", que têm sido utilizados significativamente nas investigações do anarquismo, acadêmicas ou não. Eles são, neste momento, apresentados, juntamente com seus autores, e, em seguida, analisados, visando apresentar brevemente o estado da arte da discussão teórica e histórica em torno deste objeto.

A relevância desses estudos é atribuída a dois fatores fundamentais: o primeiro, ao fato de eles aparecerem, com freqüência, na bibliografia das obras utilizadas nesta dissertação, considerando-se despropositada uma tentativa de enumerar aqui todas elas; o segundo, ao fato de eles demonstrarem certa relevância em uma análise bibliométrica simples, realizada com a ferramenta Google Acadêmico.[3]

[3] As referências bibliométricas citadas a seguir foram consultadas em junho de 2012, na base de dados do Google Acadêmico. Para essa análise, especifica-se a seguir o procedimento metodológico utilizado. A partir da identificação da presença dessas obras (estudos de referência) na bibliografia utilizada na dissertação, pesquisou-se a existência de citações delas nos estudos indexados em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol). Na análise, levaram-se em conta fatores relevantes: as obras indexadas pela ferramenta, a tradução das obras para os idiomas, a publicação por editoras pequenas ou grandes e a aceitação no meio acadêmico. Os indicadores apresentados constituem, portanto, somente uma ferramenta para analisar a relevância das obras, tanto no conjunto da produção nos quatro idiomas mencionados, como para analisar sua relevância nas produções em cada um dos idiomas especificados.

A obra mais antiga, *Der Anarchismus*, escrita pelo jurista Eltzbacher, foi escrita e publicada em 1900, traduzida para o inglês e publicada em 1908 [Anarchism]; constitui o primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo. Recebendo atenção e admiração, esta obra vem sendo significativamente difundida, e é comercializada até o presente em língua inglesa; entre as produções em inglês, possui, ainda hoje, alguma relevância.

Outra obra, escrita originalmente em nove volumes e publicada em partes por Max Nettlau desde os anos 1920, foi resumida e publicada em 1935 com o título de *La Anarquía Através de los Tiempos*, em espanhol, sendo depois traduzida para o inglês [A Short History of Anarchism], o francês [L'Histoire de L'Anarchie] e outros idiomas, tornando-se referência. Além da produção de Nettlau ter sido fundamental para produções teóricas e históricas posteriores, ela continua a ser referência nos países em que está traduzida há mais tempo. Por razão de o autor ser simpático ao anarquismo, pelo fato de ele ter conhecido pessoalmente alguns dos anarquistas clássicos, e dedicado sua vida à reunião e à divulgação de escritos anarquistas, sua produção tem ênfase no caráter militante, de preservação da memória anarquista.

Durante os anos 1960, foi publicado um conjunto de obras que vem tendo influência, dentro e fora das universidades, nos estudos do anarquismo. Publicada em 1962, *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, de George Woodcock, logo foi traduzida em diversos idiomas, sendo publicada no Brasil em 1983. Tornou-se uma referência comercial e consta na bibliografia da maioria dos estudos teóricos e históricos do anarquismo, especialmente nos países de fala inglesa, portuguesa e espanhola; dentre os estudos em questão, é o que possui maior impacto. Woodcock foi um simpatizante das idéias anarquistas e escreveu diversos livros sobre o tema. Em 1964, outra obra relevante foi publicada: *Anarquistas e Anarquismo*, de James Joll, historiador acadêmico britânico, que também vem tendo impacto significativo nos idiomas para os quais foi traduzida. Em 1965, Daniel Guérin, militante francês, publicou *Anarquismo:*

Os dados pesquisados, que devem ser levados em conta de maneira relativa, apresentam-se a seguir. Em primeiro lugar, coloca-se o número de obras publicadas no idioma e que possuem a palavra "anarquismo" no título, levando em conta as devidas variações de tradução; em seguida, coloca-se o nome dos autores dos sete estudos de referência escolhidos, seguido do número de citações desse autor no idioma de referência. Em português: total de artigos 219; Eltzbacher 0, Nettlau 0, Woodcock 50, Joll 18, Guérin 9, Marshall 0, McKay 0. Em inglês: total de artigos 1190; Eltzbacher 36, Nettlau 23, Woodcock 270, Joll 190, Guérin 210, Marshall 235, McKay 9. Em francês: total de artigos 406; Eltzbacher 0, Nettlau 11, Woodcock 0, Joll 0, Guérin 10, Marshall 0, McKay 0. Em espanhol: total de artigos 936; Eltzbacher 2, Nettlau 32, Woodcock 30, Joll 30, Guérin 24, Marshall 0, McKay 0. Totalização: total de artigos 2751; Eltzbacher 38, Nettlau 66, Woodcock 350, Joll 238, Guérin 253, Marshall 235, McKay 9.

da doutrina à ação, originalmente em francês [L'Anarchisme: de la doctrine à la action], que logo foi traduzida para o inglês [Anarchism: from theory to practice] – recebendo um prefácio de Noam Chomsky, que contribuiu para potencializar sua difusão –, e também para o alemão [Anarchismus: begriff und praxis] e outros idiomas. Foi traduzida e publicada no Brasil em 1968, por uma pequena editora, o que lhe limitou significativamente o impacto na produção de língua portuguesa; nos países de língua francesa e espanhola, o livro possui alguma relevância e destaca-se muito nas produções de língua inglesa.

Demanding the Impossible: a history of anarchism, de Peter Marshall, um acadêmico simpático às idéias anarquistas, foi publicada em 1992. Ainda que seja recente e não tenha sido traduzida para outros idiomas, a obra tem um impacto significativo nos países de língua inglesa. *An Anarchist FAQ*, de Iain McKay, foi uma obra que surgiu do resultado de um esforço militante iniciado na internet, em 1995, e que, em 2007, foi publicada parcialmente em livro, em inglês. Mesmo que o livro não tenha ingressado, até o presente momento, de maneira significativa, no meio acadêmico, o trabalho na internet foi traduzido em muitos idiomas e difundido por grande parte do globo: está disponível em português, japonês, curdo, francês e hebraico. Possui, por isso, um impacto significativo.

2.1.1 A problemática metodológica apresentada por Eltzbacher

Eltzbacher (2004) dedicou a introdução e o primeiro capítulo de sua obra à discussão das principais dificuldades metodológicas encontradas para a realização de um estudo científico do anarquismo.

Conforme mencionado, constatando a falta de conhecimento deste objeto entre as massas, os acadêmicos e os estadistas, Eltzbacher cita diversas definições de anarquismo, algumas contraditórias entre si, sustentadas por um conjunto relativamente amplo de autores. Seu estudo, à época, buscava justamente solucionar esse problema conceitual.

Além das dificuldades de acesso à bibliografia e da necessidade de realizar uma abordagem interdisciplinar – que levasse em conta noções do Direito, da Economia e da Filosofia – o autor identifica as principais dificuldades metodológicas encontradas. Dentre elas, destaca-se o problema de como iniciar um estudo desse tipo.

Alguns reivindicam que aquilo que escrevem e fazem é anarquista, outros não. Seria a auto-identificação um critério para determinar o que é o anarquismo e quem são

os anarquistas? Alguns consideram que determinadas idéias e práticas são anarquistas, outros não. Eltzbacher (2004, p. 6) questiona: "Como alguém pode considerar algum desses [preceitos] anarquistas um ponto de partida sem aplicar o conceito exato de anarquismo que tem ainda de ser determinado?".

Identifica-se, na questão apresentada por Eltzbacher, o problema metodológico com o qual todos os estudos do anarquismo, teóricos e históricos, de alguma maneira, têm de lidar. A realização de uma análise histórica para se definir o que é o anarquismo implica, necessariamente, na própria seleção bibliográfica – de quais serão os autores ou episódios analisados –, uma definição prévia de anarquismo, que certamente determinará os resultados da pesquisa. A realização de um estudo teórico que defina o anarquismo implica, necessariamente, elementos conceituais que determinam, de antemão, os autores e episódios históricos que darão respaldo a essa teoria.

A solução dada por Eltzbacher a esse problema, do qual estava completamente ciente, foi a seguinte. Ele escolheu os autores considerados os teóricos anarquistas mais relevantes, a partir da indicação de pesquisadores que, segundo ele, estavam comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo. Chegou, a partir dessa indicação, a "sete sábios" do anarquismo: William Godwin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner, Mikhail Bakunin, Kropotkin, Benjamin Tucker e Liev Tolstoi. Partindo da definição de três categorias fundamentais – Direito, Estado e propriedade –, o autor avaliou a produção teórica desses sete sábios e, por meio de um estudo comparativo, buscou as semelhanças entre eles. O ponto em comum entre os sete "anarquistas" permitiria, segundo ele acreditava, elaborar uma definição adequada de anarquismo.

Identificam-se, a seguir, a estruturação e as definições de anarquismo dos estudos de referência, retomando, em seguida, essa problemática metodológica colocada por Eltzbacher.

2.1.2 As definições de anarquismo e a estruturação dos estudos de referência

Eltzbacher (2004) estrutura sua obra teórica da seguinte maneira: além das discussões metodológicas iniciais, dedica um capítulo à definição das categorias mencionadas e um capítulo à discussão da produção teórica de cada um dos autores selecionados, a partir das categorias escolhidas. Nos dois últimos capítulos, Eltzbacher (2004, p. 292) realiza um estudo comparativo entre os autores e conclui que "os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no

futuro". O anarquismo é, portanto, assim, definido como a *oposição do Estado no futuro*.

Nettlau (2008; no prelo) não apresenta uma definição clara de anarquismo em sua obra, a não ser pela seleção de autores e episódios realizada, que permite compreender, ainda que não muito claramente, sua abordagem conceitual. Sua obra, de caráter histórico, tem o foco central na Europa, aborda com alguma profundidade os Estados Unidos e passa rapidamente por algumas outras regiões, abarcando um período histórico extremamente amplo.

O primeiro capítulo inicia-se com as contribuições de Zenão (333-264 a.C.) e termina na Revolução Francesa; o último vai até a prática anarquista na Internacional Sindicalista, de 1922, estendendo-se até 1934. Nos capítulos que compõem a obra, Nettlau passa pelas manifestações libertárias anteriores a 1789, pelas obras de Godwin, Robert Owen, Willian Thompson, Fourier e os fourieristas e por um estudo das experiências individualistas autóctones dos Estados Unidos, além das obras de Josiah Warren e Tucker. Passa por Proudhon e pelos proudhonianos, e sua atuação na França, na Espanha e na Alemanha, país que se dedica a explorar, por meio de estudos sobre a obra de Stirner, Eugen Dühring e Gustav Landauer. Aborda o grupo de *L'Humanitaire* e as obras de Élisée Reclus, Joseph Déjacque e Ernest Coeurderoy, e depois avança nas práticas libertárias até os anos 1870, dedicando-se às origens do anarquismo na Espanha, na Itália, na Rússia e alguns outros países, passando pelas produções de Pi y Margall e Bakunin. Dedica-se ao estudo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – chamada posteriormente de Primeira Internacional (1864-1877) – e das organizações políticas impulsionadas por Bakunin em 1864 e 1868, abordando as disputas com o setor "centralista" liderado por Karl Marx, a concepção sindical surgida naquele contexto e a Comuna de Paris. Passa pela Internacional Antiautoritária, que durou até 1877, e aborda as origens do anarco-comunismo entre 1876 e 1880. Os últimos capítulos dedicam-se aos estudos dos teóricos e de práticas anarquistas na França – incluindo a produção de Kropotkin –, na Itália – incluindo Errico Malatesta e Saverio Merlino –, e na Espanha. Um capítulo dedica-se, brevemente, ao estudo do anarquismo na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça e na Bélgica, a partir de 1880. Outros dois passam brevemente pela Holanda, os países escandinavos, a Rússia, o Leste Europeu, a África, a Austrália e a América Latina. Posteriormente, há um estudo do sindicalismo revolucionário francês e das contribuições de Fernand Pelloutier e Émile Pouget até o início da Primeira Guerra Mundial.

Para Nettlau (2008, p. 27), "uma história da idéia anarquista é inseparável da história de todas as evoluções progressivas e das aspirações à liberdade". Seria necessário, portanto, "procurar estudar o momento histórico favorável em que surge essa consciência de uma existência livre pregada pelos anarquistas". Esse é o motivo de seu corte histórico ser tão amplo. Pelos autores e episódios selecionados para a realização de sua obra, nota-se que o conceito que norteia essa seleção é de uma compreensão do anarquismo como "aspiração à liberdade" ou "consciência de uma existência livre". Concepção esta, que se mostra em acordo com outra, apresentada em um estudo distinto, quando Nettlau (2011, p. 1) enfatizou ser o maior objetivo do anarquismo "a máxima realização possível de liberdade e bem-estar para todos". Dessa maneira compreendido, o anarquismo é definido como a *consciência e a aspiração de uma existência de liberdade e bem estar para todos*.

Woodcock (2002) divide sua obra em duas partes: a primeira, relativa às idéias anarquistas, e a segunda, relativa ao "movimento anarquista". A primeira inicia-se com um capítulo de definições teóricas que incluem, além dos teóricos utilizados por Eltzbacher, Sébastien Faure, Buenaventura Durruti, Henry David Thoreau, Thomas More, Willian Morris, Mahatma Gandhi, Aldous Huxley e Percy Bysshe Shelley. Referindo-se à explicação etimológica do termo "anarquia" e seus derivados, o autor aborda seu surgimento na Revolução Francesa e como Proudhon lhe deu, em 1840, um sentido positivo.

Para Woodcock (2002, vol. I, p. 7; 16), alguns elementos fundamentam sua definição de anarquismo: "Todos os anarquistas contestam a autoridade e muitos lutam contra ela", ainda que a autoridade não seja por ele definida; afirma, apenas, que ela é "o princípio dominante nos modelos sociais contemporâneos." E mais:

> Do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão de sociedade ideal do futuro e os meios para passar de uma para outra. [...] O anarquismo preocupa-se, basicamente, com o homem e sua relação com a sociedade. Seu objetivo final é sempre a transformação da sociedade; sua atitude no presente é sempre de condenação a essa sociedade, mesmo que essa condenação tenha origem numa visão individualista sobre a natureza do homem; seu método é sempre de revolta social, seja ela violenta ou não. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 7)

Haveria, ainda, segundo sustenta, um "elemento comum a todas as formas de anarquismo": "a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres". (Woodcock, 2002, vol. I, p. 12)

O anarquismo caracteriza-se, assim, por *uma crítica da sociedade presente – fundamentada na autoridade, e, mais especificamente, no Estado –, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social que poderia ou não ser violenta*.

O segundo capítulo de seu livro apresenta uma árvore genealógica do anarquismo, a partir dos estudos históricos de Kropotkin, Nettlau e Rudolf Rocker, remetendo o anarquismo aos tempos mais remotos e identificando elementos deste nas obras de filósofos como "Lao Tsé e Zenão, Étienne de la Boetie, Fénelon e Diderot"; encontrando elementos anarquistas na Abadia de Thélème e em Rabelais, "com seu lema libertário: 'Faça o que quiser!'", e também em movimentos religiosos como "anabatistas, hussitas, os doukhobors e os essenes", além do próprio Jesus Cristo que, para ele, é um anarquista. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 40)

A obra continua com uma seqüência de seis capítulos, em que analisa a produção teórica de Godwin, Stirner, Proudhon, Kropotkin e Tolstoi – assimilando-se à estrutura da obra de Eltzbacher. A segunda parte inicia-se com um capítulo introdutório, que trata da internacionalização do anarquismo, e um conjunto de quatro capítulos que analisam a presença do anarquismo na França, na Espanha, na Itália e na Rússia, e um último, que analisa o anarquismo na América Latina, no norte da Europa, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Joll (1970) também divide sua obra em teoria e prática, pensamento e ação; a primeira delas abordada em duas partes: uma, na qual realiza um histórico das lutas pela liberdade e o surgimento do socialismo, na qual inclui os anabatistas, Jean-Jaques Rousseau, Godwin, a Revolução Francesa e a prática dos *sans-culottes* e os *enragés*, Babeuf e a Conspiração dos Iguais, Fourier e Saint-Simon e Wilhem Weitling; outra, na qual se dedica a um estudo mais pormenorizado de Bakunin e Proudhon. Uma terceira parte aborda a prática anarquista, por meio de uma análise da "propaganda pelo fato", levada a cabo pelos atentados terroristas da Europa dos anos 1880 e 1890, as produções de Kropotkin e outros anarquistas de referência, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola e a discussão dos anarquistas sobre a questão sindical.

Em sua definição de anarquismo, Joll afirma:

> Os anarquistas combinam uma crença na possibilidade de uma ação violenta e súbita da sociedade com uma confiança na racionalidade dos homens e na possibilidade de aperfeiçoamento destes. Num certo sentido, são os herdeiros de todos os movimentos religiosos utópicos e milenares que acreditaram que o fim do mundo estava para breve e

> confiantemente esperavam o momento em que "a trombeta soará e ficaremos totalmente modificados, num momento, num piscar de olhos". Por outro, são também filhos da Idade da Razão. [...] Eles, mais do que ninguém, levaram sua crença na Razão e no Progresso e na persuasão pacífica para lá dos seus limites lógicos. O anarquismo é, simultaneamente, uma fé religiosa e uma filosofia racional; e muitas das suas anomalias resultam do conflito entre estas duas tendências e das tensões entre as diferentes espécies de temperamento que os representam. (Joll, 1970, p. 13-14)

Esses dois elementos, fé religiosa e filosofia racional, constituem, assim, o cerne do anarquismo: de um lado, o caráter praticamente religioso, de uma crença que uma revolução seria inevitável e solucionaria todos os problemas sociais; de outro, o caráter racional, que acreditava ser possível persuadir as pessoas da validade de seu ideal. O anarquismo, imerso nessa contradição entre razão e emoção, é definido a partir da *busca da transformação social e da crença na racionalidade humana e na possibilidade do aperfeiçoamento humano*.

Guérin (1968) apresenta sua obra de maneira similar, dividindo-a em três partes. A primeira, na qual discute as idéias-força do anarquismo, definindo os princípios anarquistas; a segunda, em que discute a proposta anarquista de sociedade futura, e a terceira, na qual analisa a prática revolucionária anarquista, a partir da discussão sobre o contexto europeu de 1880 a 1914, e de três episódios revolucionários que contaram com a participação anarquista: a Revolução Russa, os conselhos de fábrica italianos e a Revolução Espanhola. O anarquismo é assim definido por Guérin:

> Anarquismo é, com efeito, antes de tudo, sinônimo de socialismo. O anarquista é, em primeiro lugar, um socialista que visa abolir a exploração do homem pelo homem. O anarquismo é um dos ramos do pensamento socialista, onde (sic) predominam, fundamentalmente, o culto da liberdade e a vontade de abolir o Estado. (Guérin, 1968, p. 20)

O anarquismo, para ele, é uma *corrente do socialismo que defende, similarmente aos outros socialistas, a luta contra a exploração, e, diferentemente deles, a posição de que o Estado não é um meio para se atingir à liberdade, à qual só se pode chegar por meio de práticas libertárias*. Guérin define o anarquismo a partir dos *seguintes princípios: a luta contra o capitalismo, o Estado e a democracia burguesa; a crítica ao socialismo "autoritário"; as energias individuais e das massas; seus aspectos construtivos, que incluem a organização, a autogestão e o federalismo na economia e na política, a mobilização pelo local de trabalho e moradia; o internacionalismo e o antiimperialismo*. Seu referencial bibliográfico teórico é, em grande medida, Proudhon

e Bakunin, mas também utiliza, com bastante freqüência, Stirner, fundamentalmente ao tratar da crítica ao Estado e da defesa da liberdade individual.

Marshall (2010) divide sua obra em sete partes. A primeira, em que contesta o senso comum em torno dos termos "anarquia" e seus derivados e elabora, brevemente, os traços gerais do anarquismo. A segunda aborda os precursores do anarquismo e discute o taoísmo, o budismo, os gregos, o cristianismo, a Idade Média, a Revolução Inglesa, o Renascimento e o Iluminismo na França e o Iluminismo na Inglaterra. A terceira estuda os grandes libertários da França, da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A quarta discute as obras de doze clássicos anarquistas: Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstoi, os individualistas e os comunistas americanos, Emma Goldman, os comunistas alemães e Gandhi. A quinta analisa alguns episódios do anarquismo em ação: na França, na Itália, na Espanha, na Rússia e na Ucrânia, no norte da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e na Ásia. A sexta estuda o anarquismo moderno, a partir da Nova Esquerda e dos movimentos de contracultura, a nova direita e os anarco-capitalistas, os libertários modernos, os anarquistas modernos, dentre os quais dá um destaque a Murray Bookchin e seu debate sobre ecologia. A sétima, conclusiva, analisa a concepção anarquista da relação entre meios e fins e argumenta em relação à relevância do anarquismo.

"Seria enganoso dar uma definição clara de anarquismo", sustenta Marshall (2010, p. 3), já que o anarquismo é, "por sua própria natureza, antidogmático". Ele afirma que "o anarquismo não possui um corpo fixo doutrinário, fundamentado em uma visão de mundo particular", mas se define por ser "uma filosofia complexa e sutil, que abarca muitas correntes de pensamento e estratégias distintas". Ainda assim, elabora uma definição ampla, sendo o anarquismo, para ele,

> uma atitude, um modo de vida, assim como uma filosofia social. Apresenta uma análise das instituições e práticas existentes e, ao mesmo tempo, oferece a perspectiva de uma sociedade transformada radicalmente. Acima de tudo, sustenta o fascinante ideal da liberdade pessoal e social. (Marshall, 2010, p. xv)

Apesar das várias diferenças entre os anarquistas, pode-se, segundo afirma, identificar alguns elementos em comum.

> Uma visão particular da natureza humana, uma crítica da ordem existente, um projeto de uma sociedade livre e um meio para atingi-la. Todos os anarquistas rejeitam a legitimidade do governo exterior e do Estado e condenam a autoridade política, a hierarquia e a

> dominação impostas. Buscam estabelecer as condições de anarquia, ou seja, uma sociedade descentralizada e auto-regulada fundamentada em uma federação de associações voluntárias de indivíduos livres e iguais. O objetivo último do anarquismo é criar uma sociedade livre que permita todos os seres humanos realizar completamente seu potencial. (Marshall, 2010, p. 3)

O anarquismo é, assim definido, como *uma filosofia antidogmática, que se fundamenta na crítica da dominação – envolvendo a autoridade, a hierarquia, o Estado, o governo – e na defesa na defesa de uma sociedade libertária e igualitária, que implica descentralização, auto-regulação e a federação de associações voluntárias*.

McKay (2008) divide sua obra em sete seções e apresenta seu conteúdo por meio de perguntas e respostas elaboradas por ele próprio. A primeira conceitua o anarquismo, a segunda apresenta a crítica anarquista da sociedade presente, complementada pelas três partes seguintes, que apresentam a crítica anarquista do capitalismo, do Estado, e analisam seus impactos econômicos, políticos e ecológicos. A sexta parte discute se o anarco-capitalismo é um tipo de anarquismo, negando sua relação com a tradição anarquista. Um apêndice sobre a simbologia utilizada pelos anarquistas complementa a obra. Há, entretanto, outros volumes que devem ser publicados no futuro, com conteúdo que consta apenas na internet. Analisa-se, aqui, somente o primeiro volume.

Seu referencial utilizado é significativamente amplo, e vai desde os clássicos como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, até autores contemporâneos. Às fontes primárias dos clássicos, o autor adiciona outros anarquistas conhecidos como Goldman, Alexandre Berkman, Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, além de historiadores do anarquismo.

Por meio da demonstração de que o anarquismo não implica somente crítica à sociedade presente, mas também propostas construtivas, McKay assim o define:

> O anarquismo é uma teoria política e sócio-econômica, mas não uma ideologia. Essa diferença é *muito* importante. Basicamente, a teoria significa que você possui idéias; a ideologia significa que as idéias possuem você. O anarquismo é um corpo de idéias flexíveis, em constante estado de evolução e alteração, e aberto às mudanças que surgem a partir de novos dados. Assim como a sociedade, o anarquismo modifica-se e desenvolve-se. Uma ideologia, diferentemente, é um corpo de idéias "fixas", no qual as pessoas acreditam de maneira dogmática, com freqüência ignorando a realidade ou "modificando-a", de maneira a encaixá-la na ideologia que é (por definição) correta. (McKay, 2008, p. 18)

Ao colocar o anarquismo no campo da teoria, McKay (2008, p. 18) tem por objetivo diferenciá-lo de ideologias como "o leninismo, o objetivismo, 'o libertarianismo' [liberalismo radical]", e outras, que implicam a "destruição dos indivíduos reais em uma de uma doutrina", que "serve normalmente aos interesses de alguma elite dominante". A teoria anarquista, segundo ele, implica uma *oposição radical à hierarquia e, portanto, ao capitalismo e ao Estado, e busca criar uma sociedade socialista, sem governo, fundamentada nos interesses coletivos, na liberdade e na solidariedade*.

2.1.3 A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência

A problemática identificada por Eltzbacher transpassa todos os estudos de referência. O vínculo indissociável entre teoria e história, entre a elaboração conceitual e os dados levados em consideração – que constitui uma relação de interdependência – continua a complicar os estudos sobre anarquismo.

O próprio Eltzbacher terminou vítima da problemática metodológica que ele mesmo enunciou. Sua questão poderia ser colocada a ele próprio. Não teriam os pesquisadores "comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo" um conceito de anarquismo pré-definido que determinaria, de antemão, os resultados de sua pesquisa? Ao levar em conta os sete autores considerados anarquistas por esses pesquisadores, ele chegou, por meio de uma análise rigorosa, à conclusão que, muito provavelmente, norteou, consciente ou inconscientemente, os pesquisadores que lhes indicaram os referidos autores: anarquismo é a negação do Estado no futuro – tal era a única característica que unia os sete sábios. Os pesquisadores que os indicaram deviam ter em mente, de antemão, ainda que não tivessem clareza disso, esse conceito de anarquismo, indicando autores que, depois de analisados, confirmariam esse conceito dado *a priori*.

Tal resultado deveria ter sido levado em conta pelos pesquisadores que deram continuidade às investigações sobre o anarquismo. Se a análise dos aspectos comuns de um determinado conjunto de autores, que deveria chegar a um conceito de anarquismo, concluiu que a única similaridade encontrada é uma oposição futura ao Estado; e se se considera que a oposição futura ao Estado não é suficiente para definir o anarquismo – já que outras correntes, distintas do anarquismo, também se opõem ao Estado no futuro –, então parece óbvio que a amostragem de dados – nesse caso, o conjunto de autores

levados em consideração – tem problemas.[4] No entanto, conforme se observa nos estudo de referência, os autores utilizados por Eltzbacher continuam, em sua maioria, a ser considerados anarquistas e a pautar os estudos de maneira bastante determinante.

A interdependência entre teoria e história – e, portanto, entre a elaboração conceitual e os autores e episódios históricos levados em consideração – pode ser analisada por meio de diversos elementos presentes nos estudos de referência do anarquismo. Trata-se, agora, de identificar, por meio dessa relação entre teoria e história, as principais problemáticas colocadas pelos estudos em questão.

2.1.3.1 O anarquismo como fenômeno ahistórico

Nettlau, Woodcock e Marshall realizam uma seleção histórica tão ampla, que pode ser considerada ahistórica, apresentando o anarquismo como um fenômeno que sempre existiu, independente da época analisada. Marshall, ao refletir sobre a origem do anarquismo, afirma:

> O anarquismo surgiu de um protesto moral contra a opressão e a injustiça. As primeiras sociedades humanas presenciaram uma luta constante entre aqueles que queriam mandar e aqueles que se negavam a obedecer ou mesmo a mandar. O primeiro anarquista foi a primeira pessoa que sentiu a opressão de outra e rebelou-se contra ela. [...] Por ser uma tendência reconhecível na história humana, a linha do tempo do anarquismo, em termos de pensamento e fatos, deve buscar um passo de milhares de anos atrás. (Marshall, 2010, p. 3-4)

Segundo esse ponto de vista, todas as lutas contra a opressão, independente do momento histórico em que tenham ocorrido, seriam demonstrações práticas do anarquismo.

Na realidade, como o próprio Marshall (2010, p. xix) afirma, ele utilizou como base de seu estudo o verbete sobre anarquismo elaborado por Kropotkin, em 1910, para a *Encyclopaedia Britannica*. Nesse texto, Kropotkin (1987, p. 22-27) afirma que

[4] Exemplificando de maneira grosseira, pode-se dizer o seguinte. Suponhamos que se desejasse conceituar o que é um carro. Na seleção da amostragem de dados, seleciona-se um carro e um caminhão. Parece natural a definição de carro, no fim da análise realizada, não corresponderá àquilo que se queria conceituar. Nesse caso, há duas alternativas; modifica-se a amostragem, retirando o caminhão e deixando somente o carro, e se chegando a um conceito correspondente, ou se assume o conceito de carro elaborado pela análise do carro e do caminhão. No caso de Eltzbacher, buscava-se conceituar o anarquismo, selecionando-se uma amostra de dados (os sete sábios) e analisando-a. Por meio da análise, chega-se a um conceito que, comparativamente, acredita-se não corresponder ao anarquismo, já que outras correntes socialistas, por exemplo, o marxismo, também negam o Estado no futuro. Se não se considera adequado incluir o marxismo como parte do anarquismo, só resta, em termos de método, modificar a amostragem de dados.

estariam incluídos, no "desenvolvimento histórico do anarquismo", Lao Tsé, Aristipo (430 a.C.), Zenão (342-267 ou 270 a.C.) – considerado por Kropotkin "o melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia antiga" –, Marco Girolamo Vida, os cristãos primitivos – a partir do século IX na Armênia, as pregações dos hussitas, Chojecki e os primeiros anabatistas –, Rabelais e Fénelon no século XVIII, partes do pensamento de Rousseau e Diderot, teóricos da Revolução Francesa, Godwin, Stirner e Thompson. A partir desse histórico prévio, Kropotkin aborda as contribuições de Proudhon, Bakunin e outros anarquistas da Internacional.

Posições semelhantes foram defendidas por outros anarquistas, como Rocker (1978a, p. 16), que afirma: "as idéias anarquistas aparecem em todos os períodos conhecidos da história, por mais que, nesse sentido, haja ainda muito para ser explorado". Para ele, uma história do anarquismo deveria se debruçar sobre toda a história universal.

Tais abordagens ahistóricas apontam para definições de anarquismo significativamente amplas, conceituando-o como uma luta contra a dominação de maneira geral – ou, como se chamou historicamente, a luta contra a "autoridade" – ou como uma luta contra o Estado.

Não é coincidência que as definições de anarquismo elaboradas por Nettlau, Woodcock e Marshall caminhem nesse sentido. As aspirações de uma existência de liberdade e bem estar para todos – definição de anarquismo de Nettlau –, a critica da dominação de maneira geral, com ênfase no Estado, e a defesa da liberdade e da igualdade como perspectiva futura – definições de anarquismo de Woodcock e Marshall – certamente envolvem elementos existentes em toda a história.

A enormidade dos dados levados em consideração – toda a história humana – só pode apontar para uma definição ampla que, em realidade, define pouco. Além disso, essas abordagens tendem a considerar o contexto, e, portanto, a própria história, uma peça acessória, tanto no surgimento quanto no desenvolvimento do anarquismo; nos mais distintos contextos históricos – com ou sem capitalismo, Estado Moderno e proletariado –, o anarquismo sempre teria existido.

2.1.3.2 As análises etimológicas dos termos "anarquia" e seus derivados

Guérin (1968, p. 19-20), Woodcock (2002, vol. I, p. 8), Marshall (2010, p. 3) e McKay (2008, p. 19-21) utilizam análises etimológicas dos termos "anarquia" e seus

derivados como um critério para definir o anarquismo – um recurso que poderia, aparentemente, ser utilizado para iniciar um estudo sobre o tema.

Woodcock, utilizando-o, explica:

> A origem da palavra anarquismo envolve uma dupla raiz grega: *archon*, que significa governante, e o prefixo *an*, que indica sem. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por conseqüência, anarquismo é a doutrina que prega que o Estado é a fonte da maior parte de nossos problemas sociais, e que existem formas alternativas viáveis de organização voluntária. E por definição, anarquista é o indivíduo que se propõe a criar uma sociedade sem Estado. (Woodcock, 1998, p. 11)

Esse recurso metodológico, de partir das análises etimológicas, foi também utilizado pelos próprios anarquistas, como no caso de Kropotkin (1987, p. 19), que identificou na raiz grega do termo, "*an* – e *arke*", o significado de "contrário à autoridade". As definições apresentadas por Woodcock e Kropotkin vão no sentido abordado anteriormente, de conceitos significativamente amplos, que trabalham, em geral, com a definição do anarquismo como oposição à dominação. Guérin, ainda que utilize essa análise etimológica, realiza uma abordagem histórica e uma definição mais restrita de anarquismo. Woodcock e Marshall utilizam abordagens ahistóricas e definições amplas de anarquismo.

Tais análises etimológicas permitem compreender o anarquismo apenas como uma negação; entretanto, Woodcock e Kropotkin nunca conceberam o anarquismo desta maneira; para eles, ele sempre contou com aspectos construtivos de relevância. As análises etimológicas tomadas isoladamente poderiam levar a crer que o anarquismo constitui apenas uma negação da autoridade, no caso da citação de Kropotkin, ou uma negação do Estado, no caso da citação de Woodcock.

O primeiro caso envolve uma discussão conceitual complexa, que está presente tanto nos estudos do anarquismo, quanto nos estudos do poder. "Autoridade" é um termo polissêmico, que pode ser compreendido de diversas maneiras; é utilizado pelos anarquistas clássicos, ainda que cada um lhe dê um sentido distinto, e também aparece nos estudos de referência que, normalmente, a utilizam como sinônimo de dominação.

O segundo caso envolve uma discussão conceitual relevante do anarquismo, que possui implicações significativas. Conceituar o anarquismo como uma luta contra o Estado, e os anarquistas como aqueles que levam a cabo esta luta, implica definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo.

2.1.3.3 O anarquismo como sinônimo de antiestatismo

Ainda que seja possível compreender as definições de Nettlau (2008; no prelo) e de Woodcock (2002) nesse sentido, Eltzbacher (2004) constitui, dentre os estudos de referência, o caso mais exemplar. Ao escolher os sete autores considerados anarquistas pelos pesquisadores "comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo", ele analisou suas obras e chegou à seguinte conclusão:

> Os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro. Nos casos de Godwin e Proudhon, Stirner e Tucker, a negação significa que eles rejeitam o Estado incondicionalmente, tanto no futuro quanto em qualquer outro momento; no caso de Tolstoi, significa que ele rejeita o Estado, ainda que não incondicionalmente, mas no futuro; nos casos de Bakunin e Kropotkin, significa que eles prevêem que, no futuro, o progresso da evolução irá abolir o Estado. (Eltzbacher, 2004, p. 292-293)

Independente da interpretação sobre a negação do Estado nos distintos autores, que possui algumas imprecisões, e levando em conta a problemática metodológica discutida, a questão mais relevante, aqui, é levar em conta a definição de anarquismo de Eltzbacher: anarquismo é a negação do Estado no futuro, anarquismo é sinônimo de antiestatismo.

Tal definição continuou a ser utilizada posteriormente. Roderick Kedward (1971, p. 5-6) afirma que "o laço que une todos os anarquistas" é "o antagonismo a qualquer situação regulada pela imposição, pela obrigação ou pela opressão", um aspecto que constituiria, para ele, o fundamento do antiestatismo anarquista. Corinne Jacker (1968, p. 2) sustenta que "outro termo para anarquismo é *antiestatismo*".

Essa definição permitiu que fossem considerados anarquistas diversos autores e episódios, cuja única semelhança é a oposição ao Estado em geral, ou ao governo em particular.

2.1.3.4 O anarquismo como fenômeno do século XVIII

Além da posição ahistórica, há algumas abordagens que consideram ser o anarquismo um fenômeno do século XVIII. Ainda que essa posição não seja defendida abertamente por nenhum dos estudos de referência, as análises indicam que há possibilidade de o anarquismo ser assim compreendido.

Eltzbacher (2004) considera um conjunto de autores que teve sua produção realizada entre os fins do século XVIII e os inícios do século XX. Godwin é o escritor mais antigo levado em consideração, e seu estudo de referência, *Enquiry Concerning*

Political Justice, foi publicado em 1793. Poder-se-ia crer, por isso, que o anarquismo é um fenômeno do século XVIII.

No cerne da discussão teórica de Woodcock (2002), que discute com algum detalhe os "principais teóricos do anarquismo", ele também enfatiza o início do anarquismo em Godwin, apesar da seleção histórica dizer outra coisa, o que também poderia levar a crer nessa interpretação do anarquismo como um fenômeno do século XVIII.

Outros autores, como Horowitz (1982, p. 32), trabalham com esse referencial do século XVIII, partindo da Revolução Francesa: "a primeira forma consciente do anarquismo representava um composto de nostalgia e utopia, conseqüência bastante natural de doutrina desenvolvida por um setor ilustrado da aristocracia e empregada mais tarde pelos *sans-culottes*". Esse "anarquismo" do século XVIII, chamado por Horowitz de "anarquismo utilitário", teria sido "uma expressão dos ricos deslocados em favor de uma sociedade subprivilegiada", já que "os pobres não tinham aprendido [...] a falar por si mesmos". Autores como Claude-Adrien Helvetius, Diderot, Godwin, Saint-Simon seriam, para ele, anarquistas daquela época.

Outras abordagens que podem levar a crer nessa hipótese são aquelas que se apóiam em estudos acerca da utilização dos termos "anarquia" e seus derivados. Fundamentando-se parcialmente nessa abordagem, Woodcock (2002, vol. I, p. 7-10) e Joll (1970, p. 48) investigam como a utilização desses termos contribuiu com a definição do anarquismo.

O surgimento desses termos, em sentido político, data, fundamentalmente, do século XVIII, assunto que será discutido a seguir.

2.1.3.5 A utilização dos termos "anarquia" e seus derivados

Investigar a utilização dos termos "anarquia" e seus derivados implica um retorno ao contexto da Revolução Francesa, pois foi, principalmente, a partir dela que esses termos começam a ser utilizados em sentido político.

Alexandre Samis (2002, p. 47) identifica que a utilização desses termos, pelo menos no que diz respeito ao campo político, surge, naquele contexto, imbuída de um sentido particular: "A palavra anarquia, vista até aqui como sinônimo de subversão ou elemento desestabilizador da ordem, tem suas raízes também na Europa – é utilizada já na França revolucionária, do fim do século XVIII". "Anarquista" era um termo utilizado para se referir àquele que possuía um papel desagregador e nocivo para a sociedade,

como sustenta Joll (1970, p. 48): “Os epítetos são significativos; ‘anarquista’ era o termo adotado por Robespierre para atacar os da esquerda, de que se servira para os seus próprios fins, mas de quem resolvera se libertar”. Os *sans-cullotes* de Beaucaire, afirmavam, em 1793: “Somos uns pobres e virtuosos *sans-cullotes*; formamos uma associação de artesãos e camponeses”. E continuavam: “Sabemos quem são os nossos amigos: aqueles que nos livraram do clero e da nobreza, do sistema feudal, das décimas, da monarquia e de todos os males que ela acarreta consigo; aqueles a quem os aristocratas chamam anarquistas, facciosos, maratistas”.

Ainda que se possa dizer que, durante o curso da Revolução Francesa, os *enragés*, dentre os quais se encontravam Jaques-Roux e Jean Varlet, tivessem posições libertárias, até aquele momento, conforme as posições de Samis e Joll, os termos que posteriormente se referirão ao anarquismo tinham um sentido essencialmente negativo. Eram utilizados por setores políticos que queriam depreciar alguém ou desqualificar seus adversários ou inimigos. Certamente o senso comum teve influência nessa utilização dos termos. Se anarquia era a destruição, o caos, a desorganização etc., qualificar um adversário ou inimigo político de anarquista era imputar a ele todos esses sentidos, forjados pelo senso comum e carregados juntamente com os termos.

Esse senso comum que é apresentado no século XVIII, independente do surgimento do anarquismo como uma corrente político-ideológica, continuou a ser difundido nos séculos posteriores e, em alguma medida, existe até os dias de hoje. Os séculos XIX e XX contaram com uma difusão massiva desse sentido, forjado pelo senso comum e que equiparava os termos “anarquia” e seus derivados com a destruição, o caos, a desorganização, e com as posturas anti-sociais, desagregadoras e críticas, relacionando-os, freqüentemente, com o crime e a loucura.

Cesare Lombroso (1977, p. 15; 25), médico e criminologista italiano, escreveu, em 1894, que o anarquismo significava “um enorme retrocesso”; com raras exceções, para ele, “os autores mais ativos da idéia anárquica” eram “loucos ou criminosos, e muitas vezes ambos”. Gustave Le Bon (1921, p. 268-270; 370), psicólogo social e sociólogo francês, afirmou, em 1910: “o anarquismo não constitui uma doutrina política, porém um estado mental, especial a variedades bem definidas de degenerados, que os patologistas há muito tempo catalogaram”; seria, enfim, uma “moléstia essencialmente contagiosa”. Para ele, os anarquistas eram “alucinados pelos seus impulsos mórbidos” e possuíam “o intuito de destruir a sociedade”; eram inimigos “de qualquer forma de organização social”.

Ainda que no século XXI as abordagens como as de Lombroso e Le Bon pareçam exageradas, elas refletem como, por muito tempo, veio sendo forjando um sentido aos termos "anarquia" e seus derivados e ao próprio anarquismo.

2.1.3.6 O anarquismo como fenômeno do século XIX

Joll (1970, p. 12-13) – ainda que seu estudo remeta-se aos anabatistas, às revoltas camponesas do século XVI, à Godwin e aos socialistas utópicos; e ainda que ele traga elementos que permitam uma identificação do surgimento do anarquismo no século XVIII – afirma que "o movimento anarquista é um produto do século XIX. É, em parte pelo menos, o resultado do impacto da maquinaria e da indústria na sociedade camponesa e artesã." Haveria, segundo considera, um contexto histórico que teria permitido o surgimento do anarquismo.[5]

McKay, em relação ao surgimento do anarquismo, afirma:

> O anarquismo é uma expressão da luta contra a opressão e a exploração, uma generalização das experiências e análises do povo trabalhador daquilo que estava errado no sistema vigente e uma expressão de esperanças e sonhos de um futuro melhor. Essa luta existia antes de se chamar anarquismo, mas o movimento anarquista histórico [...] é essencialmente um produto das lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado, contra a opressão e a exploração, e *por* uma sociedade de indivíduos livres e iguais. (McKay, 2008, p. 26)

Segundo essas afirmações, pode-se compreender que, ainda que haja um passado de lutas contra a dominação, as quais teriam existido durante toda a história, o século XIX teria proporcionado algumas condições particulares para o surgimento do anarquismo, dentre as quais se encontram o desenvolvimento do capitalismo, do Estado Moderno, e as mudanças sociais envolvendo o campo e a cidade.

Quando Guérin (1968, p. 20-21) afirma que o anarquismo é um tipo de socialismo – sendo este definido como uma corrente ideológico-doutrinária formulada no seio dos movimentos da classe trabalhadora que lutavam contra o capitalismo –, ele também o concebe como um produto do século XIX.

Paradoxalmente, Kropotkin, que defendeu a posição ahistórica em seu verbete de 1910, afirmara, antes, em 1887:

---

[5] Incoerências e inconsistências desse tipo são constantes nos estudos de referência, envolvendo a relação entre teoria e história. Como nesse caso, em que o autor afirma que o anarquismo é um fenômeno do século XIX, mas aborda autores e episódios de períodos anteriores em seu estudo.

> O anarquismo, o sistema não-governamental do socialismo, tem uma dupla origem. Constitui um amadurecimento dos dois grandes movimentos de pensamento nos campos político e econômico que caracterizam o século XIX, especialmente sua segunda metade. Em comum com todos os socialistas, os anarquistas sustentam que a propriedade privada da terra, do capital e das máquinas maquinaria já teve seu tempo, e que está condenada a desaparecer; sustentam também que tudo o que for necessário para a produção deve tornar-se propriedade comum da sociedade, e assim o serão; a propriedade comum deve ser gerida em comum por aqueles que produzem a riqueza. Em comum com os mais avançados representantes do radicalismo político, eles sustentam que o a organização política ideal da sociedade exige que se reduzam as funções governamentais ao mínimo e que o indivíduo retome sua liberdade completa de iniciativa e de ação para satisfazer – por meio dos grupos e federações livres – todas as necessidades infinitamente variadas dos seres humanos. (Kropotkin, 2005d, p. 46)

Para ele, nesse texto, o anarquismo é definido como uma corrente socialista, constituída a partir da conjunção do desenvolvimento do próprio socialismo e daquilo que chama de "radicalismo político" – um federalismo de base democrática e libertária. A união dessas duas correntes, durante a segunda metade do século XIX, teria permitido o surgimento do anarquismo.

Definir o anarquismo como uma corrente do socialismo surgida no século XIX é hoje a posição hegemônica entre os estudiosos do tema. Além dos já mencionados Joll, McKay e Guérin, diversos outros estudos trabalham com esse referencial.

Avrich (2005, p. 3) sustenta que "o anarquismo, como um movimento organizado de protesto social, é um fenômeno recente", que surgiu "na Europa, durante o século XIX e o início do século XX", como uma "resposta aos passos rápidos da centralização política e econômica impulsionada pela Revolução Industrial". Cappelletti (2006a, p. 9) afirma que o anarquismo "como filosofia social e como ideologia, nasce na primeira metade do século XIX"; ainda assim, "sua formação explícita e sistemática não pode ser considerada anterior a Proudhon". Para ele, o anarquismo surge a partir de uma conjunção de fatores possibilitada pela Revolução Francesa, pela formação da classe trabalhadora e pelo surgimento do capitalismo industrial.

Berthier (2008, p. 2) sustenta que o anarquismo, como "doutrina política moderna", desenvolve-se a partir de três elementos fundamentais: "a crítica do comunismo doutrinário e utópico francês, realizada por Proudhon", "a crítica da filosofia alemã efetuada por Bakunin", mas, "sobretudo, por meio da experiência prática da luta social e da solidariedade de classe no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores"; a corrente coletivista ou socialista revolucionária, chamada mais tarde

de anarquista, tornar-se-ia, naquele contexto, um "movimento de massas organizado". Skirda (2002), em sua análise organizativa do anarquismo, toma como um marco de referência o pensamento proudhoniano, assim como Ansart (1970), que em sua obra *El Nascimiento del Anarquismo*, trata exclusivamente da produção teórica de Proudhon e de seu vínculo com o movimento dos trabalhadores da seda de Lyon.

Schmidt e van der Walt (2009, p. 45) afirmam que o anarquismo surge durante a AIT, mais especificamente em 1868: "é razoável considerar os anos 1860 e a Primeira Internacional como o contexto de surgimento do movimento anarquista". O anarquismo, para eles, surgiu das teorias e práticas, pensamentos e ações desenvolvidos pelo movimento operário do século XIX: "foi dentro do ambiente socialista que as idéias identificadas com Bakunin, Kropotkin e o movimento anarquista surgiram". Essa visão – de que o anarquismo passou a existir quando Bakunin e outros socialistas, constituindo a Aliança da Democracia Socialista (ADS), ingressaram na Internacional, passando a impulsionar a difusão das estratégias anarquistas pela Europa – é também compartilhada por Nicolas Walter (2000).

Para Colombo (2011, p. 127), o anarquismo constitui-se plenamente durante o Congresso de Saint-Imier, em 1872; naquele contexto, "o anarquismo tornar-se-á um corpo teórico que organiza, sistematiza, representa e justifica a luta, e os métodos de luta, para chegar a uma transformação profunda da sociedade". Ele também enfatiza que o anarquismo não surge "da cabeça de um rebelde genial", mas é o "produto das condições reais da exploração e da dominação de classe, da forma estatista do poder político e das lutas sociais conexas". Tal posição é compartilhada por Marianne Enckell (1991).

Dentre esse conjunto de autores que consideram o surgimento do anarquismo no século XIX, encontram-se duas similaridades: o vínculo entre o surgimento do anarquismo e um contexto particular, em termos econômicos, políticos e sociais, e também o fato de o anarquismo ser compreendido como um movimento emergente da classe trabalhadora e do próprio socialismo.

Entretanto, há basicamente três posições, que se fundamentam em marcos distintos para estabelecer o momento, durante o século XIX, em que surge o anarquismo. O primeiro marco é a produção de Proudhon, que se inicia em 1840 e se desenvolve até sua morte em 1865; o segundo é a constituição da ADS e a entrada dela e de Bakunin na AIT, que ocorrem em 1868; o terceiro é a cisão da AIT e a constituição

da Internacional Antiautoritária, que se dão em 1872. A partir de 1872 é praticamente um consenso entre todos os autores de que o anarquismo já está constituído.

Essa ligação do anarquismo com o século XIX é realizada, em grande parte dos casos, por um determinado contexto histórico que teria proporcionado as condições para o surgimento do anarquismo. Entretanto, essa ligação também pode ser realizada por dois outros fatos: a utilização positiva do termo "anarquia" e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas, ambos fenômenos daquele século – recursos que também são utilizados por estudiosos do anarquismo.

2.1.3.7 O sentido positivo dos termos "anarquia" e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas

Apesar do sentido negativo dos termos "anarquia" e seus derivados, discutidos anteriormente, há um marco histórico que ficou conhecido como a primeira tentativa de modificar esse sentido. Woodcock (2002, vol. I, p. 40; 17) – apesar de afirmar que "dois historiadores do anarquismo, Alain Sargent e Claude Harmel, descobriram que o primeiro anarquista foi Jean Meslier, o cura de Étrepigny, que viveu no século XVIII" – sustenta que o anarquismo "existe na Europa desde 1840 ininterruptamente". Esse marco de 1840 certamente está ligado à utilização que Proudhon fez, pela primeira vez, do termo "anarquia" em sentido positivo e de sua reivindicação de ser um anarquista, conforme indica Samis:

> A anarquia, palavra recorrente nos discursos que tinham como objetivo desclassificar os oponentes, geralmente partidários da liberdade, era então vista de forma bem diversa da conceituação que lhe deu Pierre-Joseph Proudhon, no seu tratado apresentado à Academia de Ciências de Besançon, *O que é a Propriedade?*, em 1840. (Samis, 2002, p. 52)

Proudhon (1988, p. 233-237), em meio à sua crítica contundente da propriedade privada, afirmou ser um anarquista, entendendo por isso uma oposição aberta ao governo dos homens pelos homens e a "ausência de senhor, de soberano". Ainda que tenha continuado a utilizar o termo "anarquia" no sentido de desordem, Proudhon foi, no livro de 1840, o primeiro autor conhecido a atribuir-lhe sentido positivo.[6]

[6] Deve-se destacar, entretanto, que o venezuelano Antonio Muñoz Tébar afirmou, em 1811, em relação à forma que deveria assumir a república da Venezuela: "A anarquia! Essa é a liberdade. [...] Senhores, que a anarquia, com a tocha das fúrias em mãos, nos guie ao congresso, para que sua fumaça embriague os facciosos da ordem e os siga pelas ruas e praças gritando: Liberdade!" (*apud* Gonzáles, 2009).

Ainda assim, parece evidente que um autor como Proudhon – mesmo se levada em conta a influência massiva de seus escritos – não reverteria facilmente o sentido que impregnava o termo pelo menos desde o século anterior. Essa problemática foi notada por militantes anarquistas que, na AIT, preocupavam-se com a utilização dos termos "anarquia" e seus derivados, justamente pelo significado que eles vinham carregando ao longo do tempo.

James Guillaume (2009a, p. 204) notava, com preocupação, que a própria militância utilizava esses termos de maneira negativa: "acontecia-nos, ainda, [...], de empregar as palavras 'anarquia' e 'anárquico' no sentido vulgar". Por esse motivo, naquele contexto, preferia-se a utilização de outros termos: "não se falava de 'anarquismo' à época. Bakunin dizia-se socialista revolucionário ou coletivista". (Berthier, 2010, p. 127) Na AIT, conforme coloca Enckell, esses termos eram ainda pouco utilizados:

> Bakunin, quatro anos antes [de 1872], saiu do Congresso da Paz dizendo aos amedrontados burgueses: *Sou anarquista*, retomando a afirmação provocativa de Proudhon. Em seu relato do Congresso da Basiléia da AIT, em 1869, James Guillaume fala de *coletivismo anarquista*, mas ele nunca utilizará a palavra anarquista isoladamente, por razão de sua aparência negativa. Nos programas da Aliança [da Democracia Socialista], das seções ou mesmo dos círculos mais revolucionários, esse termo jamais aparece durante os primeiros anos da AIT. (Enckell, 1991, p. 199)

A utilização progressiva dos termos em questão contribuiu para modificar, ainda que relativamente, o sentido negativo atribuído a eles. A partir de Proudhon, esses termos passaram a ser reivindicados de maneira positiva, sendo utilizados esporadicamente pelos coletivistas da Internacional – Bakunin nos escritos do fim da vida e Guillaume muito raramente – e adotados, majoritariamente, somente a partir de 1872, com a fundação da Internacional Antiautoritária.

Mesmo com a tentativa de Proudhon de dar um sentido positivo dos termos "anarquia" e seus derivados, nota-se que essa utilização terminológica teve resistências mesmo entre aqueles que, no século XIX, foram representantes de primeira ordem do anarquismo. A reivindicação positiva, mais generalizada desses termos a partir de 1872, aos poucos, pelo menos para um determinado setor socialista, proporcionou as condições para a substituição de termos como "socialismo revolucionário" e "coletivismo", constituindo uma alternativa a eles.

Ainda assim, não houve uma homogeneização nesse sentido; outros termos vêm funcionando historicamente como sinônimos de anarquismo: "socialismo libertário", "comunismo libertário", "socialismo antiautoritário", "comunismo antiautoritário" entre outros. Entretanto, não se pode assumir que todos eles sejam sinônimos; se eles foram freqüentemente reivindicados por anarquistas, em determinados casos extrapolam fronteiras e estendem-se a outros setores da esquerda socialista e revolucionária.

Isso implica a discussão de outra problemática que envolve a auto-identificação dos anarquistas. Mesmo não se apoiando nesse critério de maneira absoluta, alguns estudos de referência, de certa maneira, trabalham, com a auto-identificação dos anarquistas como um critério para demarcar e definir o próprio anarquismo. McKay (2008) leva em conta, em distintos momentos, individualistas como Susan Brown, Tucker, o periódico *Anarchy: a journal of desire armed*, primitivistas como John Zerzan e o periódico *Green Anarchy* que, para além do fato de se considerarem anarquistas, não possuem muito em comum com os princípios históricos do anarquismo.

Deve-se questionar, assim, se a auto-identificação constitui um critério adequado para determinar quem é ou não anarquista e, por meio de sua produção teórica e prática, determinar o que é ou não o anarquismo.

2.1.3.8 O anarquismo como antítese do marxismo

Essa problemática está ligada diretamente a outras anteriormente discutidas. Algumas abordagens, como as que consideram o anarquismo um fenômeno ahistórico, definido pela luta contra a dominação, mas, fundamentalmente, as abordagens que definem o anarquismo como sinônimo de antiestatismo, constituem as bases das análises que enfatizam ser o anarquismo a antítese do marxismo.

Essas abordagens fundamentam-se, em alguma medida, no referido verbete sobre anarquismo, elaborado por Kropotkin (1987) para a *Encyclopaedia Britannica*. O argumento que sustenta suas posições, parcialmente retomado em alguns dos estudos de referência, é que o desenvolvimento da humanidade conta com duas tendências imemoriais em seu seio; uma delas, antiautoritária, que se caracterizaria pelas lutas e resistências contra a dominação, e outra, autoritária, que se caracterizaria pelas tentativas de dominação e pelo estabelecimento de hierarquias na sociedade. Esse argumento subsidia, em alguns casos, posições de que o anarquismo seria uma expressão da primeira tendência e o marxismo da segunda.

Horowitz considera que o anarquismo se desenvolveu, em grande medida, como uma alternativa ao marxismo. Em uma comparação entre o socialismo e o anarquismo, ele afirma:

> A diferença entre o socialismo e o anarquismo é fundamentalmente uma diferença entre aqueles que pretendem abolir as formas de relações sociais tais como existem atualmente e aqueles que tentam abolir o conteúdo de toda a sociedade de classes existentes até o presente. O socialista vê a sociedade futura a partir da perspectiva de redistribuição do poder, da propriedade, etc. O anarquismo vê em um compromisso desse tipo uma realização abortada e predestinada a perpetuar, sob uma forma nova, as mesmas divisões que vêm cindindo historicamente a sociedade. Para o anarquista, a raiz do problema é a sociedade; para o socialista, a raiz do problema se encontra nas classes sociais. (Horowitz, 1982, p. 23)

Pode-se, assim, compreender o anarquismo como uma luta contra a sociedade de dominação, sem base classista, posicionando-se contrariamente à redistribuição do poder e da propriedade privada. O classismo, a crítica da propriedade privada e da centralização do poder não seriam elementos constitutivos do anarquismo. Algumas abordagens discutidas – do anarquismo ahistórico, definido pela luta contra a dominação, e do anarquismo como sinônimo de antiestatismo – vêm subsidiando compreensões do anarquismo nesse sentido. Mesmo nas abordagens amplas dos estudos de referência, em geral, não se considera o marxismo parte do anarquismo. Isso inclui a obra de Eltzbacher que, ainda que defina o anarquismo como oposição ao Estado no futuro, não faz menções à possível fusão das duas ideologias.

As posições de que o anarquismo surgiu no século XIX, a partir da cisão da Internacional em 1872, também possui argumentos que podem levar a conclusões semelhantes. As diferenças entre marxistas e anarquistas têm sido significativamente destacadas nos estudos da Internacional – em especial, os conflitos entre Marx e Bakunin – adquirindo, em muitos casos, proporções maiores do que a própria AIT. Esses conflitos, que se evidenciaram a partir de 1869 e chegaram ao ápice em 1872, marcaram a cisão do socialismo em duas correntes fundamentais, chamadas *a posteriori* de anarquista e marxista. Entretanto, mesmo com a cisão, ambas as correntes estiveram juntas em distintas oportunidades, como no caso do primeiro período da Segunda Internacional (1889-1914).

As posições de ambas as correntes, exacerbadas e significativamente difundidas a partir de então, vêm contribuindo, principalmente a partir da segunda metade do

século XX, com essa compreensão do anarquismo como antítese do marxismo, ao afirmar mais suas diferenças do que suas similaridades.

2.1.3.9 A incoerência do anarquismo e seu fim em 1939

Para Kedward (1971, p. 6), "nunca surgiu um programa coerente do anarquismo", sendo que "disputa e discórdia fizeram parte de sua mais genuína natureza". Distintos estudos de referência enfatizam, em termos negativos ou positivos, essa incoerência do anarquismo.

Eltzbacher (2004, p. 270) concluiu, ao fim de seu estudo, que os sete sábios do anarquismo, em geral, "nada têm em comum". A partir de uma tipologia interessante, constatou que alguns dos sábios eram idealistas e outros eudemonistas, uns eram altruístas e outros egoístas, uns espontaneístas e outros federalistas, uns individualistas, outros coletivistas ou comunistas. Woodcock (2002, vol. I, p. 14) enfatiza que "os anarquistas podem estar totalmente de acordo quanto a seus objetivos básicos, mas demonstram ter profundas divergências quanto às táticas necessárias para atingir esses objetivos, especialmente no que se refere à violência". Para Joll (1970, p. 29), "foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista, que tornou a doutrina anarquista tão contraditória".

Essa incoerência, para alguns autores, não se trata de um problema, mas de uma virtude. Marshall (2010, p. 3) e McKay (2008, p. 18) consideram que é o antidogmatismo do anarquismo – considerado uma filosofia pelo primeiro e uma teoria para o segundo – permite abarcar todas essas concepções, conseguindo, de algum modo, conciliá-las. Marshall afirma que "o anarquismo é como um rio com muitas correntes e contracorrentes", as quais se modificam constantemente, "sendo renovado pelo vai-e-vem das ondas, mas sempre rumando ao oceano de liberdade". Posições que não se distanciam significativamente da de Guérin:

> Malgrado a variedade e a riqueza do pensamento anarquista, malgrado as suas contradições, malgrado suas disputas doutrinais, centrada, não raramente, à volta de falsos problemas, estamos perante um conjunto de concepções muito homogêneas. (Guérin, 1968, p. 12)

Essas posições consideram que não há grandes contradições entre Stirner e Bakunin, ou entre Tucker e Kropotkin. As diferenças, como as notadas por Eltzbacher, seriam positivas e demonstrariam que o anarquismo não é dogmático.

Tais argumentos, que envolvem as bases diversas e incoerentes do anarquismo, subsidiam posições de autores, como Caio T. Costa (1990, p. 7; 12) e Ricardo Rugai (2003, p. 2), que falam na existência de "anarquismos", definidos por distintas e inconciliáveis maneiras de se conceber o próprio anarquismo.

Além da incoerência, alguns estudos de referência apontam claramente para a conclusão de que o anarquismo teria terminado em 1939, ano em que se consolida a derrota da Revolução Espanhola. As obras produzidas nos anos 1960 vão nesse sentido. Woodcock chegou a afirmar que o fracasso da Espanha revolucionaria havia marcado o fim do anarquismo:

> Situei o término desta história do anarquismo no ano de 1939. Esta data, escolhida propositadamente, assinala a verdadeira morte [...] do movimento anarquista fundado por Bakunin duas gerações atrás. [...] Não existem sequer quaisquer possibilidades admissíveis de um renascimento do anarquismo. [...] [A perda da Revolução Espanhola] foi a última e a maior derrota do movimento anarquista histórico. Nesse dia, virtualmente deixou de existir como uma causa viva. Restaram tão-somente anarquistas e a idéia anarquista. (Woodcock, 2002, vol. II, p. 288; 295)

Mesmo tendo voltado atrás alguns anos depois, reconhecendo a relevância do anarquismo durante os anos 1960, Woodcock (2002, vol. II, p. 299) afirmou, em 1973, que "entre 1939 e 1961 o anarquismo não desempenhou qualquer papel notável nos assuntos de qualquer país". Guérin (1968, p. 155) enfatizou, de maneira semelhante, que "a derrota da Revolução Espanhola privou o anarquismo do seu único bastião no mundo. Desta experiência, o movimento anarquista saiu esmagado, disperso e, em certo sentido, desacreditado".

Unindo os argumentos da incoerência e do fim do anarquismo em 1939, Joll (1970, p. 325) afirma: "quando olhamos para os repetidos fracassos do anarquismo em ação, fracassos que culminaram na tragédia da guerra civil espanhola", enfatiza, poder-se-ia afirmar que "as contradições e as inconsistências da teoria anarquista, a dificuldade, se não a impossibilidade de pô-la em prática, parecem ilustradas pelas experiências dos passados cento e cinqüenta anos".

De uma maneira ou de outra, os estudos de referência raramente fogem dessas duas afirmações: o anarquismo é incoerente e perdeu sua expressão em 1939, com a derrota da Revolução Espanhola.

2.1.3.10 O pequeno impacto popular do anarquismo e outros aspectos de relevância

Os estudos sobre o anarquismo apresentam ainda argumentos que contribuem com outras conclusões sobre tema, presentes em distintos dos trabalhos analisados.

Ao passo que Horowitz (1982, p. 9) aponta o "desaparecimento virtual do anarquismo como um movimento social 'organizado'", Kedward vai mais longe:

> Os historiadores devem concordar que o ideal da anarquia nunca foi popular, que ele encontrou a oposição de todas as classes e de todas as idades. Ele nem mesmo se tornou o credo de uma juventude adolescente, o grupo que, por razão da idade, está mais naturalmente envolvido com o problema da autoridade. (Kedward, 1971, p. 120)

Este argumento sustenta que o anarquismo não somente teria desaparecido nos anos 1930 ou 1960 como um movimento social organizado, mas que ele nunca teria ultrapassado um ideal utópico, sem impacto popular relevante.

A possível afinidade entre o anarquismo e a juventude, enfatizada por Kedward, é retomada por Joll (1970, p. 330), que afirma que "o ardente e irreprimível otimismo das doutrinas anarquistas terá sempre uma aceitação entre a juventude em revolta contra as concepções morais e sociais dos mais velhos".

Inadequado para a sociedade de seu tempo, o anarquismo possui, de acordo com Woodcock (2002, vol. I, p. 15), bases idealistas que "em muitos países teve muito pouco a ver com a realidade".

De acordo com Joll (1970, p. 327-328), o anarquismo sustenta-se em uma "visão romântica, saudosista, de uma sociedade do passado" composta por "artesãos e camponeses", a qual lhe caracterizaria como algo antigo, do passado, e pouco adaptado para a sociedade industrial, oferecendo a elas poucas alternativas, segundo afirma Woodcock (2002, vol. II, p. 293; 290): "as pessoas comuns das classes média e operária [...] rejeitaram a visão anarquista por que esta [...] carecia de concretismo e precisão tranqüilizadores que elas desejavam". Essa inadequação ao presente também se demonstraria pela vontade dos anarquistas de voltar ao passado e pelo desenvolvimento do anarquismo, de maneira mais evidente, nas sociedades atrasadas: "os países e as regiões onde o anarquismo fez-se mais forte foram aqueles em que a indústria era menos desenvolvida e em que o pobre era mais pobre". O flerte com certo "primitivismo" seria, dessa maneira, uma característica inata do anarquismo e um dos fatores que o teria impedido de se desenvolver de maneira mais ampla, fundamentalmente entre o operariado urbano e industrial; a rejeição do anarquismo às

lutas por reformas, conforme afirmam Woodcock (2002, vol. II, p. 293) e Joll (1970, p. 30; 327), e sua política do tudo ou nada teria reforçado esse distanciamento entre trabalhadores e anarquistas.

Outro aspecto significativo do anarquismo seria, conforme afirmou Woodcock (2002, vol. I, p. 23; 28), uma "visão naturalista da sociedade", venerando "tudo que fosse natural, espontâneo e individual", o que permitiria, conforme colocado por Joll (1970, p. 32-33) e Horowitz (1982, p. 16), relacioná-lo às idéias de Rousseau e sua concepção de natureza humana. Esse individualismo, de acordo com os estudos de referência, seria também uma característica básica do anarquismo. Sobre isso, Woodcock enfatiza que

> a preocupação extremada com a soberania da escolha individual domina não apenas as idéias anarquistas sobre táticas revolucionárias e a futura estrutura da sociedade; ela também explica por que razão o anarquista rejeita tanto a democracia quanto a autocracia. [...] A democracia prega a soberania do povo. O anarquismo, a soberania da pessoa. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 36)

"Rebeldes diletantes altamente individualistas" (Woodcock, 2002, vol. II, p. 292), os anarquistas, segundo Costa (1990, p. 11), "se é que se pode encontrar algo de comum entre eles, têm sempre em mira apenas o indivíduo, sem delegações, produtor, naturalmente em sociedade". Tal preocupação com o indivíduo não colocaria os anarquistas numa posição de se contrapor completamente à organização, mas, conforme coloca Woodcock (2002, p. 18), de defenderem "grupos desagregados e transitórios" e confederações que deveriam servir de exemplo ao povo, sendo sua espontaneidade fundamental.

Em suma, há aspectos de relevância apontados pelos estudos de referência: o anarquismo, que nunca teve significativo impacto popular, fundamenta-se no individualismo, no espontaneísmo, no idealismo, no naturalismo, sendo mais afeito às idéias dos jovens e mais adaptado ao passado do que ao presente – elementos que teriam justificado, em certa medida, seu pequeno impacto popular.

2.1.3.11 As questões do método historiográfico e do escopo geográfico

Uma análise dos estudos de referência, tanto em relação ao método historiográfico, quanto em relação ao escopo geográfico, permitem que sejam elaboradas algumas afirmações. Em relação ao primeiro, constata-se que as obras históricas utilizam, majoritariamente, um modelo de história hegemônico no século XX,

quando foram escritas, priorizando os "grandes homens", a partir de uma "história vista de cima". Em relação ao segundo, evidencia-se um foco basicamente na Europa Ocidental, ainda que se possa notar algum destaque à Rússia, constituindo uma abordagem, em boa medida, eurocêntrica; entretanto, o Leste Europeu praticamente não aparece, ao passo que há algum destaque para a América do Norte, fato que permitiria considerar um direcionamento voltado ao eixo Atlântico Norte.

Eltzbacher (2004) trata do anarquismo a partir de uma abordagem teórica que se fundamenta na obra dos sete sábios que são, na maioria, europeus; não aborda episódios e movimentos em que o anarquismo esteve envolvido. Nettlau (2008; no prelo), em termos do método historiográfico, foge um pouco à regra, pois, além dos grandes pensadores, expõe um conjunto significativamente amplo de episódios e movimentos em suas reflexões históricas. Em relação ao escopo geográfico, aborda fundamentalmente a Europa ocidental e Rússia, além de discutir brevemente os Estados Unidos, dedicando ao leste Europeu, América Latina, Ásia e Oceania menos de 10% de seus dois volumes.

Woodcock (2002) dedica praticamente todo seu volume teórico na análise da produção de seis grandes teóricos do anarquismo, todos europeus. O volume que analisa a prática do anarquismo dedica em torno de 60% de seu conteúdo às análises de França, Espanha, Itália e Rússia; dedica somente algumas páginas à América Latina e aos Estados Unidos. Joll (1970), na parte teórica de sua obra, dedica-se ao estudo de idéias, lutas por liberdade e surgimento do socialismo, com o foco na Europa; dedica-se, também, ao estudo aprofundado da obra de Proudhon e Bakunin. A parte prática – tanto os debates estratégicos que envolvem a propaganda pelo fato, quanto o sindicalismo, além das experiências revolucionárias – tem foco principalmente na Europa. Guérin (1968) fundamenta sua elaboração teórica, basicamente, em três autores: Proudhon, Bakunin e Stirner; a partir da prática de fenômenos revolucionários na Europa Ocidental e na Rússia, trabalha com uma bibliografia basicamente européia, sem também dedicar espaço a outros continentes.

Marshall (2010) elabora quase que toda sua reflexão teórica de mais de 200 páginas com a análise de dez autores – Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstoi, Goldman e Gandhi –, na grande maioria, europeus. Em seu volume de mais de 800 páginas dedica menos de 10% aos estudos da Ásia e da América Latina; África e Oceania não são abordadas. McKay (2008) trabalha com um conjunto

bem mais amplo de autores do que a maioria dos estudos de referência. Ainda assim, destacam-se significativamente os clássicos europeus e os autores norte-americanos.

Constata-se que nos estudos de referência, se em alguns casos há cortes históricos muito amplos, a leitura do "anarquismo" é sempre feita de cima para baixo, a partir de seus grandes homens. Por outro lado, nota-se uma restrição significativa de escopo geográfico, que tem como foco a Europa e aborda com alguma profundidade os Estados Unidos. Em geral, quase não se trata devidamente do anarquismo nas Américas do Sul e Central, e os casos da Ásia, da África e da Oceania praticamente inexistem.

2.2 BALANÇO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Sem dúvida, todos os estudos de referência tiveram, e ainda têm, um papel relevante para as investigações sobre o anarquismo. São, evidentemente, produções fruto do tempo e do lugar em que foram realizadas. Por isso, seus méritos, que sem dúvida não são poucos, devem ser reconhecidos.

Eltzbacher (2004) introduziu o anarquismo na academia, com uma seriedade e um espírito científico que não eram comuns à época, quando se tratava de anarquismo – as produções possuíam caráter ideológico marcante, tanto nas abordagens daqueles que o defendiam, quanto daqueles que o criticavam. Mesmo com os problemas que serão apontados, seu estudo fundamenta-se em elementos teórico-metodológicos bastante avançados para seu tempo. Nettlau (2008; no prelo) destaca-se por ser um dos primeiros estudos a tentar reunir as idéias e práticas libertárias em uma obra, dando aos futuros pesquisadores dados e nomes que seriam fundamentais para aprofundamentos ulteriores. O papel de Nettlau, na reunião de originais dos clássicos anarquistas – muitos dos quais constituíram a base do acervo do Instituto de História Social de Amsterdã –, também não pode ser minimizado.

Woodcock (2002) e Joll (1970) avançaram na discussão de temas teóricos e práticos do anarquismo e sua difusão massiva contribuiu significativamente com as produções subseqüentes. O fato de os autores serem simpáticos ao anarquismo deu às suas abordagens um traço distinto de produções acadêmicas e/ou políticas que se fundamentavam mais no senso comum e na propaganda ideológica do que nos fatos. Guérin (1968), dentre as obras produzidas nesse período, é a que mais se destaca. Mesmo com suas limitações, é, sem dúvidas, o melhor dos estudos de referência, constituindo, ainda hoje, uma boa introdução ao anarquismo.

Marshall (2010) apresenta uma obra de referência do pensamento e da prática dos libertários em sentido amplo – ou seja, das lutas históricas contra a dominação. Sua extensa obra vem contribuindo com o avanço na investigação acerca da relação entre os anarquistas e os libertários em geral. McKay (2008) apresenta, de maneira bastante didática, vários temas do anarquismo, com posições bem fundamentadas e com significativa relação com os fatos históricos. Sua difusão, indubitavelmente, vem afastando diversos mitos que rondam historicamente o anarquismo e proporcionando elementos para uma compreensão bem mais adequada do tema, em comparação com muitos dos estudos precedentes.

Apesar desses méritos, é imprescindível realizar uma crítica das limitações desses estudos, ainda que seja uma crítica generosa, que reconhece sua importância, em seu tempo e lugar; são eles, em grande medida, que têm fornecido as bases para aprofundamentos e refinamentos das investigações. Não se trata, por isso, de arrogância intelectual, mas de identificar problemas precedentes de maneira a avançar nas pesquisas. Também não se pode deixar de considerar questões contextuais significativas, mencionadas anteriormente, como os problemas políticos (na relação entre o anarquismo e o *status-quo*, o anarquismo e outros setores da esquerda e do socialismo), a correlação de forças nas universidades e os problemas técnicos (dificuldade no acesso às fontes).[7]

Comparando as definições de anarquismo dos estudos de referência, podem-se realizar alguns comentários.

Uma simples somatória das definições apresentadas pelas obras analisadas não permite chegar a uma definição única de anarquismo. Se, por um lado, algumas definições forjadas no senso comum foram descartadas – nenhum dos autores em questão conceitua o anarquismo como defesa da destruição, do caos, da desorganização –, por outro, não há uma definição comum que permita identificar o que, de fato, é o anarquismo.

Todas as definições, de certa maneira, possuem um mínimo denominador comum, em torno da oposição à dominação e da aspiração à liberdade. Essa oposição à dominação, chamada por alguns anarquistas de "luta contra a autoridade", constituiu a base de outras definições do anarquismo, como no caso de Sébastien Faure (1998, p.

[7] O próprio Eltzbacher (2004, p. 5) reconheceu essa dificuldade no acesso às fontes: "os escritos anarquistas são escassos em nossas bibliotecas. Eles são tão raros que é extremamente difícil para um indivíduo adquirir até mesmo as obras mais proeminentes."

58), que afirmou: "quem nega a autoridade e luta contra ela é um anarquista". Além da amplitude destas definições, que abarcam um universo muito amplo de autores e episódios, o termo "autoridade", central nas discussões sobre o poder[8], não é claro, nesta e em outras definições. Historicamente, no anarquismo, têm sido dados distintos sentidos ao termo "autoridade", dentre eles o de poder e o de dominação, também significativamente diferentes. Os anarquistas seriam contra o Estado, contra a dominação ou contra o próprio poder? Essa questão de fundo complica ainda mais a elaboração de uma definição adequada do anarquismo.

Entretanto, o maior problema dessas definições amplas, adotadas em alguma medida por Nettlau e Marshall, é que o anarquismo torna-se, assim, um fenômeno ahistórico e desprovido de contexto. Pode-se dizer que essa abordagem, que teve início em Kropotkin, mais do que definir o anarquismo e estudar sua história, foi realizada em meio a uma resistência significativa à aceitação das idéias anarquistas, fundamentada no argumento de que aquilo que sustentavam os anarquistas era contra a própria natureza humana e que nunca, em toda história, havia sido defendido ou colocado em prática.

Autores como Kropotkin buscavam, em certa medida, demonstrar que as lutas contra a dominação motivadas pela defesa da liberdade sempre existiram; não seriam, portanto, contrárias à natureza humana. Tais argumentos, ainda que politicamente importantes para contrapor os outros argumentos em questão, não podem ser tomados como base de um estudo teórico-histórico de rigor; mais do que uma produção teórica, essa leitura, segundo Schmidt e van der Walt, constitui uma meta-história, um mito legitimador.

> Como outros movimentos, os anarquistas começaram a criar o que só pode ser considerado um mito legitimador para o movimento: retratar o anarquismo como um fenômeno comum a todos os lugares, povos e localidades; essa meta-história ajudou a enfraquecer as acusações de que o anarquismo seria estranho, bizarro ou contrário à natureza humana. O elenco, nesse palco universal, incluiu filósofos antigos como Lao Tsé, heréticos religiosos como os anabatistas e pensadores como Godwin e Stirner, seguidos por movimentos a partir da Primeira Internacional, incluindo o sindicalismo.[9] (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 34)

---

[8] Para uma abordagem do poder, Corrêa (2011b) afirma: "Por meio do mesmo termo, podem estar sendo discutidas distintas questões e por outros termos – como, nesse caso específico, *autoridade* e dominação – podem estar sendo discutidas as mesmas questões. Trata-se, assim, de compreender amplamente o objeto em questão e suas distintas abordagens, tomando em conta as referidas precauções metodológicas."

[9] Schmidt e van der Walt utilizam o termo "sindicalismo" (syndicalism em inglês), diferenciando-o de "trade-unionismo", o sindicalismo anterior a este de intenção revolucionária (unionism em inglês), que

Ainda que os autores neguem que o anarquismo possa ser definido tão-somente como oposição à dominação e aspiração à liberdade, como no caso das abordagens ahistóricas, eles reconhecem que lutas sociais libertárias e antiautoritárias foram levadas a cabo durante toda a história e constituem heranças essenciais da humanidade, confirmando que não contrariam a natureza humana. Entretanto, essas lutas não podem, em sua totalidade, ser consideradas expressões do anarquismo.

Berthier (2008, p. 1) afirma, neste mesmo sentido, que o anarquismo possui, em suas origens, relações com "a tendência imemorial da humanidade de luta contra a opressão política e a exploração econômica", mas essas relações não são suficientes para se reduzir uma coisa à outra. Ao tratar desta relação, Albert Meltzer enfatizou:

> O movimento anarquista moderno não pode, mais do que outras teorias modernas da classe trabalhadora, considerar seus estes precursores da revolta. Para investigar o movimento anarquista moderno devemos observar fatos mais próximos de nosso tempo. Ainda que tenha havido grupos libertários, não-estatistas e federalistas – os quais, posterior e retrospectivamente, foram chamados de anarquistas, antes de meados do século XIX –, foi somente naquele contexto que eles tornaram-se o que agora chamamos de anarquistas. (Meltzer, 1996, p. 5)

Para esses autores, trata-se de distinguir o que se poderiam chamar fenômenos libertários e fenômenos anarquistas. Os primeiros estão ligados às lutas antiautoritárias e libertárias, que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história, pautadas em princípios mais amplos. Os segundos estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos. Os fenômenos anarquistas são, assim compreendidos, parte dos fenômenos libertários; o que é anarquista está contido no que é libertário, sendo, portanto, o segundo conjunto maior que o primeiro.

As definições amplas – como as de Kropotkin (na *Encyclopaedia Britannica*), Nettlau e Marshall – estão, portanto, descartadas, visto que definem, no máximo, o que é libertário, mas não o que é anarquista. Tais definições têm de ser incorporadas em uma definição mais pormenorizada do anarquismo, que permita conceituar suas particularidades em relação a outros fenômenos libertários.

---

permaneceu como ferramenta reformista de articulação dos trabalhadores. Utilizar-se-á, nesta dissertação, "sindicalismo de intenção revolucionária" como sinônimo de "syndicalism".

Outras definições amplas, como as de Eltzbacher, Joll e Woodcock, também tangenciam elementos do anarquismo, mas não são capazes de conceituá-lo de maneira adequada.

Esse é o caso da definição do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, ou como oposição do Estado no futuro. Tal definição é reducionista e permite que se incluam no anarquismo autores e tradições que não são anarquistas.

Conceber o anarquismo desta maneira implica considerar que Marx e os marxistas são anarquistas. Afinal, Marx (1850) sustentou um conceito de comunismo que, por razão do fim da contradição entre as classes, existiria sem o Estado: "A abolição do Estado só tem sentido entre os comunistas, como uma conseqüência necessária da abolição das classes, com a qual desaparece automaticamente a necessidade de um poder organizado de uma classe para manter as outras sob seu jugo". Outros teóricos marxistas, que acreditam na superação da "ditadura do proletariado" do socialismo para uma fase superior do comunismo, prevêem também o fim do Estado.

Por que então não incluir Marx e os marxistas no anarquismo? Alguns marxistas heterodoxos insistiram nessa posição, justamente por trabalharem com uma definição de anarquismo como sinônimo de antiestatismo; Maximilien Rubel e Louis Janover, em um livro intitulado *Marx Anarquista* (2010, p. 17), tentam demonstrar – por meio das afirmações que Marx previa, em um momento pós-revolucionário, a abolição do Estado – que Marx era um teórico anarquista. Falando de *A Ideologia Alemã*, os autores afirmam: "De ponta a ponta, nesse volumoso escrito, sua crítica da política e do Estado toma uma coloração claramente anarquista: ainda que evitassem a utilização desse termo, seu 'comunismo' não deixava de conduzir ao imperativo de 'derrubar o Estado'". Certamente Rubel e Janover exageram; mas sua conclusão é equivocada justamente pelo reducionismo da definição de anarquismo com a qual trabalham.

Entretanto, os estudos de referência do anarquismo que utilizam as definições amplas, incluindo a compreensão do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, não consideram anarquistas, na maioria absoluta dos casos, Marx e os marxistas. Conforme apontam Schmidt e van der Walt:

> Aceitar a definição de anarquismo de Eltzbacher e aplicá-la consistentemente significa que Mao e Stálin [além de Marx e Engels] têm todo o direito de figurar entre os sábios; a lógica é inevitável, já que ambos "negam o Estado no futuro". No entanto, nenhum dos trabalhos mais comuns sobre o anarquismo inclui a dupla; ao contrário, o marxismo clássico é sempre apresentado como a antítese

> absoluta do anarquismo. Esse é um ponto bastante revelador. A razão óbvia para a exclusão do marxismo clássico – e para que ele seja apresentado como a antítese do anarquismo – é sua estratégia da ditadura do proletariado. [...] A estratégia não é considerada um aspecto de definição do anarquismo nos trabalhos mais comuns e é apresentada como o campo em que os anarquistas mais divergem. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 42)

Demonstra-se, com isso, a debilidade conceitual de obras que não conseguem explicar por que incluem entre os anarquistas teóricos como Godwin e Stirner, mas não Marx e Engels, Mao e Stálin. No caso citado, se o anarquismo fosse definido unicamente por uma oposição ao Estado no futuro, os quatro deveriam ser incluídos. Se, entretanto, além de uma perspectiva de futuro, a oposição ao Estado implica estratégias, meios de atuação com vista a fins, então elementos estratégicos têm de estar contemplados em uma definição de anarquismo. Distinguir anarquismo e marxismo implica, necessariamente, realizar uma discussão sobre estratégias.

A definição de anarquismo como antiestatismo tem permitido extrapolações que beiram o absurdo, como no caso daqueles que consideram ser possível a existência de uma corrente "anarco-capitalista", que defende um liberalismo extremado, de completa redução do Estado em benefício do capitalismo de mercado. Essa posição, ainda que seja aceita por Marshall (2010, p. 559-565) – o qual inclui entre os anarquistas Margareth Thatcher, Buda, Marques de Sade, Che Guevara e outros –, é veementemente negada por McKay (2008, p. 477-547), com base no argumento de que o anticapitalismo é um princípio anarquista.

Silva (2011a, p. 23) está correto ao afirmar que "reduzir o anarquismo ao simples e vago epíteto de 'rejeição ao Estado' não é suficiente para caracterizar a ideologia anarquista". A oposição ao Estado é característica comum entre os anarquistas, mas também entre autores e tradições que possuem pouco ou quase nada em comum com o anarquismo; o antiestatismo é, certamente, um elemento libertário que está presente na definição de anarquismo, mas, novamente, não se pode resumir uma coisa à outra.

A definição de Eltzbacher será descartada. Primeiramente, pelo problema metodológico discutido – o fato de trabalhar com um conjunto de autores que, ao serem indicados por outros pesquisadores, já possuíam entre si a única semelhança de oposição do Estado no futuro –, que comprometeu sua pesquisa. Em segundo lugar, por ela permitir, logicamente, a inclusão no anarquismo de autores e tradições, como Marx,

os marxistas, Godwin, Stirner e "anarco-capitalistas"; conforme se buscará demonstrar, esses autores e tradições não são anarquistas.

Podem-se, ainda, apontar os limites das definições de Joll – que vincula o anarquismo à luta pela transformação social, à crença na racionalidade humana e à possibilidade de aperfeiçoamento humano – e de Woodcock – que vincula o anarquismo aos elementos conceituais da estratégia: crítica da sociedade presente, proposta de sociedade futura e a estratégia de transformação social.

Os mesmos argumentos levantados em relação à problemática de se definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo podem ser colocados em relação à definição de Joll. Não poderiam Marx, Engels e Lênin ser incluídos nessa sua ampla definição? O problema da definição de Woodcock é que, ainda que mencione esses elementos conceituais da estratégia, não os especifica. De que crítica se trata? De que sociedade futura se trata? De que estratégia de transformação se trata? Sem levar os argumentos ao limite, podem-se manter os exemplos do marxismo. Marx, Engels e Lênin não tinham uma crítica da sociedade presente, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social? Isso os faz anarquistas? Joll e Woodcock, mesmo trabalhando com definições amplas, não consideram os marxistas parte da tradição anarquista. Certamente o anarquismo possui relação com as questões relativas ao conhecimento que surgem com a Modernidade, mas as outras ideologias modernas também o possuem – vinculá-lo à racionalidade, por exemplo, não é suficiente. Certamente o anarquismo também possui grandes linhas estratégicas, assim como outras ideologias; torna-se imprescindível, por isso, apresentar quais são os elementos estratégicos que constituem princípios do anarquismo. Descartam-se, também, por esses motivos, as definições de Joll e Woodcock.

As definições de Guérin e McKay são mais específicas e permitem que se avance em um estudo mais criterioso sobre o anarquismo. Ambos conceituam o anarquismo como um tipo de socialismo, que se opõe ao capitalismo e ao Estado Moderno. Guérin enfatiza, ainda, como princípios, a necessidade de estratégias libertárias de transformação, que excluem a tomada do Estado, por meio de revoluções ou reformas, e também aspectos construtivos fundamentais, como o federalismo e a autogestão, além do antiimperialismo. Essas definições, mais restritas, permitem avançar rumo a uma teoria e uma história mais adequadas do anarquismo.

As definições de Guérin e McKay só permitem considerar o anarquismo um fenômeno do século XIX, quando um determinado contexto, de desenvolvimento do

capitalismo e consolidação do Estado Moderno, se estabelece, e o movimento popular desenvolve em seu seio críticas e proposições que marcarão a ideologia anarquista posteriormente. Ambas as definições constituem um ponto de partida para iniciar uma definição adequada de anarquismo.

Outra problemática a ser discutida é a relação que, freqüentemente, os estudos de referência realizam entre forma e conteúdo, demonstrada nas reflexões realizadas sobre as análises etimológicas, as análises dos termos "anarquia" e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas. Essa problemática envolve a equiparação de alguns termos que foram utilizados historicamente para se referir ao anarquismo e a própria tradição ideológica.

As análises etimológicas podem ser contestadas a partir de alguns argumentos fundamentais. A constituição histórica do anarquismo não teve uma escolha meticulosa da terminologia utilizada em todos os países do mundo em que se manifestou. Conforme apontado, outros termos foram utilizados para se referir a esse mesmo fenômeno histórico. Conforme afirmou Rugai (2003, p. 4), "é necessário precisar os termos e não ficarmos somente presos à palavra anarquismo, que por ser muito aberta não define muita coisa". Não se trata, portanto, de uma análise de um dos termos, mesmo que seja o mais utilizado, mas de uma prática histórica real, que envolve aspectos objetivos e subjetivos, racionais e irracionais, idéias e fatos, e que vem se dando para além das palavras utilizadas para identificá-la.

Esse argumento também foi defendido por Malatesta (2001, p. 11), quando, ao discutir o assunto, afirmou: "não entremos em digressões filológicas, pois a questão não é em nada filológica, mas histórica". Trata-se, assim, de incluir a análise dos termos dentro de uma análise histórica mais ampla do fenômeno social e não deduzir o fenômeno a partir das análises etimológicas. É necessário contrapor o significado etimológico com a totalidade histórica, visando comprovar se esse significado reflete, de fato, o anarquismo.

Além disso, essas análises partem de um termo essencialmente de negação – negação do governo, do Estado, da autoridade – e o anarquismo nunca foi uma ideologia que implicasse somente uma crítica social. Seus aspectos positivos e construtivos foram sempre tão fortes quando os negativos e destrutivos. Se o anarquismo teve sempre uma crítica social, nunca deixou de ter um objetivo a ser atingido e estratégias para tanto. As análises exclusivamente etimológicas só conseguem extrair do termo "anarquia" e de seus derivados uma posição de negação, mas nunca

seus aspectos positivos e construtivos, que só podem ser identificados por meio de uma análise da ideologia anarquista e de sua história.

Finalmente, as análises etimológicas tendem a apontar para as definições amplas de anarquismo (oposição à dominação ou antiestatismo) que, conforme discutido, possuem limitações significativas.

As análises dos termos "anarquia" e seus derivados também são insuficientes para definir o anarquismo. No caso de sua utilização durante o século XVIII – fundamentada no senso comum e visando somente depreciar alguém ou desqualificar adversários ou inimigos políticos –, essas análises podem, no máximo, proporcionar uma compreensão acerca do significado atribuído a esses termos pelas pessoas e a formação do senso comum. Não permitem estabelecer um marco para identificar o surgimento do anarquismo como uma ideologia, uma corrente político-doutrinária. Isso exige que se rechace a hipótese do surgimento do anarquismo no século XVIII, a qual se apóia no vínculo completo entre surgimento do termo e início da tradição ideológica; um estudo criterioso do anarquismo não pode ter por base o senso comum.

Isso também vale para a mudança do sentido dos termos iniciada por Proudhon. O fato de ele ter reivindicado os termos "anarquia" e seus derivados em sentido positivo não é suficiente para determinar o nascimento de uma ideologia. É necessário verificar o que Proudhon queria dizer quando reivindicou esses termos e relacionar sua obra com a tradição anarquista histórica e o movimento popular que lhe deu corpo.

Essa questão conduz à problemática de se considerar a auto-identificação um critério fundamental para a definição do anarquismo. Discorda-se, neste aspecto, de Rugai (2003, p. 3), que afirma, ao abordar as diferenças entre aqueles que são considerados anarquistas: "cada qual foi anarquista dentro do que concebia e propôs". O critério de conceituar o anarquismo a partir das definições de todos os que se consideram anarquistas não parece correto. Em termos históricos, há uma tradição anarquista, a qual, por meio de uma investigação criteriosa, e tomando em conta continuidades e permanências, pode ser conceituada e discutida. Sobre a auto-identificação dos anarquistas, sabe-se, ainda, que, historicamente, houve anarquistas que preferiram utilizar outros termos para se referir a si mesmos; outros, ainda que se reivindicassem anarquistas, por meio de uma análise consistente, não poderiam ser assim considerados.

O fato de alguém se considerar anarquista não constitui um critério suficiente para se definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Conforme afirmado, a

reivindicação dos termos “anarquia” e seus derivados possui relação com a ideologia anarquista, mas não se pode, também neste caso, reduzir uma coisa à outra. Se uma organização afirma ser anarquista, mas os aspectos fundamentais de seu pensamento e sua ação encontram-se no campo do marxismo, ela deve ser considerada anarquista? Parece evidente que não. Portanto, ainda que a auto-identificação possa ser um critério observado, ela não pode ser um critério determinante e único. Trata-se de tomar o conjunto histórico interdependente – que inclui elementos discursivos, mas não se resume a eles – para avaliar corretamente quem são os anarquistas e o que é o anarquismo.

Em suma, não é possível equiparar completamente forma e conteúdo; é necessário considerar as análises etimológicas, as análises dos termos “anarquia” e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas como indicativos a serem analisados dentro de uma perspectiva histórica mais abrangente. Estes não são fatores determinantes que, sozinhos, podem definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Por isso, podem ser considerados anarquistas tanto aqueles que se identificaram como tais, em parte ou durante toda sua vida – e este também é um critério importante, pois uma pessoa pode ser anarquista em parte de sua vida e em outra não –, mas também outros, que nunca se reivindicaram como tais.

Os estudos de referência apresentam, ainda, limites significativos em relação ao método historiográfico utilizado; mesmo as obras que trabalham com uma perspectiva histórica, como Guérin e McKay, apóiam-se, em grande medida, nos grandes homens. Apresentam limites também em relação ao escopo geográfico, pois têm seu foco em autores e episódios restritos, em sua maioria, europeus.

Parece natural que as teorias elaboradas a partir de uma amostragem restrita de dados – em termos quantitativos, de autores e episódios, mas também em relação à sua extensão no mundo – não dêem conta do fenômeno em sua totalidade. Uma abordagem adequada do anarquismo tem a necessidade de colocar em xeque tanto esse método quanto esse escopo. Mesmo que reconhecendo os méritos dos estudos de referência, e, principalmente, dos anarquistas clássicos, não se pode, como realiza Marshall (2010), utilizar os métodos e o escopo utilizados por Kropotkin, quase um século antes, sem observá-los de maneira crítica. Conforme afirmado, trabalhos contemporâneos sobre o anarquismo têm o dever de se debruçar criticamente sobre as produções precedentes.

Deve-se ressaltar, ainda, que os estudos de referência foram, em grande medida, realizados por autores que possuíam alguma simpatia com o anarquismo. Todos os

problemas apontados, assim, não constituem o foco de disputas político-ideológicas mais significativas. Quando a discussão do anarquismo adentra o campo dessas disputas, o assunto torna-se ainda mais complexo.

Apesar de Lênin (2003) ter afirmado que "a inconsistência do anarquismo deve [...] ser demonstrada" e que "é necessário examinar a 'doutrina' dos anarquistas de alto a baixo e colocá-la à prova sistematicamente em todos os aspectos", muito do que se fez, no campo da esquerda em geral, e do marxismo em particular, desde Marx e Engels, foi realizar uma leitura completamente ideológica e sem qualquer base teórica, científica, relevante. Não foi possível, nesse sentido, "examinar a doutrina de alto a baixo" e nem afirmar sua "inconsistência".

Kolpinsky, no epílogo que realiza à compilação de textos de Marx, Engels e Lênin sobre o anarquismo (Marx, Engels, Lênin, 1976) – uma obra financiada por Moscou no contexto soviético para promover as idéias do marxismo-leninismo – é um exemplo claro. O autor afirma em seu texto que o anarquismo é uma doutrina pequeno-burguesa, alheia ao proletariado, sem fundamentos, voluntarista, idealista e individualista:

> Esta doutrina, alheia ao proletariado por seu conteúdo de classe, substitui o pensamento revolucionário pela fraseologia dogmática; a autêntica organização proletária pelo sectarismo; a tática bem pensada, baseada em uma análise serena dos fatores objetivos, pelo aventureirismo, nascido de concepções voluntaristas; a análise científica das leis do desenvolvimento social por sonhos utópicos sobre a liberdade absoluta do indivíduo. (Kolpinsky, 1976, p. 333)

Tais afirmações, repetidas ao longo da história intermináveis vezes, além das leituras do anarquismo realizadas por meio das posições de seus adversários, ou mesmo de seus inimigos, terminaram por ser incorporadas tanto ao universo acadêmico, quanto político. Rugai (2003, p. 6) reforça este argumento ao afirmar o papel de "fontes oficiais, o Estado, inimigos e adversários políticos" do anarquismo no processo de estabelecimento dos significados de anarquismo, "inclusive os do campo socialista". Distintas interpretações contemporâneas do anarquismo estão permeadas destes sentidos atribuídos, historicamente, por adversários e inimigos.

Em suma, grande parte dos estudos de referência, as produções ideológicas dos adversários – potencializadas pela inserção de parte deles na academia –, dos inimigos e algum resquício das noções forjadas pelo senso comum vêm prejudicando uma

compreensão adequada do anarquismo. Estudos teóricos e históricos contemporâneos do anarquismo têm de lidar, necessariamente, com essa problemática.

Foi justamente por não terem lidado com ela que distintos estudos afirmaram a incoerência do anarquismo, ou mesmo sua fragilidade teórica, argumentos que foram fortalecidos no século XX, tanto no campo político quanto acadêmico. Para muitos, o anarquismo estaria marcado por contradições históricas entre seu pensamento e sua ação, não possuiria métodos de análise, teorias e estratégias coerentes.

Esse discurso tem sido incorporado, inclusive, por teóricos anarquistas ou simpáticos ao anarquismo. Chomsky (2011, p. 38; 17), um dos maiores nomes da esquerda contemporânea, que se considera um "companheiro de viagem" do anarquismo, afirma que "o anarquismo tem costas largas e, como o papel, aceita qualquer coisa" e acredita que "seria desanimador tentar abranger todas essas conflituosas tendências [do anarquismo] em alguma teoria ou ideologia geral". Ibáñez (2007b, p. 148; 155; 152) enfatiza: "sou anarquista, anarquista crítico e heterodoxo, certamente, mas anarquista ao fim e ao cabo" e, ao mesmo tempo, considera que o anarquismo possui uma "falta de sistematização e de sofisticação teórica" que, entre outras conseqüências, fez com que estivesse "petrificado", "morto", fazendo "parte dos monumentos históricos, por mais íntimos e muito veneráveis que eles possam ser".

Por mais admiráveis que possam ser Chomsky, no campo da Política, e Ibáñez, no campo da Psicologia Social, ambos apresentam uma característica comum, relativamente constante nos críticos do anarquismo, mesmo quando são simpáticos a ele: o universo completamente restrito de dados sobre o qual realizam suas pesquisas. Uma análise pormenorizada da obra de Chomsky acerca do anarquismo[10] demonstra que suas bases são fundamentadas em uma leitura com alguma profundidade de Bakunin e Rocker, menções a anarquistas como Diego Abad de Santillán e Pelloutier, além de algumas obras teóricas e históricas de Guérin, Joll, e estudos sobre a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e a Revolução Espanhola; somado a isso, uma tentativa aproximar o anarquismo de clássicos liberais e marxistas heterodoxos. Em relação à Ibáñez (2007b, p. 148), ele mesmo afirma: "nunca li de maneira detida, ou seja, seriamente, os principais autores anarquistas, nem tampouco tenho um bom conhecimento da historiografia do movimento libertário".

[10] Cf. Chomsky (2004; 2011).

O argumento da incoerência e da fragilidade teórica do anarquismo está profundamente ligado às problemáticas dos estudos de referência e ao contexto das investigações sobre o anarquismo – ambos aspectos que possuem impacto, inclusive, em acadêmicos simpáticos ao anarquismo, como Chomsky e Ibáñez. Esse é o motivo de diversos estudiosos do anarquismo, como nos casos de Joll, Woodcock, Marshall, Kedward e outros, se apoiarem neste argumento.

Afirmações sobre a incoerência e a fragilidade teórica do anarquismo têm como fundamento principal a falta de estudos sistemáticos, incluindo seus autores e episódios históricos relevantes.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLOGICOS

Não se pode aceitar qualquer teoria de olhos fechados,
sem crítica, como se fosse um dogma.
Federação Anarquista Uruguaia

As abordagens do anarquismo presentes nos estudos de referência apóiam-se em diferentes fundamentos teórico-metodológicos. Este capítulo estabelece os fundamentos teórico-metodológicos utilizados para esta dissertação; com eles, busca-se solucionar os problemas discutidos previamente. As escolhas aqui realizadas possuem alguma relação com as abordagens dos estudos de referência, mas, na maioria dos casos, distanciam-se ou diferenciam-se completamente delas.

3.1 A NECESSIDADE DE UMA DEFINIÇÃO ADEQUADA

Uma definição adequada de objeto deve fundamentar-se em alguns pressupostos. De acordo com Schmidt e van der Walt, minimamente dois aspectos devem ser considerados: a identificação de seus aspectos comuns, por meio da construção de uma categoria, e a capacidade de diferenciar essa categoria de outras.

> Uma boa definição é aquela que destaca os aspectos característicos de uma categoria dada, faz isso de maneira coerente, e possui capacidade de diferenciar essa categoria de outras, organizando, por meio disso, o conhecimento e também possibilitando análises e pesquisas efetivas. [...] As definições, entretanto, têm um importante propósito para além de simplesmente classificar dados. Elas fornecem as bases para as análises e pesquisas. (Schmidt; van der Walt 2009, p. 41)

Uma definição adequada do anarquismo, levando em conta as problemáticas discutidas e as exigências colocadas pelos autores, deve ser elaborada a partir de um conjunto de categorias e conceitos que permitam a compreensão desse objeto; no caso da discussão dos autores, esse objeto é, ele mesmo, uma categoria de análise. Conforme enfatizado por Skirda (2002, p. 183-184), um estudo do anarquismo exige uma precisão, em termos de categorias e conceitos, de maneira a evitar "confusões e equívocos", os quais podem "levar a tragédias reais" nas pesquisas. "Em suma, necessitamos saber sobre o que estamos falando, e um dicionário atualizado pode ser útil". No momento em

que se discutem as categorias centrais e conceitos acessórios envolvidos na definição de anarquismo, elabora-se um pequeno "dicionário", aceitando a sugestão do autor.

Essa definição do anarquismo deve, ao mesmo tempo, fundamentar-se em categorias e conceitos precisos, permitir a identificação dos aspectos característicos da ideologia anarquista e diferenciá-la de outras ideologias.

3.2 MÉTODO HISTÓRICO E AMPLITUDE DOS DADOS ANALISADOS

Considera-se que as abordagens históricas são imprescindíveis nos estudos do anarquismo. Schmidt e van der Walt (2009, p. 18) afirmam que "somente uma análise histórica e social pode realmente explicar o surgimento e o desaparecimento do anarquismo" e, por isso, acreditam ser imprescindível buscar "uma compreensão historicizada e cuidadosa em termos históricos do anarquismo". Enfatiza-se, por isso, a utilização, neste trabalho de um *método histórico*, que leve em conta amplamente o contexto, situando o anarquismo no tempo e no espaço, de maneira a permitir que ele seja compreendido adequadamente. As abordagens ahistóricas estão, portanto, descartadas.

Esse método histórico estabelece *continuidades e permanências* do anarquismo, no espaço e no tempo, levando em conta uma noção de longo prazo. Mesmo levando em conta o contexto, não se enfocam as particularidades de cada época ou localidade, e nem se buscam as exceções; busca-se encontrar as grandes linhas teóricas e práticas que possibilitaram o desenvolvimento do anarquismo como uma tradição ideológica.

Situar o anarquismo historicamente implica escolhas em relação aos estudos de referência.

Por um lado, descartam-se as posições que identificam o surgimento do anarquismo no século XVIII e na primeira metade do século XIX. Considera-se que foi somente a segunda metade do século XIX que proporcionou um contexto favorável ao surgimento e ao desenvolvimento do anarquismo, argumento que será desenvolvido adiante. Em relação aos estudos de referência ahistóricos e aqueles que apontam o surgimento do anarquismo no século XVIII ou na primeira metade do século XIX, essa abordagem constitui uma redução de escopo.

Por outro lado, ampliar-se-á significativamente o período avaliado. No que diz respeito ao século XX, os estudos de referência vão, na maioria, até o fim da Revolução Espanhola, em 1939; alguns apresentam pontualmente o Maio de 68 na França. A

abordagem histórica aqui escolhida irá da segunda metade do século XIX – marcada pela Primeira Internacional – até o presente século XXI.

> Definir o anarquismo de maneira mais reduzida e tratá-lo em perspectiva histórica possibilita identificar os momentos cruciais do desenvolvimento da ampla tradição anarquista nos últimos 150 anos, como as idéias anarquistas e sindicalistas foram aplicadas no mundo real e a relevância dessa tradição para o presente. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 34)

Além disso, buscará realizar uma abordagem muito mais ampla e global que os estudos de referência, no que diz respeito ao escopo geográfico das análises.

> Sem diminuir a importância dos movimentos relativamente bem conhecidos da Itália, da França, da Espanha e dos Estados Unidos, acreditamos também ser necessário enfatizar a centralidade de movimentos na Ásia, na África, no Leste Europeu, na América Latina e no Caribe, afirmando que uma história verdadeiramente global do anarquismo e do sindicalismo proporciona um corretivo crucial às abordagens eurocêntricas e demonstra que a noção de que o anarquismo nunca "foi mais do que uma atração das minorias" tem pouco fundamento nos fatos. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 20-21)

Considera-se fundamental, a partir desses elementos teórico-metodológicos, compreender o desenvolvimento do anarquismo globalmente, a partir de suas teorias e práticas, pensamentos e ações, levados a cabo em todo o mundo, indo além da Europa, ou mesmo o eixo do Atlântico Norte, na escolha dos autores e episódios a serem analisados, e abarcando o fenômeno globalmente, nos cinco continentes do mundo.

Estudos contemporâneos do anarquismo não podem continuar a ignorar fatos relevantes como a continuidade do anarquismo, dos anos 1940 em diante, assim como sua presença global. Essa abordagem pode ser realizada por meio das fontes primárias, dos próprios autores anarquistas, assim como estudos históricos do próprio anarquismo e dos movimentos populares que constituíram suas bases.

Entretanto, o método histórico utilizado nesta dissertação reivindica não somente a relevância da História, mas também discute como ela é elaborada. Distintamente dos estudos de referência, que priorizam os grandes homens e se baseiam em histórias vistas de cima – sugerindo, em distintos casos, que os acontecimentos que envolveram o anarquismo foram, em certa medida, determinados por esses destacados

personagens –, utiliza-se uma perspectiva da "história vista de baixo"[11], da "nova história do trabalho"[12], defendida por Schmidt e van der Walt.

> A "nova história do trabalho" [...] enfatiza a história social das classes populares e a necessidade de se examinar os movimentos populares de baixo para cima [e] oferece um corretivo necessário a essas perspectivas [da "velha história do trabalho", que enfatiza as organizações formais e as lideranças], dirigindo sua atenção às formas culturais e organizações informais. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 275)

No que diz respeito ao anarquismo, pode-se dizer que os pensadores clássicos são, sem dúvida alguma, referências fundamentais e não podem ter sua importância diminuída. Entretanto, o anarquismo teve, além desses grandes anarquistas, a contribuição de muitos outros que foram, em outros tempos e localidades, também bastante relevantes.

Além disso, e principalmente, os anarquistas estiveram profundamente vinculados a contextos históricos que foram marcados por movimentos populares e lutas das classes dominadas, os quais exerceram sobre eles significativa influência. Kropotkin afirmou (*apud* Meltzer; Christie, 1970, p. 23), nesse sentido: "se alguns de nós contribuímos em certa medida com a tarefa de libertação da humanidade explorada, isso se deve ao fato de que nossas idéias foram, mais ou menos, a expressão daquelas idéias que germinavam em profundidade nas massas populares". Reconhece, assim, apesar de ser um destacado anarquista, que suas idéias, e a dos próprios anarquistas, tinham origem, em alguma medida, nas próprias classes dominadas.

Há, inegavelmente, uma interinfluência entre os anarquistas de maior destaque, outros teóricos e propagandistas relevantes, e os movimentos e lutas populares dos quais estiveram próximos ou com os quais estiveram diretamente envolvidos. Se por um lado os anarquistas expressaram questões latentes de movimentos e lutas, representados de maneira mais ampla pelo conjunto de classes dominadas, por outro, sua produção também influenciou essas próprias experiências.

Utilizar a essa abordagem do método histórico implica priorizar os autores que tiveram uma relação maior com esses movimentos e lutas, e cujas influências se disseminaram mais amplamente entre as massas.

---

[11] Cf. Thompson, 1997, 2009.
[12] Cf. van der Linden, 2003.

3.3 NOÇÕES DE TOTALIDADE E INTERDEPENDÊNCIA

Devem-se, ainda, discutir duas noções fundamentais: totalidade e interdependência. Grande parte da crítica realizada aos estudos de referência apontou limites que se relacionam com o enfoque parcial e desconectado dos fenômenos, presentes tanto nas abordagens históricas, quanto nas abordagens teóricas do anarquismo.

Essas duas noções permitem aprofundar a discussão metodológica e apontam para a necessidade de uma abordagem mais adequada do objeto. O anarquismo, a partir dessas noções, deve ser analisado em suas distintas perspectivas.

3.3.1 Teoria, prática e história; pensamento e ação

Considera-se, a partir das noções acima explicitadas, que um estudo do anarquismo deve fundamentar-se nas relações de totalidade e interdependência, que unem teoria, prática e história; pensamento e ação.

A discussão realizada acerca da problemática metodológica apresentada por Eltzbacher (2004) demonstra como um estudo teórico não pode abrir mão da história e vice-versa. Estudos como Woodcock (2002), Joll (1970) e Guérin (1968) demonstram a necessidade de se investigar o anarquismo a partir do vínculo entre pensamento e ação.

A totalidade e a interdependência entre teoria, prática e história constitui um círculo, que permite elaborar e testar hipóteses, reforçando e aprimorando os argumentos de um determinado estudo. Tal é a virtude das obras de Schmidt e van der Walt (2009, no prelo), que se reforçam mutuamente; a primeira com uma abordagem teórica e a segunda com uma abordagem histórica; ambas levam em conta pensamento e ação anarquistas e constituem, conforme mencionado, parte de um mesmo projeto intitulado *Counter-Power*.

> O que temos como objetivo nos dois volumes é, em resumo, elaborar em conjunto uma história e uma análise que examinem as políticas da ampla tradição anarquista, que discutam a vida e as lutas dos anarquistas e sindicalistas, assim como seus movimentos, e que demonstrem a importância histórica da ampla tradição anarquista. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 9)

As relações indissociáveis entre teoria, prática e história, conforme colocado pelos autores, constitui, assim, um marco teórico-metodológico que será levado em conta para o estabelecimento de uma definição adequada de anarquismo, levando em

conta o pensamento e a ação dos anarquistas, e também para a discussão de seu surgimento e de seu desenvolvimento histórico e geográfico.

3.3.2 Forma e conteúdo

As noções de totalidade e interdependência são também levadas em conta nas análises entre forma e conteúdo. Busca-se, assim, solucionar as problemáticas apontadas nos estudos de referência, alguns dos quais, apegando-se apenas à forma, definem e discutem o anarquismo a partir dos termos "anarquia" e seus derivados, da auto-identificação dos anarquistas ou das análises etimológicas do termo "anarquismo".

Ainda que esses elementos de forma sejam levados em conta, eles serão analisados em perspectiva e na relação com o conteúdo. Forma e conteúdo são, portanto, tratadas conjuntamente.

3.3.3 Anarquismo, anarquistas e lutas sociais

As mesmas noções serão também aplicadas às relações entre o anarquismo, os anarquistas e as lutas sociais. Conforme conceituado por Samis (2004), a noção de vetor social do anarquismo torna-se, aqui, elemento fundamental.

O anarquismo não se desenvolveu somente por militantes que se reconheciam como anarquistas, ou mesmo por grupos e organizações especificamente anarquistas. Conforme desenvolvido por Corrêa (2011a), partindo da elaboração de Samis, o anarquismo desenvolveu-se, principalmente, a partir de seus vetores sociais, dentre os quais se encontra o principal: o sindicalismo de intenção revolucionária, que abarca o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

Se não há grandes polêmicas sobre a filiação anarquista do anarco-sindicalismo, o mesmo não se pode dizer acerta do sindicalismo revolucionário; entretanto, a presente abordagem sustenta que, assim como o anarco-sindicalismo, o sindicalismo revolucionário constitui uma estratégia anarquista e não pode ser, por meio de um estudo histórico rigoroso, desvinculado do anarquismo. Silva (2011a, p. 31) sustenta esse argumento, ao afirmar que parece "muito pouco verossímil separar o anarquismo do sindicalismo revolucionário e vice-versa, ou, mais ainda, conectar o sindicalismo revolucionário a alguma orientação exógena ao anarquismo".

Por isso, trata-se o anarquismo vinculado ao sindicalismo de intenção revolucionária, incluindo não só o anarco-sindicalismo, mas, também, o sindicalismo

revolucionário; tais vetores serão conceituados adiante. Por ora, é suficiente afirmar que esses vetores não podem ser abandonados em um estudo criterioso do anarquismo.

> A ampla tradição anarquista [...] esteve centrada em uma política internacionalista que buscou tratar de uma ampla gama de questões sociais, a partir de uma perspectiva classista, e foi, em termos históricos, principalmente, um movimento da classe trabalhadora, sendo que os camponeses também tiveram um papel fundamental. Se damos muita atenção ao sindicalismo em nosso trabalho, é justamente porque o sindicalismo é central para a história da ampla tradição anarquista. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 9)

Desvincular o anarquismo e os anarquistas das lutas populares, em especial do sindicalismo de intenção revolucionária, implica retirar dos primeiros suas maiores expressões históricas. Entretanto, identificar e discutir essas relações não constitui uma tarefa simples, visto que os movimentos populares que tiveram participação e/ou hegemonia anarquista incluíram milhares de militantes que nunca se identificaram com o anarquismo. É fundamental, por isso, compreender o papel e a influência do anarquismo nesses movimentos, identificando a força dos anarquistas dentro deles e, em que medida suas estratégias pautaram os rumos dos movimentos; se o anarquismo constituiu uma força majoritária e hegemônica dentro deles ou não.

Abordagens parciais e desconectadas, que não levam em conta os elementos teórico-metodológicos em questão, vêm sendo significativamente comprometidas, chegando a conclusões equivocadas. Toledo (2004) e outros historiadores, por exemplo, vêm defendendo que o sindicalismo revolucionário deve ser considerado como uma ideologia distinta e concorrente do anarquismo. Além da questão anteriormente abordada, que envolve a relação entre teoria e história, pensamento e ação – a qual, se aplicada a esses estudos, demonstra que suas teses fundamentais não insustentáveis –, autores como Corrêa (2011), Samis (2004, 2009), Schmidt e van der Walt (2009, no prelo) entre outros vêm demonstrando que o sindicalismo revolucionário constituiu-se historicamente como uma estratégia do anarquismo, sendo impulsionada pelos anarquistas desde o fim dos anos 1860 e início dos 1870 e sendo por eles hegemonizada na maioria dos casos em que foi levado a cabo.

Em termos históricos, a estratégia preponderante do anarquismo foi o sindicalismo revolucionário; o primeiro não pode ser compreendido adequadamente, senão por uma investigação rigorosa do segundo; o inverso também é verdadeiro. O mesmo acontece entre o anarquismo, o anarco-sindicalismo e outras expressões, muitas

das quais de massas, que o anarquismo adquiriu na história, as quais incluem levantes, insurreições e revoluções.

Tais exemplos colocam a necessidade de se investigar as relações entre o anarquismo, os anarquistas e as lutas sociais a partir das noções de totalidade e interdependência. O anarquismo só pode ser devidamente compreendido por meio de suas complexas relações com seus vetores sociais; ele é tão indissociável dos anarquistas quanto das lutas sociais.

3.3.4 Críticas e proposições

O anarquismo envolve um conjunto de críticas e proposições, aspectos negativos (destrutivos) e positivos (construtivos), que também não podem ser dissociados. As noções de totalidade e interdependência subsidiam a abordagem das críticas anarquistas e suas proposições.

Os anarquistas realizam uma crítica do sistema de dominação, a defesa de um sistema de autogestão e de estratégias capazes de promover a transformação social de um sistema para outro. As noções em questão subsidiam a exposição do que os anarquistas pretendem destruir, do que pretendem construir e como.

3.3.5 A Teoria da Interdependência das Esferas

O último elemento teórico-metodológico a ser discutido é a totalidade e a interdependência aplicadas à análise social. Isso será feito com a Teoria da Interdependência das Esferas, desenvolvida pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), a partir dos anos 1970 e, mais recentemente, por Rocha (2009a). Essa teoria adéqua-se às análises de caráter sistêmico, que envolvem as três esferas estruturadas da sociedade: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica, definidas por Rocha (2009a, p. 285-286) da seguinte maneira.

Esfera econômica. A economia está relacionada "ao mundo do trabalho, da produção e da circulação de bens, produtos, riquezas e serviços; trata das condições materiais e ainda de bens não tangíveis de desenvolvimento e existência mesma da sociedade e como se dá a partilha ou concentração do produto social". Trata-se de uma esfera que envolve produção, distribuição e consumo dos bens de uma sociedade determinada; os meios materiais de existência dos homens e mulheres; os sistemas de trocas e suas estruturas.

Esfera política/jurídica/militar. A política está relacionada "aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos – esquerda ou direita, com distintas variações, legais ou não); o espaço das negociações e enfrentamentos entre dominantes, entre as classes oprimidas e dos arranjos". O jurídico está relacionado "ao campo jurídico e diretamente ao Poder Judiciário; também dos foros, das normas, das instâncias reguladoras que sancionam (aos litígios por ex.) e podem definir a punição dentro de uma sociedade. Não se deve confundir necessariamente o direito com a lei, a defesa com o advogado e o acordo normativo (ex. uma base estatutária) com a definição de leis". O militar está "relacionado ao emprego da força, de maneira sistemática ou não, tendo que ver, como todos os níveis repressivos, de violência na sociedade e do possível enfrentamento à opressão física, das estruturas de dominação e de libertação/emancipação através do uso da força".

Esfera cultural/ideológica. A cultura está relacionada com as atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Envolve conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito, e possui relação com "as instituições sociais, a forma de vida em sociedade, as existências familiares, os laços, os vínculos e as perspectivas". A ideologia diz respeito a "tudo o que circula no campo das idéias, das subjetividades, das conotações que não são materiais, ao nível do simbólico e das representações. Faz parte daquilo que seria o inconsciente coletivo e também do que transcende o material. Os sentimentos de religiosidade e o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontram neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidos na comunicação e na cultura também estão neste nível".[13]

A totalidade sistêmica define-se pela interdependência dessas esferas.

> Não se estabeleceria a priori a determinação de uma estrutura sobre as outras. Essa dominância seria produto das análises respectivas e não estão dados *a priori*. [...] Seria uma estrutura global sem predomínio pré-estabelecido de uma esfera sobre outra. Ou seja, sem determinância a não ser a interdependência. O "determinante", se queremos usar o termo, seria a matriz que esse conjunto global [...]

[13] A ideologia é aqui conceituada de maneira a explicar seu papel na esfera cultural/ideológica da Teoria da Interdependência das Esferas; relaciona-se, assim, ao campo das idéias, das subjetividades, do imaterial e do simbólico. Distingue-se, por isso, da categoria apresentada e discutida adiante, que subsidia a definição de anarquismo, e tem significado semelhante ao de doutrina política, envolvendo não somente idéias, subjetividades, imaterial e simbólico, mas também ações práticas, fatos objetivos e materiais.

> possui no atual período. Tomamos assim a sadia distância do reducionismo assim como do relativismo. (Rocha, 2009a, p. 110-111)

Considerar essas três esferas interdependentes implica uma noção de que elas constituem uma totalidade em que o todo não pode ser resumido à soma das partes e as mudanças em uma dessas esferas implicam mudanças no todo; implica também que não há determinação, obrigatória e necessária, de uma esfera em relação à outra, estabelecida de antemão. Essa determinação só pode ser identificada a partir de análises de contextos específicos. As esferas possuem, assim, autonomia relativa umas em relação às outras.

As relações sociais que se dão nas esferas implicam um dinamismo, uma mudança permanente e um processo histórico correspondente; o sistema não constitui um organismo, no sentido funcionalista do termo, e, por isso, oferece espaço para a mudança e a transformação. Considera-se que a ação humana, mesmo que sofrendo influência das estruturas sistêmicas, tem condições de modificá-las; sustenta-se, assim, uma noção de sujeito capaz de intervir nas relações sociais e na própria estrutura sistêmica.

Adotar esses fundamentos teóricos implica, portanto, romper com alguns pressupostos: de uma determinação obrigatória e necessária de uma esfera sobre outra, adotada de antemão (determinismo econômico, determinismo cultural etc.); de uma primazia dos fatos sobre as idéias ou vice-versa (e, portanto, com a noção clássica de materialismo e idealismo); de um determinismo necessário e obrigatório das estruturas sobre a ação humana ou vice-versa (e, portanto com a noção de um estruturalismo duro e de um completo voluntarismo).

Considera-se que a Teoria da Interdependência das Esferas oferece elementos teórico-metodológicos para uma compreensão adequada do anarquismo, a partir de suas críticas e proposições, estruturadas nas três esferas sociais.

3.4 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os fundamentos teórico-metodológicos discutidos neste capítulo constituem as bases sobre as quais se realiza a investigação do anarquismo. Discute-se o anarquismo a partir da elaboração de uma definição e da discussão das categorias centrais e conceitos acessórios nela implicados. Utiliza-se uma abordagem que, em termos históricos, irá de 1868 ao presente, fundamentando-se na "história vista de baixo" e na "nova história do trabalho"; em termos geográficos, cobrirá os cinco continentes, de maneira global.

As noções de totalidade e interdependência subsidiam a maneira que se relacionam teoria, prática e história; pensamento e ação; forma e conteúdo; anarquismo e seus vetores sociais fundamentais; críticas e proposições anarquistas. A exposição dessas críticas e proposições estrutura-se a partir das três esferas sociais e tem como base a Teoria da Interdependência das Esferas.

Busca-se, finalmente, tomar as devidas precauções com os sentidos de anarquismo forjados pelo senso comum e pelas disputas políticas, que substituem a produção de teoria pela produção de ideologia.

Uma abordagem realizada dentro desses marcos aumenta as chances de se resolver problemas teóricos e históricos fundamentais do anarquismo, muitos dos quais foram apontados na análise dos estudos de referência.

4. REDEFININDO O ANARQUISMO

O anarquismo é produto do movimento de massas
e não pode jamais dissociar-se da prática.
Ba Jin

Este capítulo apresenta uma reflexão conceitual teórica do anarquismo. Inicia-se com uma definição, a partir da qual se extraem as categorias de análise e conceitos acessórios, ambos os quais são discutidos. Aprofunda-se a conceituação do anarquismo em de três eixos: crítica à dominação, defesa da autogestão, e estratégia fundamental. Finalmente, elabora-se um conjunto de princípios político-ideológicos que sintetizam a discussão.

4.1 DEFINIÇÃO DE ANARQUISMO

*O anarquismo é uma **ideologia** socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da **dominação** e de uma defesa da **autogestão**; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em **estratégias**, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão.*

O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em **força social** e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade.

Para o desenvolvimento desse projeto de **poder**, o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das **classes sociais** concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão, estímulo da consciência de classe, construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe – sustenta, assim, meios condizentes com os fins que

pretende atingir. A consolidação desse projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão.

Há, nessa definição, algumas categorias de análise centrais, além de conceitos acessórios que devem ser discutidos, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais aprofundada da definição de anarquismo.

4.2 CATEGORIAS CENTRAIS E CONCEITOS ACESSÓRIOS

As categorias centrais que constituem as bases da definição de anarquismo apresentada são as seguintes:

- ***Ideologia:*** Conjunto de pensamento e ação fundamentado em preceitos éticos que orienta comportamentos políticos coletivos, pautados em estratégias determinadas. Similar à doutrina política, possui relações com a teoria, mas não se resume a ela.
- ***Estratégia:*** Meios mais eficazes para se atingir objetivos e, por conseqüência, um caminho, constituído a partir de táticas, por meio do qual se desenvolve a intervenção política em conflitos determinados.
- ***Força social:*** Conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), que implica certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, e que atua efetivamente – aplica-se na realidade social – em função desse interesse.
- ***Poder:*** Relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma(s) força(s) em relação à outra(s). Encontra-se em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulações, controles, conteúdos, normas, sistemas, que possuem relação direta com as tomadas de decisão.
- ***Dominação:*** Relação social hierárquica que pode ocorrer nas três esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico

das relações de classes, ainda que não possa ser reduzida à dominação de classe. Sua aplicação generalizada implica um sistema de dominação.

- ***Autogestão:*** Relação social, antítese da dominação, que implica a participação nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, nas três esferas. Sua aplicação generalizada implica um sistema de autogestão, caracterizando como uma sociedade igualitária/libertária, sem classes sociais e sem outros tipos de dominação.
- ***Classes sociais:*** Agrupamentos humanos históricos de relativa homogeneidade entre si, naquilo que diz respeito a aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades na assimetria de distribuição de bens materiais, imateriais, em termos quantitativos ou qualitativos. Sempre ligadas à existência de outras classes sociais, dizem respeito às desigualdades estruturais, consistentes e estáveis, e não às desigualdades não-consistentes ou circunstanciais. São definidas a partir da dominação.

Discute-se, a seguir, com alguma profundidade, essas categorias e os conceitos acessórios a elas relacionados.

4.2.1 Ideologia

Definir o anarquismo como uma ideologia implica especificar precisamente a definição de ideologia com a qual se trabalha. Utiliza-se, aqui, o conceito estabelecido pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU, 2009a/b), que a define como um conjunto de idéias, aspirações, valores, sentimentos e motivações que interage com as intervenções políticas práticas no jogo de forças da sociedade, o qual é responsável pelo estabelecimento das relações de poder; assemelha-se, assim ao conceito de doutrina política. Além da FAU, outros autores, contemporâneos, como Silva (2011a, p. 23), ou clássicos, como Ba Jin (2008), também definem o anarquismo como uma ideologia, concebendo-a em termos similares.

Um dos aspectos relevantes é que a ideologia, assim concebida, e, portanto, o próprio anarquismo, caracteriza-se por constituir um conjunto interdependente de pensamento e ação desenvolvido historicamente. A FAU (2009b, p. 4), neste sentido, enfatiza que a "a ideologia é pensamento e ação" e Ba Jin (2008) afirma que "o

anarquismo é o ideal e a ideologia da classe explorada na luta de classes" e que, por ser "produto do movimento de massas [...], não pode, jamais, dissociar-se da prática". Não há ideologia, concebida nesse sentido político-doutrinário, que se apóie somente no pensamento ou somente na ação; considera-se, quando se trata de anarquismo – assim quando se trata de outras ideologias como marxismo, nacionalismo, liberalismo, etc. – de pensamentos e ações articulados sistematicamente.

Para a FAU (2009b, p. 4), "não é possível pensar nem agir sem ideologia" e "não há conduta humana aideológica". A ideologia anarquista fornece as bases estratégicas para intervenções políticas que têm como objetivo transformar as relações de poder, de acordo com o que coloca Silva (2011a, p. 23): "sua perspectiva ideológica [do anarquismo] inclui *meios (estratégias) de se alcançar seus horizontes revolucionários*, o que se *traduz*, em termos históricos, na *prática política*". Essa prática política parte de três elementos fundamentais:

> 1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível). 2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de sua análise profunda e exaustiva. 3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro... (FAU, 2009b, p. 4-5)

A ideologia anarquista, no intuito de intervir politicamente na realidade, com vistas a transformar as relações de poder, estabelece objetivos, leituras da realidade e estratégias e táticas adequadas para tal intervenção. Seus objetivos são socialistas e libertários e visam criar um sistema de autogestão; suas leituras da realidade estabelecem críticas, estruturais e conjunturais, dos sistemas de dominação; suas estratégias são coerentes com seus objetivos e revolucionárias.

A categoria ideologia, assim conceituada, assemelha-se, em alguma medida, ao que Stoppino (2004a, p. 585-587) chamou de "significado fraco" de ideologia, considerado "um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos", ou ainda, "um sistema de idéias conexas com a ação", que compreendem "um programa e uma estratégia para sua atuação". Essa definição distingue-se, portanto, daquilo que o autor chama de "significado forte" de ideologia, compreendido como uma "crença falsa", um "conceito

negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política".

O anarquismo é definido nesta dissertação como uma ideologia, a partir do conceito elaborado pela FAU e por outros autores que, conforme verificado, se assimila ao que foi chamado de "significado fraco" de ideologia; descarta-se, assim, seu chamado "significado forte".

4.2.1.1 Ideologia e teoria

A definição de anarquismo anteriormente apresentada implica uma distinção relevante entre os conceitos de ideologia e teoria. A ideologia, essencialmente pensamento e ação, apresenta distintos elementos de ordem não-científica, como aspirações, valores, sentimentos, motivações, que impulsionam práticas políticas. A teoria, distintamente, relaciona-se com método de análise e busca elaborar instrumentos conceituais para conhecer a realidade em profundidade, tendo de fazer isso com a maior precisão possível, e buscando aproximar-se ao máximo da ciência. A FAU apresenta elementos para essa distinção entre ambos os conceitos.

> A teoria torna precisa, circunstancializa as condicionantes da ação política: a ideologia motiva-a e a impulsiona, configurando-a em suas metas "ideais" e seu estilo. Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, já que as propostas destas se confundem e se apóiam nas conclusões da análise teórica. Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apóie nas aquisições da teoria. (FAU, 2009, p. 6)

A teoria tem por objetivo conhecer uma realidade determinada e a ideologia tem por objetivo motivar uma prática política para a intervenção nesta realidade.

Para Rocha (2009a, p. 102), a ideologia seria, no geral, "de natureza não-científica", e a teoria equivaleria "às dimensões intrínsecas e extrínsecas do esqueleto-teoria". Ainda que se possam discutir as relações entre teoria e ideologia, conforme apontam as ponderações da FAU, além dos pontos de contato e influência entre uma e outra, deve-se afirmar que constituem conceitos distintos, e assim devem ser tratados. Tal distinção faz-se necessária, pois, como continua Rocha, "a confusão entre teoria e ideologia é presente e permanente tanto no campo da prática política como na perspectiva do trabalhador intelectual com vocação científica e acadêmica" – o que tem conseqüências significativas.

O anarquismo constitui uma ideologia que vem se fundamentando, historicamente, em distintos métodos de análise e teorias para a interpretação da realidade. Os métodos de análise e as teorias elaboradas no sentido de compreender a realidade social possuem relação com a ideologia anarquista, mas não constituem parte fundamental dela. Desde seu surgimento, os anarquistas vêm se utilizando distintas matrizes teórico-epistemológicas, diversos métodos e teorias para conhecer a realidade, sem que isso implique um abandono de seus pressupostos ideológicos.

As posições dos anarquistas variam significativamente de uma corrente para outra, de uma organização para outra, de um indivíduo para outro. Elas vêm sendo fundamentadas em métodos indutivo-dedutivos, dialéticos, estruturalistas; em abordagens mais "materialistas" ou "idealistas", mais ou menos "voluntaristas", que levam em conta a maior ou menor capacidade de determinação entre as esferas sociais, umas em relação às outras.

Essas diferentes posições teórico-metodológicas não são mais ou menos anarquistas, umas em relação às outras. Elas evidenciam uma busca antidogmática de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas para a compreensão da realidade, e, por isso, é natural que possuam uma relação com a época em que são produzidas, que se modifiquem e que usufruam das conquistas científicas que tentam explicar a realidade.

A ideologia anarquista fundamenta-se em uma crítica da dominação nas três esferas estruturadas, dando ênfase à dominação de classe, com análises do passado e do presente realizadas racionalmente por meio de teorias e métodos específicos. Certamente, nessas análises os anarquistas se utilizam de racionalidade, métodos, teorias, e buscam realizar considerações empíricas – conscientes das dificuldades de se realizar ciência sobre a sociedade em geral. Ainda assim, pelo fato de o anarquismo constituir uma ideologia, os anarquistas, mais do que compreender a realidade, de maneira minuciosa e ultra-rigorosa, têm por objetivo transformá-la, a partir de um conhecimento prévio de bases medianas. Além disso, os anarquistas também têm considerado que as lutas pela transformação permitem aprofundar o conhecimento dessa própria realidade, na qual intervêm em sentido transformador. Esses fatos permitem reafirmar o anarquismo como uma ideologia, e não como uma teoria.

Entretanto, a ideologia anarquista também se fundamenta, historicamente, em um sistema ético que norteia tanto essa crítica quanto a defesa da autogestão generalizada nas três esferas, como proposição de sociedade futura. As aspirações, os valores, os sentimentos, as motivações e os ideais são elementos que subsidiam as

críticas e as proposições anarquistas e incluem, como partes constituintes da ideologia, elementos subjetivos que extrapolam a ciência – concebida como conhecimento racional e metódico de um objeto determinado; neste caso específico, o conhecimento da realidade social.

Esse conjunto de elementos dá corpo à vontade, que certamente não diz respeito ao conhecimento da realidade, mas a uma perspectiva desejada de futuro – daquilo que deveria ser, e não daquilo que é; diz respeito à vontade de um vir a ser que nada tem de científico.

Destaca-se, por isso, a impossibilidade de considerar o anarquismo – e qualquer outro socialismo – uma ciência, ou um tipo de "socialismo científico", já que, mesmo adotando "métodos racionalistas de análise para formular sua crítica, sua estratégia e suas táticas", possui uma base ética fundamental, pautada em aspirações, valores, sentimentos, motivações, que "não pode ser comprovada cientificamente". (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 71) Isso não significa, obviamente, que não se possam realizar produções teórico-científicas sobre o anarquismo, quando ele é tratado como um objeto de estudo.

Esta distinção entre ideologia e teoria, que se discute neste momento, foi também sustentada por Malatesta que, refletindo sobre ciência e anarquismo, afirmou:

> A missão da ciência é descobrir e formular as condições nas quais o fato necessariamente se produz e se repete: ou seja, dizer o que é e o que necessariamente deve ser, e não o que os homens desejam ou querem. A ciência se detém onde termina a fatalidade e começa a liberdade. [...] O anarquismo é, distintamente, uma aspiração humana, que não está fundamentada em nenhuma necessidade natural verdadeira ou supostamente verdadeira, e que pode realizar-se segundo a vontade humana. (Malatesta, 2007a, p. 41; 43)

Pode-se afirmar, a partir dos conceitos discutidos, que o anarquismo se define pela perspectiva de *certeza ideológica* e *dúvida teórica permanente*. Por um lado, trata-se de conservar permanentemente os princípios ideológicos que lhe são fundamentais; por isso, não é "antidogmático" em relação a seus princípios, que norteiam seus pensamentos e suas ações e são inegociáveis. Por outro, trata-se de buscar as ferramentas mais adequadas para compreender a realidade que deseja transformar, com significativa abertura e postura antidogmática; não constitui obrigação interpretar a realidade por meio de ferramentas desenvolvidas necessariamente por anarquistas.

Essa posição foi sustentada pelo anarquista japonês Ôsugi Sakae (2011), que sugeriu a seguinte consigna: "atuar como um crente, pensar como um cético". Trata-se,

para ele, de manter as certezas ideológicas que estão relacionadas à vontade de transformação social e a serenidade crítica e a abertura, necessárias para o conhecimento da realidade. Afinal, distinguir ideologia de teoria não significa afirmar que qualquer abordagem teórico-metodológica possui a mesma eficácia; certamente há algumas mais adequadas que outras. Também não significa afirmar a neutralidade dos métodos e das teorias.

Não se pode afirmar, ainda assim, que essas diferentes abordagens para o conhecimento da realidade coloquem em xeque o cerne ideológico do anarquismo.

4.2.1.2 Teoria e anarquismo: o caso da relação entre as esferas sociais

Partindo da definição de ideologia e da diferenciação entre ideologia e teoria, considera-se por bem discutir alguns aspectos relacionados à teoria. Para isso, utiliza-se o conceito de teoria também elaborado pela FAU (2009a, p. 5), que a considera *um corpo sistemático e articulado de categorias e conceitos que tem como objetivo conhecer a realidade*; "a teoria é um instrumento, uma ferramenta, serve para fazer um trabalho, serve para produzir o conhecimento que necessitamos produzir". Conforme afirmado, não se consideram critérios teóricos para definir uma ideologia.

Desde seu surgimento, conforme afirmado, o anarquismo vem se apoiando em distintas matrizes teórico-epistemológicas, diversos métodos e teorias para conhecer a realidade. Esses aspectos são aqui considerados como pertencentes ao campo das teorias utilizadas historicamente pelos anarquistas. Pela relação apontada entre teoria e ciência, não se pode dissociar a teoria utilizada pelos anarquistas do contexto em que estiveram inseridas. Do ponto de vista dos anarquistas clássicos, pode-se dizer que Bakunin, Kropotkin, Reclus, Rocker e Malatesta sustentavam perspectivas teóricas distintas, sem terem deixado, por isso, de ser anarquistas. Levando em conta as continuidades e permanências que o anarquismo teve a partir desses clássicos, pode-se dizer, da mesma maneira, que é possível notar diferenças teóricas relevantes, sem que se coloque em xeque o anarquismo desses anarquistas.

Debates que envolvem o materialismo e o idealismo, mas, principalmente, a relação entre as três esferas sociais – econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica –, evidenciam claramente as distintas perspectivas teóricas que vêm sendo adotadas pelos anarquistas ao longo da história.

A predominância da esfera econômica em relação às outras foi sustentada por alguns anarquistas. Bakunin (2000a, p. 14), nesse sentido, afirma que "toda a história

intelectual e moral política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica". Entretanto, sua posição não é determinista; ele enfatiza que "a escravidão política, o Estado, por sua vez, reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência; assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado". E ainda: "o temperamento e o caráter particulares de cada raça e de cada povo" são "produtos de um grande número de causas etnográficas, climatológicas e econômicas, tanto quanto históricas"; no entanto, "uma vez dadas, exercem [...] uma influência considerável sobre seus destinos, e até mesmo sobre o desenvolvimento de suas forças econômicas." (Bakunin, 2001, p. 39-40) Para Bakunin, ainda que haja uma relevância maior da esfera econômica em relação às outras, estas também possuiriam capacidade de determinar a economia. Posição semelhante é defendida pela Federação dos Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA, 2005), que sustenta que a história é a "história dos antagonismos criados pelas relações de produção", "dos interesses econômicos em jogo".

Outra maneira que compreender a relação entre as esferas é por meio de uma correlação – poder-se-ia dizer, dialética – entre a esfera econômica e a esfera política/jurídica/militar, posição que também é defendida por anarquistas. Kropotkin (2005a, p. 173), ao elaborar sua teoria do Direito, enfatiza que a lei foi "feita para garantir os frutos da pilhagem, do açambarcamento e da exploração", tendo seguido "as mesmas fases do capital: irmão e irmã gêmeos, caminharam de mãos dadas, nutrindo-se ambos dos sofrimentos e das misérias da sociedade". A relação entre as esferas, nesse caso, poderia ser compreendida como o resultado da relação dialética entre economia e política: a esfera política/jurídica/militar constituiria um todo juntamente com a esfera econômica, tendo as duas, capacidade de influência mútua.

Essas posições poderiam ser colocadas dentro do campo do materialismo, se ele for definido conforme a afirmação de Bakunin (2000a, p. 14), de que "os fatos têm primazia sobre as idéias". Nessas posições – e, principalmente, nas que priorizam a esfera econômica – a esfera cultural/ideológica tem um papel secundário. Muitos foram os anarquistas que reivindicaram o materialismo. Ba Jin (2008) afirmou: "Somos materialistas (destacados anarquistas como Kropotkin e Bakunin foram todos materialistas). Entendemos que a chegada da revolução social não pode estar determinada por nossas boas intenções." George Fontenis (2006) e a organização anarquista argentina Resistência Libertária (Diz; Trujillo, 2007) também reivindicaram o materialismo.

Entretanto, deve-se considerar, para os anarquistas do século XIX, o que significava essa defesa do materialismo. Aquele momento histórico, de surgimento do socialismo, e do próprio anarquismo, estava fortemente marcado por um contexto que, no campo do conhecimento, buscava superar as explicações sociais de bases metafísicas e teológicas, significativamente vigentes até aquele momento, e compreender a realidade a partir dos fatos, de maneira a conhecê-la da melhor maneira possível. Esse contexto relaciona-se, historicamente, com o próprio desenvolvimento das Ciências Sociais e do positivismo. Para se transformar a realidade, considerava-se necessário conhecê-la e, pelo menos no campo social, a ciência parecia a ferramenta mais adequada para proporcionar esse conhecimento. A defesa que Bakunin realiza do materialismo deve ser compreendida, ao menos em parte, neste sentido. Ele, assim como Marx e outros socialistas, buscava distanciar-se das fundamentações metafísicas e teológicas, chamadas de idealistas, em suas tentativas de compreender o real.

Entretanto, as discussões entre o materialismo e o idealismo passaram a envolver outros elementos, e suas discussões aplicadas à relação entre as esferas sociais tornaram-se mais complexas. O século XX foi marcado por vários estudos no campo da teoria científica que demonstraram que a realidade, mesmo observada a partir de uma perspectiva racional, possui elementos subjetivos, e que as idéias, ou os elementos presentes da esfera cultural/ideológica, possuem capacidade de determinação dos fatos, das esferas política/jurídica/militar e econômica – estudos que se devem, em grande medida, tanto ao desenvolvimento da Psicologia e de determinados campos das Ciências Sociais, quanto da História.

Alguns anarquistas, observando esse desenvolvimento no campo da teoria, passaram a reivindicar a relevância da esfera cultural/ideológica, partindo da concepção de que as idéias, os aspectos subjetivos, poderiam influenciar os fatos, os aspectos objetivos. Malatesta reflete sobre isso e enfatiza:

> Há alguns anos, todo mundo era "materialista". Em nome de uma "ciência" que, definitivamente, erigia em dogmas os princípios gerais extraídos de conhecimentos positivos muito incompletos, tinha-se a pretensão de explicar toda a psicologia humana e toda a história atormentada da humanidade por simples necessidades materiais elementares. (Malatesta, 1989c, p. 138)

Sua crítica, naquele momento, afirmava que, tendo ido para o outro oposto, grande parte das pessoas estava adotando uma postura completamente idealista: "Hoje, todo mundo é 'idealista': todos [...] tratam o homem como se ele fosse um puro espírito,

para quem comer, vestir-se, satisfazer suas necessidades fisiológicas fossem coisas negligenciáveis". Ele afirma, ao final, um meio-termo, que se reflete em seu projeto de emancipação: dever-se-ia considerar que "a emancipação moral, a emancipação política e a emancipação econômica são indissociáveis". (Malatesta, 1989c, p. 139; 141)

Posições que defendem essa interdependência entre as três esferas têm sido desenvolvidas por organizações como a Federação Anarquista Uruguaia e a Federação Anarquista Gaúcha (FAU; FAG, 2007), que afirmam que a sociedade constitui uma "estrutura global sem predomínio estabelecido *a priori*, sem determinação [entre as esferas], a não ser a interdependência. O 'determinante', se se quer utilizar o termo, seria a matriz que esse conjunto global possui."

Outros anarquistas incorporaram essa relação de influência mútua entre as esferas, como Rocker (1956, p. 11), que considera que "o fato de influírem as condições econômicas e formas especiais de produção na história do desenvolvimento das sociedades humanas não é novidade para ninguém". Entretanto,

> nunca foram as forças econômicas que serviram de móvel a todas as outras. Acontecimentos sociais realizam-se por obra de uma série de diversas causas, que na sua maioria se entrelaçam: tão intimamente que é impossível afinal delimitá-las entre si. (Rocker, 1956, p. 23)

Rocker investigou aspectos culturais da sociedade e, naturalmente, verificou sua relevância na influência entre as esferas. Chegou mesmo a sustentar que "toda a política emana em última instância da concepção religiosa dos homens" e que "todo o econômico é de natureza cultural". (Rocker, 1956, p. 56) Uma afirmação que evidencia a relevância fundamental, do seu ponto de vista, da esfera cultural/ideológica. Levando a centralidade dessa esfera ao limite, anarquistas como Reclus (2002, p. 25) chegaram a afirmar que "a grande evolução intelectual, que emancipa os espíritos, tem por conseqüência lógica a emancipação, na realidade, dos indivíduos em todas as suas relações com outros indivíduos".

Esses elementos permitem afirmar que há diferenças fundamentais entre os modelos teóricos, que dizem respeito à relação entre as esferas, adotados pelos anarquistas ao longo do tempo. Há alguns que conferem centralidade à economia; outros, pautando-se também mais nos fatos que nas idéias, consideram que são a economia e a política, inter-relacionadas, que determinam o real. Há também aqueles que consideram que as três esferas são interdependentes; outros, ainda, que conferem centralidade à esfera cultural/ideológica.

Pode-se, sem dúvidas, afirmar que algumas dessas posições são mais materialistas que outras, se levada em conta a definição de Bakunin. Entretanto, todas essas abordagens, independente de seus fundamentos teóricos, superaram o paradigma idealista do século XIX, fundamentado nas análises filosóficas de base metafísica e teológica. Os anarquistas nunca buscaram explicar a realidade sem a utilização da racionalidade, de métodos e de teorias; não podem, por isso, serem considerados idealistas, no sentido de utilizar fundamentos metafísicos e teológicos para a análise social.

Conforme demonstra Berthier (2008, p. 160-169), esse debate que envolve o materialismo e a relação entre as esferas também desenvolveu compreensões bastante distintas em outras correntes socialistas, em especial, no marxismo.[14]

Parece evidente que esse debate e as distintas posições demonstram um fato bastante claro: a dificuldade de explicar a realidade social, que vem tentando ser levada a cabo por meio de diferentes métodos de análise e teorias, não somente no anarquismo e no socialismo, mas nas Ciências Humanas de maneira geral. Essas posições, longe de demonstrar uma incoerência teórica do anarquismo, ou de outras correntes socialistas,

---

[14] Marx (2008a, p. 47-48) afirma que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade; uma "base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência"; segundo sustenta, "a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura". Berthier (2008, p. 162-163) sustenta que, apesar dessa afirmação, Marx não pode ser considerado como um defensor absoluto do determinismo econômico, tal como posteriormente foi compreendido por alguns intérpretes. Em *O Capital*, por exemplo, Marx (1985, vol. II, p. 286), ao analisar os momentos da acumulação primitiva, diz que eles "baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência" do "poder do Estado"; a "violência concentrada e organizada da sociedade" para impulsionar a transformação do feudalismo em capitalismo. Ainda que ele afirme que a violência seja uma "potência econômica", ele reconhece nela um elemento político, perpetrado, nesse caso, pelo Estado, que teria proporcionado garantias fundamentais para o desenvolvimento da economia capitalista. Berthier também afirma que, em suas obras históricas, particularmente em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* e em *As Lutas de Classe na França*, Marx não explica o desenvolvimento histórico somente como uma conseqüência da economia e da política, e leva em conta aspectos culturais e ideológicos que tiveram determinação fundamental nos acontecimentos históricos. Engels, em 1890, parece aproximar sua posição da de Bakunin: "De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau." (Engels, 1890. In: Marx; Engels, 1965, p. 417)

evidenciam sua busca por explicações mais adequadas da realidade. Os elementos apresentados sustentam a afirmação colocada anteriormente, de que os debates sobre método e teoria social, e que passam pela relação entre as esferas, envolvem posições distintas entre os socialistas em geral e os anarquistas em particular; não colocam em xeque, entretanto, seu socialismo ou seu anarquismo.

As questões envolvidas nesse debate, entretanto, de acordo com os conceitos adotados nesta dissertação, referem-se ao campo da teoria. Os autores em questão compartilham os princípios político-ideológicos do anarquismo; são, portanto, anarquistas, ainda que divirjam em questões de teoria. As diferentes possibilidades de se compreender o materialismo, o idealismo, as relações entre fatos e idéias, as esferas e suas possíveis determinações, não fazem do anarquismo mais ou menos anarquista. O que se pode afirmar é que, desde o século XIX, as posições filosóficas de base metafísica ou teológica foram descartadas; realiza-se, portanto, no campo da teoria, independente das posições adotadas, análises e explicações que se apóiam na racionalidade, em métodos e em teorias determinadas.

Essa distinção entre ideologia e teoria subsidia a posição adotada nesta dissertação; ao discutir o anarquismo, não se leva em conta, em geral, no que diz respeito aos aspectos constitutivos da ideologia anarquista, os elementos puramente teóricos, que vêm sendo historicamente utilizados pelos anarquistas como ferramentas de compreensão da realidade. Pelo fato de o anarquismo pertencer ao campo da ideologia, e não da teoria, ele não será discutido em termos teórico-metodológicos, mas ideológico-doutrinários.

O estabelecimento desses fundamentos implica divergir de abordagens como as de Jorge Solomonoff (1973), que consideram o materialismo um princípio anarquista; o critério utilizado pelo autor para excluir Rocker do campo anarquista é justamente o fato de ele, segundo o autor, ter abandonado o materialismo, priorizando as idéias em relação aos fatos. Implica, também, divergir de abordagens que consideram anarquistas as posições de Paul Feyerabend (2003), as quais se sustentam em reflexões puramente teórico-epistemológicas; o "anarquismo metodológico" de Feyerabend, ainda que coloque em xeque distintos fundamentos da ciência, não pode ser considerado anarquista, pois diz respeito tão-somente ao campo da teoria e não compartilha o conjunto dos princípios político-ideológicos anarquistas.[15]

[15] Da mesma maneira, o fato de um pesquisador utilizar o materialismo dialético ou o materialismo histórico para a análise da realidade não faz dele, necessariamente, um marxista. Como se viu, há

Finalmente, deve-se esclarecer que afirmar que os elementos teóricos não constituem os fundamentos da ideologia anarquista não significa dizer que eles não tenham tido relevância e que não tenham sido apresentados durante a constituição e todo o desenvolvimento histórico do anarquismo. Não significa, também, fazer tabula rasa dos métodos e das teorias sociais e afirmar que todas as ferramentas teóricas para a compreensão da realidade sejam similarmente eficazes. Deve-se reconhecer que alguns métodos e determinadas teorias sociais são mais adequados que outros para a compreensão da realidade. A própria elaboração desta dissertação, em termos teórico-metodológicos, realiza algumas opções que se julga mais adequadas e pertinentes do que outras.

4.2.2 Estratégia

O conceito de estratégia também é central na definição de anarquismo elaborada. A Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), refletindo sobre a estratégia dos anarquistas, assim a definiu:

> Podemos definir estratégia, a partir da formulação de respostas para três questões: 1.) Onde estamos? 2.) Onde queremos chegar? 3.) Como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos? A estratégia é, então, a formulação teórica de um diagnóstico da presente situação, a concepção da situação em que se deseja chegar e de um conjunto de ações que terão por objetivo transformar a presente situação, fazendo-a chegar na situação desejada. [...] Essa linha "macro" (de diagnóstico, objetivos de médio e longo prazo) é chamada de estratégia e os grandes objetivos, de objetivos estratégicos. A estratégia, em seguida, é detalhada em uma linha mais "micro", ou seja, tática, que determina os objetivos de curto prazo e as ações que são colocadas em prática por militantes ou grupos de militantes que visam atingir os objetivos táticos de curto prazo. Obviamente, o alcance dos objetivos táticos deve contribuir com a aproximação, ou mesmo com o alcance, dos objetivos estratégicos. (FARJ, 2009, p. 197-200)

O diagnóstico realizado pelos anarquistas foi, historicamente, definido por sua crítica da dominação e os objetivos, por sua defesa da autogestão. A partir da transformação da capacidade de realização das classes dominadas em força social, por meio de estratégias e táticas que estimulem a autogestão, os anarquistas esperam superar

---

anarquistas, como a FdCA, Fontenis, Resistência Libertária, que se utilizam do materialismo histórico sem, entretanto, abandonar os princípios anarquistas. Essa posição também não significa afirmar que as reflexões teóricas de Solomonoff e de Feyrabend não sejam interessantes, e que não possam ser incorporadas aos debates sobre a compreensão adequada da realidade.

os sistemas de dominação, caracterizados por modelos de poder dominadores, e chegar a sistemas de autogestão, caracterizados por modelos de poder autogestionários.

Segundo Bonanate (2004, p. 431), a estratégia é "a técnica utilizada para alcançar um objetivo", seja esse objetivo "individual ou coletivo, privado ou público, pacífico ou bélico-militar". Para Rocha (2009a, p. 246), a estratégia é a "ciência do conflito", envolvendo lutas, enfrentamentos, batalhas. Fundamentado em clássicos como Clausewitz e outros teóricos da estratégia, Rocha caracteriza a estratégia como a arte de utilizar esses conflitos para alcançar determinados objetivos.

De acordo com Bonanate e Rocha, a prática política envolve, necessariamente, objetivos, e a estratégia constitui, portanto, os meios mais eficazes para que esses objetivos sejam atingidos e, por conseqüência, um caminho por meio do qual se desenvolve a intervenção política em conflitos determinados.

Bonanate (2004, p. 431) considera que é a "determinação da estratégia" e a "escolha dos meios mais eficazes" que fazem com que se alcancem os objetivos estabelecidos. Clausewitz (2010, p. 71) afirma que, em qualquer estratégia, são os objetivos que condicionam as ações, ou seja, os objetivos estratégicos implicam uma estratégia coerente com ele, que se desdobre em táticas; as táticas devem apontar para a estratégia e esta para o objetivo estratégico. Em acordo com Clausewitz, Bonanate (2004, p. 432) afirma: "a estratégia deve estar subordinada à política, assim a tática está e não pode deixar de estar subordinada à estratégia".

Ainda que os anarquistas tenham desenvolvido, historicamente, diferentes estratégias para atingir seus objetivos, há uma estratégia fundamental, comum a todas suas correntes, e que faz parte dos princípios anarquistas. Essa estratégia fundamental é coerente com os pressupostos conceituais anteriormente discutidos: técnicas, caminhos para se atingir objetivos; intervenção determinada em conflitos sociais; coerência entre meios e fins (objetivos, estratégias, táticas).

4.2.3 Força social

Alfredo Errandonea (1989, p. 90-91) define *sistema* como um todo dinâmico que constitui a sociedade, com relações e influências mútuas entre seus elementos, e *estrutura* como um conjunto das relações sociais estáveis e concretas presentes em um sistema; tais conceitos permitem afirmar que *a sociedade constitui um sistema com uma determinada estrutura*.

A categoria fundamental para a compreensão de como se estruturam os sistemas é a *força social*. Para Errandonea,

> uma *força social é um conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), com certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, que atua efetivamente, de maneira consciente em função do interesse, o que lhe confere a condição de fator do processo social numa conjuntura específica*. (Errandonea, 1989, p. 118)

Para Fábio López (2001, p. 60), a força social é definida como a energia "aplicada pelos agentes na consecução de seus objetivos na sociedade".

Partindo das definições de Errandonea e López, pode-se dizer que uma força social caracteriza-se por um agrupamento coletivo real que, por meio da capacidade e da vontade, a partir de interesses comuns (que podem ser classistas), dispõe-se a atuar, e de fato atua, convertendo-se em uma energia aplicada por agentes sociais, de um dado momento histórico, e de um determinado espaço geográfico, em favor de objetivos – dando corpo a uma ação em alguma das esferas estruturadas da sociedade ou em mais de uma delas.

São as forças sociais que, na correlação entre si, determinam os elementos estruturais, e a relação entre esses elementos que constituem a estrutura de um determinado sistema, por meio do vetor resultante do enfrentamento entre forças.

A categoria força social não pode ser compreendida como um elemento essencialmente político, ligado à violência. Considera-se, pela interdependência das esferas, que a força social constitui-se e desenvolve-se nas três esferas estruturadas da sociedade, relaciona-se à produção, à distribuição, ao consumo, à violência, às tomadas de decisão e à legitimidade.

Além disso, distingue-se força social da noção de capacidade de realização. "*Uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização* pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém." (López, 2001, p. 61)

De acordo com López, a capacidade de realização está no campo da possibilidade e a força social no campo da realidade; a primeira pode incidir na realidade, caso seja aplicada no jogo de forças estrutural, mas não necessariamente incide. Todos os agentes possuem capacidade de realização, mas só transformam essa capacidade em força social na medida em que intervêm no jogo de forças que caracteriza uma estrutura social determinada.

Por isso, há somente para duas alternativas de intervenção na realidade: intervir por meio de uma força social para reforçar o *status-quo* ou para modificá-lo de alguma maneira. Não intervir, ainda que haja capacidade para tanto, significa, obrigatoriamente, reforçar a situação dada, o *status-quo*, e, assim, a força social preponderante e a relação de poder estabelecida, por razão desses agentes sociais não transformarem sua capacidade em força social.

Partindo de Errandonea (1989) e López (2001), podem-se definir alguns conceitos acessórios, ligados à categoria força social.

Sistema social: Sociedade, ordem, *status-quo*; uma totalidade dinâmica, composta de elementos inter-relacionados, que se afetam mutuamente de maneira variável, autotransformam-se constantemente, de maneira global e gradual; vetor resultante das relações entre as forças sociais em jogo.

Estrutura social: Configuração do conjunto de relações sociais estáveis e concretas estabelecidas pelas forças sociais presentes em um sistema.

Capacidade de realização: Possibilidade dos agentes de causar efeitos em outros, direta ou indiretamente; força potencial que pode ser, mas não necessariamente é, aplicada em uma determinada relação.

Agentes sociais: Indivíduos que vivem em sociedade, possuem vontade, capacidade de escolha e ação. Podem associar-se coletivamente, por vários motivos, a partir de bases grupais e/ou classistas.

4.2.4 Poder

Tomás Ibáñez (2007a, p. 43-44) considera ser possível agrupar as inúmeras definições do poder em três: 1.) aquelas que conceituam o poder como capacidade, 2.) aquelas que conceituam o poder como assimetria nas relações de força, e 3.) aquelas que conceituam o poder como estruturas e mecanismos de regulação e controle. Opta-se, nesta dissertação, pela segunda definição, fundamentada nas concepções que conceituam o poder como assimetria nas relações de força.

Essa definição não se contrapõe diretamente às outras. Ela considera que a capacidade pode constituir poder, mas não significa, necessariamente, poder; a definição do poder como capacidade assimila-se à noção de capacidade de realização definida anteriormente. Considera, também, que estruturas e sistemas, assim como seus mecanismos de regulação e controle, são sempre resultado de determinadas relações de

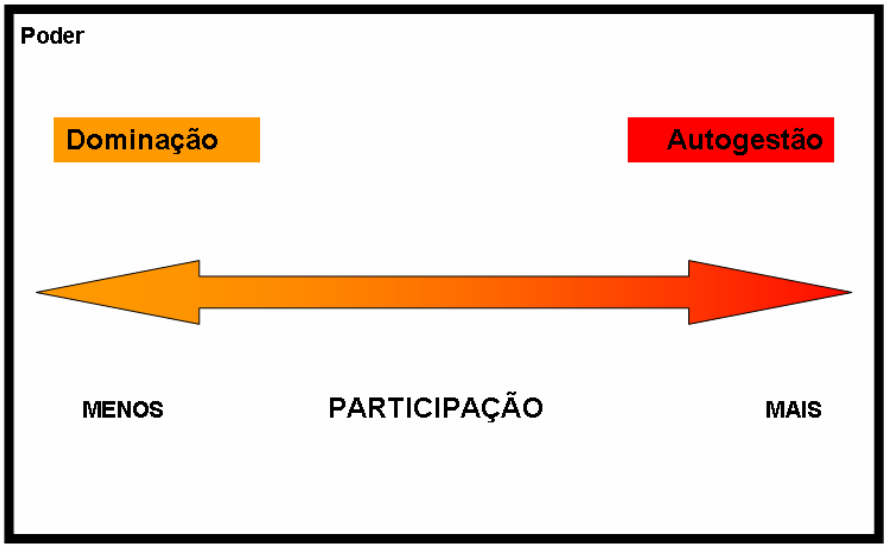
forças e, assim, das relações de poder resultantes. Definir o poder como assimetria nas relações de forças permite conceituá-lo, mais especificamente, como uma relação que se estabelece nas lutas e disputas entre diversas forças sociais, quando uma(s) força se impõe à(s) outra(s). Poder e relação de poder funcionam, dessa maneira, como sinônimos.

Ibáñez (1982, p. 99-100), ao desenvolver o que chama de "paradigma estratégico do poder", contribui com essa definição, ao afirmar que: o poder é uma relação social concreta, dinâmica e conflitiva entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma força em relação à outra – por isso, a categoria estratégia torna-se central; essa relação é, no mínimo, bilateral e envolve aqueles que exercem o poder e aqueles que sofrem seus efeitos – não há, portanto, relação de poder sem sujeitos; o poder emana das relações sociais que se dão em todas as esferas estruturadas da sociedade – não se restringe, assim, a uma noção jurídica, a um reflexo da economia, às instituições e aos soberanos.

4.2.4.1 Participação: dominação e autogestão

A participação é estabelecida pelas relações de poder. Errandonea (1989, p. 122) a define como "capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que afetam [os agentes sociais], pessoal, grupal ou coletivamente. Todo tipo de decisões: no sentido mais amplo." As decisões referentes às três esferas sociais são forjadas a partir de distintos níveis de participação, que implicam a constituição de regulações, controles e normas.

O campo da participação possui dois extremos, que, conforme colocado no gráfico abaixo, funcionam como *tipos ideais de poder*: a dominação e a autogestão.



(Corrêa, elaborado para esta dissertação)

Para Errandonea (1989, p. 63-82), a dominação é uma relação social hierárquica que pode ocorrer nas três esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não possa ser reduzida à dominação de classe.

De acordo com López (2001, p. 122) e Michael Albert (2004, p. 17-26), a autogestão é uma relação social, antítese da dominação, que implica a participação nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente; as relações de autogestão também se dão nas três esferas sociais. Nas relações de autogestão, as decisões são compartilhadas, assim como as responsabilidades delas derivadas, não havendo monopólio político por parte de alguns agentes, agrupamentos ou classes sociais.

Um sistema em que predomina a dominação pode ser caracterizado como um *sistema de dominação*; um sistema em que predomina a autogestão, um *sistema de autogestão*. A autogestão, assim, constitui uma alternativa à dominação, e o sistema de autogestão, uma alternativa ao sistema de dominação.

No limite da dominação, os agentes sociais não possuem qualquer capacidade de incidência e nem iniciativa em relação às decisões que lhes afetam; no limite da autogestão, eles têm a maior incidência e iniciativa possíveis, participando amplamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito. Os extremos constituídos pela dominação e pela autogestão demarcam, teoricamente, as possibilidades lógicas de limites nos processos de participação. Entretanto, tais extremos só funcionam como limites teóricos para se pensar as situações reais e concretas, que, na imensa maioria dos casos, não se situam nos extremos, mas em posições intermediárias.

Ainda assim, esses extremos possibilitam avaliar as relações de poder, além dos processos de participação por elas estabelecidos. O aumento ou a diminuição da participação nas decisões evidenciam em que sentido caminham as relações de poder e se elas se aproximam mais de um ou outro extremo. Esse modelo também permite avaliar distintas estratégias políticas que têm por objetivo intervir nas relações de poder buscando modificar (aumentar ou diminuir) a participação dos processos decisórios.

Amedeu Bertolo (2005, p. 94), López (2001, p. 84) e Ibáñez (2007a, p. 45) consideram imprescindível distinguir a categoria poder do conceito de dominação, conforme elaborado anteriormente. As relações de dominação são, da maneira por eles

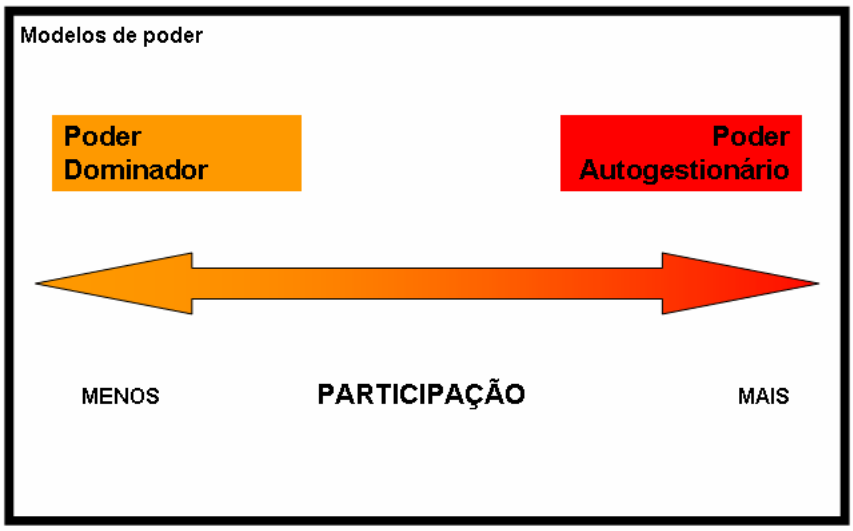
concebidas, subconjuntos das relações de poder. Logicamente, tratar de dominação implica tratar de poder, mas tratar de poder não necessariamente significa tratar de dominação, já que esta é um subconjunto daquele. Para esses autores, pode-se falar em relações de poder que não implicam dominação.

Os argumentos de Errandonea, Ibáñez, Bertolo e López permitem elaborar dois modelos de poder e suas características marcantes, também são definidos a partir de tipos ideais:

1. *Poder autogestionário*: autogestão, participação ampla nas decisões, agentes não alienados, relações não hierárquicas, sem relações de dominação, sem estrutura de classes e exploração.

2. *Poder dominador*: dominação, hierarquia, alienação, monopólio das decisões por uma minoria, estrutura de classes e exploração.

Tais modelos de poder caracterizam, cada um, a autogestão e a dominação, a partir de uma lógica que, quanto maior a participação, mais próximo de um tipo ideal de poder autogestionário, quanto menor, mais próximo de um tipo ideal de poder dominador, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



(Corrêa, elaborado para esta dissertação)

Além dos conceitos de dominação e autogestão, apresentados anteriormente, pode-se definir mais claramente o conceito acessório de participação, também ligado à categoria poder.

Participação: Estabelecida pelas relações de poder, é a capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que afetam os agentes sociais, pessoal, grupal ou coletivamente. Possui dois extremos, que funcionam como tipos ideais de poder: a dominação e a autogestão.

4.2.5 Classes sociais

Errandonea (1989, p. 29-31) afirma que as classes sociais não podem ser definidas apenas pela exploração, concebida como resultado de uma relação social econômica, do campo do trabalho, que implica mais-valia. O autor parte do conceito de exploração para conceber as classes sociais por meio de um conceito mais amplo, de dominação, que abarca o conceito de exploração; a exploração constitui um tipo de dominação e um dos elementos para a definição das classes sociais.

Para Errandonea (1989, p. 97-98), a dominação é o "fundamento básico das relações de classe; portanto, da conformação de classes sociais e da própria estrutura de classes em que elas se dão". O autor apresenta elementos que permitem conceituar a categoria classe social, enfatizando que elas estão completamente relacionadas com a assimetria social, a desigualdade, quando esta possui uma conformação estrutural, consistente e estável. Assim, as classes sociais são "agrupamentos humanos de relativa homogeneidade entre si", de aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades que dizem respeito às desigualdades sociais.

As classes sociais constituem categorias históricas, variáveis conforme o tempo, podendo aparecer, desempenhar um papel, modificar-se ou mesmo desaparecer; não podem, portanto, ser definidas, indefinida e exclusivamente, em torno da propriedade dos meios de produção, já que ela pode ou não ser uma determinante estrutural fundamental, dependendo do contexto do qual se trata.

De maneira geral, um sistema de dominação fundamenta-se em uma estrutura de classes, que envolve classes dominantes e classes dominadas. Um sistema classista, de dominação, implica pelo menos ambos os conjuntos. Em sua obra, Errandonea (1989, p. 104-112) conceitua e tipifica as classes sociais a partir do conceito de dominação. O autor detalha as categorias mais globais e gerais – classes dominantes e classes dominadas –, em quatro tipos de classes sociais: "'classes dominantes', 'classes médias', 'classes dominadas propriamente ditas' e 'marginais'" – apontando para um

modelo que permite tipificar as classes sociais concreta de distintos contextos históricos.

Utilizam-se, nesta dissertação, somente os conceitos mais amplos, globais e gerais: classes dominantes e classes dominadas, os quais são definidos, a seguir, juntamente com o conceito de exploração – todos os quais com base na obra de Errandonea.

Exploração. Relação social econômica, do campo do trabalho, entre capitalistas e trabalhadores, na qual o sobreproduto do trabalho realizado (mais-valia) pelos trabalhadores é apropriado pelos capitalistas. Não fundamenta completamente a noção de classes sociais e não explica toda a realidade social; é um tipo de dominação.

Classes dominantes: Classes sociais concretas cujos membros controlam o conjunto dos mecanismos de dominação presentes em uma determinada configuração de relações de dominação, resultante da combinação específica dos meios nelas vigentes para exercê-las. Conjunto de posições sociais que supõe um acesso permanente e institucionalizado aos mecanismos em relação aos quais se adotam as decisões sociais.

Classes dominadas: Classes sociais concretas cujos membros não controlam o conjunto dos mecanismos de dominação presentes em uma determinada configuração de relações de dominação. Compõem-se de classes que podem participar da instrumentação da dominação, classes dominadas propriamente ditas, integradas ao sistema e imprescindíveis à sua subsistência, e classes marginais, não integradas ao sistema, mas relevantes para seu funcionamento.

4.2.5.1 Interesse, consciência, luta de classes, mudança e transformação social

Errandonea (1989, p. 130-132) sustenta que os sistemas fundamentam-se no conflito social, o qual é definido como "toda relação social de oposição manifesta entre atores sociais que se traduz em ações concretas orientadas em contraposição mútua".

Envolvendo indivíduos, grupos, classes, independente de suas posições sociais, além de oposições entre forças sociais e interesses distintos, os conflitos sociais podem ser classificados com base em diferentes critérios: identificação dos agentes em contradição, nível de violência ou intensidade, objetivo dos agentes, entre outros. O autor trabalha com quatro critérios para essa classificação: 1.) *tipo de agentes*: de um lado aqueles conflitos que se dão entre indivíduos, pequenos grupos ou organizações não-classistas, de outro, aqueles que se dão entre forças sociais de origem, filiação ou

recrutamento classista; 2.) *objetivo para com o agente contraditor*: de um lado, os conflitos que propõem a eliminação (desaparecimento da estrutura), por outro, aqueles que buscam acesso a certos objetivos para benefício próprio – chama-se o primeiro de luta e o segundo de concorrência; 3.) *direção do conflito*: de um lado, os conflitos horizontais, que não se propõem a alterar a estrutura de classes do sistema de dominação, mas melhorar a posição dos agentes dentro dessa estrutura, por outro, os conflitos verticais, que possuem o objetivo de modificar a estrutura e o sistema; 4.) *institucionalização ou não-institucionalização*: de um lado, os conflitos institucionalizados, que se dão com a aceitação, por parte dos agentes, das regras do jogo, proporcionadas pela estrutura sistêmica, para a solução, por outro, os conflitos não-institucionalizados, que se dispõem a utilizar meios que não são aceitos pelo agente contraditor, não havendo, nesse caso, uma regulação comum aos agentes em conflito.

Os conflitos sociais podem ser ou não classistas; dependendo da maneira como se conformarem, podem contribuir com o reforço das relações de poder de um sistema de dominação vigente ou colocá-las em xeque:

> Os conflitos não-classistas, a competição, os conflitos horizontais e os institucionalizados, não só não contradizem o consenso [legitimidade do sistema de dominação e da estrutura de classes], mas o supõem e tendem a reforçá-lo. Ao contrário, os conflitos entre forças sociais classistas, a luta, os conflitos verticais e os não-institucionalizados, em cada caso com variantes que devem ser consideradas, implicam em algum nível o questionamento da legitimidade do sistema de dominação ou da relação de dominação concreta em questão, e tendem a produzir – quando não envolvem diretamente – um questionamento do consenso do sistema. (Errandonea, 1989, p. 132)

Os conflitos sociais motivam o desenvolvimento de distintos interesses, que podem ser compreendidos e evidenciados em termos individuais, grupais ou classistas. Nos casos dos interesses individuais e grupais, eles associam-se ao progresso particular, de mobilidade de indivíduo ou de grupo, possibilitado pela estrutura de classes. Esses interesses entram em jogo pela crença na legitimidade do sistema de dominação ou pela busca de "jogar com as regras do jogo", visando modificar a posição dos agentes na estrutura e no sistema de dominação – não envolvem, portanto, a mudança ou transformação do sistema de dominação e de sua estrutura de classes como um todo.

No caso dos interesses classistas, eles dizem respeito a uma classe ou conjunto de classes determinado, que compreende que esses interesses só podem ser buscados com eficácia coletivamente. Os interesses de classe podem estar latentes ou manifestos;

neste último caso, ele pode ser chamado de consciência de classe. Eles não derivam automaticamente das posições estruturais dos agentes na estrutura de classes, ainda que esse seja um fator de relevância, e envolvem posições culturais e ideológicas significativas. Relacionam-se diretamente com a busca de satisfação das necessidades socialmente percebidas como mínimas e com a aspiração para melhorar seu nível, ligando-se àquilo que se distribui desigualmente na sociedade.

Em um sistema de dominação, que implica uma estrutura de classes, muitas vezes, "a tendência é a percepção de contraposição". "Os dominadores procuram não só manter, mas aumentar seu domínio (e, portanto, reduzir a participação dos dominados)", ao mesmo tempo, "os dominados procuram aumentar sua participação (diminuir sua condição de dominados), as quais são tendências estruturais contraditórias dos interesses respectivos". Quando os interesses de classe são compreendidos e demonstrados em termos classistas, quando se aumenta o nível de consciência de classe, quando a capacidade e a potencialidade convertem-se em força social concreta, "o conflito social tende a convergir e converter-se em conflito ou luta de classes", manifestada aberta e conscientemente. A luta de classes pode ser, assim compreendida, um "conflito social que constitui luta vertical, não-institucionalizada entre forças sociais classistas procedentes de tipos de classes opostas". Essa luta de classes coloca em xeque o sistema, tanto no que diz respeito à correlação de forças, como em relação à sua legitimidade; diferentemente, os conflitos não implicados na luta de classes (conflitos não-classistas, competição, conflitos horizontais e institucionalizados) servem, em grande medida, para legitimar o sistema e sua estrutura. (Errandonea, 1989, p. 125; 132-133)

O conflito social motiva tanto a mudança quanto a transformação social. Quando a estrutura de classes de um determinado sistema é modificada, alterada, há mudança social *no* sistema – mudanças cotidianas que não afetam os aspectos fundamentais do sistema e sua identidade (reformas). Quando esta estrutura é transformada, há transformação social *de* sistema – alterações profundas das bases e das relações de dominação (revolução). A transformação social pode ou não ser o resultado de diversas mudanças sociais; ambos os conceitos não estão necessariamente em contradição.

Dessa formulação, podem-se extrair outros conceitos acessórios relevantes.

Interesses de classe: Interesses gerados nos agentes sociais por razão da posição de classe ocupada na sociedade (sistema e estrutura em que estão inseridos), ainda que

haja interferências culturais e ideológicas significativas. Podem ser latentes ou manifestos.

Consciência de classe: Interesses de classe compreendidos e manifestos por determinados agentes sociais.

Luta de classes: Conflito social de classes, que pode implicar luta vertical (aquela que tem o objetivo de modificar a estrutura de classes) e não-institucionalizada (aquela que se dispõe a utilizar meios que não são aceitos pelo agente contraditor) entre forças sociais de origem, filiação ou recrutamento classista, procedentes de tipos de classes opostas.

Mudança social: Modificação ou alteração cotidiana do sistema que não afeta seus aspectos fundamentais e sua identidade (o modelo de poder) e que implicam medidas de curto prazo, reformas que podem ou não apontar para um processo mais amplo de transformação.

Transformação social: Modificação ou alteração profunda do sistema, que afeta seus aspectos fundamentais e sua identidade (o modelo de poder). Pode ser compreendida como revolução e ocorre quando os conflitos sociais tornam-se luta de classes abertas e conscientes, extrapolam as esferas e generalizam-se ao conjunto das relações sociais.

4.3 ANARQUISMO: CRITICA DA DOMINAÇÃO, DEFESA DA AUTOGESTÃO E ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL

Partindo da discussão das categorias e conceitos realizada, aprofunda-se a discussão teórico-conceitual do anarquismo, em três eixos: a critica da dominação, a defesa da autogestão e a estratégia fundamental anarquistas.

Dentro dos fundamentos teórico-metodológicos definidos anteriormente, trabalha-se com o método histórico, buscando as continuidades e permanências históricas do anarquismo no longo prazo, a partir de uma amplitude significativa de dados.[16] A totalidade e a interdependência evidenciam-se no conjunto selecionado de dados, na maneira de exposição dos argumentos, realizada a partir de cada uma das

[16] Para a presente elaboração, trabalha-se com um conjunto de anarquistas e organizações anarquistas que representam, em termos gerais, o anarquismo historicamente, em suas cinco ondas (1868-1894, 1895-1923, 1924-1949, 1950-1989, 1990-presente), e geograficamente, nos cinco continentes. Utiliza-se mais de 50 autores (teóricos, militantes, organizações), com escritos que vão da primeira à quinta onda, e sendo realizados por anarquistas da África, da América do Sul, da América Latina, da Ásia, da Europa e da Oceania. A linha teórica que norteia a abordagem fundamenta-se em Schmidt e van der Walt (2009). A cada vez que um novo anarquista for apresentado, menciona-se o país em que prioritariamente atuou e o ano da produção de seus escritos.

esferas sociais, e, principalmente, pelas críticas e proposições anarquistas. Considera-se, conforme afirmado pelo anarquista coreano Shin Chaeho (2005, p. 376), em 1923, certamente retomando argumentos de Proudhon e Bakunin, que "a destruição e a construção são inseparáveis; não são duas coisas, mas uma só".

As posições anarquistas colocadas em relação a esses três eixos são relativamente homogêneas. Opta-se pelo foco naquilo que há de comum entre os anarquistas, os elementos fundamentais da ideologia anarquista, que fornecem as bases para a elucidação de seus princípios político-ideológicos. As principais divergências em relação aos três eixos são abordadas no capítulo a seguir.

O primeiro eixo, da critica anarquista da dominação, é abordado por meio da posição dos anarquistas em relação à dominação nas três esferas sociais; enfatiza-se a crítica anarquista à dominação de classe, a outros tipos de dominação (imperialismo, gênero e raça) e à dominação em geral. O segundo eixo, da defesa anarquista da autogestão, é abordado, da mesma maneira, por meio da posição dos anarquistas em relação à autogestão nas três esferas sociais e de sua defesa do poder autogestionário e da autogestão generalizada. O terceiro eixo, da estratégia anarquista, similarmente, é abordado por meio da posição dos anarquistas dos sujeitos revolucionários, de sua estratégia geral de luta e de suas concepções de revolução social e autogestão – concebida para as lutas integradas nas três esferas; abordam-se, ainda, as lutas de gênero, de raça e antiimperialistas.

A discussão das posições anarquistas em relação a esses três eixos possibilita, ao final, elaborar um conjunto de princípios político-ideológicos, que constitui as bases da definição de anarquismo anteriormente apresentada.

4.3.1 A crítica anarquista da dominação

A crítica histórica da dominação desenvolvida pelos anarquistas tem como foco as três esferas sociais.

4.3.1.1 Dominação econômica: exploração capitalista e pré-capitalista

Tendo surgido como um socialismo libertário, o anarquismo possui uma crítica ao capitalismo similar às outras correntes socialistas; afirma que o capitalismo implica a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção.

Ainda que se deva reconhecer a qualidade da formalização de Marx do conceito de exploração em *O Capital* (Errandonea, 1989, p. 21), pode-se dizer que a obra que

estabeleceu os marcos da crítica socialista da exploração, e que influenciou tanto Marx quanto os anarquistas, foi *O que é a Propriedade?*, de Proudhon, escrita em 1840. Estabelecendo os fundamentos de sua crítica da exploração econômica, Proudhon teoriza:

> Uma força de mil homens, atuando por vinte dias, foi paga como a força de um único atuando por cinqüenta e cinco anos; contudo, a força de mil homens fez em vinte dias o que a força de um só não faria em um milhão de séculos: o negócio é eqüitativo? Mais uma vez, não: quando tiverdes pago todas as forças individuais, não tereis pago a força coletiva; em conseqüência, resta sempre um direito de propriedade coletiva não adquirido por vós e de qual gozais injustamente. [...] Nisso, sobretudo, é que consiste aquilo que tão bem se denominou de exploração do homem pelo homem. (Proudhon, 1988, p. 104-106)

A força coletiva não remunerada pelo proprietário constitui, para Proudhon, o excedente apropriado injustamente do trabalho realizado pelos trabalhadores; essa apropriação indevida caracteriza a exploração.

As críticas econômicas de Proudhon, assim como as de Marx, tiveram ampla influência entre os anarquistas, dentre os quais se encontram o russo Bakunin e o italiano Carlo Cafiero.[17] Os argumentos de Proudhon e Marx constituem, em grande medida, as bases da crítica anarquista da exploração.

Schmidt e van der Walt (2009, p. 49-50) afirmam que a exploração é compreendida pelos anarquistas como "transferência de recursos de uma classe produtiva para uma outra dominante, porém improdutiva. A exploração no sistema capitalista ocorre no trabalho e por meio do salariato." O trabalho assalariado do capitalismo permite aos proprietários se apropriarem de um excedente produzido pelos trabalhadores, o que caracterizaria a exploração.

Kropotkin (1987, p. 20-21), anarquista russo, afirma, em 1910, que, em sua crítica econômica, "os anarquistas, junto com todos os socialistas, dos quais constituem a ala esquerda, sustentam que o sistema de propriedade privada" vigente, a "produção capitalista em função do lucro", contraria os princípios da "justiça e os imperativos da

[17] Bakunin comprometeu-se, inclusive, com a tradução do primeiro volume de *O Capital*, de Marx, ainda que ela não tenha sido finalizada. Tratando do livro do adversário alemão, Bakunin (2007, p. 17) afirmou que ele apresentava uma "análise tão profunda, tão iluminada, tão científica, tão decisiva", ao "expor a formação do capital burguês e a exploração sistemática e cruel que o capital continua a exercer sobre o trabalho do proletariado", ainda que tivesse, em parte, sido escrito "em estilo excessivamente metafísico e abstrato", o "que o torna difícil de ser explicado e quase inacessível à maioria dos trabalhadores". Cafiero (1990), anarquista italiano, elaborou uma versão popular deste volume de *O Capital*, de maneira que ele pudesse ser difundido entre os trabalhadores, a qual foi aprovada pelo próprio Marx.

utilidade"; "o sistema salarial e a produção capitalista" são, para ele, obstáculos para uma sociedade justa. O anarquista norte-americano Albert Parsons (1887) reflete sobre o assunto em 1886, afirmando que "a luta de classes, o conflito entre o capital e o trabalho acontece por razão da apropriação do produto do trabalho dos trabalhadores". E mais: "Assim que a porção do capitalista aumenta (seu lucro), a porção dos trabalhadores diminui (seu salário)" e, por isso, "os interesses da classe capitalista são diretamente antagônicos aos interesses dos assalariados".

Há certamente similaridades entre essa crítica da economia capitalista e as críticas de outras correntes socialistas.

Entretanto, a crítica econômica anarquista não se restringe ao capitalismo; outros modos de produção, considerados pré-capitalistas, cujos traços permanecem em sociedades modernas por razão dos distintos níveis de desenvolvimento econômico, também são levados em conta. Por não sustentar um imperativo da evolução dos modos de produção para que o socialismo seja atingido, os anarquistas sustentam ser possível impulsionar, com sucesso, dentro de modos de produção predominantemente pré-capitalistas, processos de luta pelo socialismo, sem que se tenha de passar, necessariamente, por uma fase capitalista:

> Para os anarquistas, os capitalistas ou a burguesia eram poderosos no mundo moderno, mas, quando as economias eram menos desenvolvidas, antigas elites pré-capitalistas, proprietárias da terra (geralmente aristocracias ou nobrezas hereditárias) também possuíam um importante papel. Não se pode compreender a posição anarquista em relação ao campesinato, a não ser que se observe que o impulso socialista no anarquismo não era simplesmente anticapitalista, mas que ele também implica uma crítica da riqueza provinda da propriedade fundiária. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 49)

Critica-se, assim, tanto o capitalismo moderno, estabelecido a partir da propriedade dos meios de produção e da conseqüente exploração dos trabalhadores pela burguesia e o trabalho assalariado, quanto a propriedade da terra, a partir da qual latifundiários dominam, também, em termos econômicos, o campesinato.

> Os anarquistas consideraram os camponeses vítimas do sistema fundamentado na propriedade da terra: por razão de o campesinato geralmente não possuir sua própria terra, ele era obrigado a pagar com trabalho, produtos ou dinheiro, nos locais em que a propriedade era de latifundiários ou de empresas, ou mesmo pagar taxas nos locais em que o Estado ou os camponeses tinham títulos de propriedade. Em ambos os casos, os camponeses eram obrigados a entregar parte significativa de sua produção aos grupos dominantes

> para ter o direito de cultivar a terra em que viviam. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 49)

A propriedade da terra nesses moldes vem, também, sendo criticada pelos anarquistas, fundamentalmente, por se basear na exploração do campesinato. Além disso, os anarquistas criticam as relações de dominação que envolvem aqueles que realizam trabalhos precários, desempregados e marginalizados – chamados, em alguns casos, de lúmpem-proletariado.

A exploração capitalista, caracterizada pelo trabalho assalariado, e também pré-capitalista, fundamentada na propriedade da terra, juntamente com as dominações que atingem trabalhadores precários e marginalizados em geral, constituem, na esfera econômica, os fundamentos sobre os quais os anarquistas vêm formulando sua crítica da dominação.

4.3.1.2 Dominação política/jurídica/militar: o Estado

Pode-se conceituar o Estado a partir do italiano Malatesta (2001, p. 15), que o define, em 1891, como um "conjunto de instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras". Os sul-africanos da Workers Solidariry Federation (WSF), em 1996, complementam:

> O termo Estado refere-se a um conjunto de estruturas legais, coercivas, burocráticas, hierárquicas e administrativas – o legislativo (parlamento), o governo civil, o judiciário, o exército e a polícia – coordenado por um executivo. [...] Esses mecanismos de dominação e controle têm um monopólio legal exclusivo do uso da força em uma base territorial determinada. (WSF, 1996, p. 6)

Para os anarquistas, o Estado é responsável por alguns tipos de dominação, além da exploração, como a *coação física* e a *dominação político-burocrática*. (Errandonea, 1989, p. 95-96) Na teoria do Estado desenvolvida pelos anarquistas, constata-se que a dominação política existe tanto pelo monopólio da força, quanto pelo monopólio das tomadas de decisão da sociedade.

Segundo os franceses Berthier e Vilain (2011, p. 114), há uma teoria anarquista do Estado, desenvolvida a partir de Bakunin, o qual "funda em *Estatismo e Anarquia* [1873] sua teoria do Estado moderno sobre a análise de desenvolvimento do capitalismo". Afirma-se que Estado e dominação são indissociáveis, conforme enfatiza o próprio Bakunin (2003a, p. 212): "Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em conseqüência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é

inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado".

O Estado submete as classes dominadas que estão sob sua jurisdição à coação física; "o Estado é precisamente sinônimo de coerção, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua" (Bakunin, 2003a, p. 47) – a "última *ratio*" da dominação, utilizada quando a legitimidade não é suficiente. O monopólio da violência, os tribunais e as prisões são elementos que evidenciam esse tipo de dominação. Além disso, as classes dominadas também são submetidas a uma dominação político-burocrática, responsável por sua alienação política, que se evidencia na hierarquia existente entre governantes e governados, a qual implica a existência de um grupo que toma as decisões para uma dada população. Por monopolizar as decisões políticas, o Estado abarca interesses que "se opõem àqueles das massas populares"; ele implica interesses de classe distintos ao das classes dominadas. Por meio desse jugo, "o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele" e "mais a administração do país se afasta da gestão pelo próprio povo". (Bakunin, 2003a, p. 79)

Tal crítica aplica-se a todos os modelos de Estado:

> Nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo. (Bakunin, 2003a, p. 47)

Essa crítica anarquista do Estado estendeu-se amplamente, para todas as suas formas (unitárias e federais) e seus distintos sistemas de governo, desde os mais autoritários até os mais liberais; evidentemente, como afirma Bakunin (1988, p. 112), em 1867, devem-se distinguir os governos mais ou menos democráticos, já "que a mais imperfeita república vale mil vezes mais do que a monarquia mais esclarecida", sendo que "na república há momentos em que, ainda que continuamente explorado, o povo não é oprimido, enquanto que nas monarquias ele o é sempre".

Há, na crítica anarquista do Estado, uma dupla perspectiva: primeiro, uma oposição à hierarquia e, segundo, uma ligação entre o Estado e as classes sociais; nesses dois casos, o Estado constitui um meio para que uma minoria governe uma maioria. O anarquista

australiano Monty Miller (2001) declara, em 1913, nesse mesmo sentido, que "o princípio básico de todo governo é a agressividade e a restrição em relação às massas, e de defesa dos interesses dos dominadores em relação aos dominados".

Para os anarquistas, o Estado é um elemento central na estrutura social que caracteriza os sistemas de dominação. Essa crítica à dominação política protagonizada pelo Estado é um fundamento central do anarquismo, principalmente por razão de o Estado não ser considerado um simples reflexo das relações que se dão na esfera econômica; para os anarquistas, o Estado é, ao mesmo tempo, conseqüência e causa do capitalismo – possibilita elementos para sua constituição, ao mesmo tempo em que, por ele, é constituído.

Conforme afirmam Berthier e Vilain (2011, p. 115), em 1983: "o Estado não é um órgão reacionário" por razão das classes que o dirigem, "ele o é por sua própria constituição"; o Estado, para os anarquistas, é a instituição política das classes dominantes. O Estado Moderno não poderia ser concebido sem o capitalismo, e nem este sem aquele, conforme enfatizou Kropotkin em 1879:

> O Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada –, produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação. (Kropotkin, 2005b, p. 30)

Essa relação de interdependência entre Estado e capitalismo faz do primeiro uma instituição que promove poderes dominadores e sustenta sistemas de dominação. O Estado não é um simples reflexo das relações econômicas e constitui um elemento central dos sistemas de dominação; corporifica, juntamente com outros elementos, a dominação política, elemento central na definição das classes sociais aqui sustentada. Por isso, para os anarquistas, a tomada ou a participação nas instâncias do Estado não podem constituir meios de luta para o estabelecimento de poderes autogestionários e sistemas de autogestão. Rechaçam-se, por isso, sistematicamente, as estratégias de tomadas revolucionárias do Estado e as participações na democracia representativa, que têm por objetivo conquistar o Estado aos poucos, por meio das eleições; para os anarquistas, essas alternativas não são estrategicamente coerentes.

A crítica da democracia representativa, fundamentada parcialmente na crítica do Estado, realiza-se por razão dessa noção de que Estado e dominação, Estado Moderno e capitalismo, são indissociáveis, interdependentes. A ênfase progressiva que se deu, entre os anarquistas, a não participação nas eleições – fato que se consolidou depois de

experiências práticas, escritos do francês Reclus (2011d) e de vários debates, dentro dos quais se destacam aqueles entre os italianos Errico Malatesta e Saverio Merlino (Merlino; Malatesta, 2001), no período de 1897 a 1898 –, consolidou-se tomando por base o vínculo entre Estado e dominação. Miller (2001), nesse sentido, adverte: "nossos camaradas que depositam votos nas urnas em favor de seus camaradas candidatos, por cumplicidade, sancionam e apóiam a instituição do governo e seu princípio de força". A utilização do Estado como um meio de luta constitui, assim, um processo de legitimação da dominação.

Essas concepções têm subsidiado a rejeição anarquista do socialismo de Estado; para os anarquistas, ainda que a economia seja modificada, passando a ser propriedade do Estado, como resultado de um eventual processo de reformas ou revolução, isso não coloca em xeque o modelo de poder vigente, que continua a ser dominador. Constitui, assim, no máximo, uma mudança social, mas não uma transformação social revolucionária, que substitua o modelo de poder vigente e o próprio sistema.

Essa posição, sustentada por Bakunin mais de 40 anos antes da Revolução Russa, contém um prognóstico que parece ter sido certeiro, na análise do caso soviético e das experiências "socialistas" que a ele se seguiram.

4.3.1.3 Dominação ideológica/cultural: religião, educação e mídia

As instituições responsáveis pela produção cultural e ideológica são também fundamentais para a legitimação dos sistemas de dominação e têm sido significativamente criticadas pelos anarquistas. Classicamente, instituições como a religião e a educação receberam bastante atenção.

José Oiticica (2006, p. 54), anarquista brasileiro, em 1947, assim critica a moral religiosa: a "religião é o processo de subjugar o povo fazendo-o crer em um ser onipotente, invisível, dono do universo, castigador dos maus, premiador dos bons", sendo "os maus, naturalmente, os que desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade" e "os bons os que a elas se conformam sem nenhum protesto". De acordo com os anarquistas, a moral religiosa forja uma noção de certo e errado que tem por objetivo fortalecer o *status-quo* dos sistemas de dominação. Se a ordem, caracterizada pelas estruturas sociais, é estabelecida pelas divindades, qualquer questionamento evidencia um mau comportamento, passível de punição; o mais adequado é conformar-se e obedecer. Bakunin declara em 1867 que

> todas as religiões passadas e presentes, sem excluir de forma alguma o cristianismo, foram a religião do mais forte. É a conseqüência necessária da própria natureza da religião. [...] A religião é, sem sobra de dúvida, um roubo cometido pela imaginação religiosa em detrimento da terra e dos homens, em benefício do céu e dos deuses. [...] O respeito pelo céu torna-se desprezo pela terra, e a adoração da divindade torna-se crueldade para os homens. (Bakunin, 2009a, p. 20-23)

O desprezo pela terra e a crueldade com os homens demonstram, para os anarquistas, historicamente, as alianças entre as religiões instituídas e as classes dominantes; as religiões seriam fundamentais para sustentar econômica e politicamente o capitalismo e o Estado.

Sobre a escola, Oiticica (2006, p. 53) coloca que, por meio de suas práticas pedagógicas, ela transmite uma série de valores, "gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas idéias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos". Aos poucos, argumenta ele, essas idéias vão se tornando "verdadeiros dogmas indiscutíveis". A escola também funciona, na grande maioria dos casos, como uma instituição responsável por forjar culturas e ideologias capazes de promover a permanência do sistema vigente.

Ambas as instituições, religião e educação, têm um papel fundamental, conforme explicita, em 1929, o anarquista russo Alexander Berkman, que atuou muitos anos nos Estados Unidos:

> A igreja e a escola continuam ao lado dos ricos contra os pobres, ao lado dos poderosos contra suas vítimas, com a "lei e a ordem" e contra a liberdade e a justiça. Agora, como antes, eles ensinam as pessoas a respeitar e a obedecer a seus mestres. Quando o tirano era o rei, a igreja e a escola ensinavam o respeito e a obediência à "lei e à ordem" do rei. Quando a monarquia é abolida e institui-se a república, a igreja e a escola ensinam o respeito à "lei e à ordem" republicanas. *Obedeça!* Esse é o eterno brado da igreja e da escola, independente da vileza do tirano, independente de quão opressivas e injustas são suas "leis e ordens". (Berkman, 2003, p. 40)

Além da crítica da religião e da escola, mais recentemente, por razão dos desenvolvimentos da sociedade, o anarquismo vem criticando também o papel da mídia que, durante o século XX, ganhou relevância central na problemática ideológica e cultural do poder.

O anarquista brasileiro Bruno Rocha (2009a, p. 50) afirma, em 2009, que a "mídia capitalista e demais instituições [...] elaboram discursos válidos que

fundamentam a forma de dominação contemporânea"; o italiano Alfredo Bonanno (2011, p. 36) enfatiza, em 1998, que "mais do que em qualquer outra época, a mídia realiza somente o papel de apoiar o inimigo". Compreende-se, assim, a significativa importância da mídia para a continuidade da dominação ideológica/cultural.

Distinguem-se, no sistema de dominação contemporâneo, as instituições culturais e ideológicas que lhe são centrais, e que, por isso, obedecem a mesma lógica do Estado, como elementos centrais da estrutura sistêmica de dominação, e outras, marginais, periféricas, que poderiam ser utilizadas como meios de atuação, sem um comprometimento do projeto estratégico anarquista. Essa distinção constitui as bases das reflexões do anarquista australiano Rob Sparrow (2009), em 1997, sobre as relações entre os anarquistas e a mídia e suas possíveis intervenções nos meios de comunicação.

4.3.1.4 Dominação de classe

Os anarquistas consideram, desde o surgimento do anarquismo, que a sociedade capitalista é uma sociedade de classes, conforme coloca o anarquista japonês Kubo Yuzuru (2005, p. 379), em 1928: "o capitalismo divide a sociedade em duas classes, como os opressores e os oprimidos, os exploradores e os explorados". Essas classes são antagônicas e implicam, necessariamente, um processo de luta de classes, conforme aponta Ricardo Flores Magón (2003a, p. 66), anarquista mexicano, em 1910: "a desigualdade social torna as classes sociais inimigas naturais umas das outras".

Sobre a luta de classes, os anarquistas russos exilados em Paris, editores da revista *Dielo Truda*, afirmam, em 1926, que o sistema de dominação

> gerou uma luta de classes que, por vezes, assumiu um caráter aberto e violento, e, por outras, um semblante de progresso vagaroso e inatingível, que reflete carências, necessidades e o conceito de justiça dos trabalhadores. No domínio social, toda história humana representa uma corrente ininterrupta de lutas realizadas pelas massas trabalhadoras pelos seus direitos, pela liberdade e por uma vida melhor. Na história da sociedade humana essa luta de classes tem sido sempre o fator primário que determina a forma e estrutura dessas sociedades. (Dielo Truda, 2001, p. 39)

Destaca-se, assim, no anarquismo, a relevância das classes sociais e da luta de classes. Entretanto, conforme sustentado, não se pode confundir essa centralidade da luta de classes, enfatizada pelos anarquistas russos, com um determinismo econômico, ou mesmo com a exclusiva centralidade da exploração na definição das classes sociais. O classismo anarquista é, em geral, definido pelo conceito de dominação, sendo a

exploração econômica um dos tipos de dominação; esse classismo leva em conta, de acordo com van der Walt (2011, p. 30), tanto a "propriedade injusta dos meios de produção", como "a propriedade injusta dos meios de coerção – a capacidade de impor decisões fisicamente – e dos meios de administração – os instrumentos que governam a sociedade". Atualmente, as forças armadas, tribunais e prisões constituiriam a base dos meios de coerção e a burocracia do Estado a base dos meios de administração.

No campo das classes dominantes, estariam, por isso, tanto os proprietários dos meios de produção, incluindo os capitalistas e proprietários de terras, os gestores do capitalismo, do Estado, a tecnocracia e os militares de primeiro escalão, juízes e parlamentares em geral. Dentre as classes dominadas, estariam os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 56-60; van der Walt, 2011, p. 31)

Nessa estrutura de classes, as classes dominantes exercem a dominação sobre as classes dominadas; por razão de terem interesses de classes antagônicos, umas e outras estão em permanente luta de classes. As classes sociais concretas representam, em cada tempo e lugar, os agrupamentos que constituem esses conjuntos mais amplos de dominantes e dominados.

A dominação de classe constitui, para os anarquistas, uma característica central e estrutural das sociedades contemporâneas, criticadas desde o surgimento da própria ideologia no século XIX. Júlio Chávez López, anarquista mexicano, afirma em 1869:

> queremos destruir radicalmente o vicioso estado de exploração, que condena uns a ser pobres e outros a desfrutar das riquezas e do bem-estar; que faz de alguns miseráveis, ainda que trabalhem com todas as suas energias, e proporciona a outros a felicidade e o descanso pleno. (López, 2012)

Relações nas três esferas contribuem para que essas classes sejam estabelecidas e que, entre elas, se estabeleça permanentemente um conflito social, que é a base dinâmica da mudança e da transformação social.

4.3.1.5 Outros tipos de dominação: imperialismo, gênero e raça

Ainda que o anarquismo afirme a centralidade da luta de classes, ele se opõe à dominação de maneira geral. Três outros tipos de dominação foram, e ainda são, objeto da crítica anarquista: o imperialismo e as dominações de gênero e de raça; as relações

entre o anarquismo e esses tipos de dominação, em perspectivas teóricas e históricas, tem sido pouco destacadas nos estudos do anarquismo.

O imperialismo caracteriza-se, historicamente, por uma relação em que as classes dominantes de um país estabelecem relações de dominação sobre todas as classes de outro país. Nas regiões que conviveram com as conseqüências imperialismo, o antiimperialismo foi central nas lutas anarquistas contra a dominação.

O anarquista chinês Li Pei Kan, mais conhecido como Ba Jin (2008), sustenta, em 1927, que "antes de podermos abolir o capitalismo, não nos opomos, de nenhuma maneira, a qualquer movimento antiimperialista"; "também apoiamos a guerra das colônias contra os Estados metropolitanos e a guerra das nações fracas contra as potências imperialistas". O anarquista japonês Hatta Shûzô (2005, p. 376) escreve, em 1927: "Nos opomos à invasão imperialista e defendemos a solidariedade internacional dos trabalhadores". Como afirma van der Walt (2001, p. 9): "o movimento anarquista possui uma longa tradição de combate ao imperialismo", que vai dos anos 1860 até a atualidade.

A participação dos anarquistas em lutas antiimperialistas e de libertação nacional pautou-se, historicamente, em programas classistas que possuíam objetivos revolucionários e se opunham, constantemente, ao nacionalismo, que defendia a colaboração de classes em prol dos interesses do país na luta contra os inimigos imperiais.

A crítica à dominação de gênero também é outro traço característico do anarquismo e foi realizada por mulheres e homens. Schmidt e van der Walt (2009, p. 23) colocam que "os elementos feministas do anarquismo […] não foram campo exclusivo das mulheres militantes e as atividades das mulheres militantes na ampla tradição anarquista não podem ser reduzidas à defesa da perspectiva feminista".

Obviamente, as mulheres tiveram papel determinante nessa crítica, mas seu papel não se reduziu a isso; Emma Goldman (1969, p. 219; 224), anarquista russa, com atuação nos Estados Unidos, sustenta, em 1906, que o combate à dominação de gênero deve ser encampado por homens e mulheres, já que "a liberdade da mulher está intimamente ligada à liberdade do homem". He Zhen (2005, 338), anarquista chinesa, afirma, em 1907: "A libertação das mulheres deve proporcionar o prazer das verdadeiras igualdade e liberdade." Lucy Parsons (2004, p. 79), anarquista norte-americana, relacionando gênero e classe, enfatiza, em 1905, que as mulheres são

“escravas dos escravos”, sendo exploradas pelo capitalismo, e, ao mesmo tempo, vítimas da dominação de gênero.

Parsons, além de mulher anarquista, era negra, e sustentou uma crítica do trinômio classe-gênero-raça. Com um argumento semelhante ao que utiliza em sua análise de gênero, Parsons (2004, p. 54) critica a dominação de raça e sua ligação com a dominação de classe; para ela, os negros, além da exploração capitalista, sofrem com a dominação de raça. Os anarquistas tiveram papel fundamental nas lutas contra a dominação de raça – por meio de lutas pela igualdade de direitos e contra a segregação racial, em vários países.

4.3.1.6 Crítica à dominação

O anarquismo formulou uma crítica à dominação, fundamentada na crítica da dominação/exploração econômica, dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado; da dominação cultural/ideológica, perpetrada pela religião, pela escola e, mais recentemente, pela mídia. Essa crítica possui como base uma noção ética, que considera, por meio de análises racionais da sociedade, que a dominação é construída socialmente e que é injusta, e que, por isso, deve ser modificada.

Por meio de uma leitura classista da realidade, o anarquismo critica a dominação de classe, junto com as dominações do imperialismo, das relações de gênero e de raça – sempre dentro de uma perspectiva classista.

> A abordagem da ampla tradição anarquista em relação à opressão de raça, de nacionalidade, do imperialismo e de gênero foi estruturada por uma perspectiva de classe, que buscou fundir várias lutas em um movimento internacional e internacionalista das classes populares na busca de um mundo de igualdade e solidariedade. Em vez de adiar a resolução dessas opressões para um futuro pós-capitalista, o movimento esforçou-se por construir um movimento da classe trabalhadora e dos camponeses, forjado na luta por relações igualitárias entre nacionalidades, raças e gêneros, dentro da ordem presente, para prefigurar o novo mundo. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 334-335)

Destaca-se o esforço dos anarquistas de reunir a crítica à dominação, de maneira geral, em torno de movimentos que, fundamentados em bases classistas, buscaram incorporar lutas por outros tipos de dominação. A dominação de classe, ainda que central, e acompanhando a luta contra outros tipos de dominação, não foi, historicamente, hierarquizada em relação a esses outros tipos de dominação, que

também não foram relegados a um momento pós-revolucionário – julgando-se que eles se resolveriam automaticamente com a solução da dominação de classe ou mesmo que seriam menos relevantes que ela.

Para os anarquistas, a luta contra a dominação deve se dar a partir de bases classistas, mas envolvendo todos os outros tipos de dominação, em movimentos concomitantes e que abarquem essa luta de maneira generalizada.

4.3.2 A defesa anarquista da autogestão

A defesa histórica da autogestão desenvolvida pelo anarquismo também tem como foco as três esferas sociais.

4.3.2.1 Autogestão econômica: socialização da propriedade

O aspecto central da autogestão econômica é a socialização da propriedade privada dos meios de produção, que implica a coletivização de máquinas, equipamentos, ferramentas, tecnologias, instalações (edifícios, armazéns, escritórios), fontes de energia, meios de transporte, matérias primas (minerais, vegetais, animais) e terra.

Neno Vasco (1984), anarquista luso-brasileiro, enfatiza, em 1923, que tal socialização significa "confiar a produção ao trabalho coletivo organizado", sendo que "os meios de produção [...] devem ser postos à disposição de todos" em "uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades dos indivíduos, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores".

Wilfrid H. Harrison (*apud* Van der Walt, 2010, p. 188), anarquista que atuou na África do Sul, escreve que "campos, fábricas e oficinas deveriam ser dos próprios trabalhadores e ser controlados por aqueles que neles trabalham". Os búlgaros da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB, 2009, p. 57) sustentam, em 1945, nesse mesmo sentido, que o socialismo "substituirá a propriedade privada pela completa socialização das terras, das fábricas, das minas e de todos os bens e instrumentos de produção".

Na esfera econômica, a organização do trabalho sob a autogestão implica seu controle pelos próprios trabalhadores, por meio da socialização da propriedade.

> A nova organização da produção da sociedade será formada por uma rede compacta de incontáveis iniciativas agrícolas locais de artesãos, de minas, de indústria, de transporte, etc., unidas em nível regional, nacional e internacional, nas uniões e federações de produção dentro de uma confederação geral de produção. A

> nova organização da troca, do consumo e do abastecimento da sociedade será igualmente representada por uma densa e complexa rede de organizações, uniões e federações regionais, provinciais e nacionais, agrupadas em uma confederação geral de troca e consumo para satisfazer as necessidades de todos os habitantes. (FAKB, 2009, p. 58)

Com a autogestão econômica, a lógica condutora do trabalho não é a busca do lucro, envolvendo a exploração, levada a cabo por meio da apropriação indevida de parte do trabalho realizado pelos trabalhadores pelos proprietários. O trabalho assalariado, da maneira como funciona nos sistemas capitalistas, deixa de existir. "A produção capitalista é para o lucro" e o socialismo reorganiza a produção "com base nas necessidades do povo". (Berkman, 2003, p. 225) São as necessidades populares que norteiam a economia autogestionária.

Sob a autogestão econômica, os trabalhadores, em seu conjunto, usufruem de todos os frutos de seu trabalho, e seu envolvimento nos processos decisórios econômicos – decidindo o que produzir, como produzir, os investimentos, o destino dos excedentes – é realizado de maneira proporcional a quanto eles são afetados.

Entretanto, socializar sob os pressupostos da autogestão não significa nacionalizar ou municipalizar. Conforme coloca Neno Vasco (1984, p. 181-182), "nacionalizar ou municipalizar não é garantir a todos o livre acesso aos meios de produção e de transporte, ao trabalho compensador e às utilidades produzidas pelo trabalho comum", mas "tirar a propriedade e a direção da produção das mãos dos capitalistas [...] para as entregar ao Estado". Isso "não se trata, pois, de socialismo nem de socialização: trata-se de capitalismo de Estado".

Segundo os anarquistas, a socialização autogestionária deve ser levada a cabo tanto no campo como na cidade, em localidades com modos de produção mais ou menos desenvolvidos; no campo, pode-se optar pela coletivização ou pela propriedade individual/familiar, num sistema de posse, em que não há exploração do trabalho, conforme defendido pelo anarquista suíço James Guillaume, em 1876:

> A terra tornou-se propriedade daqueles que nela trabalham e os camponeses não trabalham mais para o lucro de um explorador que vive de seu sofrimento. Com esta grande vitória obtida, o resto é de importância secundária. Os camponeses podem, se desejarem, dividir a terra em parcelas individuais e dar uma porção para cada família. Ou ainda, eles podem, ao invés disso, instituir a propriedade comum e o cultivo cooperativo da terra. (Guillaume, 1998, vol. I, p. 210)

Estão envolvidos na socialização urbana e rural produtores e consumidores, articulados por meio de conselhos; "construídos pelas massas e sempre sob seu controle e influência, todos estes órgãos constantemente renovados e realizadores da idéia de autogestão, autogestão verdadeira, pelas massas populares". (Dielo Truda, 2001, p. 51-52) Tais conselhos, sob o controle dos trabalhadores, têm por objetivo romper com a divisão social do trabalho e garantir a equidade na remuneração, por meio de processos de trabalho que estejam em harmonia com a natureza e aproveitem as tecnologias para benefício dos trabalhadores e não do lucro dos proprietários.[18]

4.3.2.2 Autogestão política: autogoverno democrático

Se a crítica anarquista à dominação política tem por objeto fundamentalmente o Estado, a autogestão política propõe uma alternativa a ele: o autogoverno democrático – compreendendo-se democracia no sentido colocado pelo anarquista basco Isaac Puente (2001, p. 16), que a define, em 1932, como o "governo do povo pelo povo".

A autogestão política implica a abolição do Estado, a qual deve ser levada a cabo ainda durante o processo revolucionário, acabando com a divisão entre governantes e governados. Conforme mencionado, as propostas de socialismo de Estado, como período de transição, são assim descartadas, da mesma maneira que os procedimentos da democracia representativa, que implicam uma delegação de poder sem controle da base. No autogoverno democrático, a política não se define pelo monopólio dos processos decisórios por um setor minoritário, constituindo uma dominação política, mas por sua completa socialização, conforme afirma Neno Vasco (1984, p. 58-59): "eis também porque reclamamos a supressão da instituição governamental, pela socialização do poder político".

As instituições que substituem o Estado e constituem as bases da autogestão política são os conselhos, *associações voluntárias* que abarcam

> todos os campos da atividade humana [...] até o ponto de substituir o Estado em todas as suas funções. Representariam uma rede entrelaçada, composta de uma infinita variedade de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporárias, ou mais ou menos permanentes, para todos os objetivos possíveis. (Kropotkin, 1987, p. 19)

[18] O socialista libertário Michael Albert (2003) tratou significativamente da autogestão econômica no projeto que chamou ParEcon.

Essas associações fundamentam-se em um modelo de poder autogestionário que permite a todos participar efetivamente das decisões, na medida em que se é afetado por elas. O conjunto de conselhos, cuja base se constitui por grupos e associações livres, toma as decisões de maneira local e democrática, de baixo para cima, com participação generalizada e ampla, controla a execução dessas decisões e soluciona conflitos. Reúne, portanto, as funções dos tradicionais três poderes – legislativas, executivas e judiciárias – sob uma perspectiva autogestionária.

Por meio desses organismos, deliberam-se e executam-se todas as medidas relativas aos serviços públicos, que têm por objetivo oferecer à população educação, saúde, saneamento básico, transporte, moradia, comunicação, segurança, limpeza, água, luz, gás etc., além de garantir a subsistência de todos que não estejam em condições de trabalhar, pela idade (crianças, velhos) ou pela condição de vida (acidentados, inválidos).

Todo o processo político autogestionário, para funcionar em larga escala, implica uma articulação que tem por base o mecanismo federalista, de acordo com o que sustenta o anarquista brasileiro Domingos Passos, em 1927. Para ele, o federalismo

> congrega homens diversos em organismos ou sociedades na federação, sem perda da autonomia societária. Congrega ainda as federações nas confederações e, estas, nas internacionais, mantendo impoluta a autonomia em toda sua plenitude. Nada de escravidão: internacional, confederal, social ou individual. (Passos, 1927)

O federalismo é o mecanismo autogestionário que permite articular as estruturas políticas por meio de delegações que levam às instâncias mais amplas decisões das bases e garantem sua execução; os delegados possuem autonomia relativa, são controlados pela base, suas funções são rotativas e seus mandatos revogáveis a qualquer momento. Esse mecanismo permite a articulação, de baixo para cima, a partir dos conselhos, em nível local, regional, nacional e até mesmo internacional, conforme afirma Passos, sem a presença da dominação e garantindo a autonomia local. Concebida dessa maneira, a delegação distingue-se daquela da democracia representativa, por não designar políticos e entregar a eles, sem controle, a função política. No federalismo, a delegação serve somente como meio de articulação das decisões de base.

No autogoverno democrático há amplas liberdades civis, de acordo com o que explicita Magón, em 1910 (2003b, p. 69): “o direito de pensar, emitir seu pensamento, reunir-se, exercer o ofício, a profissão ou a indústria que o acomode, transitar pelo

território nacional entre muitos outros direitos e prerrogativas". Ainda que estejam conciliadas com a liberdade coletiva, as liberdades individuais são garantidas: de expressão, de reunião, de associação, de trabalho, de crença, de ir e vir etc.

Mecanismos jurídicos, que concernem à solução de conflitos e à regulação das relações sociais, e militares, que dizem respeito à questão da violência e à repressão, também funcionam de maneira autogestionária. Amigos de Durruti (2005), um agrupamento miliciano que participou da Revolução Espanhola, afirma, em 1937: "A justiça deve ser exercida pelo povo. [...] A justiça proletária pertence somente aos trabalhadores". O que significa acabar com o caráter de classe da Justiça e trazê-la às instâncias de base, controladas pelo próprio povo. Os russos de *Dielo Truda* (2001, p. 56) afirmam que a questão da violência é significativamente relevante para o período de "defesa da revolução" e também na vida política corrente; com o fim do monopólio da violência do Estado, as funções militares da sociedade devem ser levadas a cabo a partir de quatro princípios básicos: defesa dos interesses das classes dominadas, participação voluntária, autodisciplina e submissão aos organismos políticos das massas. Mecanismos militares não são utilizados para o ataque de outras comunidades políticas, respeitando-se o princípio da autodeterminação dos povos. Eles servem para garantir o poder autogestionário e livrá-lo das ameaças da dominação (internas e externas); funcionam para a autodefesa e para garantir o controle da ordem social e as liberdades individuais.[19]

4.3.2.3 Autogestão e federalismo: economia e política

Relacionar o anarquismo com a autogestão implica aprofundar as discussões históricas e extrapolar o surgimento do termo "autogestão", que data dos anos 1960. (Mintz, 1977, p. 26-27) O surgimento desse termo, vinculado à organização com participação popular ampla, liga-se, historicamente, ao movimento operário do século XIX, e ao termo federalismo, que foi utilizado antes do surgimento do termo "autogestão" como seu sinônimo.

O próprio surgimento do anarquismo está diretamente ligado à corrente federalista da Primeira Internacional e possui influência ampla do federalismo libertário, cujo conceito foi desenvolvido por Proudhon a partir das experiências das lutas

[19] Stephen Shalom (2005) tratou significativamente da autogestão política no projeto que chamou ParPolity. Conforme argumenta, conselhos de 25 a 50 pessoas, articulados em seis níveis pelo mecanismo federalista, poderiam abarcar toda a população mundial.

operárias que lhe influenciaram, em especial a dos *canuts*, operários da seda de Lyon, que protagonizaram insurreições populares durante os anos 1830. Proudhon, em *Do Princípio Federativo*, assim define seu conceito de federação:

> O contrato político é o que eu chamo uma *federação*. Federação, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança etc., é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetivos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação. [...] Neste sistema, os contratantes, chefes de família, comunas, cantões, províncias ou estados, não somente se obrigam sinalagmática e comutativamente uns em relação aos outros, como se reservam individualmente, formando o pacto, mais direitos, liberdade, autoridade, propriedade, do que o abandonam. [...] Em resumo, o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa ou governamental a qual distingue, *ex aequo*, as democracias imperiais, as monarquias constitucionais e as repúblicas unitárias. (Proudhon, 2001, p. 90-91)

Para Proudhon, o federalismo implica um tipo de contrato político capaz de articular a organização, com base nos locais de moradia e trabalho, evitando os males tanto da centralização política como da atomização. Por um lado, busca preservar a autonomia dos grupos sociais, compreendida essa autonomia como "capacidade de dar-se a si mesmo suas próprias leis, e o reconhecimento mútuo da autonomia dos outros grupos" (Berthier, 2011a, p. 34), por outro, garantir a unidade, a partir da coesão sem dominação, que norteia o processo de tomada de decisões a partir da base, naquilo que se pode chamar de "subsidiaridade ascendente" (Berthier, 2011a, p. 31).

O federalismo, assim, constituiria uma alternativa política ao mutualismo, proposta autogestionária de Proudhon (1943, p. 214) para a organização da economia: "transportado para a esfera política, o que denominamos até o presente momento mutualismo ou garantismo, assume o nome de federalismo". Assim concebido, pode-se dizer que o federalismo é a autogestão aplicada à política, oferecendo-se como alternativa ao Estado, conforme a definição do federalismo proudhoniano elaborada por Berthier:

> O federalismo é um modo de organização no qual cada instância constitutiva do organograma é autônoma, no que diz respeito às questões que a concernem diretamente, e que delega, por intermédio de um ou vários representantes designados, uma parcela de sua soberania nas instâncias superiores do organograma para as questões que ultrapassam seu próprio campo de intervenção. Não há, portanto,

> nem captação de todo o poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo). (Berthier, 2011a, p. 31-32)

Essa concepção de federalismo teve origem na própria classe operária francesa e influenciou-a por meio da formulação de Proudhon. Dos dois grandes setores envolvidos na fundação da AIT (operariado francês e inglês), os franceses eram, em sua maioria, influenciados pelo federalismo proudhoniano, conforme o demonstra Samis (2011, p. 123). A história da AIT, desde sua fundação em 1864 até o rompimento de 1872, pode ser avaliada, como afirma Samis, por um conflito que teve, de um lado, federalistas, e, do outro, centralistas; o campo federalista, primeiramente hegemonizado pelos mutualistas proudhonianos, foi, a partir de 1869, hegemonizado pelos coletivistas, dentre os quais se encontrava Bakunin.

Samis (2011, p. 150) explica que "tanto o mutualismo quanto o coletivismo constituíam-se em formas históricas específicas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista". Nessa disputa entre federalistas e centralistas, os primeiros conseguiram deter a hegemonia da AIT, num primeiro momento com os mutualistas, e num segundo com os coletivistas. De 1872 até 1877, foram absolutamente hegemônicos na Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT. Tais questões, conforme se discutirá adiante, estão diretamente relacionadas ao surgimento do anarquismo.

O federalismo desenvolvido na AIT e na própria Comuna de Paris, ocorrida durante a vigência da Internacional, constituiu um dos pilares centrais da ideologia anarquista; muitos de seus elementos foram tratados, mais a frente, por meio do conceito de autogestão. Bakunin, o principal federalista na Internacional depois de 1868, sintetizou e teorizou sobre o federalismo, bastante influenciado pelo belga Cesar de Paepe, que sustentava uma ligação estreita entre economia e política: "federalismo político supõe federalismo econômico", afirmava, e "sem isso, é apenas um engodo". Para de Paepe (*apud* Guillaume, 2009a, p. 133), "federalismo econômico significa: mutualismo, reciprocidade dos serviços e dos produtos, suspensão de todos os saques do capital sobre o trabalho, extinção do burguesismo [da própria burguesia como classe] a e do proletariado".

Essa posição demonstra a relação íntima entre economia e política na concepção federalista: não se pode resolver o problema da dominação política sem se resolver o problema da dominação econômica; é fundamental terminar com a dominação de classes do sistema capitalista para poder constituir uma unidade econômica-política que seja, de fato, autogerida. Para Bakunin, o federalismo é assim definido:

> Este ideal aparece ao povo, de início, como o fim da privação, da miséria e a plena e completa satisfação de todas as suas necessidades materiais pelo trabalho coletivo, obrigatório e igual para todos; em seguida, com o fim do patronato, de toda a dominação, e a livre organização de sua vida social, segundo suas aspirações, não de cima para baixo, como no Estado, mas de baixo para cima, pelo próprio povo, fora dos governos e parlamentos de qualquer espécie; como a aliança das associações de trabalhadores agrícolas e industriais, das comunas, das regiões e das nações; e, enfim, num futuro mais distante, como a fraternidade universal cujo triunfo se afirmará sobre os escombros de todos os Estados. (Bakunin, 2003a, p. 57)

Nota-se, novamente, a correlação íntima, e a certa interdependência das esferas no projeto federalista. A socialização da propriedade e o autogoverno democrático, ligados pelas noções de autogestão econômica e política aqui desenvolvidas, constituem a base do projeto anarquista para a economia e a política, propondo substituir a propriedade privada e o Estado por organismos autogeridos que se articulem por meio do mecanismo federalista. O sentimento de fraternidade universal legitima esse modelo de poder, fundamentado na autogestão.

Com algumas variações terminológicas, de forma, mas não de conteúdo, foi a partir dessa proposta de Bakunin, incorporada de Proudhon e dos internacionalistas, assim como das práticas do próprio movimento operário, que se desenvolveram as noções de autogestão econômica e política.

4.3.2.4 Cultura autogestionária

Juntamente com as propostas para a economia e a política, o anarquismo, historicamente, preocupou-se com a esfera ideológica/cultural.[20] Sakae (*apud* Pelletier, 2004, p. 234) afirma, em 1919: "por mais operários que sejamos, a situação não se resume a comer bem. Temos reivindicações que vão mais longe." Essa afirmação envolve uma condição, comum entre os anarquistas, de compreender o conjunto de necessidades humanas para além dos aspectos materiais. Se a religião, a educação e, mais recentemente, a mídia, vêm sendo responsáveis por legitimar a dominação, o anarquismo propõe uma cultura distinta, que legitime sua proposta de autogestão.

[20] Silva (2005, p. 3), refletindo sobre o papel da cultura no anarquismo, afirmou: "Para se compreender o movimento anarquista [...] é preciso ter em mente que, apesar dos homens e mulheres que os configurava serem, em sua maioria, trabalhadores, não se pode resumir sua atuação ao âmbito sindical. A intensa e inovadora produção artística e literária sempre foram marcas dos anarquistas. [...] Nas relações interpessoais, na conduta moral, no trabalho, na educação, nos contatos afetivos, em todos os campos o anarquismo se manifesta. Ele se pratica nas ruas, no sindicato, no teatro, na fábrica e em casa. Assim, para além de um movimento, há uma *cultura anarquista*."

Para os anarquistas, a autogestão econômica e política deve ser acompanhada de uma cultura autogestionária, forjada em bases ideológicas e em uma ética pautada em valores, capaz de sustentar seu projeto econômico e político – algo que Bakunin (1972, p. 249) chamou de uma "nova fé", e o coreano Chaeho (2005, p. 375) de "cultura das massas", a qual deveria "destruir pensamentos culturais servis".

Rudolf de Jong (2008, p. 63), anarquista holandês, também trata do tema, em 1975, ao enfatizar que "no anarquismo, os valores humanos desempenham uma parte importante". Essa ética anarquista é o elemento universal promovido transversalmente em todos os contextos, pautada, no caso de uma sociedade futura, com a autogestão funcionando plenamente, nos seguintes valores: *liberdade individual e coletiva*, no sentido de desenvolvimento pleno das faculdades, capacidades e pensamento crítico de cada um e de todos, fora da dominação; *igualdade*, *em termos econômicos, políticos e sociais*, promovida por meio da autogestão e incluindo questões de gênero e raça; *solidariedade e apoio mútuo*, sustentando relações fraternas e colaborativas entre as pessoas e não de individualismo e competição; *estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade*.

Harrison (1947), nesse sentido, escreve: "devemos expandir as associações voluntárias de acordo com nossos interesses comuns para a inovação científica e a produção do belo e para ampliar nossas liberdades sociais". A intervenção dos anarquistas de acordo com esses valores éticos deve fortalecer as associações, de maneira a promover a cultura autogestionária defendida pelos anarquistas.

Um dos aspectos muito desenvolvidos no anarquismo foi a educação, por meio da discussão sobre a pedagogia libertária. Reclus (2002, p. 108) explica, em 1897: "o ideal dos anarquistas não é suprimir a escola, ao contrário, fazê-la crescer, fazer da própria sociedade um imenso organismo de ensinamento mútuo, onde todos seriam simultaneamente alunos e professores". Essa ampliação da educação, estendendo-a ao conjunto da sociedade, é fundamental para estimular os valores condizentes com a prática da autogestão.

Tal educação é, ao mesmo tempo, integral, pois busca fortalecer completamente o desenvolvimento individual: intelectualmente, por meio do conhecimento científico das distintas áreas da vida e do estímulo permanente à cultura; tecnicamente, preparando para o trabalho e capacitando para a realização de tarefas manuais e intelectuais; fisicamente, tendo por objetivo promover a saúde e bem-estar.

O anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia enfatiza, em 1908, que o objetivo anarquista na educação é criar

> homens capazes de evoluir incessantemente; capazes de destruir, de renovar constantemente os meios, renovar-se a si mesmos; homens cuja independência intelectual seja a força suprema, que nunca se sujeitem ao que quer que seja; dispostos a aceitar sempre o melhor, felizes pelo triunfo das novas idéias e que aspirem a viver vidas múltiplas em uma única vida. (Ferrer y Guardia, 2006, p. 67-68)

O conceito-chave da pedagogia libertária é a promoção da educação por meio da liberdade e para a liberdade, criando permanentemente uma humanidade completa, com corpo e mente plenamente satisfeitos.

Também faz parte dessa cultura autogestionária o investimento em lazer. Se, por um lado, o trabalho e as decisões estão no centro da sociedade autogestionária, o lazer possui, simultaneamente, lugar de destaque. No tempo livre, os anarquistas consideram fundamental a participação em atividades que envolvem esportes, artes, música, televisão, cinema, teatro, etc., tanto para o descanso, como para a própria instrução cultural. Os valores citados anteriormente constituem os fundamentos dessa produção popular e autogestionária do lazer. Evidentemente, os meios de comunicação defendidos pelos anarquistas são autogeridos, possuem ampla participação e, pautados nos valores anarquistas, promovem a diversidade e o pensamento crítico, informando, discutindo, divertindo.

A ética promovida permanentemente por meio dos valores, a educação e o lazer constituem as bases da cultura autogestionária, essa "nova fé", capaz de dar a sustentação subjetiva para a construção do projeto objetivo anarquista.

4.3.2.5 Poder autogestionário e autogestão generalizada

A defesa da autogestão envolve, igualmente, a mesma noção ética que norteia sua crítica da dominação. Se uma análise social racional identifica as relações de dominação, e se elas são consideradas injustas, realiza-se uma proposição que visa superar esse problema; tais são as bases da defesa anarquista da autogestão.

A negação que o anarquismo realiza da dominação e a afirmação da autogestão não significam, como se sustenta nesta dissertação, que o anarquismo opõe-se ao poder de maneira geral. A proposta anarquista de autogestão generalizada nas três esferas possui como fundamento um modelo de poder autogestionário, em que não há dominação.

Nesse modelo de poder, a partir de uma visão típico-ideal, conforme colocado, não há dominação em todas as esferas; não há hierarquia, exploração, coação física, monopólio das decisões, relações de mando e obediência, alienação de agentes dominados. O estabelecimento pleno do poder autogestionário e da autogestão generalizada implica, assim, o fim das classes sociais, o respeito à autodeterminação dos povos, dos direitos de gênero e raça. A sociedade caracteriza-se por uma estrutura sistêmica de autogestão.

Nesse processo, os anarquistas não assumem posições de dominadores, e nem setores das classes dominadas tornam-se novas classes dominantes; sua defesa da autogestão implica o fim da dominação.

> O anarquista luta contra a ordem imposta pelas instituições que dominam e, conseqüentemente, alienam. Ou seja, para o anarquista, a sociedade pós-revolucionária não deve admitir que nenhuma organização tenha poder graças à força social obtida através da alienação de qualquer agente. A sociedade revolucionária admitirá o poder; mas não tolerará de forma alguma o domínio. O único poder legítimo é o constituído pela soma da força social de agentes autônomos, que livremente escolheram integrar uma organização para construir um projeto. Assim deverá se constituir o poder revolucionário. Em suma, a verdadeira revolução social deve pôr fim nas relações de domínio. (López, 2001, p. 178-179)

As relações sociais do sistema de autogestão caracterizam-se pela participação ampla nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente. A autogestão generalizada constitui as bases de um sistema de igualdade e liberdade, fundamentando um modelo de poder autogestionário que se concretiza nas três esferas a partir da autogestão econômica e a socialização da propriedade privada, a partir da autogestão política e o estabelecimento do autogoverno democrático, a partir da generalização de uma cultura autogestionária.

Segundo os anarquistas, a autogestão implica necessariamente a igualdade, mas não o fim da diversidade; dentro dos parâmetros do poder autogestionário e fora da dominação, todas as posições são toleradas, discutidas e, em muitos casos, estimuladas – o que também garante que, nessa estrutura, a liberdade seja um traço relevante.

Assumir esse modelo de poder autogestionário não implica reconhecer que as estruturas geradas por uma transformação social dessas proporções sejam estáticas e que constituam qualquer tipo de "fim da história". O dinamismo estrutural garante que as forças sociais continuem em jogo e, mesmo havendo o estabelecimento macro-social de um poder autogestionário, há presença de outras forças, adversárias ou mesmo inimigas,

antigas ou novas, que se mantém ou se constituem e se desenvolvem, interferindo na estrutura social. Cumpre, por isso, estabelecer os meios necessários para manter, levando em conta esse dinamismo, os principais elementos que caracterizam a autogestão nas três esferas.

4.3.3 A estratégia do anarquismo

Conforme enfatizado, os anarquistas não possuem uma estratégia única de atuação; ainda assim, há uma estratégia comum, que constitui parte dos princípios anarquistas.

4.3.3.1 Sujeitos revolucionários: as classes dominadas

A perspectiva classista do anarquismo fornece as bases para que se forje uma noção de sujeito revolucionário, compreendido como o agente social que, inserido no processo de luta de classes, possui capacidade de realização e interesses, mas, fundamentalmente, consciência de classe para investir ativamente em um processo de transformação social revolucionária.

Conforme discutido anteriormente, por mais relevância que tenha a exploração na definição das relações entre as classes sociais, no anarquismo, em geral, formula-se uma noção de classe que a extrapola, como explica, em 1928, Yuzuru (*apud* Pelletier, 2004, p. 252): "ao lado da luta econômica, também há luta política. Ao lado da exploração dos capitalistas, também há tirania política." Com as classes sociais sendo definidas a partir do conceito de dominação, e com a luta de classes extrapolando os limites da esfera econômica, o sujeito revolucionário considerado pelos anarquistas forja-se em meio às estruturas sistêmicas definidas pelas relações de dominação. Também em acordo com o que já foi exposto, a grande contradição chamada de luta de classes se dá entre os amplos conjuntos que envolvem as classes dominantes e dominadas, categorias globais e universais, formadas por classes sociais concretas existentes em cada contexto histórico específico.

Para os anarquistas, os sujeitos revolucionários não se constituem por uma completa determinação das estruturas sociais, como no caso dos modos de produção vigentes. Ainda que se dê significativa relevância ao papel das estruturas nos conflitos sociais e na determinação dos rumos da história, sustenta-se, com freqüência, que a ação humana possui capacidade significativa de transformar as estruturas sociais.

Émile Pouget (1994, p. 12), anarquista francês, afirma, em 1910, sustentando este argumento, que a vontade dos trabalhadores é um elemento fundamental, capaz de influir sobre as estruturas econômicas; para ele, a vontade, materializada numa força social em favor das classes dominadas, pode ser "mais forte ou mais fraca", mas é "indiscutível" que ela exista, e possua capacidade de determinar as estruturas sociais. Essa vontade não pode ser estimulada senão por uma consciência de classe, que modifica a compreensão dos agentes sociais em relação a seus interesses de classe, e possui potencial de transformar sua capacidade de realização em força social efetiva, para intervir nas relações de poder.

Evidencia-se, assim, a capacidade que os anarquistas atribuem aos sujeitos revolucionários, como parte das classes dominadas, em termos de autodeterminação e mesmo de autoconstituição. Os sujeitos são revolucionários na medida em que compreendem os interesses contraditórios que são gerados pelos sistemas de dominação e seus respectivos poderes dominadores e obtêm consciência de classe.

Outro elemento sobre os quais refletem os anarquistas, e que também diz respeito aos sujeitos revolucionários, é a noção de processo histórico, sobre a qual edificam suas proposições estratégicas. Não há, no anarquismo, a posição teleológica de que a história caminha por meio do "desenvolvimento das forças de produção que constituem as bases para uma sucessão de modos de produção cada vez mais avançados, culminando no socialismo". (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 93) Por isso, para os anarquistas, o capitalismo não constitui um interstício entre os modos de produção anteriores a ele e o socialismo. Conforme demonstrado historicamente – no caso da Revolução Russa, por exemplo, o operariado urbano-industrial somava apenas 3% da população (Berthier; Vilain, 2011, p. 17) – sociedades pré-capitalistas podem constituir palcos de lutas protagonizadas por suas classes dominadas, em especial o campesinato, rumo ao socialismo.

Decorre dessas concepções acerca das classes sociais, das relações entre estrutura social e ação humana e dos processos históricos que, o anarquismo não considera, obrigatoriamente e sem avaliação de contexto, que a contradição fundamental da sociedade capitalista acontece nas cidades entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores (burguesia e proletariado, no sentido vulgar). Concepção esta que fundamentou, em vários casos, a noção de que o proletariado urbano-industrial seria um sujeito revolucionário único, com maior potencial que outros.

A concepção anarquista de sujeito revolucionário tem como base as classes dominadas de maneira geral e, historicamente, envolveu trabalhadores da cidade e do campo, empregados, precarizados, desempregados e marginalizados, assalariados e pequenos proprietários, fundamentalmente camponeses e artesãos. Isso não significa, que não houve esforços para priorizar, de acordo com cada contexto, as classes sociais concretas consideradas, estrategicamente, com maior potencial revolucionário. Esse potencial, entretanto, tem sido levado em conta por condições históricas específicas, que não estão dadas de antemão, pela posição desses agentes no mundo do trabalho.

Em sua história, os anarquistas tiveram ampla influência nas classes dominadas, em países mais e menos desenvolvidos economicamente, buscando construir, no seio delas, esses sujeitos revolucionários. Schmidt e van der Walt assim abordam a influência do anarquismo nos movimentos populares em distintas épocas, nas mais diferentes localidades:

> No período glorioso e depois, os anarquistas e sindicalistas estabeleceram ou influenciaram sindicatos em diferentes países como Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, França, Alemanha, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, México, Holanda, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, África do Sul, Espanha, Suécia, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 158)

Segundo afirmam, esse caráter classista de bases amplas foi forjado tanto no campo quanto na cidade, envolvendo distintos agentes:

> Se utilizarmos o critério um tanto limitado de influência no movimento sindical para determinar a influência da ampla tradição anarquista na classe trabalhadora, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai constituem, todos, países em que o anarquismo e o sindicalismo eram [para além do caso da Espanha] uma força política dominante entre os trabalhadores organizados; a Holanda também é um caso de influencia fundamental. [...] [Isso se forem excluídos os] movimentos camponeses com ampla influência anarquista [que] se desenvolveram, entre outros lugares, na Bulgária, na Manchúria, no México e na Ucrânia, assim como na Espanha. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 274; 271)

A noção que permeia esses casos é que o sujeito revolucionário deve de ser criado, em um processo longo, que exige a construção/reconstrução de tecidos sociais, mobilização, lutas, derrotas e vitórias; elementos objetivos e subjetivos, racionais e emocionais – esse sujeito não está, portanto, determinado *a priori*, mas se forja

historicamente, dentro dos processos de luta das classes dominadas contra as classes dominantes.

4.3.3.2 Estratégia de luta

A estratégia revolucionária do anarquismo é formulada a partir de três elementos: a crítica do sistema de dominação, o objetivo de um sistema de autogestão e o conjunto de meios a serem utilizados, por meio de uma prática política coerente, para promover essa transformação. Na visão dos anarquistas, o sistema de dominação é o resultado de uma imposição de força por parte das classes dominantes às classes dominadas; assim, a estratégia fundamental do anarquismo deve contar com sujeitos revolucionários, criados no seio das classes dominadas, que consigam modificar a correlação de forças colocada e implantar um sistema de autogestão.

A força social das classes dominadas é, portanto, o que há de mais relevante para impulsionar essa transformação. Bakunin (2009b, p. 67) afirma, em 1870, que "há no povo bastante força espontânea", mas "a força espontânea não é uma força real". Assume, assim, que há um potencial, uma capacidade de realização nas classes dominadas; toda a discussão estratégica do anarquismo visa encontrar os melhores meios de transformar essa "força espontânea" em "força real", ou seja, essa capacidade de realização em força social, de maneira lograr a vitória na disputa de poder e implantar a autogestão generalizada.

Fazer das classes dominadas os sujeitos revolucionários e protagonistas da transformação é um dos elementos fundamentais da estratégia anarquista.

No anarquismo, conforme colocado, há uma necessidade de coerência em termos estratégicos; sustentam os anarquistas a congruência entre táticas, estratégias e objetivos. Tal questão foi levada em consideração, entre os anarquistas, freqüentemente, por meio da discussão entre meios e fins. Malatesta contribui com essa discussão, ao defender, em 1903:

> Não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios não são arbitrários; derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades freqüentemente opostas, e que são a conseqüência natural e necessária aos métodos que empregamos. (Malatesta, 2000a, p. 11)

Afirma-se, dessa maneira, a necessidade de subordinação dos meios aos fins, e, portanto, da tática à estratégia e da estratégia ao objetivo. Para atingir determinados fins, são necessários meios que conduzam a ele; meios equivocados levam a fins distintos daqueles inicialmente previstos. "Todo meio tende a realizar o fim que lhe é natural, inclusive fora da vontade daqueles que empregam este meio, e contra ela." (Malatesta, 1989a, p. 6) Tais afirmações implicam outro elemento fundamental da estratégia anarquista, dessa necessária coerência entre os meios e os fins empregados nas lutas. Para se chegar à autogestão generalizada, devem-se utilizar meios autogestionários. Conforme enfatiza o anarquista brasileiro Edgard Leuenroth (2007, p. 68), em um artigo publicado em 1963: "à liberdade só se chega seguindo o roteiro da liberdade". Foi essa mesma coerência que motivou os anarquistas egípcios a afirmarem, em um manifesto de 1909, que os anarquistas devem

> tomar parte coletiva e individualmente em toda agitação de natureza moral, econômica e social, participando ativamente das lutas entre o capital e o trabalho, e [...] manter em sua vida pública e privada aquela consistência entre o ideal e a ação que atrai a simpatia popular para os anarquistas. (*apud* Gorman, 2010, p. 12)

Essas concepções, que defendem a coerência entre meios e fins, foram responsáveis por constituir as bases das recusas de distintas estratégias que implicam a utilização da dominação como um meio de se chegar à autogestão: algumas mais comuns a todo o socialismo, como a necessidade de não se ocupar as posições dominantes dentro de organismos econômicos capitalistas, e outras que são mais relativas ao anarquismo, como a necessidade de não se utilizar o Estado como meio de atuação, seja por meio de estratégias revolucionárias ou reformistas.

É por esse motivo que os anarquistas descartam a utilização do Estado como um meio de transformação; a ação direta, termo utilizado historicamente para explicitar esta posição, implica a priorização da prática política das classes dominadas fora do Estado e, em grande medida, contra ele. Conforme definiu o anarquista japonês Kôtoku Shûsui, em 1910:

> Os trabalhadores, como grupo, visando atuar em seu próprio proveito, [...] devem agir por si mesmos, sem confiar nos lentos parlamentos; não a ação indireta por meio da intermediação dos parlamentares, mas a ação direta dos próprios trabalhadores, sem representantes. [...] Em vez de pedir ao parlamento para fazer leis que obriguem as fábricas a melhorar ou regular os locais de trabalho, os trabalhadores negociam diretamente com os patrões; se eles se recusam a negociar, os trabalhadores realizam uma greve geral. [...] Outro exemplo: um

> protesto defendendo a expropriação da comida dos ricos por razão de trabalhadores famintos que dormem na rua. [...] Assim, a expropriação é outro método de ação direta. (Shûsui, 2005, p. 369)

Os anarquistas, com base em sua defesa da ação direta, consideram que ocupar postos nas instituições das classes dominantes possui limites significativos: ou se leva a cabo a mobilidade individual, consolidada por agentes que usufruem da estrutura de classes para sua própria ascensão – tornando-se, por isso, parte das classes dominantes – ou, no máximo, se realiza uma mudança social, que não coloca em xeque o sistema em questão e nem o modelo do poder vigente.

Não se pode, igualmente, ainda segundo os anarquistas, construir lutas fundamentadas na dominação, como no caso das relações entre organização política e movimento popular – o caso do partido de vanguarda que domina os movimentos, ou mesmo no atrelamento de movimentos aos partidos políticos, de maneira a retirar-lhe a independência e autonomia de classe – e/ou nas relações entre os militantes dentro das estruturas organizativas, sejam elas políticas ou sociais, quando ocorre dominação da base pela direção, entre outros processos similares.

Ao criar e participar de organizações, os anarquistas defendem um modelo orgânico – tanto de seus grupos e organizações especificamente anarquistas, quanto dos movimentos populares dos quais constituem parte – pautado na autogestão. Esse modelo envolve relações autogestionárias entre os militantes de um grupo ou organização, assim como relações autogestionárias entre grupos, organizações e os movimentos populares, reforçando a independência e autonomia de classe, que garante o protagonismo das classes dominadas na construção de uma prática política desenvolvida a partir das bases, de baixo para cima, sem que haja submissão a relações de dominação internas ou externas.

Os anarquistas sustentam, portanto, que para romper com o sistema de dominação e constituir um sistema de autogestão, substituindo um modelo de poder dominador por um poder autogestionário, é fundamental utilizar meios autogestionários nas distintas estratégias e táticas empregadas, nas três esferas sociais.

4.3.3.3 Revolução social e autogestão

A estratégia do anarquismo é revolucionária e, portanto, sustenta-se na perspectiva de realizar uma revolução social, que possa ir além das mudanças políticas, conforme afirma Magón (2003c, p. 45), em 1911: “Uma revolução que não garanta ao

povo o direito de viver, é uma revolta de políticos a quem devemos, nós, os deserdados, dar as costas. Nós, os pobres, necessitamos de uma revolução social, e não de uma revolução política." Para ele, trata-se de superar os modelos que modificam a esfera política, substituindo um governo por outro, mas, além de não transformarem o modelo de poder dessa própria esfera, deixam intocada a esfera econômica, mantendo as desigualdades. É fundamental, por isso, segundo Magón (2003b, p. 73), conquistar, por meio de uma revolução social, a liberdade econômica, que implica "a tomada de posse de bens materiais, tais como a terra e a dignificação e enobrecimento da classe trabalhadora por meio de melhores salários e menor jornada de trabalho"; tais medidas, sustenta, dão "ao proletariado a oportunidade de unir-se, estudar seus problemas, educar-se, emancipar-se, enfim".

A revolução social é assim concebida como um processo de transformação social profundo, com implicações significativas nas três esferas sociais. As classes dominadas, por meio de sua força social, impõem suas posições no jogo de forças caracterizado pela luta de classes, a fim de proporcionar as transformações sociais capazes de superar a sociedade de classes. Torna-se imprescindível, por isso, derrubar o capitalismo e o Estado, a dominação nas diferentes esferas, e estabelecer um sistema de autogestão, chamado historicamente pelos anarquistas de socialismo libertário, comunismo libertário, anarquia entre outras expressões semelhantes.

Para os anarquistas, um processo revolucionário dessa magnitude não pode descartar completamente a possibilidade de utilização da violência revolucionária. Chaeho (2005, p. 376) sustenta que "a violência é a única arma para a nossa revolução", posição compartilhada por muitos outros anarquistas. Ainda que se tenha discutido o nível de violência necessário em um processo revolucionário – sempre dentro de uma perspectiva de autodefesa, visto que a violência maior é aquela imposta diariamente pelo sistema de dominação vigente e sua estrutura de classes –, foi constante a crença de que ela seria, muito provavelmente, necessária.

Malatesta (1989b, p. 70) sustenta, em 1920, que a revolução, "conduzida como a concebem os anarquistas, é a menos violenta possível; ela procura interromper toda violência tão logo cesse a necessidade de opor a força material à força material do governo e da burguesia". Tão logo a vitória seja garantida, enfatiza, a violência é interrompida. Continua ele sobre a violência:

> Os anarquistas só admitem a violência como legítima defesa; se hoje eles são a favor da violência é porque consideram que os escravos estão sempre em estado de legítima defesa. [...] Este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver. (Malatesta, 1989b, p. 70)

Concebe-se, assim, que um processo de transformação sistêmica e do próprio modelo de poder, ainda que utilize a menor violência possível, tem, muito provavelmente, de utilizá-la. É notável a preocupação de se diminuir o nível de violência revolucionária tão logo o processo esteja estabilizado, instaurando a paz assim que o funcionamento pleno do poder autogestionário estiver garantido.

Entretanto, há anarquistas que acreditam na possibilidade de uma revolução praticamente sem violência. Reclus (2011a, p. 51-52) afirma que quanto maior for a consciência dos trabalhadores de sua capacidade e de sua força potencial, "mais as revoluções serão fáceis e pacíficas", podendo toda oposição "ceder, até mesmo sem luta". Em 1907, o anarquista chinês Chu Minyi (2005, p. 341) sustenta que "se a revolução for apoiada pela maioria das pessoas, ela será menos perigosa e progredirá muito rápido, pois poucas pessoas se oporão a ela"; no limite, "se a revolução for apoiada por todos, ela será pacífica e progredirá, também, muito rápido, pois não haverá mais oposição". Em ambos os casos – assim como para um setor significativo do anarquismo, ligado, na maioria dos casos, àqueles que conferiram centralidade à educação –, os anarquistas acreditam ser possível transformar a sociedade pelo convencimento, praticamente sem violência. Ainda assim, Reclus e Minyi não são pacifistas. Reclus (2011b, p. 44) enfatiza, em 1886, que "nunca qualquer progresso, seja parcial, seja geral, realizou-se por simples evolução pacífica"; para ele, "das duas coisas uma: ou a justiça é o ideal humano e, neste caso, nós a reivindicamos para todos; ou só a força governa as sociedades e, neste caso, usaremos a força contra nossos inimigos". Minyi (2005, p. 345) defende, como resposta à violência das forças da ordem, "matar os inimigos da humanidade e destruir governos violentos".

A possibilidade de uma revolução não violenta é, para esses e outros anarquistas, uma probabilidade; as ações pacíficas, na imensa maioria dos casos, uma questão de estratégia e não de princípio. Ainda assim, posições externas ao anarquismo, que consideram a não-violência um princípio, exercem alguma influência entre os anarquistas.

O processo revolucionário, de acordo com as distintas avaliações anarquistas – evidentemente muito ligadas ao contexto em que são produzidas –, é concebido por alguns como um processo lento, fundamentalmente pela envergadura da transformação; para outros, é um processo que, inserido em uma conjuntura favorável, pode ser acelerado significativamente. O resultado desse processo, que também foi objeto de preocupação entre os anarquistas, foi imaginado de maneiras distintas; setores mais otimistas, pode-se dizer, imaginavam ter condições de conter a convulsão social pouco tempo depois do processo revolucionário; outros, menos otimistas, chegaram a propor medidas intermediárias, como "períodos de transição" – obviamente, nunca fundamentados em estratégias de tomada do poder do Estado ou pelo estabelecimento de uma "ditadura do proletariado", de acordo com a concepção marxista-leninista vulgar – que teriam por objetivo forjar as bases das novas relações de poder.

Enfim, o que se discute, fundamentalmente, é o tempo necessário e o processo exigido a fim de estabelecer completamente o sistema de autogestão, acabando com as classes sociais, em particular, e a dominação, em geral.

4.3.3.4 As lutas integradas nas três esferas

Historicamente, os anarquistas estiveram envolvidos nas mais diversas lutas populares e incidiram sobre as três esferas estruturadas da sociedade. A preocupação em desenvolver estratégias que pudessem combater a dominação em todos os níveis é também um traço comum entre os anarquistas. Ainda assim, o conjunto de ações que agora se discutirá não representa um consenso entre todos os anarquistas que, embora concordassem com a necessidade das lutas integradas nas três esferas, priorizaram algumas ações em relação a outras, relacionando-as às estratégias defendidas e ao contexto em que atuam.

Na esfera econômica, houve distintos processos que ocorreram, algumas vezes de maneira concomitante e outras separadamente. Um deles diz respeito à criação de alternativas de produção que pudessem, de acordo com o que preconizava o mutualismo, organizar os trabalhadores em cooperativas de trabalho que, além de serem laboratórios de autogestão, poderiam, aos poucos, retirar das mãos dos proprietários parte dos meios de produção e garantir um aumento de força social dos trabalhadores. Os búlgaros da FAKB sustentavam que os anarquistas, além de estarem articulados em uma organização anarquista, participarem das lutas sindicais e camponesas, deveriam, também, impulsionar as cooperativas. Segundo sustentam, os anarquistas

> devem participar de todos os tipos de cooperativa, levando a elas o espírito da solidariedade e do apoio mútuo contra o espírito partidário e burocrático. As cooperativas agrícolas de produção merecem hoje uma atenção particular, pois elas serão de grande valor e terão um papel educativo decisivo na construção futura do sistema social comunista anarquista. (FAKB, 2009, p. 66)

No entanto, entre os anarquistas, as cooperativas foram também bastante criticadas; Neno Vasco (1984, p. 123), que temia o recrutamento "de trabalhadores para a associação por meio do engodo dos socorros mútuos e da cooperativa", tinha receio de que as cooperativas acabassem paralisando ou matando "a ação de resistência, absorvendo toda a atividade associativa e fomentando o espírito conservador". As cooperativas foram também criticadas pela impossibilidade de, numa economia capitalista, se tentar concorrer com as grandes empresas; segundo esse ponto de vista, as cooperativas autogestionárias, num mercado capitalista, nunca conseguiriam sobreviver.

A tomada progressiva dos meios de trabalho foi igual e significativamente impulsionada pelos anarquistas, envolvendo ocupações de fábricas, greves expropriadoras e outros meios de luta que tiveram por objetivo trazer, ainda que muitas vezes parcialmente, a economia para o controle dos próprios trabalhadores.

Outro processo, mais difundido que o anterior, diz respeito à participação nas lutas dos trabalhadores, a partir das organizações sindicais. Defendendo o sindicalismo de intenção revolucionária, os anarquistas adotaram estratégias que, conforme demonstra Gaston Leval (2007, p. 19), em 1971, remontam às teorias e práticas de Bakunin e da ADS na Internacional; Leval conclui que "o verdadeiro fundador do sindicalismo revolucionário foi Bakunin", o qual contribuiu tanto com as "construções teóricas e táticas quanto ao objetivo e às tarefas históricas do sindicalismo". Essa participação anarquista nos sindicatos, que deu origem às estratégias sindicalistas de intenção revolucionária, pauta-se na luta econômica contra as classes dominantes, e, por isso, considera fundamental a organização dos trabalhadores, em seus locais de trabalho, para a resistência contra os patrões que pode ser levada a cabo de distintas maneiras.

O alemão Rocker (1978a, p. 124), ao tratar da proposta anarquista de ação direta sindical, afirma que entre os "procedimentos imediatos de guerra contra seus opressores econômicos", "os mais notáveis são: a greve em seus distintos níveis, desde a simples luta por melhorias, até a greve geral; o boicote; as infinitas formas de sabotagem". Por meio da luta sindical os anarquistas esperam poder enfrentar as classes dominantes, utilizando-se da organização pautada nas necessidades econômicas, avançando nas

conquistas de curto prazo e fazendo do sindicato a estrutura em meio à qual a expropriação socialista seria levada a cabo.

No entanto, a organização dos trabalhadores em sindicatos foi criticada por outros anarquistas, como o italiano Luigi Galleani (2011a, p. 79-81) que, em 1925, apesar de concordar com a necessidade da luta econômica, sustentava que os sindicatos se articulam, fundamentalmente, em torno das lutas de curto prazo: "salários mais altos, menos horas de trabalho, pensões para idosos, benefícios aos desempregados, previdência social, leis que garantem as condições de trabalho das mulheres e das crianças, inspeções de fábrica, etc." Isso faria dele um organismo essencialmente conservador, "muitas vezes um perigo"; portanto, o sindicato não deveria ser utilizado como uma ferramenta de emancipação, mas somente como um espaço para o trabalho de "propaganda, educação e renovação". Por meio desse trabalho seria possível caminhar para lutas revolucionárias, capazes de expropriar os proprietários e devolver aos trabalhadores a estrutura e o controle do seu trabalho.

Finalmente, há um processo de luta econômica que diz respeito à organização dos camponeses para a luta pela terra no campo. O histórico processo de usurpação das terras dos camponeses fez com que os anarquistas defendessem sua organização e luta no sentido de retomar essas terras e avançar na expropriação dos proprietários do campo, visando dar as terras aos camponeses que nelas produziam. Reclus (2011c, p. 91) pregava, em 1899, que os camponeses se associassem para isso; "aos cem, aos mil, aos 10 mil sereis bem fortes contra o senhor e seus criados". As tarefas das organizações camponesas, recomendava a FAKB, seriam as seguintes:

> Defender os interesses dos camponeses sem-terra, com pouca ou pequenas parcelas de terra; Organizar os grupos de produção agrícola para estudar os problemas da produção agrícola; Preparar-se para a futura reconstrução social, na qual estas organizações serão as pioneiras na reorganização da produção agrícola, visando assegurar a subsistência de toda a população. (FAKB, 2009, p. 64-65)

Nesse processo associativo e organizativo no campo, assim como nas lutas sindicais, as lutas econômicas dos camponeses, articuladas por local de trabalho, deveriam fortalecer as reivindicações de curto e longo prazo. Ainda assim, seria fundamental uma articulação entre campo e cidade, entre as classes dominadas de maneira mais ampla – incluindo, além dos camponeses e trabalhadores assalariados do

campo, os trabalhadores assalariados, precarizados e marginalizados das cidades – para uma luta revolucionária de proporções mais amplas.

A estratégia do anarquismo esteve, em grande medida, no que diz respeito à esfera econômica, focada na integração das associações do campo e da cidade e na articulação de lutas reivindicativas e de expropriação que pudessem fazer avançar o processo revolucionário em larga escala. Processos insurrecionais e revolucionários, quando puderam incidir sobre a economia, passaram aos membros das classes dominadas a propriedade dos meios de produção, assim como as decisões relativas aos sistemas de distribuição e a troca.

Na esfera política/jurídica/militar, os anarquistas vêm afirmando a necessidade de ações que envolvam a intervenção direta contra os governos, e as questões jurídicas e militares de maneira geral – que ficaram conhecidas como a luta contra o Estado; no caso específico da oposição ao militarismo do Estado, os anarquistas têm defendido o antimilitarismo. Houve, historicamente, diversas ações nesse sentido.

Nessa luta contra o Estado, a polêmica sobre as medidas de curto prazo, às quais se referiu nas lutas econômicas, se repete. Ainda que toda a estratégia anarquista na esfera política possa ser considerada revolucionária, em sentido mais amplo, há setores que acreditam nas reivindicações de curto prazo como caminhos para a construção de uma revolução no longo prazo, ao passo que outros sustentam que isso afastaria as classes dominadas de seu objetivo revolucionário.

Os setores que sustentavam que as lutas de curto prazo poderiam avançar para as de longo prazo defendem as reivindicações populares ao Estado, visando obter conquistas como a formação de associações de trabalhadores que possam retirar progressivamente o poder político do Estado e passá-lo às classes dominadas, realizando reivindicações em termos de serviços públicos, direitos básicos e liberdades civis como educação, saúde, saneamento básico, transporte, moradia, benefícios sociais para idosos, inválidos, liberdade de expressão, de reunião, etc. Neno Vasco (1984, p. 119), defensor das lutas de curto prazo como um possível caminho para a revolução, afirma que os anarquistas, além de reformas econômicas, "também favorecem a ação direta e a pressão exterior sobre os poderes públicos, quando se trata dos interesses diretos, morais ou materiais, do povo trabalhador". Assim como na esfera econômica, defender as lutas de curto prazo na esfera política, para parte dos anarquistas, não significa abrir mão da perspectiva revolucionária. Em relação a isso, Malatesta enfatiza:

> Quando o protesto é vivo, insiste e ameaça, o governo, segundo seu humor, cede ou reprime. Mas é preciso sempre chegar à insurreição, porque, se o governo não cede, o povo acaba por se rebelar; e, se ele cede, o povo adquire confiança em si mesmo e exige cada vez mais, até que a incompatibilidade entre a liberdade e a autoridade seja evidente e desencadeie o conflito. (Malatesta, 2000a, p. 24)

Assim, atenta para a preocupação de que, mesmo trabalhando com a luta na esfera política com vistas ao curto prazo, há sempre a necessidade de se chegar à insurreição, definida por Malatesta como um processo político que anuncia a revolução social, em que se enfrenta o poder político pela violência e se encaminha o processo revolucionário. Outros anarquistas, entretanto, vêm sustentando que as medidas políticas de curto prazo são ineficazes e defendem as insurreições e revoluções como maneiras fundamentais para a intervenção política anarquista.

As insurreições, sejam elas ou não fruto do desenvolvimento de mobilizações voltadas às reformas, foram sempre defendidas pelos anarquistas das distintas correntes, assim como a revolução social; ambas possuem, para os anarquistas, no que diz respeito à esfera política/jurídica/militar, a busca de um enfrentamento direto à dominação do Estado, por meio da violência, tendo por objetivo substituí-la por uma estrutura política autogestionária.

O anarquista suíço Adhémar Schwitzguebel (2002, p. 120) afirmou, em 1875, que a revolução, em termos políticos, tem "por objetivo imediato, e igualmente por base de ação, a destruição de todo Estado e o agrupamento espontâneo e federativo de todas as forças revolucionárias do proletariado". A luta contra o Estado coloca-se, portanto, como meio revolucionário e, ao mesmo tempo, como o objetivo político mais relevante de uma revolução social. Corroborando tal afirmação, o anarquista italiano Luigi Fabbri (2003, p. 130) enfatizou, em 1921, que "a luta contra o Estado, defensor armado do regime, é pois, a condição *sine qua non* da revolução". Na busca constante pela revolução, os anarquistas realizaram inúmeras ações contra o Estado de maneira mais ampla, que incluíram reivindicações, insurreições, revoluções, além de outros atos de violência contra representantes da dominação política, incluindo governantes, juízes, militares, patrões etc. – sempre relacionado essas ações com suas posições estratégicas.

Na esfera cultural/ideológica foram desenvolvidas lutas que envolveram questões diversas. Pode-se enfatizar, primeiramente, a própria noção de consciência de classe, que se buscou estimular de maneira permanente, tanto por meio da propaganda e da educação, quanto pelas próprias mobilizações populares, com objetivo de fortalecer a

criação de uma identidade coletiva forjada nos princípios éticos e valores apontados anteriormente.

Para Berkman (2003, p. 179-180), as idéias, que constituem a base dessa esfera, "não mudam rapidamente. Elas crescem lentamente, gradualmente, como uma planta ou uma flor". Fundamentais ao processo revolucionário, as idéias deveriam, assim, ser desenvolvidas amplamente com o objetivo de forjar as bases sobre as quais se fundaria a revolução social – algo que, certamente inspirado nas idéias de Reclus, Berkman chama de "evolução". Para Berkman (2003, p. 182), a evolução deveria preceder a revolução, já que para que a "revolução possa ser fundamental, social e ter sucesso", ela deve "ser a expressão de uma mudança fundamental das idéias e das opiniões". Seria fundamental para as classes dominadas desenvolver sua consciência de classe, por meio do conhecimento dos seus próprios interesses: "a compreensão, pelas massas, dos verdadeiros objetivos da revolução, significa sucesso. A realização de sua vontade consciente, por seus próprios esforços, garante o desenvolvimento correto da nova vida".

O desenvolvimento dessa consciência, fundamental para motivar a vontade e dar sentido à identidade de classe, deveria, para Berkman, fundamentar-se em um conjunto significativo de valores:

> A revolução social significa muito mais do que apenas reorganizar as condições: ela significa o estabelecimento de novos valores humanos e relações sociais, uma atitude modificada de um homem com o outro, como a de alguém livre e independente com seu semelhante; ela significa um espírito diferente na vida individual e coletiva, e esse espírito não pode surgir de um dia para o outro. É um espírito que deve ser cultivado, criado e construído, assim como é a mais delicada das flores, pois, na realidade, ele é a flor de uma nova e linda existência. (Berkman, 2003, p. 185)

O espírito do qual fala Berkman envolve a mencionada cultura autogestionária, que se buscou desenvolver durante o processo de luta das classes dominadas. Ainda que se reconheça a relevância da estrutura social e as limitações que ela impõe aos processos que envolvem a ação humana, para os anarquistas, o desenvolvimento desse novo espírito significa incitar a vontade das classes dominadas, de maneira a incentivá-la à ação e à transformação social. A vontade, dessa maneira, constitui um elemento chave a ser desenvolvido na atuação dos anarquistas na esfera cultural/ideológica. Como enfatizou Pouget (1994, p. 8), o aumento da força social das classes dominadas implica,

necessariamente, a "materialização da vontade", ou seja, que elas "adquiram a capacidade e a vontade" de agir por si mesmas.

As ferramentas desenvolvidas historicamente para esse processo de estímulo da consciência, da identidade e da vontade coletiva foram diversas: a formação de centros de cultura, espaços de educação, de lazer e sociabilidade. Tais iniciativas estabeleceram espaços em que se buscou unir educação, lazer e sociabilidade com a propaganda anarquista, a partir de uma noção que, além da formação, eram necessários espaços de convivência em que os laços se aprofundassem e que se fortalecesse a consciência de classe, a identidade de classe e o espírito pautado na ética e nos valores libertários. Para isso, distintas ferramentas foram utilizadas: música, teatro, festivais, piqueniques, abertura de espaços de cultura, edição de periódicos, livros, projetos pedagógicos em movimentos populares, fundação de escolas, entre outros.[21]

* * *

Ações que incidiram sobre as três esferas estruturadas da sociedade foram criadas e/ou impulsionadas por militantes anarquistas, defensores de diferentes estratégias: cooperativas de produção e consumo, associações de trabalhadores da cidade, do campo, associações de bairro, grupos e organizações diversas, tentativas de retomada do trabalho pelos próprios trabalhadores, ataques às classes dominantes por meio de boicotes, sabotagens e atentados, insurreições armadas, propaganda, projetos culturais e educativos, de lazer e sociabilidade, ações que poderiam ser sintetizadas como buscas particulares da revolução social:

> A revolução [...] é um movimento geral, através do qual um povo ou uma classe, saindo da legalidade e transformando as instituições vigentes, despedaçando o pacto leonino imposto pelos dominadores às classes dominadas, com uma série mais ou menos larga de insurreições, revoltas, motins, atentados e lutas de toda a espécie, abate definitivamente o regime político e social ao qual até então estava submetido e instaura uma nova ordem. (Fabbri, 2003, p. 129)

As lutas nas três esferas sustentaram, historicamente, ações reivindicativas, insurrecionais, revolucionárias, mais ou menos violentas, que constituíram toda a prática histórica do anarquismo que buscou, permanentemente, promover a revolução social, a partir de transformações estruturais nas três esferas.

[21] Para uma abordagem interessante acerca da ação cultural e ideológica encabeçada pelos anarquistas, no contexto do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República, ver: Gaspar (2010), cap. 4.

4.3.3.5 Lutas de gênero, de raça e antiimperialistas

Em termos históricos, os anarquistas também estiveram envolvidos com outras lutas, mais específicas, pode-se dizer, que buscavam o fim da dominação de maneira mais ampla e estavam para além da luta de classes. He Zhen, anarquista chinesa, afirma, no início do século XX, em relação às lutas de gênero:

> O que queremos dizer com igualdade entre os sexos não é somente que os homens não irão mais oprimir as mulheres. Também queremos que os homens não sejam mais oprimidos por outros homens e que as mulheres não sejam mais oprimidas por outras mulheres... [Assim, as mulheres devem] derrubar essa ordem, forçar os homens a abandonar todos os seus próprios privilégios, tornar-se iguais às mulheres e construir um mundo em que não haja opressão das mulheres e nem dos homens. (*apud* Zarrow, 1988, p. 810)

Zhen defende a necessidade de se integrar a luta de gênero com as lutas pela dominação de maneira geral, e dar a elas conteúdo anticapitalista e classista: "você mulher, não odeie os homens: odeie o fato de que você não tem o que comer". (*apud* Zarrow, 1988, 801)

Essa perspectiva adotada por ela para sustentar a luta de gênero identifica como os anarquistas se posicionam, tanto nas lutas de gênero, como também nas lutas de raça e contra o imperialismo. A Zabalaza Anarchist Communist Front (ZACF, 2010, p. 3), da África do Sul, afirma, em 2010: "nós, anarquistas, somos oponentes declarados do racismo e dos racistas", defendendo que os anarquistas se integrem às lutas contra o racismo. A Anarcho-Syndicalist Federation (ASF, 1986) australiana sustenta, em 1986, que os anarquistas devem se "opor ao racismo, ao sexismo, ao militarismo à religião e a todas as ideologias e instituições que impedem a igualdade e o direito das pessoas, em todos os lugares, controlarem suas próprias vidas e seu ambiente". Por esse motivo, declaram seu apoio à "luta dos povos aborígines pela autodeterminação e pelos direitos sobre a terra". Além das lutas dos povos originários de todos os países, esses argumentos sustentam ainda a intervenção anarquista em lutas de libertação nacional e antiimperialistas, conforme afirmação de Chaeho (2005, p. 375), que, juntamente com a libertação da Coréia do imperialismo japonês, defendia uma luta contra as classes dominantes coreanas e a busca da revolução social.

Ao integrarem essas lutas, os anarquistas, em geral, apresentam programas próprios de ações, visando ligar essas lutas com o objetivo da revolução social e dar a elas um caráter classista e internacionalista.

Nas lutas de gênero e de raça, o objetivo dos anarquistas não é inserir mulheres e negros no sistema de dominação vigente, por meio da mobilidade individual; nas lutas antiimperialistas, de libertação nacional, o objetivo dos anarquistas não é aliar-se à burguesia nacional e substituir a dominação estrangeira pela dominação nacional. Ao integrar as lutas de gênero, de raça e antiimperialista, os anarquistas sustentam o internacionalismo, compreendido como a solidariedade internacional entre países e povos, e o classismo, buscando ligar a dominação de maneira geral com a luta de classes na busca revolucionária pelo fim da dominação.

> A classe, dessa perspectiva, estabelece as bases para a união de diversas demandas e sujeitos numa luta mais ampla pela emancipação humana de maneira geral, e as bases para identificar o papel do sistema de classes, tanto na criação de opressões que não são de classe, quanto na conformação da experiência dessas opressões. Desse ponto de vista, a opressão de gênero, de raça, nacional e imperial só pode ser fundamentalmente exterminada com uma revolução social, que crie uma sociedade que emancipe a maioria do povo. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 335)

A posição de assumir o internacionalismo e o classismo nessas lutas não significa, para os anarquistas, conforme colocado, reduzi-las a conseqüências simples das relações de classe de maneira geral, e nem conceber que uma atuação sobre as dominações de classe implica, obrigatoriamente, a resolução das dominações que não têm como base as classes sociais. Reconhecer que a dominação está para além da dominação de classe é, portanto, fundamental, no sentido de considerar as necessidades de lutas específicas nesses campos; entretanto, cabe relacionar essas lutas com as classes sociais, de maneira a não utilizá-las simplesmente como forma de substituir uma dominação por outra. É por esse motivo que os anarquistas participam de lutas setoriais e policlassistas, como as de gênero, de raça e antiimperialistas, com posições internacionalistas e classistas que, além de questionarem a dominação de maneira ampla, consideram ser relevante relacionar dominação e dominação de classe, prevendo, mesmo que nas lutas parciais, a incorporação de elementos e valores que permitam a aproximação de uma perspectiva revolucionária.

4.4 PRINCÍPIOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO ANARQUISMO

Por meio da definição de anarquismo apresentada e discutida neste capítulo, pode-se estabelecer um conjunto de princípios político-ideológicos, que permite

sumarizá-la. Trata-se, assim, de uma síntese das posições colocadas, de maneira a formular princípios que constituem as bases da ideologia anarquista.

4.4.1 Ética e valores

A defesa de uma concepção *ética*, capaz de subsidiar críticas e proposições racionais, pautada nos seguintes *valores*: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

4.4.2 Crítica da dominação

A crítica das *dominações da classe* – constituídas por exploração, coação física e dominações político-burocrática e cultural-ideológica – e de *outros tipos de dominação* (gênero, raça, imperialismo, etc.).

4.4.3 Transformação social do sistema e do modelo de poder

O reconhecimento de que as estruturas sistêmicas fundamentadas em distintas dominações constituem *sistemas de dominação* e a identificação, por meio de uma crítica racional, fundamentada nos valores éticos especificados, de que esse sistema tem de ser transformado em um *sistema de autogestão*. Para isso, torna-se fundamental a transformação do modelo de poder vigente, de um *poder dominador*, em um *poder autogestionário*. Nas sociedades contemporâneas, essa crítica da dominação implica uma *oposição clara ao capitalismo, ao Estado e às outras instituições* criadas e sustentadas para a *manutenção da dominação*.

4.4.4 Classes e luta de classes

A identificação de que, nos diversos sistemas de dominação, com suas respectivas estruturas de classes, as *dominações de classe* permitem conceber a *divisão fundamental da sociedade* em duas grandes categorias globais e universais, constituídas por classes com *interesses inconciliáveis*: as *classes dominantes* e as *classes dominadas*. O conflito social entre essas classes caracteriza a *luta de classes*. O anarquismo surge como uma ideologia das classes dominadas e tem por objetivo impulsionar essa transformação que implica, para a construção de um poder autogestionário, o *fim das classes sociais*, a ser levado a cabo em um tipo de *socialismo* ao qual se chega por meio de uma *revolução social*. *Outras dominações* devem ser *combatidas concomitantemente*

às *dominações de classe*, sendo que o fim das últimas não significa, obrigatoriamente, o fim das primeiras.

4.4.5 Classismo e força social

A compreensão de que essa *transformação social* de *base classista* implica uma *prática política*, constituída a partir da *intervenção na correlação de forças* que constitui as *bases* das *relações de poder* vigentes. Busca-se, nesse sentido, *transformar* a *capacidade de realização* dos agentes sociais que são membros das *classes dominadas* em *força social*, aplicando-a na luta de classes e buscando *aumentá-la permanentemente*. Esse aumento permanente de força social pode ser buscado por meio das práticas junto a *agentes dominados* em termos de *raça, gênero, nacionalidade*, mas, nesses casos, essa luta exige uma *perspectiva classista e internacionalista*, permanente em toda a prática anarquista.

4.4.6 Internacionalismo

A defesa de um classismo que não se restrinja às fronteiras nacionais e que, por isso, fundamente-se no *internacionalismo*, o qual implica, no caso das práticas junto a agentes dominados por relações imperialistas, a *rejeição do nacionalismo* e, nas lutas pela transformação social, a necessidade de *ampliação da mobilização das classes dominadas para além das fronteiras nacionais*. O projeto revolucionário anarquista prevê uma necessidade de *internacionalização da revolução*, de maneira a dar condições de existência à autogestão generalizada.

4.4.7 Estratégia

A concepção racional, para esse projeto de transformação social, de *estratégias adequadas*, que implicam *leituras da realidade* e o *estabelecimento de caminhos* para as lutas. Ainda que o *método de análise* e as *teorias* não constituam critérios para definir o anarquismo, e nem mesmo critérios para definição de suas correntes, eles sempre são elaborados racionalmente e utilizados, em distintas perspectivas, de acordo com a localidade e a época em que atuam os anarquistas, acompanhando essa perspectiva geográfica e histórica. O *objetivo, de tipo finalista*, de se chegar a um *socialismo* que se caracteriza por um *sistema de autogestão e um poder autogestionário* está sempre presente como *perspectiva e projeto dos anarquistas*. O *caminho* para essa transformação é sempre concebido em *termos estratégicos*.

4.4.8 Elementos estratégicos

Ainda que os anarquistas defendam estratégias distintas, alguns *elementos estratégicos* são considerados *princípios*: o estímulo à criação de *sujeitos revolucionários*, mobilizados entre os agentes que constituem parte das classes sociais concretas de cada época e localidade, as quais dão corpo às *classes dominadas*, a partir de processos que envolvem a *consciência de classe e do estímulo à vontade de transformação*; o estímulo permanente ao *aumento de força social das classes dominadas*, de maneira a permitir um *processo revolucionário de transformação social*; a *coerência entre objetivos, estratégias e táticas* e, por isso, a coerência entre *fins e meios* e a construção, nas práticas de hoje, da sociedade que se quer amanhã; a utilização de *meios autogestionários* de luta que *não impliquem a dominação*, seja entre os próprios anarquistas ou na relação dos anarquistas com outros agentes; a defesa da *independência e da autonomia de classe*, que implica a recusa às relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado ou outras instituições ou agentes, garantindo o *protagonismo popular das classes dominadas*, o qual deve ser promovido por meio da *construção da luta pela base, de baixo para cima*, envolvendo a *ação direta*.

4.4.9 Revolução social e violência

A busca de uma *revolução social*, que transforme o sistema e o modelo de poder vigentes, sendo que a *violência*, como expressão de um nível mais acirrado de confronto, é *aceita, na maioria dos casos, por ser considerada inevitável*. Essa revolução implica lutas combativas e *mudanças de fundo nas três esferas estruturadas* da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente – está além do capitalismo, do Estado, das instituições dominadoras.

4.4.10 Defesa da autogestão

A *defesa da autogestão* que fundamenta a prática política e a estratégia anarquistas constitui as *bases para a sociedade futura* que se deseja construir e envolve *socialização da propriedade* em termos econômicos, o *autogoverno democrático* em termos políticos e uma *cultura autogestionária*. Norteada pelos *valores da ética anarquista*, essa sociedade é necessariamente *socialista* e garante a todos liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais;

solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

4.5 ANARQUISMO E ANARQUISTAS

Realiza-se, agora, um primeiro balanço, que envolve uma aplicação prática da definição de anarquismo e desse conjunto de princípios político-ideológicos.

Considerar o anarquismo uma corrente socialista implica, a partir de uma perspectiva histórica, no máximo, retornar ao século XVIII, quando o Iluminismo culminou na Europa, e foram levadas a cabo a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Embora autores como Cole (1980, p. 18) identifiquem os precursores do socialismo com as idéias de emergiram no seio da Revolução Francesa, considerando que "no campo das idéias, 1789 é uma linha divisora", uma leitura que utilize o método histórico e a noção de totalidade, a partir da relação interdependente entre pensamento e ação, e que leve em conta o movimento de trabalhadores que emergia naquele momento, deve considerar, conforme Pianciola (2004), que as primeiras expressões do socialismo passaram a existir entre os saint-simonianos, fourieristas e owenianos, movimentos que tomaram corpo durante a primeira metade do século XIX. Pianciola assim define o socialismo:

> O socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras, que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos. (Pianciola, 2004, p. 1196-1197)

Para o autor, o socialismo emergiu como uma expressão do movimento de trabalhadores, no seio do desenvolvimento capitalista, e pautando-se na defesa de uma transformação social contrária à propriedade privada e favorável à socialização e à igualdade econômica.

Essa linha temporal, que situa o surgimento do socialismo na primeira metade do século XIX, e a definição de socialismo apresentada, permitem retirar do universo anarquista alguns dos autores anteriormente mencionados, assim como suas respectivas tradições e proposições: Lao Tsé e o taoísmo, os quais se vinculam à longínqua China

Antiga; Zenão de Eléia, filósofo pré-socrático; François Rabelais e a Abadia de Thélème, os quais se vinculam à França do século XVI; os anabatistas, também do século XVI; Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Denis Diderot (1713-1784), filósofos enciclopedistas anteriores à Revolução Francesa.

Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858), e Charles Fourier (1772-1837) dificilmente poderiam ser considerados anarquistas. Saint-Simon defendeu um socialismo bastante autoritário, fundamentado na idéia de que o governo da sociedade deveria ser realizado pelos mais capazes, detentores da ciência e da indústria; além disso, sua noção de classe não diferenciava trabalhadores, fabricantes, negociantes e banqueiros; sua luta era contra os ociosos. Owen e Fourier, distintamente, defenderam propostas mais libertárias; o primeiro teve influência no movimento operário inglês e, depois, alguma influência no sindicalismo; o segundo exerceu influência relevante em Proudhon e em muitos que, depois, aderiram ao anarquismo. Entretanto, ambos estiveram vinculados a uma tradição cooperativista e comunistarista que, como os outros socialismos, incluindo os chamados "utópicos", difere do anarquismo.

> Enquanto os socialistas utópicos (e não todos igualmente) são indiferentes à política e não fazem distinção entre os governos, os anarquistas se propõem a abolir o Estado e todo governo propriamente dito. Enquanto os primeiros são apolíticos, os segundos são antipolíticos (que é uma maneira de serem políticos). [...] É por isso que os socialistas utópicos abominam a revolução e aspiram à harmonia entre as classes, enquanto a maioria dos anarquistas é revolucionária e deseja acabar com toda a diferença de castas, de classes e de estamentos, junto com a divisão entre governantes e governados. (Cappelletti, 2006b, p. 125)

Por razão de sua abdicação da transformação revolucionária do modelo de poder, de supressão das classes e do Estado, esses "socialistas utópicos" não são considerados anarquistas.

Ainda de acordo com a definição e os princípios estabelecidos, sustenta-se que Godwin, Stirner, Tolstoi, Gandhi, Warren e Tucker não são anarquistas. São suficientes para essa argumentação três critérios utilizados para conceituar o anarquismo: o socialismo (de tipo libertário, caracterizado pela crítica da dominação e a defesa da autogestão), o classismo e as críticas e proposições racionais de transformação social.[22]

[22] Para subsidiar esta discussão, escolheram-se teóricos que possuem ampla leitura dos autores em questão, conhecem toda sua obra, ou pelo menos a maior parte dela, e, na maioria dos casos, são-lhes simpáticos e/ou os consideram anarquistas.

William Godwin (1756-1836), filósofo radical inglês, é considerado por Berthier (1990, p. 132; 135) um pensador pré-anarquista, ainda que leve "o racionalismo aos seus mais extremos limites, até a soberania absoluta da consciência", defendendo "a negação de toda autoridade exterior". Ainda que Marshall (1986, p. 48) considere Godwin "o primeiro grande pensador anarquista", ele mesmo traz elementos que permitem afirmar o contrário.

Primeiramente, o próprio Marshall (1986, p. 10) afirma que Godwin não teve impacto no desenvolvimento do anarquismo, tendo sido somente, em 1912, resgatado por Kropotkin. Em segundo lugar, o sistema de Godwin tem por base a idéia de que o objetivo das pessoas é conhecer a verdade e que, por meio desse conhecimento, o qual deve ser estimulado pela educação racional, elas poderiam resolver os problemas sociais e chegar à felicidade e ao prazer. Tais problemas teriam, para ele, sua origem em um desconhecimento da verdade, sendo essa a base de sua crítica ao governo, à propriedade privada e às decisões de maioria; Godwin considera, ainda, que não há interesses distintos na sociedade, já que todas as pessoas poderiam ser convencidas dessa verdade. Evidentemente, não há qualquer perspectiva classista na crítica de Godwin. Confirmando esta constatação, Marshall (1986, p. 37-38; 45-47) enfatiza que, para Godwin, "os efeitos [...] resultantes da distribuição desigual têm sido desastrosos tanto para os ricos quanto para os pobres" e as "grandes desigualdades nos países europeus só poderiam levar a uma guerra de classes e incitar os pobres a reduzir tudo ao 'caos universal'". Além disso, Godwin é contrário à cooperação e acredita ser "necessário postergar a revolução". Berthier afirma ainda:

> Em nenhum momento são evocadas as fantásticas lutas sociais que se desenvolvem à época. Em nenhum momento são evocados meios de ação coletivos necessários para transformar a sociedade de opressão. [...] A problemática de Godwin não é econômica, nem militante, nem ativista. Seu domínio é ético. (Berthier, 1990, p. 145)

Ambas as leituras de Godwin evidenciam que, ainda que fundamentado em bases racionais, ele não pode ser considerado um socialista, já que nunca desenvolveu suas propostas de sociedade futura neste sentido, e menos ainda um classista, visto que a perspectiva de classe sequer aparece em seus escritos; além disso, não teve relações com o desenvolvimento histórico do anarquismo. Por esses motivos, Godwin não pode ser considerado anarquista.

Max Stirner, pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt (1806-1856), foi um filósofo alemão que, assim como Godwin, não teve qualquer impacto no surgimento do anarquismo, de 1868 aos anos 1880, tendo sido resgatado, depois disso, por John Henry Mackay e, em seguida, por Émile Armand – ainda que se deva notar, conforme afirmação de Berthier (2008, p. 204), que Engels teve um papel relevante no estabelecimento dessa relação entre Stirner e o anarquismo.

Para Armand (2003, p. 84-85), que considera *O Único e sua Propriedade* de Stirner "uma árvore robusta e bem plantada, uma doutrina perfeitamente coerente", Stirner apresenta em sua obra uma dura crítica, tanto do Estado, quando de outros pilares da sociedade autoritária de seu tempo. A motivação de sua crítica, ainda segundo Armand, fundamenta-se na concepção de que "o indivíduo só conhece uma causa: a sua, e essa causa, ele não baseia em 'nada' exterior a ele. [...] Ele é egoísta no sentido absoluto da palavra. [...] É agora obrigado a buscar em si mesmo sua regra, sua lei." Sobre o Único stirneriano, Armand enfatiza:

> Pensai, portanto, aonde o Único chegou! Não existe sequer uma realidade fora dele. Ele não faz nada pelo amor a Deus ou aos homens, mas pelo amor a si. Não há entre seu próximo e ele senão uma relação: a da utilidade, do prazer ou do proveito. É só dele que derivam todo direito e toda justiça. (Armand, 2003, p. 86)

Pode-se dizer que a obra de Stirner constitui uma crítica; não há, conforme apontado por Berthier (2008, p. 190-191), qualquer perspectiva construtiva ou proposta de intervenção social. O individualismo de Stirner, fundamentado em sua noção utilitarista do "egoísta", que só age por interesse próprio, busca tão-somente a liberdade individual possui, ainda de acordo com Berthier (2008, p. 191), mais proximidade com um liberalismo radical do que com o anarquismo, visto que ele situa "o indivíduo acima das classes, acima das determinações de classe". A problemática das classes não fundamenta em qualquer sentido a sua obra. Por isso, ainda que Stirner realize uma crítica do Estado, e também do partido, da personalidade e da transformação da doutrina em religião, por razão de sua perspectiva individualista, e não-socialista, e sem qualquer base classista, ele não deve ser considerado anarquista. Conforme coloca Berthier (2008, p. 193), excluir "Stirner do panteão anarquista responde a uma exigência de coerência intelectual".

Liev Tolstoi (1828-1910) foi um escritor cristão russo, defensor da não-violência. Ainda que possa ser considerado um libertário em sentido amplo, e que tenha

sido influenciado em alguma medida por Proudhon e Kropotkin, não se pode falar, como Marshall (2010, p. 362), que ele é "um dos grandes pensadores anarquistas". Levando em conta os três critérios acima estabelecidos, podem-se realizar algumas considerações.

Os fundamentos de sua doutrina, mesmo reivindicando-se racionais (Eltzbacher, 2004, p. 222), são baseados, conforme aponta Marshall (2010, p. 362), em uma concepção ética que deriva de "uma versão altamente heterodoxa do cristianismo". De acordo com McKay (2008, p. 75-76), a base de sua doutrina encontra-se nas pregações de Jesus, em particular no "Sermão da Montanha", do qual extrai as lições da necessidade de resistir ao mal sem utilizar-se dele; a resistência não-violenta (ao Estado, à propriedade privada etc.) deriva dessa base. "Partindo de sua oposição à violência, Tolstoi rejeita tanto o Estado como a propriedade privada e estimula táticas pacifistas para acabar com a violência na sociedade e criar uma sociedade justa."

A fundamentação de seu pensamento em Cristo, a relação direta entre os ensinamentos de Cristo e a Bíblia, e a leitura seletiva da Bíblia – que leva em conta alguns aspectos mais libertários e deixa de lado outros, completamente opostos ao anarquismo, são elementos que permitem considerar que a base da doutrina de Tolstoi é metafísica e teológica, afastando-a dos fundamentos racionais do anarquismo. Por esses motivos, Tolstoi só poderia ser considerado um socialista se se definisse o socialismo sem levar em conta suas bases racionais.

Além disso, Tolstoi reconhece a desigualdade da sociedade e toma a defesa dos pobres e excluídos, mas, em nenhum momento, defende a luta de classes e a necessidade de os oprimidos serem os responsáveis pela transformação social. Sua visão é solidária aos excluídos e visa reformar a sociedade promovendo uma igualdade maior; não são esses excluídos, entretanto, os principais agentes da transformação. Colocando-se, conforme Eltzbacher (2004, p. 261), contra sindicatos, revoluções, barricadas, os caminhos defendidos por Tolstoi para a reforma social tinham como foco a mudança na opinião pública e, por isso, sustentavam o convencimento, a persuasão, a desobediência civil (recusa ao serviço militar etc.) e as comunidades. A sociedade de classes seria, para ele, como afirma Eltzbacher (2004, p. 259; 262), um problema de os ricos e poderosos ainda não terem aceitado a palavra de Cristo, situação que poderia ser modificada por sua boa vontade.

Por último, para além dos três critérios estabelecidos, pode-se problematizar uma última questão: as bases de seu pacifismo. De acordo com Eltzbacher (2004, p.

220), Tolstoi considerava que o anarquismo estava diretamente relacionado com a violência, e por isso não se considerava anarquista; e isso também possui certo sentido. Mesmo se tomados em conta os anarquistas que defendem ações não-violentas, essa posição, em geral, deriva de um raciocínio de que tais ações podem ser mais eficazes taticamente, ou mesmo de uma crença de que um convencimento generalizado é possível. Dificilmente há anarquistas que elevam, como Tolstoi, a não-violência a um princípio e ao próprio fundamento de sua doutrina.

Mahatma Gandhi (1869-1948) foi um indiano que liderou o movimento não-violento de libertação nacional da Índia. Influenciado, entre outros, por Tolstoi, sua doutrina possui elementos de convergência com o russo. Marshall (2010, p. 422), que o considera anarquista, afirma: "seu apelo a todas as classes e grupos era baseado numa crença metafísica na unidade cósmica de todos os seres". Nota-se aqui, como em Tolstoi, um fundamento metafísico e teológico de sua doutrina, além de uma ênfase policlassista, evidenciada historicamente nas relações íntimas que teve com as classes dominantes, no seio do Indian National Congress, na luta pela libertação nacional de seu país. Mesmo Fattal (2006), que insiste no anarquismo de Gandhi, não demonstra qualquer evidência sobre o seu socialismo, envolvendo a crítica da propriedade privada, da sociedade de classes/castas e a busca de que elas fossem transformadas; Guimarães (1969, p. 125) afirma, nesse sentido, que "Gandhi jamais pregou a luta de classes".

Gandhi também não se insere nos três critérios mínimos estabelecidos. Além disso, cumpre enfatizar que, conforme aponta Guimarães (1969, p. 126), Gandhi "se preocupou, fundamentalmente, com a independência de sua pátria, com a formação de uma nacionalidade indiana"; distintamente dos anarquistas, que defendem o antiimperialismo e a participação nas lutas de libertação nacional com programas internacionalistas, classistas e revolucionários, Gandhi defendeu a aliança com as classes dominantes indianas, sem uma perspectiva internacionalista ou revolucionária; por isso, ele possui muito mais similaridades com o nacionalismo do que com o anarquismo.

Josiah Warren (1798-1874) foi um individualista norte-americano que participou de experiências comunitárias que constituem parte de uma tradição comunistarista dos Estados Unidos, desenvolvida, conforme Nettlau (2008, p. 61-64), ainda no século XVIII; "um pequeno mundo vivendo afastado em comunidades cooperativas". Benjamin Tucker (1854-1939) constitui parte dessa mesma tradição, ainda que tenha tentado agregar ao referencial individualista de Warren e Stirner, idéias de Proudhon.

Ao passo que Warren investiu em comunidades, buscando promover a soberania individual, e em cooperativas, nas quais os produtos eram trocados visando à equidade, Tucker e outros individualistas norte-americanos de seu tempo, "foram igualmente hostis a tudo o que poderia pretender ser feito em nome de um socialismo de Estado, ou de um socialismo anarquista". O individualismo de Warren e Tucker dificilmente poderia ser considerado socialista e classista.

Finalmente, o caso de Proudhon é o mais complexo; certamente um socialista libertário, pode-se discutir, a partir da totalidade de seu pensamento, sua inclusão no anarquismo.[23] Considera-se, conforme argumentos a seguir, que Proudhon constitui uma espécie de "pai do anarquismo", um teórico "quase-anarquista". Ele não é incluído entre os anarquistas por dois motivos: um de ordem teórica, por razão de sua afinidade com os princípios político-ideológicos do anarquismo, e outro de ordem histórica, por razão do surgimento do anarquismo ser posterior a Proudhon. Ainda assim, dentre os teóricos não-anarquistas e/ou pré-anarquistas, ele foi, certamente, aquele que teve a maior influência entre os anarquistas e teorizou sobre elementos relevantes de sua ideologia. Conforme se verá adiante, em distintos países, foi a radicalização do mutualismo proudhoniano que constituiu as bases do anarquismo.

Os três critérios estabelecidos para a exclusão dos outros pensadores do campo do anarquismo são, para o caso de Proudhon, insuficientes. Ele era certamente socialista, classista e formulou racionalmente suas críticas e proposições de transformação social.

O pensamento de Proudhon, conforme discutido por Berthier (2008), foi significativamente difundido entre os trabalhadores no século XIX, e permitiu interpretações distintas e, em certa medida, contraditórias. Em alguns casos, o pensamento proudhoniano radicalizou-se e constituiu as bases do anarquismo; em outros, forneceu as bases para posições conservadoras, moderadas e/ou reformistas. Certamente essas interpretações distintas têm relação com a complexidade e o tamanho da obra de Proudhon, que possui períodos mais moderados e mais radicalizados, refletindo seu caráter histórico, apoiado, em grande medida, nas conjunturas em que o autor esteve inserido.

Em alguns casos, as posições de Proudhon aproximam-se muito do anarquismo. Berthier (2008, p. 55) aponta como suas teorias econômicas criticam a propriedade

[23] Para o caso de Proudhon, certamente o mais complexo, escolheram-se comentadores que estão entre os mais reconhecidos e que melhor conhecem sua obra.

privada, a exploração, interpretam a sociedade de classes e o processo de luta de classes: "O 'regime proprietário', colocando em oposição as classes sociais, tem como fundamento a exploração do homem pelo homem". Juntamente com sua crítica econômica, Proudhon critica o Estado e o governo, conforme afirma Bancal (1984, p. 175): "Proudhon uniu numa mesma crítica, desde suas primeiras obras, a propriedade capitalista e o estadismo governamentalista", relacionando "o capitalismo, exploração do homem pelo homem, e o estadismo, governo do homem pelo homem". Critica também a religião e a educação que, com o capitalismo e o Estado, tornam-se instrumentos de legitimação da dominação. Para a solução do problema social, Proudhon propõe o mutualismo na economia e o federalismo na política, conforme explica Bancal, citando o autor:

> "Pode-se induzir disto que virá um tempo em que o trabalho estando organizado por si mesmo, segundo a lei que lhe é própria", a sociedade trabalhadora autogerindo-se economicamente e auto-administrando-se politicamente, "a oficina fará desaparecer o governo"; o que quer dizer, de fato, no contexto mesmo desta passagem e no de toda a crítica do Estado de Proudhon, que uma organização política da sociedade conforme às leis do trabalho social que regem a oficina industrial tomará o lugar do Estado "soberano", aparelho extra-social de tipo monárquico e feudal encarnado num governo superior de fato à sociedade que ele diz representar. (Bancal, 1984, p. 179)

A autogestão e a auto-administração das quais fala Bancal também serviriam como base para o processo de mobilização dos trabalhadores; esse mutualismo federalista de Proudhon tem por objetivo, ainda conforme Bancal (1984, p. 182), "'que o trabalho do povo', 'a sociedade trabalhadora' tornem-se a força maior que inverta as fórmulas atuais da sociedade e envolva o capital e o Estado e [...] os subjugue". Os trabalhadores, organizados de baixo para cima em associações mutuais (agrícolas e industriais de produção, de consumo e de crédito), deveriam "simultaneamente 'inverter as relações do capital e do trabalho e inverter as relações do governo e da sociedade'".

O mutualismo proudhoniano, conforme afirma Ansart (1970, p. 109), utiliza como meio fundamental "a associação progressiva", que têm por objetivo "uma apropriação direta e militante das forças econômicas".

> A instauração de relações de reciprocidade entre os produtores e entre produtores e consumidores representaria o começo de um vasto movimento de subversão cujo efeito seria a destruição radical do regime social do capitalismo. [...] O meio preconizado estaria, assim, limitado rigorosamente a uma criação sócio-econômica espontânea,

> que evitaria sistematicamente o recurso à violência e à ação política. (Ansart, 1970, p. 109)

Esses elementos, de crítica da dominação e de defesa da autogestão, além de sua ênfase na organização autogestionária e federalista dos trabalhadores, são, basicamente, os aspectos da teoria de Proudhon ressaltados por autores que o aproximam do anarquismo, como McKay (2011) e o próprio Ansart (1970); são esses mesmos aspectos que, juntamente com outros, fundamentaram o anarquismo de Bakunin (2008b, p. 118) – o qual considerava o anarquismo "o proudhonismo amplamente desenvolvido e levado às suas últimas conseqüências" – e também de Eugène Varlin, o maior expoente anarquista na Comuna de Paris. Foi essa radicalização do proudhonismo apontada por Bakunin que estimulou o surgimento do anarquismo, entre o fim dos anos 1860 e os anos 1880, em países como Itália, França, Espanha, México e Cuba.

Entretanto, há aspectos da obra de Proudhon que se distanciam do anarquismo, se levadas em conta suas continuidades e permanências históricas no longo prazo. Há posturas ambíguas em relação ao processo revolucionário e à necessidade de violência; há momentos em que Proudhon defende abertamente a revolução e a violência revolucionária e outros em que defende um processo gradual de mudança, por meio das cooperativas, praticamente sem necessidade de violência. Tais ambigüidades foram notadas por Ansart (1970, p. 109; 111), que afirmou: "Ainda que Proudhon desconfie dos motins violentos e duvide de sua eficácia revolucionária, ele apela aos ódios de classe e ameaça repetidamente a burguesia com uma violência que aniquilaria sua oposição e seus interesses". O autor aponta esse paradoxo, por meio do qual, em alguns momentos, Proudhon "exalta a grandeza de uma revolução de efeitos rápidos e violentos" e, em outros "justifica uma transição lenta e pacífica até o mutualismo". Berthier (2008, p. 79) considera que essas últimas posições permitem caracterizar o proudhonismo como "um tipo de reformismo radical".

Posturas ambíguas também podem ser encontradas em sua crítica do Estado; em alguns momentos, o Estado é criticado e aponta-se a necessidade de que ele seja substituído pelas associações de trabalhadores; em outros, considera-se possível sua existência, ainda que de maneira descentralizada. Trindade (2005), nesse sentido afirma: "encontramos, em Proudhon, afirmações contraditórias sobre o papel do Estado". A tese que sustenta Trindade é que Proudhon teria defendido, até o fim dos anos 1850, uma postura crítica do Estado e sua própria abolição; a partir disso, teria desenvolvido uma teoria federalista, "fazendo da autoridade estadista uma das condições necessárias à vida

em sociedade". Essa reformulação, realizada por razão da mudança de sua teoria dialética, faz com que Proudhon passe a aceitar o Estado.

> O Estado vê-se atribuído na solução federalista um papel de moderador, visando a manter o equilíbrio entre os diferentes atores do campo social, seja a impedir os desequilíbrios que nascem do crescimento unilateral de um dentre eles. Por outro lado, que a ordem jurídica não é mais imposta do exterior (transcendente), mas repousa sobre uma livre adesão (imanente) e faz deste modo intervir a liberdade, o Estado, na solução federalista, torna-se o garante dum direito de constrangimento que convém instaurar para proteger cada um dos possíveis abusos da liberdade. Encarregado de fazer respeitar as liberdades individuais fundadas sobre o reconhecimento dos direitos do homem, o Estado está a partir daí e só a partir de agora ao serviço do interesse público. (Trindade, 2005)

Levando em conta que os escritos de Proudhon até 1850 tratam basicamente de economia política – "no domínio político, tratou apenas de generalidades", afirmou Berthier (2008, p. 84) – se há algum período de Proudhon mais próximo do anarquismo, esse período está entre 1850 e 1859. Não é estranho que a principal obra desse período, *Idée Générale de la Révolution au XIXe Siècle*, tenha sido aquela que mais influência teve sobre Bakunin.

Outras posições de Proudhon são ambíguas, e também permitem interpretações distintas. Em relação à luta pela socialização, em alguns momentos defende estratégias mais combativas, conforme Trindade (2001, p. 62), quando "não negligenciava a necessidade, em certas condições, de tomar o poder de maneira violenta"; em outros, defendeu estratégias mais moderadas. Seu projeto, segundo Berthier (2008, p. 83), era "uma conciliação, um compromisso", que buscava "passar progressivamente a propriedade às mãos dos 'usuários': trabalhadores e locatários"; casos como aqueles em que sugere a compra das casas dos proprietários com objetivo de socialização constituem as bases para que Berthier (2008, p. 73) afirme que "suas teorias sobre a propriedade" são "menos radicais que se pode entender pela fórmula provocadora 'a propriedade é um roubo'". Além disso, pelo menos até o fim dos anos 1850, segundo Berthier (2008, p. 85-86), Proudhon sustentou, diversas vezes, conciliações entre burguesia e proletariado. Para além dessas posições, podem-se mencionar duas outras, que se distanciam, em geral, das posições anarquistas: sua exclusividade estratégica do mutualismo – já que as cooperativas (de produção, de consumo e de crédito), quando incorporadas às ações anarquistas, foram reivindicadas dentro de um conjunto mais

amplo de ações – e suas posições em relação à mulher – atribuindo a ela um papel de subserviência ao homem na família.

Em suma, é evidente a possibilidade de interpretações distintas da obra de Proudhon. Não se trata, entretanto, de simplesmente apontar contradições do autor, mas de ponderar que sua obra foi produzida em um intervalo de mais de duas décadas; além de estar estreitamente relacionada à conjuntura, o próprio autor modificou seu pensamento neste período. Sua obra, portanto, não constitui um todo homogêneo e o próprio Proudhon nunca se propôs a forjar as bases de uma ideologia, de uma doutrina.

Esse é o motivo de Trindade (2001, p. 35-36) afirmar que Proudhon inspirou não só "movimentos revolucionários e operários", mas também de "uma corrente reformista" e até mesmo "uma corrente tradicionalista". Essa conclusão também explica a influência do pensamento proudhoniano em movimentos tão distintos: "sindicalismo e socialismo reformistas ou revolucionários, federalismo e regionalismo de direita ou de esquerda, trabalhismo e adeptos da participação, anarquismo e partidários da autogestão etc.".

Foram essas ambigüidades que permitiram interpretações tão distintas quanto as de Bakunin e Varlin, figuras de imenso destaque no anarquismo, e também posições tão ambíguas quanto às de Henri Tolain e Tucker. De acordo com Berthier (2011b, p. 17), Tolain foi um mutualista e deputado francês que, durante a Comuna de Paris, fugiu para Versalhes junto com os governantes, condenando a iniciativa insurrecional e sendo, por isso, expulso da AIT. Tucker (2012, p. 209-213) – que se reivindicava anarquista, individualista e afirmava ser influenciado por Proudhon –, em nome de sua defesa da liberdade, aceitava o fato de policiais serem chamados para acabar com greves, com o objetivo de garantir a liberdade dos capitalistas. Posições que não têm como ser consideradas anarquistas.

Finalmente, cumpre reafirmar o método histórico, que vem sendo adotado, assim como as noções de totalidade e interdependência. Partindo desses fundamentos, não se pode considerar que o anarquismo surgiu do pensamento de um autor e nem que ele se desenvolveu a partir de alguns poucos teóricos. Conforme afirmado, o anarquismo surgiu da relação entre as práticas dos trabalhadores e as produções teóricas a elas relacionadas. Ainda que um autor pareça adequar-se à definição e aos princípios político-ideológicos que definem o anarquismo, é prudente que se analise seu pensamento e sua ação, o contexto histórico em que se insere e as lutas e correntes políticas com as quais possui relações. As relações entre Proudhon e os movimentos de

seu tempo demonstram que não havia, ainda, naquele momento, uma corrente ideológico-doutrinária, que possa ser considerada anarquista.

* * *

Tem sido cada vez mais incomum, em produções recentes do anarquismo, teóricas e históricas, considerar parte do universo anarquista Lao Tsé, Zenão, Rabelais, os anabatistas, Rousseau, Diderot, Saint-Simon, Owen, Fourier, Gandhi e Warren. Entretanto, o mesmo não se pode dizer de Godwin, Stirner, Tolstoi e Tucker, que vêm tendo, ainda, certo espaço. Proudhon, distintamente, é incluído em praticamente todas as produções recentes, certamente pelas relações discutidas entre sua obra e o anarquismo. Evidencia-se, claramente, uma necessidade de aprofundar as investigações sobre seu pensamento e, em especial, as relações entre mutualismo e anarquismo.

Por um lado, a presente abordagem propõe excluir do cânone anarquista Godwin, Stirner, Tolstoi, Tucker e Proudhon, posição já adotada por autores como Meltzer (1996, p. 5-7), desde os anos 1980. Por outro, propõe ampliar significativamente esse cânone com muitos outros anarquistas; buscando entre aqueles que foram e serão utilizados para a base teórica desta discussão, podem-se citar: M. Bakunin, L. Parsons, S. Chaeho, P. Kropotkin, A. Parsons, E. Malatesta, M. Miller, E. Reclus, J. Oiticica, A. Berkman, K. Yuzuru, R. F. Magón, N. Makhno, P. Arshinov, L. Galleani, J. C. López, Ba Jin, H. Shûsô, E. Goldman, H. Zen, N. Vasco, W. Harrison, J. Guillaume, M. Guerdzhikov, A. Schwitzguebel, I. Puente, D. Passos, O. Sakae, R. de Jong, F. Ferrer y Guardia, E. Pouget, E. Leuenroth, K. Shûsui, S. Dolgoff, C. Minyi, G. Leval, R. Rocker, L. Fabbri, A. Guillén, Shifu, M. Bookchin, D. A. Santillán, W. Zhihui, P. Monatte, A. Dunois, A. Cerchiai, Ravachol, S. di Giovanni, P. Besnard, Volin, Thibedi, G. Fontenis, S. Faure, E. Henry. Certamente muitos outros poderiam ser citados, incluindo autores e organizações contemporâneos. Verifica-se, por isso, que não se trata de elaborar uma pesquisa com redução da base dos autores realizados, mas, de afirmar distintas teses a partir de um conjunto muito maior de autores do que normalmente se faz.

Essa mudança no cânone anarquista subsidia um dos argumentos fundamentais desta dissertação; de que a ampliação da base de dados sobre a qual se realiza a investigação permite compreender o anarquismo de maneira mais adequada. As reflexões sobre o surgimento e o desenvolvimento histórico do anarquismo, realizadas adiante, reforçam essa posição.

5. DEBATES RELEVANTES E CORRENTES DO ANARQUISMO

O anarquismo é mais vivo, mais vasto,
mais dinâmico. É um compromisso entre a idéia
e o fato, entre o amanhã e o hoje.
Camilo Berneri

As posições dos anarquistas, considerando um período histórico amplo e suas continuidades e permanências no longo prazo, não constituem um todo homogêneo, e envolvem debates e divergências. Dentro dos três eixos a partir dos quais se discutiu o anarquismo no capítulo anterior, pode-se dizer que, em relação ao primeiro – da crítica à dominação – não há divergências muito significativas entre os anarquistas. Em relação ao segundo – da defesa da autogestão –, podem-se identificar debates relevantes; em relação ao terceiro – estratégia fundamental –, colocam-se os debates mais significativos, sobre os quais se estabelecem as correntes anarquistas. Os debates discutidos a seguir estão ilustrados no gráfico abaixo:

Debates relevantes do anarquismo

Teoria
Método de análise
Teorias sociais
Compreensão da realidade
Relação entre esferas
Etc.

Ideologia		
Crítica da dominação		
Sem debates relevantes		
Defesa da autogestão		
Mercado autogestionário	X	Planificação democrática
Coletivismo	X	Comunismo
Política no local de moradia	X	Política no local de trabalho
Cultura secundária	X	Prioridade cultura
Estratégia fundamental		
Defesa organização	X	Contra organização
Defesa reformas	X	Contra reformas
Violência decorrente	X	Violência gatilho
Organização programática	X	Organização flexível

(Corrêa, elaborado para esta dissertação)

Os debates são aqui apresentados de maneira esquemática, buscando proporcionar uma compreensão mais adequada dos pontos de vista em questão. Em todos os debates discutidos, apresentam-se as posições fundamentais, com autores que lhes dão respaldo. Entretanto, não se pode compreender que essas posições sejam

absolutas e que todos anarquistas se enquadrem em uma delas completamente; certamente, em todos os casos, há posições que se encontram em níveis intermediários. Ainda assim, compreende-se que a apresentação dos debates nesses termos é a melhor maneira para que eles sejam devidamente compreendidos.

5.1 DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA DEFESA DA AUTOGESTÃO

Em relação à defesa da autogestão econômica e a socialização da propriedade apresentam-se dois debates relevantes: no primeiro, opõem-se as posições que sustentam o mercado autogestionário e as posições que defendem a planificação democrática; no segundo, opõem-se as posições que defendem o coletivismo e as posições que sustentam o comunismo, como forma de distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura. Em relação à defesa da autogestão política e o autogoverno democrático, apresenta-se um debate relevante, com as divergências entre a necessidade de articulação política pelo local de moradia ou de trabalho. Em relação à defesa da cultura autogestionária, apresenta-se outro debate relevante, sobre os limites e possibilidades da cultura.

5.1.1 Mercado autogestionário ou planificação democrática

Há anarquistas que defendem que, em termos econômicos, a sociedade futura deve ter por base um mercado autogestionário. Defensor dessa posição, Abraham Guillén assim a justifica:

> Não tratamos de defender um livre mercado no sentido do "laissez faire, laissez passer", nem a liberdade de monopólios para controlar os mercados e estabelecer preços abusivos, submetendo os consumidores à ditadura dos produtores capitalistas, os cartéis e os "pools", nem propomos a sociedade de consumo. Falamos de um mercado autogestionário no qual concorram, em benefício de produtores e consumidores, as empresas de propriedade social, as cooperativas, os grupos comunitários, para que a democracia econômica torne impossível a ditadura da tecnoburocracia, promovida na economia de Estado, na planificação centralizada. (Guillén, 2004, p. 100)

Para Guillén (1990), não se pode confundir o mercado com a moeda e menos ainda com exploração; ele define o mercado como um ambiente de circulação e distribuição de mercadorias que sempre existiu, mesmo antes do capitalismo. É o espaço em que circulam as informações a respeito da oferta e demanda de bens sendo o mercado, para ele, a única forma de equilibrá-las. A sociedade é, para ele, demasiado

complexa para possibilitar uma planificação eficiente, que atenda todas as demandas sociais; somente o mercado pode constituir esse canal de informações imprescindíveis para a economia – sua supressão gera, necessariamente, uma planificação arbitrária e autoritária, que contraria os princípios básicos da autogestão.

Essa posição liga-se, em alguma medida, ao mutualismo proudhoniano, mas também ao coletivismo anarquista, defendido por Bakunin e outros aliancistas nos tempos da Internacional. Sustentando uma remuneração de acordo com o trabalho realizado, os coletivistas também defendiam, conforme afirmam Shannon, Nocella e Asimakopoulos (2012, p. 29), que "o produto do trabalho" "deveria ser reunido em um mercado comunal", sendo que as pessoas receberiam como remuneração "mercadorias" ou "dinheiro"; "onde as comunidades utilizassem dinheiro, ele seria utilizado para comprar itens de um mercado coletivo".

Outros anarquistas, entretanto, defendem um tipo de planificação democrática, com a necessária supressão do mercado e do dinheiro. Berkman (2003, p. 217) sustenta, nesse sentido, que no socialismo "a troca será livre", "sem a intermediação do dinheiro e sem lucro, tendo por base as requisições e o abastecimento à disposição". Shûsui (2012, p. 2) também defende a abolição do dinheiro, justificando: "visto que o dinheiro possui poder ilimitado no mundo, os caminhos do mundo estão condenados a ser cada vez mais degradados". Em ambos os casos, não é o mercado que regula a oferta, a demanda e que oferece as informações, mas uma planificação não-estatal, que funciona de maneira autogestionária e é amplamente democrática, realizada coletivamente.

Schmidt e van der Walt (2009, p. 68), ao discutirem essa perspectiva econômica, afirmam que a interação entre locais de moradia e trabalho, produtores e consumidores, permite "a planificação econômica democrática, não só participativa, mas de larga escala". Não há "um Estado coordenando a produção de cima para baixo com um planejamento central ou uma produção ajustada pelo mercado e pelo sistema de preços", mas uma economia socialista e autogestionária fundada em uma "federação econômica de empresas e comunidades autogeridas, com uma assembléia no topo, que balancearia oferta e demanda", direcionando e distribuindo a produção, com base nas demandas que surgiriam de baixo para cima, a partir das bases.

5.1.2 Distribuição: coletivismo ou comunismo

O debate entre anarquistas defensores do coletivismo e do comunismo evidenciou-se, marcadamente, em meados da década de 1870 e teve, depois disso,

algum impacto entre os anarquistas. Até aquela época, a maioria dos anarquistas, pelo menos na Europa, defendia o coletivismo – um sistema de remuneração baseado no trabalho realizado, reconhecido na máxima "a cada um segundo seu trabalho". O coletivismo reuniu um setor significativo da AIT e, a partir de 1869, destacou-se como seu setor hegemônico; seus principais representantes eram os militantes da ADS, destacando-se entre eles Bakunin e Guillaume.

Para Bakunin (2009c, p. 85), no socialismo autogestionário "cada um deverá trabalhar para viver. Cada um será livre para morrer de fome por não trabalhar, a menos que encontre uma associação ou uma comuna que consinta alimentá-lo por piedade", excluindo, obviamente, crianças, velhos e pessoas sem condições para o trabalho.

A recompensa com base no esforço realizado constitui o fundamento do coletivismo, como proposta econômica para a sociedade futura. Ele exige, naturalmente, um sistema de salários baseado na moeda ou nas trocas de mercadorias; algum tipo de equivalente de troca e diferença de remuneração entre as pessoas.

> Cada membro receberá uma remuneração por seu trabalho tanto em forma de mercadorias (alimentos, suprimentos, roupas etc.) ou em dinheiro. Em algumas comunidades, a remuneração será realizada com base nas horas trabalhadas, em outras, ela será mensurada tanto pelas horas de trabalho como pelo tipo de trabalho realizado; outros sistemas serão ainda experimentados, buscando-se verificar como eles funcionam. (Guillaume, 1998, vol. I, p. 211)

A administração do coletivismo exige um mercado e uma estrutura de poder que, mesmo funcionando de maneira autogestionária, têm de existir para dar conta desta ampla demanda de permitir e controlar a remuneração. Entretanto, o coletivismo, para Guillaume, não era questão de princípio: "tendo sido resolvido o problema da propriedade, e não havendo mais capitalistas realizando saques sobre o trabalho das massas, a questão sobre os tipos de distribuição e remuneração torna-se secundária".

Por esse motivo, nesse mesmo texto, escrito e publicado respectivamente em 1874 e 1876 – período em que Bakunin afasta-se da militância e morre – Guillaume (1998, vol. I, p. 211) aceita a possibilidade do comunismo, ou seja, a distribuição dos frutos do trabalho de acordo com a necessidade, afirmando que a sociedade futura deveria guiar-se, o máximo possível, "pelo princípio: de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades".

A adoção do comunismo como maneira mais adequada de distribuição dos produtos do trabalho consolidou-se em 1880, no Congresso de La Chaux-de-Fonds da

Federação Jurassiana, por influência de vários anarquistas que já o defendiam, dentre eles os quais se encontram Kropotkin, Reclus e Cafiero. Desde então, o comunismo tornou-se hegemônico. A defesa do comunismo realizada por Kropotkin foi a que teve maior impacto entre os anarquistas.

> Não podemos admitir, como os coletivistas, que uma remuneração proporcional às horas de trabalho dedicadas por cada pessoa à produção das riquezas possa constituir um ideal, ou mesmo um passo que seja para esse ideal. [...] Parece-nos que a primeira obrigação quando a revolução tiver quebrado a força que mantém o sistema atual, será realizar imediatamente o comunismo. [...] É o comunismo anarquista, o comunismo sem governo –, o dos homens livres. (Kropotkin, 1975, p. 46; 51)

Posições similares foram defendidas por Shifu (2005, p. 349), que reivindica que "todos os produtos do trabalho – comida, roupas, moradia, e tudo mais o que for útil – estarão sob posse comum da sociedade. Todos poderão usá-los livremente, e todos usufruirão de toda a riqueza de maneira comum."

No comunismo, cada um trabalha na medida de suas possibilidades e consome na medida de suas necessidades – um sistema que exige um aprofundamento ético sem precedentes e a garantia de que se cooperará em tal sentido.

Sabendo das dificuldades que isso implica, houve posições intermediárias que aceitaram o coletivismo no início do socialismo autogestionário, tentando-se chegar progressivamente ao comunismo, como foi o caso, entre outros, de Guillaume, conforme mencionado, mas também de Malatesta (2007b, p. 100-103) e de Neno Vasco (1984, p. 191-205).

5.1.3 Política no local de moradia ou de trabalho

Tratando do local mais adequado para a articulação das instâncias políticas da sociedade autogestionária, Wayne Price (2007, p. 74) afirma: "alguns defendem que os conselhos baseiem-se nos bairros e nas comunidades. Outros [...] defendem que eles baseiem-se nas fábricas, nas oficinas e outros locais de trabalho." Há, fundamentalmente, três perspectivas nesse debate: uma que defende a articulação pelo local de moradia (comunas), outra, que defende a articulação pelo local de trabalho (sindicatos), e uma terceira, que sustenta uma perspectiva híbrida.

Murray Bookchin foi um dos que defendeu a articulação política essencialmente pelo local de moradia, tomando por base o município. O município, afirma ele, constitui

> a base para relações sociais diretas, democracia frontal e intervenção pessoal do indivíduo, para que as freguesias, comunidades e cooperativas convirjam na formação de uma nova esfera pública. [...] A confederação destes municípios – uma comuna das comunas – é o único movimento social anarquista de ampla base que pode ser visionado hoje, aquele que poderá lançar um movimento verdadeiramente popular que produzirá a abolição do Estado. (Bookchin, 1999, p. 33-34)

A defesa da organização comunitária como um poder popular dual, que se antagoniza com o poder estatal, marca sua crença exclusiva na mobilização em nível comunitário. Para Bookchin (1992), a organização pelo local de trabalho, que toma corpo no sindicalismo, sustenta, equivocadamente, uma "noção estritamente economicista" e de "interesse setorial".

Outros anarquistas, muitos dos quais defensores do sindicalismo, sustentam que a organização pelo local de trabalho é mais adequada, como é o caso de Santillán (1980, p. 87), que afirma: "a república dos trabalhadores não se faz no parlamento nem por decreto do Estado; há que se construí-la com os trabalhadores, nos locais de trabalho, e não fora deles". Para Neno Vasco (1984, p. 76), neste mesmo sentido, o sindicato é "o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura"; constitui o agrupamento que "manterá a continuidade da vida social, assegurando a produção do indispensável". Rocker, em concordância, enfatiza:

> O sindicato não é, de maneira alguma, um fenômeno meramente transitório, vinculado à duração da sociedade capitalista. Ele é a semente da sociedade socialista do futuro, a escola elementar do socialismo em geral. [...] Uma ordem econômica socialista não pode ser criada por decretos e estatutos de um governo, mas apenas pela colaboração solidária entre os trabalhadores, seja com trabalho braçal ou intelectual, em cada ramo da produção; o que significa através da tomada da gestão de todas as fábricas pelos próprios produtores, de forma que os grupos separados, fábricas e ramos da indústria sejam membros independentes do organismo econômico geral e sistematicamente realizem a produção e a distribuição dos produtos de interesse da comunidade, sob bases de livres acordos mútuos. Nesse caso, as federações do trabalho tomariam o capital social existente em cada comunidade, determinariam as necessidades dos habitantes de seus distritos e organizariam o consumo local. (Rocker, 1978a, p. 96; 102)

O poder autogestionário da sociedade é, da maneira defendida por esses anarquistas, articulado pelo local de trabalho, a partir da produção e do consumo, tendo, portanto, base econômica.

Há, também, nesse debate, posições híbridas, que sustentam que "grupos locais democráticos no local de trabalho e de moradia seriam o núcleo do movimento social que criaria o socialismo libertário." (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 68) Para aqueles que defendem esta posição, o poder da sociedade futura deve ser compartilhado entre os locais de trabalho e de moradia, conciliando as decisões econômicas (produção, distribuição e consumo) e políticas (relativas à gestão, legislativas, executivas e judiciárias, militares etc.).

5.1.4 Os limites e possibilidades da cultura

No anarquismo, o debate histórico que envolve a cultura se dá em torno das distintas expectativas em relação aos seus limites e possibilidades. A questão envolve, claramente, concepções teóricas distintas em relação às esferas sociais e os limites e possibilidades da esfera cultural/ideológica em relação às esferas econômica, política/jurídica/militar. As posições anarquistas variam entre dois pólos, com várias posições intermediárias.

De um lado, compreende-se que a criação de uma cultura autogestionária, com todos os atributos que ela implica (ética, valores, educação, propaganda, lazer etc.), é significativamente limitada por elementos políticos, mas, principalmente, pelos elementos econômicos; nessa perspectiva, a cultura é mesmo secundária em relação a eles. Bakunin (2001a/b), um dos anarquistas com posições que mais se aproximam do materialismo clássico, sustenta que, ainda que as esferas política/jurídica/militar e cultural/ideológica tenham capacidade de determinar a esfera econômica, esta última constitui sempre uma base sobre a qual se desenvolvem as outras e é, em última instância, determinante; o mesmo valeria para a relação entre idéias e fatos. Sobre o papel da educação, por exemplo, Bakunin argumenta:

> Apesar de nosso grande respeito pela importante questão da educação integral, declaramos que não é isso o mais importante para os povos. Em primeiro lugar está sua emancipação política, que engendra necessariamente sua emancipação econômica e, mais tarde, sua emancipação intelectual e moral. [...] Não há dúvida que os operários farão todo o possível para obterem tanta instrução quanto possam nas condições materiais em que atualmente se encontram. Mas, sem se deixarem dissuadir pelos cantos de sereia de burgueses e socialistas burgueses, concentrarão seus esforços, antes de mais nada, nesta importante questão de sua *emancipação econômica*, que deve ser a matriz de todas as demais emancipações. (Bakunin, 2003b, p. 93-94)

Para Bakunin, a educação, um elemento da cultura autogestionária, só pode se desenvolver plenamente sob um regime de autogestão econômica e está, em certo sentido, subordinada a ele. Trata-se, assim, de afirmar uma relevância secundária da cultura em relação à economia, e mesmo à política. De maneira semelhante, a FdCA defende que a causa principal dos fatos históricos encontra-se

> na estrutura produtiva da sociedade, no desenvolvimento das relações e das forças de produção; todo evento que a história nos apresenta não é, portanto, o resultado de idéias e do conflito entre diferentes concepções da vida, mas o resultado dos interesses econômicos em jogo – manifestações diretas e indiretas das relações que se estabelecem com a sociedade humana na produção desses bens, que são necessários para a satisfação de nossas necessidades materiais, determinadas histórica e socialmente. (FdCA, 2005, p. 33-34)

As abordagens de Bakunin e da FdCA, ainda que se distanciem do determinismo econômico, conferem centralidade à economia e consideram que a cultura possui imensas limitações para determiná-la.

De outro lado, compreende-se que a criação dessa cultura é imprescindível para a sustentação da autogestão nas esferas econômica e política/jurídica/militar e que ela possui relevância de primeira ordem. Para Rocker (1956, p. 11; 24), um dos anarquistas que mais concedeu relevância para a esfera cultural/ideológica no processo de estruturação social, a economia certamente possui influência na sociedade; todavia, ele sustenta que "há na história milhares de fatos que não se deixam explicar unicamente por bases puramente econômicas". Para ele, além da política, "a vontade de poder" é "em geral uma das forças motrizes mais significativas da história" e, portanto, a esfera cultural/ideológica possui lugar de destaque na determinação dos fatos econômicos ou mesmo políticos.

Estudando a relevância da cultura na determinação dos fatos sociais, Rocker (1956, p. 31; 56) afirma: "Talvez vá demasiado longe a teoria que pretende substituir toda e qualquer sociologia por noções psicológicas; é, entretanto, inegável o influxo da conformação psicológica do homem sobre a formação do ambiente social". Nessa relação de causalidade múltipla entre as esferas, a esfera cultural/ideológica possui relevância central, tanto pelo papel da cultura nos embates contra a dominação e da vontade na determinação das estruturas sociais, quanto pela crença de que a política emana, em grande medida, da concepção religiosa, e que a economia possui natureza cultural.

De maneira semelhante, Wu Zhihui (2005, p. 347-348) sustenta que "quando a educação é popularizada, todos abandonam os velhos hábitos e começam uma nova vida. A revolução, assim, é apenas um claro efeito dessa transformação".

Ambas as abordagens, nos casos de Rocker e Zhihui, sustentam a centralidade da cultura e consideram imensas suas possibilidades.

Entre essas posições mais extremadas, há uma gama enorme de posições intermediárias, que não se colocam em nenhum desses dois extremos. Uma posição intermediária relevante é a dos anarquistas que consideram que as ações na esfera cultural/ideológica são necessárias e possuem potencial significativo, ainda que reconheçam os limites estruturais e a necessidade de intervirem, ao mesmo tempo, nas esferas econômica e política/jurídica/militar.

Tendo os elementos da cultura mais ou menos relevância, ela foi sempre significativamente levada em conta pelos anarquistas. As posições oscilam entre considerar a cultura um elemento de primeira ordem, como no caso de Rocker e Zhihui, ou de segunda, como no caso de Bakunin e da FdCA. As divergências dizem respeito à relevância, maior ou menor, da cultura em relação à economia e à política, que possui implicações nas estratégias a serem adotadas. As posições que atribuem menos capacidade à esfera cultural/ideológica priorizam, em geral, estratégias de luta como o sindicalismo e as cooperativas; as posições que atribuem a essa esfera maior capacidade priorizam, na maioria das vezes, a educação e a propaganda.

5.1.5 Maiorias e minorias

Em relação às posições sustentadas nesses debates, podem-se indicar, com base em uma abordagem histórica ampla, cuja síntese se apresenta adiante, alguns elementos quantitativos.

No debate entre os defensores do mercado autogestionário e da planificação democrática, os primeiros são bem minoritários. No debate entre coletivistas e comunistas, os segundos são bem majoritários. No debate sobre o local mais adequado para a articulação política do poder, a posição que defende a articulação exclusiva pelo local de moradia (comunas) é minoritária; outra, um pouco mais expressiva, defende a articulação pelo local de trabalho (sindicatos); a posição majoritária, entretanto, sustenta a perspectiva híbrida.

No debate sobre os limites e as possibilidades da cultura, pode-se dizer que as posições minoritárias estão entre aqueles que vêem na cultura um papel completamente

marginal; mais expressivas, entretanto, são as posições que, no outro extremo, conferem a ela absoluta centralidade. As posições majoritárias estão, entretanto, novamente, entre essas duas, considerando que as ações na esfera cultural/ideológica são necessárias e com potencial significativo, ainda que se reconheçam os limites estruturais e a necessidade de intervir, ao mesmo tempo, nas esferas econômica e política/jurídica/militar.

5.2 DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA ESTRATÉGIA ANARQUISTA

Em relação às estratégias anarquistas, apresentam-se quatro debates relevantes. O primeiro trata das distintas posições em torno da organização; apresenta as concepções anarquistas contrárias à organização, que são contrapostas pelas concepções organizacionistas. Dentre os organizacionistas, apresentam-se as distintas posições de organização no nível de massas, incluindo organização comunitária e sindical, e as posições que defendem a organização específica anarquista. O segundo apresenta as diferentes concepções em relação aos ganhos de curto prazo, as reformas, e as distintas compreensões em relação ao seu papel para se atingir a revolução. O terceiro trata das distintas posições em relação ao momento e ao contexto de utilização da violência; se ela deve responder a movimentos já estabelecidos ou se ela pode funcionar como um "gatilho", para gerar esses movimentos. O quarto, de certa maneira transversal aos outros, apresenta as diferentes concepções sobre a organização específica anarquista.

5.2.1 Antiorganizacionistas e organizacionistas

O debate sobre a questão da organização no anarquismo envolve três posições fundamentais: 1.) o *antiorganizacionismo*, dos anarquistas que são contrários à organização, tanto no nível social, de massas, quanto no nível político-ideológico, anarquista; esses anarquistas defendem, em geral, a atuação individual ou em pequenas redes ou grupos informais; 2.) o *sindicalismo/comunitarismo*, dos anarquistas que sustentam que a organização dos anarquistas deve se dar somente no nível social, de massas, e que criar organizações especificamente anarquistas seria algo redundante, pois os movimentos populares poderiam levar a cabo toda a estratégia anarquista; 3.) o *dualismo organizacional*, que sustenta serem necessárias, além das organizações de massa, as organizações específicas para promover as posições anarquistas de maneira mais consistente. A questão da organização anarquista, mais complexa, será tratada posteriormente.

O antiorganizacionismo é defendido por Galleani, que acreditava que uma organização política, ainda que fosse anarquista – chamada de "partido anarquista" por alguns anarquistas como Malatesta, FAU e Fontenis –, conduziria necessariamente a uma hierarquia de tipo governamental, violando a liberdade individual:

> O partido, qualquer partido, possui seu programa, que é sua própria constituição, possui em sua assembléia de seções ou grupos delegados seu parlamento; em seu corpo diretivo ou nas seções executivas possui seu próprio governo. Portanto, é uma superposição gradual de corpos por meio dos quais uma hierarquia real e verdadeira se impõe entre os vários níveis desses grupos que estão ligados: a disciplina, as violações, as contradições que são tratadas com punições correspondentes, que podem ser tanto a censura quanto a expulsão. (Galleani, 2011b, p. 2)

Galleani sustenta que os anarquistas devem se associar em redes pouco orgânicas, quase informais, pois a organização conduziria, necessariamente, à dominação. Bonanno (2012a, p. 19) sustenta posições semelhantes, quando defende as "organizações informais": "os companheiros que se reconhecem como parte de uma organização informal são", diz ele, "automaticamente, seus membros." Esse agrupamento não tem nome, não busca crescer numericamente e não possui organicidade: estruturas fixas, congressos ou programas.

> Não há congressos, mas somente reuniões simples, de tempos em tempos (preferivelmente durante as próprias lutas). Não há programas, mas apenas a experiência comum das lutas insurrecionais e os métodos que a distinguem: auto-organização e conflitos e ataques permanentes. (Bonanno, 2012a, p. 9)

Essas posições são também assumidas em relação aos movimentos populares, em geral. Para Galleani (2011b, p. 3; 6), "o movimento anarquista e o movimento operário percorrem caminhos paralelos e a constituição geométrica de linhas paralelas é feita de maneira que elas nunca possam se encontrar ou coincidir". Anarquismo os movimentos de massas são corpos distintos; as organizações operárias são vítimas de um "conservadorismo cego e parcial" responsável por "estabelecer um obstáculo, muitas vezes um perigo" aos objetivos anarquistas. Os anarquistas, para ele, devem atuar por meio da educação, da propaganda e da ação violenta.

Posição semelhante é defendida por Bonanno (2012c, p. 45), que afirma ser necessário fazer uma "crítica radical dos sindicatos e estendê-la igualmente ao sindicalismo revolucionário e ao anarco-sindicalismo". Com isso, os trabalhadores conheceriam os limites dos sindicatos, "deixando esse serviço público à sua própria

sorte e preparando-se para criar pequenas organizações autônomas de base [grupos informais] dedicadas à luta radical contra as estruturas atuais de produção".

Posições semelhantes foram repetidamente sustentadas na história do anarquismo; com freqüência, incorporaram argumentos individualistas, de origem externa ao anarquismo, em especial de autores como Stirner e Nietzsche.

O sindicalismo/comunitarismo exclusivo vincula-se à idéia de que o movimento popular possui as condições de abarcar posições libertárias, de maneira a cumprir todas as funções estratégicas necessárias a um processo revolucionário.

No campo dos anarquistas que defendem as organizações exclusivamente comunitárias, ainda que tais posições sejam escassas, podem-se destacar algumas posições. Contrário ao sindicalismo, Bookchin (1992) defende mobilizações de massa exclusivamente no campo comunitário, envolvendo "trabalhadores, camponeses, profissionais e técnicos", e superando os interesses corporativos e setoriais, vinculados necessariamente aos sindicatos. A organização essencialmente comunitária faria, segundo sustenta, com que os vizinhos, os "cidadãos de uma comunidade, se ocupassem da resolução não de interesses conflituosos, particulares e separados, mas compartilhariam preocupações humanas em geral".

Distintamente dessa posição, encontra-se o sindicalismo de intenção revolucionária. Esse sindicalismo abarca, fundamentalmente, duas estratégias, ambas anarquistas, que, entretanto, devem ser diferenciadas: sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo.

De acordo com Bonomo (2007, p. 254-255), "o sindicalismo revolucionário não é anarco-sindicalismo" e "o procedimento de equiparar os sindicalistas revolucionários e os anarco-sindicalistas é incorreto". Corrêa (2011a, p. 83; 86) enfatiza, em acordo com o argumento de Bonomo e elaborando uma distinção, que o sindicalismo revolucionário sustenta "a neutralidade, a independência e a autonomia dos sindicatos, ou seja, sua não vinculação a qualquer corrente política e ideológica", ainda que seja o anarquismo; o anarco-sindicalismo, distintamente, vincula-se "explícita e conscientemente ao anarquismo". O que diferencia as duas estratégias é a vinculação explícita e consciente, normalmente programática, entre o sindicalismo e o anarquismo, que não ocorre no sindicalismo revolucionário, mas somente no anarco-sindicalismo.

A prática anarquista nos sindicatos motivou intensos debates entre defensores dessas duas estratégias com foco na organização pelo local de trabalho; ainda assim,

muitas das experiências históricas sindicais envolveram a organização comunitária dos trabalhadores.

Dentre os anarquistas que defendem o sindicalismo revolucionário, o argumento fundamental é que a neutralidade sindical – quando o sindicato não se veicula programaticamente a uma ideologia – possibilita atrair um número maior de trabalhadores aos sindicatos. Fabbri, anarquista defensor do sindicalismo revolucionário, realiza uma crítica da FORA argentina que havia, desde 1905, aderido ao anarco-sindicalismo, e reforçara essa posição em 1907:

> Penso que se a organização operária não quiser ser sectária, dogmática e autoritária, deve evitar toda afirmação ideológica que possa dividir a massa proletária em função de preocupações de partido, conservar o conteúdo solidário de todos os trabalhadores contra o capitalismo. Se levamos [aos sindicatos] a preocupação partidária, inclusive a anarquista, isso significa romper a solidariedade operária e fazer uma atividade antilibertária [...] Este congresso [de 1907] fracassou porque todos os nossos camaradas, aproveitando estarem em maioria, quiseram que o congresso recomendasse o comunismo anarquista, deixando assim os trabalhadores socialistas não-anarquistas em condições de inferioridade. [...] De minha parte, se eu estivesse no congresso, teria votado contra meus camaradas, justamente pelo fato de eu ser um anarquista. Esta é a atitude libertária e de defesa da solidariedade operária. (*apud* Massardo, 2008, p. 114-115)

Tal posição, sindicalista revolucionária, considera como estratégia fundamental dos anarquistas o fortalecimento de um movimento sindical sem vínculo programático com o anarquismo. Muitos foram os anarquistas defenderam a posição de Pierre Monatte (1998, p. 206), que, no contexto do Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, sustentou que o sindicalismo revolucionário "se basta a si próprio". Monatte (1998, p. 207) acreditava que o movimento popular iniciado pela Confédération Générale du Travail (CGT), na França, em 1895, havia possibilitado uma reaproximação entre os anarquistas e as massas e por isso recomendava: "que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo". Essa posição de Monatte, essencialmente sindicalista revolucionária, preponderou no anarquismo do século XX.

Nesse mesmo congresso, que constitui um marco no debate sobre a questão organizativa no anarquismo, outros anarquistas se posicionaram em relação ao assunto. Malatesta (1998, p. 208) concordou com a participação nos movimentos populares, mas enfatizou: "dentro dos sindicatos, é preciso que permaneçamos anarquistas, com toda a força e amplitude implícitas nessa definição", ou seja, o anarquismo não poderia se

dissolver no movimento sindical, não poderia se deixar tragar pelo movimento, deixando de existir como uma ideologia própria. Posição semelhante, porém com uma base classista mais evidente, foi defendida por Amédée Dunois, que sustentou, para além do trabalho sindical, de massas, a necessidade de uma organização anarquista:

> Os anarquistas sindicalistas [...] estão abandonados a si mesmos e, fora do sindicato, não possuem qualquer ligação real entre eles ou aos seus outros companheiros. Eles não possuem qualquer apoio e não recebem ajuda. Por isso, pretendemos criar essa ligação, proporcionar esse apoio constante; e eu estou pessoalmente convencido de que a união de nossas atividades só pode trazer benefícios, tanto em termos de energia, quanto de inteligência. E quanto mais fortes formos – e só seremos fortes nos organizando – mais forte será o fluxo de idéias que poderemos sustentar no movimento operário, que irá, aos poucos, ser impregnado do espírito anarquista. [...] Esse movimento especificamente anarquista surgirá espontaneamente de nossos grupos e da federação desses grupos. A força da ação conjunta, da ação combinada, irá, sem dúvida, criá-lo. [...] Seria suficiente à organização anarquista agrupar, em torno de um programa de ação prática e concreta, todos os companheiros que aceitem nossos princípios e que queiram trabalhar conosco, de acordo com nossos métodos. (Dunois, 2010)

Essas posições de Malatesta e Dunois referem-se ao dualismo organizacional, que se apóia na idéia de que deve haver dois níveis de organização: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista; no nível social, dos sindicatos, os anarquistas organizam-se como trabalhadores; no nível político, organizam-se como anarquistas.

As posições de Malatesta (2000b, p. 56) acerca da organização política anarquista foram significativamente difundidas aos fins do século XIX; ele define o "partido anarquista" como "o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por conseqüência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer". Esse partido é responsável pela concepção da estratégia dos anarquistas e por sua aplicação no campo popular.

Para Dunois, a organização anarquista potencializa as forças dos anarquistas inseridos no movimento sindical; fundamentada em princípios e em um programa, constitui a base de uma intervenção comum dos anarquistas no intuito de impulsionar seus objetivos. Esse tema da organização específica anarquista será retomado adiante.

Há outro debate relevante entre os defensores das estratégias comunitárias ou sindicais, independente de suas posições sobre a organização específica anarquista, que divide aqueles que defendem a necessidade de se atuar dentro de movimentos populares

e sindicatos já existentes, com uma estratégia de criar espaços internos de influência[24], tendo por premissa a união do maior número possível de membros das classes dominadas no menor número possível de organizações (sindicais, comunitárias etc.), e aqueles que defendem a necessidade de se criar estruturas paralelas, diferentes das existentes, por meio de estratégias duais[25], visando fugir das estruturas autoritárias completamente burocratizadas que impedem a atuação dos anarquistas.

5.2.2 As lutas de curto prazo: as reformas

Todos os anarquistas defendem uma perspectiva revolucionária de transformação social. Entretanto, há outro debate relevante entre os anarquistas, que opõe aqueles que defendem ser as lutas de curto prazo, as reformas, meios para se chegar à revolução, e aqueles que são contrários a essas lutas e às próprias reformas. Podem-se chamar os primeiros de "possibilistas" e os segundos de "impossibilistas", relacionando suas posições com as possibilidades das reformas conduzirem à revolução.

Posições impossibilistas foram defendidas constantemente entre os anarquistas e, em alguns contextos, tiveram expressão significativa. Emile Henry (1998, p. 180), envolvido em episódios de propaganda pelo fato, ao referir-se a uma greve dos mineiros, afirma: "as primeiras notícias sobre a greve me encheram de alegria. Os mineiros pareciam enfim ter abandonado as inúteis greves pacíficas". Alessandro Cerchiai (*apud* Romani, 2002, p. 175) defende as greves somente na medida em que elas tenham por objetivo imediato a revolução social: "não seremos livres se, ao invés de gastar nosso esforço em abolir o governo e a propriedade privada, nos dedicarmos simplesmente a mendigar reformas".

Posições similares foram sustentadas por Oreste Ristori e outros anarquistas que estavam em torno do periódico brasileiro *La Battaglia*. Emma Goldman (2012, p. 49) criticou os operários norte-americanos que lutavam pela jornada de oito horas de trabalho, dizendo que isso era "perda de energia e de tempo" e que era uma "estupidez os trabalhadores lutarem por tão pouco".

As posições de Galleani acerca desse assunto são também relevantes, e influenciaram grande parte dos anarquistas impossibilitas. Para ele, as organizações de massas

---

[24] Em inglês, utiliza-se, com freqüência, a expressão "bore from whithin" para esta posição de ingressar e participar de organizações de massas existentes, de maneira a exercer a influência dentro dela.

[25] Em inglês, utiliza-se, com freqüência, a expressão "dual unionism" para esta posição de criação de estruturas sindicais paralelas às existentes.

> limitam-se a reivindicar melhorias imediatas: aumentos de salários, redução de horas de trabalho, pensão aos idosos, renda para os desempregados, seguro contra acidentes, leis de proteção para mulheres e crianças, inspeção de fábricas etc. [...] Os anarquistas sabem que todas as conquistas que envolvem essas melhorias são falsas e inconsistentes. (Galleani, 2011b, p. 7)

Para ele, há uma lei econômica que, conforme essas conquistas são estabelecidas, elas logo se refletem no aumento do custo de vida, sem grandes ganhos para os trabalhadores. Trata-se, portanto, de impulsionar as lutas pela revolução social.

Tais posições, ainda que se assemelhem na crítica às lutas de curto prazo (greves parciais, reivindicações aos patrões, aos governos etc.), diferem em relação aos meios mais adequados para a atuação anarquista. Ao passo que Henry e outros defensores da propaganda pelo fato, como o francês Ravachol, sustentavam ser fundamental a utilização da violência por meio das bombas e atentados, outros, como Galleani, defendiam outras estratégias insurrecionais. Além disso, há casos daqueles que, contrariando as lutas por reformas, defendiam o foco na propaganda escrita e nas iniciativas de educação popular, em especial com a criação e a participação nas escolas modernas, como foi o caso da maioria dos antiorganizacionistas brasileiros.

Posições possibilitas são também bastante comuns entre os anarquistas, muitos dos quais possuem relação com a militância sindical e/ou comunitária. Para esses anarquistas, as lutas reivindicativas podem ser responsáveis pelo desenvolvimento daquilo que alguns chamam de "ginástica revolucionária" e, dependendo de como forem levadas a cabo, podem contribuir com o objetivo revolucionário anarquista.

Malatesta (1989d, p. 146) defendeu essa posição ao afirmar: "tomaremos ou conquistaremos as eventuais reformas no mesmo espírito daquele que arranca pouco a pouco do inimigo o terreno que ele ocupa, para avançar cada vez mais". Para Ba Jin (2008), "a sociedade ideal" não surgirá de uma hora para outra, "como um milagre: isso será feito gradualmente"; "devemos caminhar para nosso ideal passo a passo". Isso implica, para ele, que anarquistas, como trabalhadores, se unam ao movimento sindical para "pensar nas preocupações de nossos companheiros e levantar novas bandeiras, como a redução nas horas de trabalho, proteções para a vida dos trabalhadores e educação".

Essas posições estão ligadas, mais diretamente, à estratégia de massas defendida por Bakunin no seio da AIT, a qual, segundo ele,

> dará à agitação operária em todos os países um caráter *essencialmente econômico*, colocando como objetivo a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a associação de massas operárias e a formação de caixas de resistência. (Bakunin, 2008a, p. 68)

Sakae (2011) acredita que nas lutas por reformas os trabalhadores compreendem a própria luta de classes: "seu espírito se desperta, e torna mais forte a compreensão da posição que ocupa durante seu esforço por modificar suas condições de trabalho". Por esse motivo, grande parte dos anarquistas enfatiza a necessidade de se apoiar as reivindicações parciais. Price (2008, p. 6) coloca que o anarquismo revolucionário "apóia as lutas por reformas" e "por melhorias nas condições de vida do povo", que incluem "a formação de sindicatos, maiores salários e menos horas de trabalho, leis contra a discriminação das mulheres e das pessoas de cor", além de lutas por "saúde universal, fim de guerras imperialistas, defesa de liberdades civis [...], defesa da ecologia etc."

Entretanto, os possibilistas sustentam que as lutas de curto prazo pelas reformas devem fazer avançar o objetivo revolucionário do anarquismo. Não se trata de apoiar quaisquer reformas. Neno Vasco (1984, p. 108) afirma que os revolucionários devem favorecer "as reformas ou melhoramentos que sejam uma vantagem verdadeira para o proletariado ou que pelo menos não contrariem e retardem o fim essencial", pregando que as táticas tenham coerência estratégica e fortaleçam o objetivo revolucionário. Defender lutas classistas, combativas, autônomas, construídas pela base por mecanismos autogestionários e com perspectiva revolucionária seria, nesse sentido, parte fundamental dessa intervenção reivindicativa de curto prazo pelas reformas.

Essas lutas não significam a adoção de uma postura reformista. Meltzer (1996, p. 26) explica: "um 'reformista' não é aquele que busca reformas [...], mas alguém que não vislumbra outras coisas além de certas melhorias parciais no sistema"; ou seja, trata-se de alguém que vê nas reformas um fim. Desse ponto de vista, as reformas podem estimular a prática revolucionária e, inclusive, fazer avançar as reformas mais do que a perspectiva reformista, como enfatiza Malatesta (1989e, p. 67): "se somos contra o reformismo, não é porque as melhorias parciais não nos interessam, mas porque acreditamos que o reformismo é um obstáculo não somente à revolução, mas até mesmo às reformas". Trata-se de manter a perspectiva revolucionária e avançar nas reformas de maneira a aumentar a força social das classes dominadas.

As posições possibilitas também colocam a necessidade de se começar a construir a nova sociedade no seio da antiga, conforme sustentado pelo anarquista norte-americano Sam Dolgoff, certamente influenciado pelo sindicalismo revolucionário do Industrial Workers of the World (IWW):

> Os teóricos anarquistas limitaram-se a sugerir a utilização de todos os organismos aproveitáveis da velha sociedade para a construção da nova. Eles previam a generalização de práticas e tendências que já estivessem em funcionamento. [...] A nova sociedade surgirá do "seio da antiga". Os elementos da sociedade futura já foram plantados na ordem existente. (Dolgoff, 2005, p. 34-38)

Argumenta Dolgoff que uma estratégia revolucionária, que tenha por objetivo chegar à autogestão, deve começar a ser desenvolvida dentro um sistema de dominação. Chaeho (2005, p. 376), nesse mesmo sentido, afirma: "antes da destruição das massas existe a construção das massas". Em meio à própria dominação, práticas autogestionárias podem ser constituídas, de maneira a servir como sementes para um germinar autogestionário. Considera-se que, mesmo sendo necessário um processo revolucionário de ruptura, são essas iniciativas, já criadas no seio da sociedade, e que possuem coerência com os fins que se deseja atingir, que dão sustentação ao sistema de autogestão e sua respectiva estrutura de poder.

5.2.3 Momento e contexto de utilização da violência

Os anarquistas consideram que, muito provavelmente, a violência tem de ser utilizada, em maior ou menor grau, para promover a transformação revolucionária. Todos defendem, portanto, em alguma medida, as noções de insurreição e revolução social. Ainda assim, o debate fundamental que se coloca em relação ao tema é em relação ao momento e ao contexto de utilização da violência, envolvendo seus objetivos.

Há duas posições fundamentais. Uma, que sustenta que a violência funciona como uma ferramenta para criar movimentos revolucionários, um gatilho, uma forma propaganda que inspira membros das classes dominadas a ingressarem em um processo mais radicalizado de luta; ou mesmo que a violência seja utilizada tão-somente como vingança. Outra, que defende que a violência deve ser utilizada a partir de movimentos populares previamente estabelecidos, de maneira a aumentar sua força no processo de luta de classes; a violência é, nesse caso, uma ferramenta para favorecer lutas de massas já existentes e não um gatilho para criá-las ou a melhor maneira de realizar propaganda para atrair pessoas para a luta.

Em defesa da primeira posição, Bonanno (2012b, p. 7) afirma que a "violência é a organização preventiva e o ataque preventivo sobre as forças burguesas". Essa "busca específica do confronto" tem por objetivo constituir uma iniciativa dos anarquistas, por meio da "preparação de organizações guerrilheiras", da "formação de forças de resistência" e da "elaboração de novos programas de ataque". Galleani (2012, p. 23-24) sustenta que "em vez das inefetivas conquistas de curto prazo, as táticas de corrosão e de ataque contínuo devem ser priorizadas"; somente as greves gerais teriam condições de promover a revolução, a qual deveria ser buscada "por meio da inevitável utilização da força e da violência". Para ambos os italianos, a violência é não só elemento estratégico, mas também tático e deve sempre nortear as ações anarquistas.

Ravachol (1981, p. 36) dizia que para que a revolução se realizasse, só faltaria "um empurrão", que poderia ser dado por militantes encarregados de "exterminar todos os que, pela situação social ou pelos seus atos, são nocivos à anarquia". Severino Di Giovanni (*apud* Bayer, 2006, p. 83) defendeu que, à violência dos capitalistas "devemos responder com nossa violência: a vingança". "Nossa dinamite", dizia, "purificará os lugares que essa maldita casta [...] infestou". Seria, para ele, a "hora de transformar em fatos tudo aquilo que prometemos milhares de vezes para essa casta de verdugos".

Essas posições foram adotadas por amplos setores do anarquismo e consagradas internacionalmente no Congresso Anarquista de Londres, de 1881, que fundou a Internacional Negra, de existência efêmera. Esse congresso, que contou com a participação de Kropotkin e Malatesta – os quais, ainda que por um período, defenderam essa posição –, além de uma minoria sindicalista, recomendou a propaganda pelo fato, atos de violência que, mesmo sem respaldo das massas, poderiam inspirá-las:

> É estritamente necessário fazer todos os esforços possíveis para propagar por atos a idéia revolucionária e o espírito de revolta junto dessa grande fração da massa popular que não toma ainda parte ativa no movimento e que alimenta ainda ilusões sobre a moralidade e a eficácia dos meios legais. (*apud* Maitron, 1981, p. 11)

O congresso recomendava ainda a atuação ilegal dos anarquistas, e que estes fizessem uso de "ciências técnicas e químicas", certamente para os atentados e insurreições que pretendiam realizar.

Em defesa da segunda posição, Pierre Besnard (1931, p. 212-215) enfatiza que a violência deve dar suporte ao movimento sindical de massas durante um processo

revolucionário. A revolução deve ser constituída por uma "greve geral expropriadora", que "não pode ser senão obra dos sindicatos", os quais têm de atuar "sobre o plano sindical da produção" e tomar os meios necessários para autogerir a sociedade. Uma "força armada sólida" deve, juntamente ao processo de luta de massas, ajudar a "abater o poder existente [...] e desenvolver a revolução". Insurreições realizadas sem o apoio das massas conseguem, segundo ele, tão-somente "a mudança superficial da forma de governo", sendo "incapaz de transformar realmente a ordem social".

A FAU (2009c, p. 46; 56) sustenta, semelhantemente, que "é impossível conceber uma insurreição sem participação das massas", as quais devem se envolver nesse processo essencialmente violento por "uma série de ações de massas de distintos níveis". Segundo ela, uma das condições para o sucesso de uma insurreição é "o apoio das massas ou de setores de massas suficientemente importante para gravitar no ato insurrecional". Para isso, é fundamental, antes de uma ação deste tipo, "um trabalho político prévio", desenvolvido pela organização anarquista em meio às massas.

A WSF critica os atos de violência descolados de um contexto de mobilização popular e defende seu controle pelos organismos de massas:

> Quando essas manifestações [relativamente isoladas de violência] podem apenas trazer problemas à luta, nos contrapomos à utilização de táticas violentas. Nos casos em que seu uso for apropriado, sustentamos que sua utilização e sua implementação possuam o controle mais democrático possível. [...] Ataques a indivíduos e suas propriedades podem bem demonstrar uma expressão sem efetividade de um ódio legítimo, mas a função dos anarquistas é defender a ação coletiva da classe trabalhadora. [...] A defesa da revolução será organizada por meio de milícias democráticas de trabalhadores sob controle dos sindicatos e de outras estruturas autogeridas de trabalhadores e camponeses. (WSF, 1997)

A violência, assim reivindicada como autodefesa dos anarquistas, deve ser utilizada nos momentos e contextos em que se vislumbre o fortalecimento do movimento de massas. Quando utilizada, sustenta-se que ela tenha um controle democrático de base. Em geral, os sindicalistas defenderam essa posição, que também foi adotada por muitos outros anarquistas, dentre eles os próprios Kropotkin e Malatesta, na maior parte de suas vidas.

5.2.4 A organização especifica anarquista

Muitos anarquistas defenderam a necessidade e criaram organizações anarquistas ao longo da história. Bakunin teorizou sobre o tema e, juntamente com

outros anarquistas, fundou a Aliança da Democracia Socialista (ADS), em 1868. Kropotkin (2005c, p. 212), defendendo a organização anarquista, chegou a afirmar que "o partido que mais fez agitação revolucionária, que mais manifestou vida e audácia, este partido será mais escutado no dia em que for preciso agir, em que for preciso avançar para realizar a revolução". Malatesta (2000b, p. 55) sustentava que "permanecer isolado, agindo ou querendo agir cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem preparar-se, sem enfeixar as fracas forças dos isolados" significa, para os anarquistas, "condenar-se à fraqueza, desperdiçar sua energia em pequenos atos ineficazes, perder rapidamente a fé no objetivo e cair na completa inação". Para romper com esse isolamento, fundou em 1891 o Partido Socialista Revolucionário Anárquico e, em 1919 a União Anarquista Italiana.

Emma Goldman (*apud* Antonioli, 2009, p. 94) afirmou aceitar a organização anarquista, desde que ela se fundamentasse "no respeito absoluto por todas as iniciativas individuais". Voltairine de Cleyre também defendeu a associação dos anarquistas, que deveria encontrar sua forma organizativa a partir da experiência. Nettlau (prelo) afirmou: "que todos os anarquistas, todos os libertários e todos os seres humanos de espírito livre possam tornar-se uma força, cujos elementos, embora conservando sua autonomia, apóiem-se reciprocamente". Oiticica (2009) reivindicou ser necessário "separar inteiramente a organização do sindicato da organização dos anarquistas", no sentido do trabalho com dois níveis complementares de organização, anarquista e sindical, por meio do dualismo organizacional.

A Federação Anarquista Ibérica (FAI), de acordo com Bookchin (1977, p. 215), chegou a ter perto de 40 mil membros no contexto da Revolução Espanhola de 1936. Em 1938, ainda durante o contexto revolucionário, o grupo Amigos de Durruti (2005) defendeu a criação de uma Junta Revolucionária ou Conselho Nacional de Defesa com os objetivos de dirigir a guerra, defender a ordem revolucionária, tratar de assuntos internacionais e fazer propaganda. Volin (Vsévolod M. Eichenbaum), membro da organização anarquista ucraniana NABAT (Confederação Alarme de Organizações Anarquistas), atuante entre 1918 e 1921, e Faure defenderam, nos anos 1920, a organização anarquista a partir de bases amplas, incluindo membros de todas as correntes anarquistas. Makhno, organizador do Exército Insurgente Revolucionário da Ucrânia (RIAU) – uma milícia ucraniana, que, contexto da Revolução Russa de 1917, segundo Schmidt (2012a, p. 74), chegou a 110 mil membros – juntamente com Piotr Arshinov e outros, defendeu a criação de uma União Geral dos Anarquistas, com

unidade teórica, ideológica e estratégica, quando esteve exilado na França, em 1926. No México, La Social, fundada em 1868, Luz/Lucha, formada em 1912-1913 e, em um determinado momento, o Partido Liberal Mexicano (PLM), em especial sua Junta Organizadora, da qual Magón fez parte, no contexto da Revolução Mexicana iniciada em 1910, foram organizações anarquistas. Na França, George Fontenis (2006) defendeu a necessidade de uma organização anarquista que tivesse por base um programa claro e se constituísse em vanguarda das massas. A Federação Anarquista (FA), fundada em 1945 na França, e que continua a existir, também defende a necessidade de os anarquistas se organizarem especificamente. Na China, o círculo impulsionado por Shifu, a Sociedade de Companheiros Anarco-Comunistas, incentivou o desenvolvimento do sindicalismo no país; no Japão, a organização Kokuren teve práticas similares. Na Bulgária, a experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), entre os anos 1920 e 1940, e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), a partir de 1956, que também continua a existir, constituem, igualmente, experiências concretas de organizações anarquistas com papel significativo em seu tempo e localidade. Houve, além disso, sindicalistas, não necessariamente anarquistas, que defenderam a necessidade de organizações políticas sindicais; a International Socialist League (ISL), da África do Sul, foi uma dessas organizações.

Enfim, muitos anarquistas defenderam historicamente a necessidade de organizações específicas anarquistas, e, vários deles, articularam e participaram de organizações desse tipo. Entretanto, dentre esses anarquistas, há um debate, que tem como foco o modelo dessa organização, envolvendo questões como o nível de afinidade teórica, ideológica e estratégica/programática, critério de ingresso e grau de autonomia dos membros. Destacam-se duas posições fundamentais entre os anarquistas, com algumas variações entre os modelos. A primeira, de um modelo de organização flexível, que insiste na necessidade de agrupar o maior número possível de anarquistas, ainda que com distintas perspectivas estratégicas. A segunda, de um modelo de organização programática, que prioriza, entre os anarquistas, aqueles que possuam maior afinidade políticas e estratégicas.

Historicamente, o debate mais rico sobre os modelos da organização anarquista ocorreu de meados dos anos 1920 ao início dos anos 1930, na Europa, tendo envolvido, além dos russos exilados na França após a repressão bolchevique – que se articularam em torno da revista *Dielo Truda*, por meio de um grupo conhecido pelo próprio nome da revista, que tinha entre seus militantes Makhno e Arshinov –, outros anarquistas. Os

termos do debate se estabeleceram com as posições dos russos, que foram conhecidas por meio da publicação de "A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas" e de duas respostas homônimas, chamadas de "A Síntese Anarquista", publicadas por Volin e Faure. Esse debate, na realidade, apresenta distintas questões que vinham sendo debatidas entre os anarquistas desde o século XIX e que perduram até o presente.

"A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas" (Dielo Truda, 2001), ou simplesmente "Plataforma", reconhece a sociedade de classes, a luta de classes e a necessidade dos anarquistas se unirem em uma organização de bases sólidas que, em meio às massas, deve impulsionar a revolução social violenta e estabelecer o comunismo libertário. A Plataforma, que, na realidade, constitui uma proposta de programa para os anarquistas, além de realizar a crítica do sistema de dominação daquele momento, propõe uma série de medidas construtivas que têm por objetivo impulsionar a revolução social e garantir sua vitória. Dentre essas medidas, destacam-se os princípios propostos para o modelo de organização anarquista defendido:

> 1. *Unidade Ideológica*. [...] Toda a atividade da União Geral Anarquista, tanto em seu conjunto como nos detalhes, deve estar em concordância perfeita e constante com os princípios ideológicos professados pela União.
> 2. *Unidade Tática ou o Método Coletivo de Ação*. [...] Uma linha tática comum no movimento tem uma importância decisiva para a existência da organização e de todo o movimento: ela o livra do efeito nefasto de várias táticas que se opõem umas às outras, concentra todas as forças do movimento, faz-lhes tomar uma direção comum resultando em um determinado objetivo.
> 3. *Responsabilidade Coletiva*. [...] Erguendo-se de maneira decisiva contra a tática do individualismo irresponsável, [a União Anarquista] introduz em suas fileiras *o princípio da responsabilidade coletiva*: a União inteira será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro; assim também, cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política de toda a União.
> 4. *Federalismo*. [...] Concilia a independência e a iniciativa do indivíduo ou da organização com o serviço da causa comum. [...] Todos os participantes ao entendimento e à União [devem cumprir] do modo mais completo os deveres aceitos, e [conformarem-se] às decisões tomadas em comum. [...] Não pode haver direitos sem obrigações, bem como não pode haver decisões sem sua execução. [...] Encarrega cada membro de deveres organizacionais determinados, exigindo sua execução rigorosa, bem como a execução das decisões tomadas em comum. [...] (Dielo Truda, 2001, p. 57-59)[26]

[26] Para a citação desse trecho, por precisões terminológicas, recorreu-se a uma nova tradução da Plataforma, que está em preparação.

O que se defende nesses princípios propostos pela Plataforma é: 1.) a unidade em torno dos elementos constituintes da ideologia anarquista, ou seja, a necessidade de haver uma mesma compreensão do anarquismo e dos princípios defendidos pela organização anarquista; 2.) a unidade em torno da ação da organização anarquista, com todos os seus membros compartilhando objetivos e estratégias comuns; 3.) a responsabilidade entre militante e organização anarquista, que impede as atuações individuais sem relação com os objetivos e estratégias adotados coletivamente; 4.) um método organizativo que concilie o individual e o coletivo, a partir de bases libertárias, sustentado na responsabilidade e na disciplina militante.

Por meio desses princípios, os anarquistas do Dielo Truda esperavam converter-se em um guia das massas que, sem relação de dominação com elas, deveria adquirir "influência teórica e política [...] sobre a marcha revolucionária dos acontecimentos políticos". Enfatizam que "em vez de possuir uma influência intermitente, exercida por meio de ações mínimas e desconectadas", o anarquismo deve "converter-se em um fator poderoso e constante".

Diferentemente da proposta bolchevique levada a cabo durante a Revolução Russa, a União Geral dos Anarquistas funcionaria, segundo seus proponentes, com democracia autogestionária plena internamente, por meio do federalismo, e também possuiria uma relação complementar com as massas, sem querer fazer delas uma corrente de transmissão ou retirar-lhe o protagonismo na construção revolucionária: "tal construção não deve ser levada a cabo senão pelo conjunto dos trabalhadores, pois essa tarefa pertence somente a ele, e qualquer tentativa de lhe despojar desse direito deve ser condenado como algo antianarquista". Em suma, não seria a organização anarquista a ter o protagonismo da transformação social, mas as massas, esse conjunto articulado das classes dominadas.

Volin acusou a Plataforma de estar sustentando um modelo bolchevique de organização, que apontava para uma forma autoritária de organização, e, pautando-se em uma leitura da NABAT – que, entretanto, é questionável (Skirda, 2002, p. 243-245) – defendeu a proposta de uma organização anarquista que associasse as diversas tendências do anarquismo. Sua posição consolidou-se em 1934, quando escreveu um texto chamado "Síntese Anarquista" (Volin, 2011), ou simplesmente "Síntese", no qual defende "unificar, em certa medida, a teoria e também o movimento anarquista, num conjunto harmonioso, ordenado, acabado". Buscando conciliar as perspectivas sindicalistas, comunistas e individualistas, ele propõe o seguinte: adotar o sindicalismo

como método da revolução, admitir o comunismo libertário como perspectiva de sociedade futura e aceitar o individualismo como objetivo de emancipação e felicidade do indivíduo após a revolução. Volin sustenta ser fundamental reunir as correntes anarquistas, terminando com as polêmicas entre os defensores das distintas posições: "Trata-se de recordar o conjunto inteiro, juntar os elementos esparsos, reencontrar, reconstruir voluntariamente a síntese abandonada." Para ele,

> a síntese do anarquismo não é apenas possível, não é apenas desejável: é indispensável. Conquanto conservando a diversidade viva de seus elementos, ainda que evitando a estagnação, aceitando o movimento – condições essenciais de sua vitalidade – o anarquismo deve buscar, ao mesmo tempo, o equilíbrio nessa diversidade e nesse próprio movimento. A diversidade e o movimento sem equilíbrio, é o caos. O equilíbrio sem diversidade nem movimento, é a estagnação, a morte. A diversidade e o movimento em equilíbrio, tal é a síntese da vida. O anarquismo deve ser variado, móvel e, ao mesmo tempo, equilibrado, sintético, unido. Caso contrário, ele não será vital. (Volin, 2011)

Para Volin, em suma, assim como a vida, que consegue estabelecer um equilíbrio a partir da diversidade, o anarquismo deve ser capaz de encontrar um ponto de equilíbrio entre as várias posições em seu seio e terminar com as cisões que, segundo acreditava, eram prejudiciais ao movimento.

Posições semelhantes haviam sido sustentadas por Faure (2009), em um documento homônimo ao de Volin, de 1928. Partindo da mesma hipótese, sobre a existência de três correntes no anarquismo ("o anarco-sindicalismo, o comunismo libertário, o anarco-individualismo"), Faure acreditava que elas seriam "correntes distintas, mas não contraditórias", não havendo "nada que as faça irreconciliáveis, nada que as faça oporem-se substancialmente, nada que proclame sua incompatibilidade, nada que as impeça de viver entendendo-se bem, de combinarem-se para uma propaganda e uma ação comuns". Essas distintas posições, na realidade, segundo acreditava, fortaleceriam o projeto anarquista e, se reunidas em uma organização, só tenderiam a potencializar o resultado de sua ação. A fraqueza do anarquismo se devia, conforme sustenta, a outro fator: a guerra de posições dentro do próprio anarquismo. Essas três correntes deveriam "combinarem-se e formar uma espécie de síntese anarquista", por meio da qual seria possível a solução dos problemas entre os anarquistas.

Os redatores de *Dielo Truda* (2008) consideravam, em relação à proposta da Síntese – e o conseqüente modelo de organização anarquista cujas bases de associação

abarcam todas as tendências anarquistas e dão completa autonomia de ação a seus membros –, que "o desejo de sintetizar essas correntes é descabido e absurdo", fundamentalmente se levada em conta a perspectiva individualista, sustentada por alguns daqueles que se reivindicavam anarquistas. O individualismo, segundo os russos, sustenta "a negação da luta de classes, a negação do princípio de organização anarquista [...], a tagarelice vazia". E concluem: "Toda essa filosofia nada tem a ver com a teoria ou a prática anarquista e é improvável que um operário anarquista se sinta inclinado conforme essa 'filosofia'".

A busca da síntese, ao tentar unir as "três grandes correntes anarquistas" estaria, para eles, fundamentada em uma teorização vaga, fruto da incompreensão do conceito de anarquismo e de suas correntes fundamentais; a própria experiência do anarquismo contrariaria a síntese – uma organização que tivesse como único ponto de acordo a autodefinição dos militantes como anarquistas não conseguiria avançar para além dos debates mais básicos.

> Não vemos nenhuma classe de vínculo entre o problema organizativo e a noção de síntese. Se quiser resolver este problema, não há necessidade de ver-se arrastado por teorizações vagas e esperar delas obter resultados. A bagagem que o anarquismo tem acumulado em seus anos de existência e de luta social é mais que suficiente. Necessitamos somente tomar a devida conta disso, aplicá-la as condições e exigências da vida, para assim construir uma organização que seja referência. (Dielo Truda, 2008)

Essa organização anarquista, que deveria se tornar uma referência no movimento popular, teria de pautar-se, enfim, em unidades tanto na compreensão do anarquismo, da realidade em que os anarquistas estão inseridos como nas maneiras mais adequadas de ação; uma unidade de teoria e prática, que se apoiasse no vínculo mútuo entre militante e organização e na organização antiautoritária, de baixo para cima, que não perdesse a capacidade de incidência na realidade. Unir todos os anarquistas das distintas correntes significaria a falta de unidade em todas essas questões e, por conseqüência, um retorno aos debates mais básicos, que implicaria, necessariamente, falta de capacidade para incidir adequadamente na realidade. Entretanto, os anarquistas do Dielo Truda não tiveram sucesso em seu intento organizativo e suas posições foram, em geral, rechaçadas.

Essa discussão abarca grande parte dos argumentos entre os anarquistas em torno da organização específica anarquista. Podem-se identificar similaridades significativas entre a proposta da Síntese e a defesa do "anarquismo sem adjetivos", na

Espanha do século XIX – sustentado por Tárrida de Marmól e Ricardo Mella –, as posições de Emma Goldman, as interpretações de Volin sobre a NABAT e o modelo praticado pela FAI e pela FA. Podem-se, também, identificar similaridades significativas entre a Plataforma e a teoria de Bakunin e a prática da ADS, assim como nas posições da FAU e da FAKB. Alguns autores, em especial Malatesta, posicionaram-se de distintas maneiras no debate, sendo apropriados – a depender do momento de seus escritos – por defensores de ambos os modelos.

A partir dessa discussão, podem-se extrair alguns traços que permitem a elaboração de modelos de organização anarquista: o programático – mais próximo das propostas da Plataforma – e o flexível – mais próximo das propostas da Síntese.

- *Modelo de organização programática*:
  - Pressuposto: há contradições fundamentais entre aqueles que se consideram anarquistas.
  - Solução: criar uma organização forte, com afinidade ampla entre os membros para incidir de maneira mais adequada nas lutas de massas (antes, durante e depois da revolução).
  - Organização: federalista/autogestionária, organicidade bem definida, direitos e deveres, autodisciplina e responsabilidade, unidades ideológica, teórica e estratégica/prática (posição da maioria adotada em caso de divergência).

- *Modelo de organização flexível*:
  - Pressuposto: grandes afinidades entre aqueles que se consideram anarquistas.
  - Solução: fim das rusgas entre os anarquistas e sua união em torno da luta pelos mesmos objetivos.
  - Organização: federalista/autogestionária, organicidade limitada com a possibilidade de participação de todos os anarquistas, alto grau de autonomia dos indivíduos e grupos organizados (não se utiliza a unidade de ação e, em casos de divergências, a minoria não tem, necessariamente, obrigação de agir com a maioria), diversidade nas posições ideológicas, teóricas e estratégicas/práticas.

Por meio desse marco conceitual, podem-se avaliar as diferentes posições desenvolvidas historicamente em torno do modelo de organização anarquista.

5.2.5 Maiorias e minorias

Em relação às posições sustentadas nesses debates, podem-se indicar, com base em uma abordagem histórica ampla, alguns elementos quantitativos.

No debate sobre a questão da organização, os antiorganizacionistas foram sempre minoritários em relação aos organizacionistas que, na maioria dos casos, elegeram as organizações de massas como espaço privilegiado de organização. Entre os últimos, os sindicalistas revolucionários foram sempre muito mais numerosos que os anarco-sindicalistas. Aqueles que defendem o dualismo organizacional, ainda que minoritários em relação aos outros organizacionistas, foram, provavelmente, mais expressivos que os antiorganizacionistas.

No debate sobre as lutas de curto prazo, aqueles que as defendem como caminho para a revolução constituem maioria, ainda que as posições contrárias tenham sido expressivas. No debate sobre a violência, aqueles que a defendem como forma de fortalecer as lutas de massas foram sempre majoritários em relação àqueles que acreditavam na violência como gatilho para a mobilização popular, ou mesmo aqueles que defendiam uma estratégia de vingança pura e simples; ainda assim, esses últimos também foram expressivos.

No debate sobre a organização anarquista, pode-se dizer que este é o campo em que, muito provavelmente, os anarquistas estão mais proporcionalmente divididos. Levando em conta as produções teóricas e as experiências práticas organizativas nesse sentido, pode-se dizer que as posições que defendem elementos do modelo flexível e aqueles que defendem elementos do modelo programático são, relativamente, proporcionais.

5.3 AS CORRENTES ANARQUISTAS

Pode-se identificar uma série de questões em relação às quais os anarquistas divergem, ainda que compartilhem os mesmos princípios político-ideológicos. Tais questões, discutidas anteriormente, constituem as bases para uma reflexão acerca das correntes anarquistas. Bonomo (2007, p. 178) afirma, ao investigar o tema, que “as diferenciações entre as correntes anarquistas são estabelecidas de acordo com diferentes

critérios pelos autores". Uma leitura atenta de diversos autores que trabalharam sobre o tema demonstra que, realmente, não há consensos.

5.3.1 Tentativas anteriores de estabelecer as correntes

Retorna-se aos estudos de referência que tratam do assunto e busca-se outros autores que tentam definir as correntes anarquistas.

Nettlau (2008, p. 184; 2011, p. 3; no prelo) sustenta que há diferentes correntes no anarquismo: *coletivismo*, *comunismo*, *individualismo* – todas definidas a partir da perspectiva de distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura; a primeira, de acordo com o trabalho realizado, a segunda, de acordo com as necessidades, a terceira, a partir de um isolamento relativo e de trocas equivalentes – e *sindicalismo revolucionário*, definida pela estratégia adotada pelos anarquistas para intervenção social e para organização da sociedade futura.

Woodcock (2002, vol. 1, p. 19-22) considera haver as seguintes correntes: *anarco-individualismo* – definida pela rebeldia individual e fundamentada na obra de Stirner e Godwin; *mutualismo* – definida pela associação comunitária e produtiva em cooperativas econômicas, que buscam reconstruir a sociedade, e fundamentada na obra de Proudhon; *coletivismo*, *anarco-comunismo*, *anarco-sindicalismo* – as três definidas de mesma maneira que faz Nettlau, levando em conta que, para o autor, anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário são sinônimos; *anarquismo pacifista* – definida pelo repúdio à violência e fundamentada na obra de Tolstoi.

Guérin (1968, p. 12) fala em *anarquismo individualista* e *anarquismo societário* (anarquismo social), ainda que negue que haja contradição entre essas correntes: "o anarquista societário é também um individualista. O anarquista individualista é um societário que não ousa dizer o nome". Marshall (2010, p. 6-9) considera, assim como Guérin, que as diferenças fundamentais se dão entre as correntes do *anarquismo individualista* e do *anarquismo social*; os primeiros "vêem o perigo da cooperação obrigatória e preocupam-se que uma sociedade coletivista possa conduzir à tirania do grupo"; os segundos "preocupam-se que uma sociedade de individualistas possa tornar-se atomizada e que o espírito de competição possa acabar com o apoio mútuo e a solidariedade geral". Para ele, ainda que as fronteiras entre as correntes não possam ser muito bem estabelecidas, pode-se indicar algumas: *anarquismo espiritual* – definida a partir da noção de que o ser humano é capaz de viver sem governo, e que o pacifismo é a estratégia mais adequada de atuação – Tolstoi e Gandhi são seus representantes;

anarquismo filosófico – definida por pensadores que chegaram aos princípios anarquistas na busca de reflexões universais, como no caso de Godwin; *mutualismo* – definida da mesma maneira que Woodcock; *coletivismo*, *anarco-comunismo*, *anarco-sindicalismo* – definidas da mesma maneira que Nettlau e, assim como Woodcock, considerando sinônimos anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário.

McKay (2008, p. 58-77) discute de maneira bastante aprofundada os debates anarquistas e chega a algumas correntes fundamentais. Para ele há, assim como para Guérin e Marshall, uma divisão fundamental entre o *anarquismo individualista*, representado por autores como Stirner e Tucker, e o *anarquismo social*, representado por autores como Bakunin e Kropotkin. Há basicamente duas diferenças entre esses "dois tipos de anarquismo": aquelas relativas à estratégia – com os primeiros priorizando a educação, a criação de instituições alternativas e a mudança gradual e com os segundos priorizando as intervenções econômicas e políticas na busca por uma revolução –, e aquelas relativas à economia da sociedade futura – com os primeiros defendendo um mercado anticapitalista e os segundos defendendo um socialismo sem mercado. Podem-se, segundo McKay, definir algumas correntes internas do anarquismo social: *mutualismo*, *coletivismo*, *comunismo* e *sindicalismo* – todas definidas de acordo com Nettlau e Woodcock. Entretanto, o autor aponta ainda algumas outras correntes: o *anarquismo verde*, inspirado nas produções clássicas sobre ecologia de Kropotkin e Reclus e, mais recentemente, dividindo-se entre *ecologistas sociais*, apoiados nas produções de Bookchin e *primitivistas*, inspirados em John Zerzan, John Moore e David Watson; o *anarquismo pacifista*, definido da mesma maneira que Woodcock, e identificado de certa maneira com um *anarquismo religioso*; o *anarco-feminismo*, definido pela prática de mulheres feministas que atuam entre os movimentos de mulheres e os anarquistas para sustentar a bandeira da luta de gênero; o *anarquismo cultural*, que prioriza a intervenção social por meio das artes, da música, da literatura, do teatro e da educação em relação às intervenções políticas e econômicas; e o *anarquismo sem adjetivos*, definido a partir das propostas do modelo flexível de organização anarquista anteriormente discutido.

Outras tentativas de estabelecer as correntes anarquistas também podem ser destacadas.

Luizetto (1987, p. 11) considera quatro correntes, utilizando definições similares às de Nettlau e Woodcock: *individualismo*, *coletivismo*, *comunismo* e *mutualismo*. De Petta e Delfini (2004, p. 26-27) definem em três as correntes anarquistas: "a *reformista*,

teorizada por Proudhon; a *terrorista*, criada por Peter Kropotkin e Mikhail Bakunin; e o *anarco-sindicalismo*, nascido das idéias coletivistas que também faziam parte dos preceitos de Bakunin". Bookchin (2011) define as correntes em *anarquismo social*, comprometido com a transformação da sociedade, e *anarquismo de estilo de vida*, relacionado com o individualismo, por meio do qual se busca tão-somente uma transformação individual, em termos de comportamento. Edgar Carone (1995) identifica seis correntes anarquistas: *individualista*, com a obra de Stirner; *mutualista*, com a obra de Proudhon; *coletivista autoritária*, com a obra de Bakunin; *comunista libertária*, com a obra de Kropotkin; *violenta*, a partir de Ravachol; *anarco-sindicalista*, com Pelloutier.

Horowitz (1977) distingue oito correntes: o *anarquismo utilitário*, determinado por uma ação dos ricos em favor dos pobres, sendo Saint-Simon seu principal representante; o *anarquismo camponês*, definido pela busca da eliminação do Estado pelo campesinato e pela criação de pequenas comunidades; o *anarco-sindicalismo*, com a defesa da luta de classes e da ação direta do proletariado, e não do campesinato, para a eliminação do Estado, estando Pelloutier entre seus representantes; o *anarquismo coletivista*, que teria negado a luta de classes e se apoiado no humanismo socialista e nas associações voluntárias, estando Proudhon, Bakunin e Kropotkin entre seus representantes; o *anarquismo conspiratório*, fundamentado nos pequenos grupos e ações individuais, que tinham na utilização da violência seu principal meio de luta, dentre os quais figuram Emile Henry, Ravachol e Johan Most; o *anarco-comunismo*, que teria negado o antimarxismo de Bakunin e Kropotkin e defenderia o socialismo científico e a violência, tendo em Malatesta um de seus principais representantes; o *anarquismo individualista*, fundamentado na obra de Stirner e considerando o ego como o lugar de tudo o que é humano e o Estado como tudo o que é opressor, tendo Josiah Warren e Benjamin Tucker como representantes; o *anarquismo pacifista*, com sua crítica à violência e defesa da ação não-violenta contra o Estado, tendo em Gandhi e Tolstoi seus principais representantes.

Provavelmente, o estabelecimento das correntes utilizado por Faure (2009) em 1928, e compartilhado por autores como J.-M. Raynaud (2003), seja o mais difundido, ao considerar três as grandes correntes do anarquismo: o *anarco-sindicalismo*, fundamentado na defesa das lutas sindicais de massas; o *comunismo libertário* (ou *anarco-comunismo*), fundamentado na perspectiva de sociedade futura; o *anarco-individualismo*, fundamentado na defesa da liberdade individual.

Em conclusão, e buscando estabelecer os critérios fundamentais utilizados pelos autores no estabelecimento das correntes anarquistas, pode-se afirmar o seguinte. Um dos critérios mais utilizados para o estabelecimento das correntes é a distribuição dos produtos do trabalho na sociedade futura, que subsidia a distinção entre coletivistas e comunistas, presente nas obras de praticamente todos os autores discutidos. De um lado estariam aqueles que defendem a distribuição de acordo com o trabalho realizado e de outro aqueles que defendem a distribuição de acordo com a necessidade. Outro critério freqüentemente utilizado diz respeito às estratégias de luta; o caráter das intervenções anarquistas, nesse sentido, constituiria as bases para o estabelecimento das correntes: intervenções individuais ou coletivas; sindicais, comunitárias ou cooperativas; violentas ou pacíficas; econômicas, políticas ou culturais etc. As posições em relação às reformas, ao modelo de organização dos anarquistas, às classes que impulsionariam o processo de mudança, entre outros, também foram critérios estratégicos utilizados. Finalmente, foram também utilizados critérios de ordem político-filosófica, como as posições em relação ao espiritualismo ou mesmo à religião, e critérios como a posição em relação às lutas ecológicas, de gênero e a defesa da liberdade individual.

Antes de discutir essas definições, cumpre destacar um aspecto marcante, presente nas obras analisadas, que é o desconhecimento significativo do anarquismo e dos próprios autores analisados, em especial os clássicos. Entretanto, não se discutirão aqui esses problemas.

5.3.2 As correntes anarquistas

O estabelecimento precedente das correntes foi, em grande medida, forjado por meio de uma história vista de cima e tomou em conta um conjunto de pensadores restrito, sendo que, conforme argumentado, vários deles não são anarquistas, mesmo que possam ser considerados libertários.

A definição de anarquismo adotada previamente fornece as bases para a exclusão de algumas das correntes previamente estabelecidas.

Primeiramente, algumas que possuem como base autores não-anarquistas e que colocam em xeque os próprios princípios anarquistas: *anarquismo pacifista*, *anarquismo espiritual*, *anarquismo filosófico*, *anarquismo religioso* e *anarquismo utilitário*.

Em segundo lugar, aquelas que se relacionam exclusivamente à liberdade individual e ao comportamento; o *anarquismo individualista* e o *anarquismo de estilo*

de vida. Conforme argumentado, a defesa da liberdade individual constitui um dos valores anarquistas, que é parte de um princípio ético mais amplo, ligado, ao mesmo tempo, à liberdade coletiva, à igualdade e outros valores. Por isso, a defesa exclusiva da liberdade individual não pode ser equiparada ao anarquismo e nem constituir as bases para uma de suas correntes. Além disso, a coerência entre posições pessoais e políticas, historicamente defendida pelos anarquistas, não significa que a adoção de uma postura ética, que se restrinja à conduta pessoal ou de grupo, deva ser considerada anarquista.

Em terceiro lugar, conforme se discutirá com algum detalhe adiante, o *mutualismo* é uma corrente socialista anterior ao anarquismo que, em alguma medida, forneceu as bases para seu surgimento; entretanto, mesmo depois do surgimento do anarquismo, ela continuou a existir, possuindo diferenças significativas em relação a ele.

Além disso, há correntes estabelecidas sobre princípios do anarquismo e que são, portanto, comuns a todos os anarquistas; por isso, devem ser descartadas, visto que não permitem distinguir as diferentes posições anarquistas. Quatro casos são os mais evidentes.

O primeiro envolve a questão da violência. Ainda que haja distintas maneiras de compreender seu caráter e sua utilização, e que ela possa ou não ser utilizada taticamente, trata-se de um elemento que constitui parte de um princípio, distinguindo o anarquismo do pacifismo. Considera-se, por isso, que não há sentido em falar de *anarquismo violento* e *anarquismo pacifista*.

O segundo envolve os sujeitos mobilizados, camponeses e/ou trabalhadores urbanos e industriais. Estimular e criar sujeitos revolucionários em meio às classes dominadas em geral constitui um princípio anarquista; a mobilização de camponeses ou de trabalhadores urbanos e industriais relaciona-se a uma aplicação prática deste princípio em contextos históricos determinados; não envolve debates sobre o potencial transformador inerente a estes sujeitos. Considera-se, assim, que *anarquismo camponês*, *sindicalismo revolucionário* e *anarco-sindicalismo* não são correntes anarquistas, se se utiliza tão-somente o critério dos sujeitos mobilizados.

O terceiro envolve a luta contra a dominação de gênero. O feminismo está relacionado à luta contra a dominação de maneira geral, que constitui um princípio anarquismo; além disso, o papel das mulheres anarquistas, historicamente, sempre foi muito maior do que defender, entre os dominados e/ou anarquistas, as questões de gênero. Considera-se, por isso, que não há sentido em falar de *anarco-feminismo*.

O quarto envolve a ecologia. Ainda que tenha algum lastro nos clássicos, em especial Kropotkin e Reclus, a ecologia começou a ser discutida mais profundamente na esquerda em geral durante a segunda metade do século XX; depois disso, os anarquistas que vêm refletindo sobre o tema têm adotado, da mesma maneira, posições semelhantes, que envolvem a luta contra a crise ambiental e o estabelecimento de estratégias e projetos que estejam de acordo com princípios ecológicos. Considera-se, assim, que *anarquismo verde* não é uma corrente anarquista.

Todas as outras correntes apresentadas possuem relação com os debates relevantes do anarquismo discutidos anteriormente.

O *anarquismo coletivista* e o *anarquismo comunista* estão ligados, evidentemente, ao debate sobre a distribuição econômica na sociedade futura. As correntes do *sindicalismo revolucionário* e do *anarco-sindicalismo* envolvem, além da distinção mencionada entre as duas estratégias, elementos apresentados nos debates sobre a estratégia anarquista: organização e lutas de curto prazo. Há outras relações marcantes entre as correntes estabelecidas pelas obras avaliadas e os debates apresentados anteriormente: o *anarquismo reformista* e o debate sobre as lutas de curto prazo; o *anarquismo terrorista* e o debate sobre a violência; o *anarquismo cultural* e o debate sobre limites e possibilidades da cultura; o *anarquismo sem adjetivos*, o *anarquismo conspiratório* e o debate sobre organização anarquista.

Deve-se, finalmente, apontar a dificuldade de se definir as correntes do anarquismo, ao mesmo tempo, a partir de critérios distintos – por exemplo, com critérios relativos à defesa da autogestão, juntamente com critérios relativos à estratégia anarquista. Ao optar pela definição nesses moldes – realizada por diversos autores, por exemplo, ao separar o sindicalismo do comunismo –, se estabelecem correntes que se sobrepõem e, portanto, constituem um modelo de tipificação insuficiente para explicar os debates anarquistas. Neste caso mencionado, de se utilizar o sindicalismo e o comunismo como critério para estabelecer as correntes, como explicar os casos de anarquistas como Makhno ou Neno Vasco, que defendiam o comunismo como perspectiva de sociedade futura e os sindicatos como meios fundamentais de intervenção dos anarquistas? Como explicar os casos de Galleani e Ristori, que defendiam o comunismo, mas eram contra a participação dos anarquistas nos sindicatos? Os quatro seriam comunistas, mas apenas dois sindicalistas; Makhno e Neno Vasco pertenceriam às duas categorias.

Com base nos argumentos colocados e nas dificuldades metodológicas apontadas, considera-se que as correntes devem ser estabelecidas por meio de critérios similares, que permitam, de fato, dar conta dos principais debates anarquistas.

5.3.3 Retomando os debates fundamentais

Partindo da discussão realizada, são retomados os debates fundamentais do anarquismo, de maneira a permitir uma elaboração mais adequada de suas correntes. Esses debates, seguindo a abordagem metodológica adotada, são avaliados a partir de suas continuidades e permanências históricas no longo prazo e de sua extensão geográfica.

Conforme apontado, o critério teórico – dos métodos de análise, das teorias, utilizados para a interpretação da realidade, e, portanto, de posições mais "materialistas" ou "idealistas", que priorizam uma das esferas sociais na compreensão da realidade social – não será utilizado para definir as correntes anarquistas. Todos os critérios que dizem respeito ao campo da teoria estão, assim, descartados; consideram-se somente os critérios ideológicos.

Em relação à crítica da dominação, não há grandes debates e divergências que possam ser ressaltados, de maneira a fornecer as bases para uma definição das correntes anarquistas.

Em relação à defesa da autogestão, devem ser feitos alguns comentários. Ainda que relevante, o debate entre mercado ou planificação não é central no anarquismo e não polarizou, permanente e continuamente, as posições anarquistas. As posições que defendem o mercado são pouco expressivas em termos históricos e geográficos; as posições que defendem a planificação, ainda que mais expressivas histórica e geograficamente, também não foram significativamente aprofundadas. Em suma, esse é um debate que existe, tem certa relevância, mas não possui extensão e expressão para ser considerado um debate central, visto que não aparece em muitos contextos.

Isso também poderia ser dito acerca do debate entre coletivistas e comunistas que, em um determinado contexto – dos anos 1870 até o início do século XX na Europa – teve muita relevância. Entretanto, as posições coletivistas tornaram-se, depois disso, muito minoritárias e o comunismo foi assumido, pelo menos como o sistema ideal de funcionamento da sociedade futura, pela maioria dos anarquistas. Posições intermediárias, como as de Guillaume e Malatesta, adotadas por outros anarquistas – de considerar esse um problema secundário, uma vez que a propriedade fosse coletivizada

– contribuíram para que esse debate passasse para o segundo plano, ainda que questões ligadas a ele – sobre a necessidade de dinheiro na sociedade futura, por exemplo – tenham continuado a existir.

O debate entre a articulação política pelo local de moradia ou trabalho, da mesma maneira, foi relevante em alguns contextos, fundamentalmente no momento que o sindicalismo se estabelecia como estratégia hegemônica do anarquismo. As posições que defendem a articulação exclusiva pelo local de moradia são completamente marginais; as que defendem a articulação exclusiva pelo local de trabalho são mais numerosas. Entretanto, as posições mais comuns, tanto em teoria como em prática, é de articulação, ao mesmo tempo, pelo local de moradia e pelo local de trabalho – posições que foram colocadas em prática pela maioria dos sindicatos de intenção revolucionária, cuja influência anarquista foi determinante, e que se tornaram, historicamente, completamente hegemônicas.

O debate sobre os limites e as possibilidades da cultura, mesmo que se relacione ao campo da teoria, possui relevância, e tem implicações nas noções de autogestão e nas concepções estratégicas. Conforme apontado, as posições extremas são menos expressivas e há uma hegemonia das posições intermediárias. A julgar pelas estratégias que historicamente derivaram dessas concepções, pode-se dizer que as estratégias sindicais são, sem dúvidas, hegemônicas entre os anarquistas. Ainda assim, há posições, chamadas de "culturalistas" ou "educacionistas", em sentido restrito, que sustentaram as atividades envolvendo as idéias, no campo da cultura e da educação, como forma única ou absolutamente prioritária de atuação anarquista. Entretanto, as posições mais comuns são aquelas que buscam aliar a cultura e a educação com as lutas em outras esferas.

Os quatro debates apresentados, relevantes à defesa da autogestão, são relevantes, mas não suficientes para oferecer as bases de uma elaboração das correntes anarquistas, de maneira a abarcar a ideologia, em termos de continuidades e permanências no longo prazo. O critério para essa decisão está fundamentado em dois fatos; apesar de terem sido relevantes em determinados contextos, e de terem, nesses contextos, polarizado posições, na maioria do tempo e dos locais em que os anarquistas estiveram presentes, preponderaram as posições intermediárias e conciliadoras ou uma das posições se sobrepôs completamente à outra.

Em relação à estratégia anarquista, apresentam-se os debates que tiveram e ainda têm a maior relevância no anarquismo e são centrais e os mais significativos. São eles que vêm subsidiando polêmicas e dividindo os anarquistas em diversos contextos. A

centralidade e a relevância dos debates estratégicos indicam que é em meio a eles que se devem buscar elementos para um estabelecimento das correntes anarquistas, o que permite mapear devidamente as diferenças entre os anarquistas.

5.3.4 Anarquismo insurrecionalista e anarquismo de massas

Estabelecem-se as correntes anarquistas por meio dos critérios estabelecidos nos debates estratégicos anteriormente discutidos.

Antes da definição, deve-se apontar que, de acordo com os fundamentos teórico-metodológicos apresentados, não se pode considerar o processo histórico de maneira estática. Portanto, uma prática muito comum de se colocar os autores, de maneira geral, dentro de uma ou outra corrente, não deve ser realizada. Há diversos autores que, durante sua vida, inseridos em diferentes contextos, fizeram parte de mais de uma corrente. Quando se mencionam as distintas posições adotadas por Kropotkin e Malatesta, busca-se evidenciar que são relativamente comuns as mudanças estratégicas de posição – em especial por parte daqueles que foram anarquistas ativos por muitos anos –, as quais não podem ser julgadas, senão dentro do contexto em que se inserem.

Dos quatro debates estratégicos apresentados, considera-se que o último, sobre a organização específica anarquista, é transversal a todas as correntes, já que o modelo de organização flexível busca incorporar todos os anarquistas, com distintas posições, inclusive, em relação aos outros debates apresentados.

Considera-se que o mais prudente seja adotar a definição elaborada por Schmidt e van der Walt (2009, p. 123-124), que afirmam ser duas as correntes do anarquismo: o *anarquismo insurrecionalista* e o *anarquismo de massas*. Essa definição parece adequada, pois abarca os elementos presentes nos três outros debates estratégicos, sobre organização, lutas de curto prazo e violência.

Schmidt e van der Walt assim definem o anarquismo insurrecionalista:

> A primeira estratégia, o anarquismo insurrecionalista, afirma que as reformas são ilusórias e que os movimentos de massa organizados são incompatíveis com o anarquismo, dando ênfase à ação armada – a propaganda pelo fato – contra a classe dominante e suas instituições, como o principal meio de despertar uma revolta espontânea revolucionária. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 123)

Em relação aos debates discutidos, sobre a questão da organização, os anarquistas insurrecionalistas fazem parte do campo antiorganizacionista e posicionam-se, na maioria dos casos, contrariamente aos movimentos de massa organizados. O

sindicalismo é, em geral, considerado um movimento que tende à burocratização e à busca exclusiva dos ganhos de curto prazo (reformas); constitui, por este motivo, um perigo ao anarquismo, que é, para esses anarquistas, essencialmente revolucionário. Em relação à articulação com outros anarquistas, os insurrecionalistas preferem os grupos sem muita organicidade às organizações mais estruturadas e programáticas.

Sobre a questão das lutas de curto prazo, os insurrecionalistas consideram que as lutas reivindicativas são inúteis e, em última instância, ajudam a fortalecer o *status-quo*; é somente a revolução social que pode, segundo eles, promover a transformação social desejada. As reformas são condenadas ou consideradas supérfluas, já que afastam as classes dominadas desse objetivo prioritariamente revolucionário.

Sobre a questão da violência, os insurrecionalistas acreditam que o anarquismo não deve ser difundido por palavras ou escritos, mas, fundamentalmente, por fatos, sendo estes compreendidos como atos de violência contra capitalistas/burgueses e membros do Estado, tomando corpo em assassinatos, atentados à bomba e insurreições – neste último caso, sem bases populares organizadas de antemão. Considera-se que esses atos individuais de violência funcionam como vingança ou que eles têm capacidade de funcionar como um gatilho para influenciar trabalhadores e camponeses, gerando, a partir deles, movimentos insurrecionais e revoltas populares, capazes de levar a cabo a revolução social. É importante ressaltar que essa estratégia sustenta que a violência pode ocorrer, e de fato ocorre, fora e sem o respaldo de movimentos populares organizados, ou seja, uma violência sem respaldo popular difundido fora do âmbito das classes dominadas organizadas.

Muito do que se chamou "individualismo anarquista" foi incentivador e/ou adepto dessa estratégia, principalmente por suas posições contrárias à organização. Apesar de ser historicamente minoritária, essa estratégia foi a que mais se difundiu no imaginário popular e que ficou forjada na imagem do anarquista conspirador e terrorista.

O anarquismo insurrecionalista foi defendido por anarquistas como L. Galleani, E. Henry, Ravachol, M. Jacob, N. Sacco, B. Vanzetti, C. Duval e S. Di Giovanni. Foi defendido também por agrupamentos, como os franceses do Bando de Bonnot e os russos do Chernoe Znamia e do Beznachalie. Encontrou também respaldo, por algum tempo, em anarquistas como Nestor Makhno (antes de sua prisão em 1908), Kropotkin e Malatesta (em um período entre os anos 1870 e 1880) que, apesar de terem defendido na

maior parte de suas vidas o anarquismo de massas, passaram por um período de defesa do insurrecionalismo.

Schmidt e van der Walt assim definem o anarquismo de massas:

> A segunda estratégia – a qual nos referimos, por falta de um termo melhor, como anarquismo de massas – é muito diferente. Ela enfatiza a visão de que somente os movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionária na sociedade, que tais movimentos são normalmente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (em torno de salários, brutalidade policial ou altos preços etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas da transformação revolucionária. (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 124)

Em relação aos debates discutidos, sobre a questão da organização, os anarquistas de massas constituem o setor organizacionista do anarquismo, sendo favoráveis à organização; defendem que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelos sindicatos ou outras estruturas) e/ou nas comunidades.

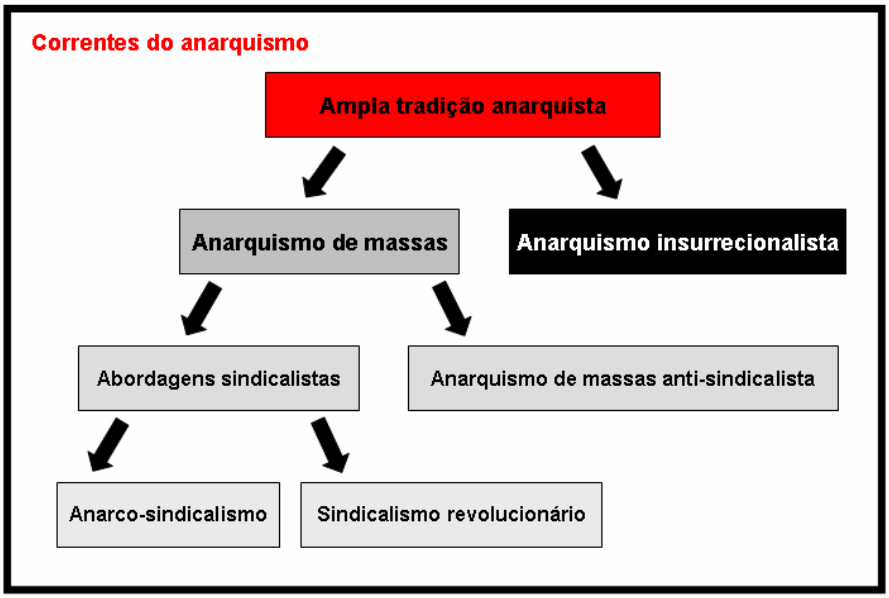
Sobre a questão das lutas de curto prazo, os anarquistas de massas se posicionam favoravelmente em relação a elas e sustentam que as reformas – desde que elas sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas "de cima" como obra dos capitalistas ou dos governos – são os primeiros objetivos da luta popular de massas. Essa luta, que deve constituir-se com a mobilização social em torno dessas lutas reivindicativas, segundo eles, fortalece a solidariedade de classe, aumenta a consciência e melhora as condições do povo, quando há conquistas. Assim, reformas e revolução não são necessariamente contraditórias; dependendo de como forem conquistadas, podem ser complementares; é na luta pelas reformas que se forjam as condições para realizar a revolução.

Sobre a questão da violência, os anarquistas de massas concordam que as idéias anarquistas também devem ser difundidas pelos fatos, ainda que, por fatos, entendam as mobilizações populares de massa e não os atos isolados de violência; fatos que também devem ser conciliados com as intervenções por meio das palavras e dos escritos. A violência não deve, deste ponto de vista, ser realizada com o objetivo de criar movimentos insurrecionais, mas ser perpetrada a partir de movimentos populares amplos já existentes, e, portanto, ter significativo respaldo popular; uma violência que tem de ser levada a cabo pela própria classe organizada, de maneira a fortalecê-la no processo da luta de classes.

Essa corrente foi majoritária historicamente e defendida, entre outros, por militantes como M. Bakunin, B. Durruti, F. Pelloutier, R. Rocker, Volin, R. F. Magón, K. Yuzuru, M. Guerdzhikov, Thibedi, Ba Jin, O. Sakae. Na maioria do seu tempo de militância, Makhno, Kropotkin e Malatesta defenderam o anarquismo de massas.

Segundo Schmidt e van der Walt (2009, p. 171), o anarquismo de massas teria subdivisões, também de ordem estratégica. Primeiramente, em relação às abordagens sindicais e anti-sindicais de massas. Dentre as abordagens sindicais, estão as posições sindicalistas revolucionárias e anarco-sindicalistas; dentre as abordagens anti-sindicais de massas, estão as posições que defendem as mobilizações de massas pelos locais de moradia ou mesmo aquelas que defendem a organização pelo local de trabalho, mas fora das organizações sindicais.

Um gráfico dos autores demonstra, de maneira esquemática, essas duas correntes do anarquismo e as subdivisões estratégicas referentes ao anarquismo de massas.



(Schmidt e van der Walt, 2009, p. 171)

As correntes anarquistas, desta maneira concebidas, seriam fundamentalmente duas: o *anarquismo insurrecionalista* e o *anarquismo de massas*, sendo esta ultima subdividida, com base em outras questões de ordem estratégica. Essa definição das correntes fundamenta-se, portanto, na diferença entre algumas posições essenciais defendidas nos debates apresentados, envolvendo organização, lutas de curto prazo e violência.

Em relação à questão da organização, há aqueles que a defendem e crêem que ela é imprescindível para a transformação social e aqueles que acreditam que ela é desnecessária ou mesmo autoritária. Isso se aplica também às reflexões sobre os movimentos populares, havendo aqueles que acreditam que eles são a única forma de organizar o povo para a luta pela revolução social e aqueles que acreditam que eles são inúteis e em nada ou pouco podem ajudar o anarquismo em sua luta revolucionária. Deve-se ressaltar que há casos de antiorganizacionistas que se vinculam ao anarquismo de massas, ainda que constituam exceção.

Em relação às reformas, há aqueles que defendem que, no seio de um movimento popular, é a luta pelas reformas que motiva a organização em torno da necessidade e que essas reformas melhoram as condições das classes dominadas, além de serem consideradas, dependendo da maneira que elas são conquistadas, um caminho para a revolução. Há também aqueles que acreditam que as reformas não contribuem com os objetivos revolucionários e são insignificantes, e que, portanto, os anarquistas devem lutar somente pela revolução.

Em relação à questão da violência, alguns defendem que a melhor maneira de difundir o anarquismo é em meio às organizações populares, construindo e participando dessas lutas; outros sustentam que é por meio dos atos de violência contra as classes dominantes, os quais constituem gatilhos para inspirar outras ações semelhantes, dando corpo a um amplo movimento revolucionário. Há aqueles que defendem que a violência deve ser utilizada com respaldo de movimentos populares já existentes; há aqueles que consideram que os atos de violência revolucionária são os próprios geradores desse movimento insurrecional e que, por isso, não há problemas se não houver respaldo popular, já que são esses atos que levarão ao necessário respaldo.

Conforme afirmado, levando em conta essa definição das correntes, o debate sobre a organização específica anarquista é transversal. Há anarquistas de massas de que defendem a organização anarquista, a partir dos modelos flexível e programático; ao mesmo tempo, há anarquistas insurrecionalistas que defendem a organização anarquista – ainda que, quando isso ocorra, haja preferência pelo modelo flexível ou mesmo pelos grupos informais.

5.3.5 Variações das correntes

O estabelecimento das correntes realizado anteriormente considera como base para sua elaboração o desenvolvimento do anarquismo globalmente, de 1868 ao

presente. Entretanto, nas avaliações de contextos particulares, esse modelo de análise pode não estar completamente adaptado, visto que as posições que conciliam completamente as questões sobre organização, lutas de curto prazo e violência, ocorreram histórica e tipicamente em alguns países, como, por exemplo, nos casos da Rússia da segunda onda e do Japão da terceira.

Entretanto, os debates e as correntes fundamentais fornecem, para os casos particulares, as bases para a elaboração de modelos análogos. Busca-se demonstrar, brevemente, como esse modelo pode se aplicar no caso do Brasil da Primeira República. Utilizam-se como base as reflexões de Corrêa (2011a).

Em relação aos quatro debates estratégicos apresentados (organização, lutas de curto prazo, violência e organização específica anarquista), no Brasil, até os anos 1930, foram o primeiro e o segundo que tiveram maior relevância. Não houve expressões consideráveis de defesa da propaganda pelo fato e, ainda que militantes como Neno Vasco e José Oiticica defendessem a necessidade da organização específica anarquista, poucas experiências se concretizaram, como a Aliança Anarquista de 1918 e o Partido Comunista (libertário) de 1919.

Em relação aos dois primeiros debates no Brasil da Primeira República, Samis afirma que havia duas estratégias fundamentais defendidas pelos anarquistas:

> Uma primeira, defendida pelo *O Amigo do Povo*, a organizacionista, buscava uma relação entre os libertários, com vistas ao estabelecimento da tese malatestiana de partido. Em conformidade com esta perspectiva viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida. [...] Em oposição, a tendência antiorganizacionista suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência mesmo do anarquismo. No ano de 1905, o periódico *La Battaglia*, reduto dos antiorganizacionistas, sintetizava suas teses no grupo La Propaganda. (Samis, 2009a, p. 161)

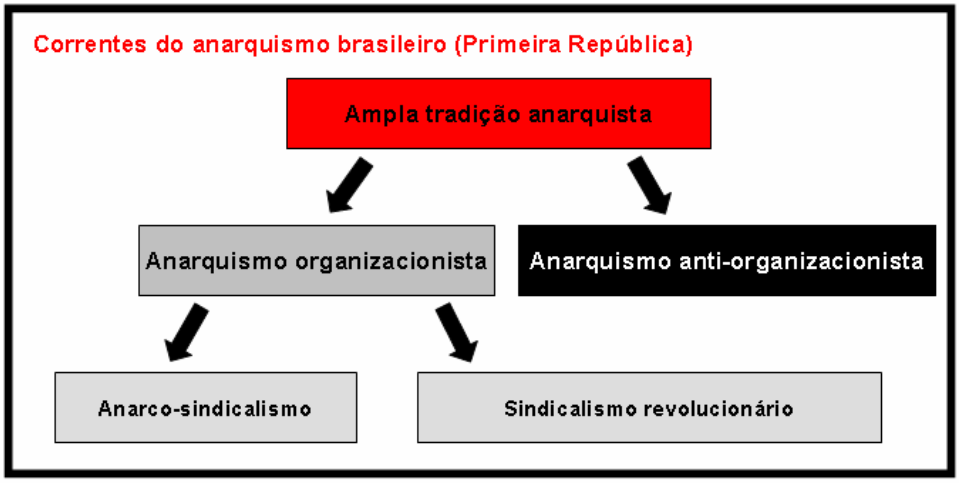
Os organizacionistas, majoritários, defendiam a atuação anarquista nos sindicatos e os antiorganizacionistas eram contrários a essa atuação; além das posições favoráveis e contrárias à organização, o debate envolve também a questão dos ganhos de curto prazo – ao passo que os primeiros lhes eram mais favoráveis, os segundos lhes opunham, em grande medida.

Dentre os organizacionistas brasileiros, o debate entre os defensores das abordagens sindicalistas e aquelas que defendem a mobilização de massas, mas anti-sindicalistas, não teve praticamente expressão. O debate entre sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, distintamente, teve relevância, ainda que os primeiros tenham sido hegemônicos em todo o período.

> No meio organizacionista, que em tese aceitava o sindicalismo como campo tático, ainda assim não havia unanimidade. Partilhavam dessa posição duas correntes: uma, a qual estava filiado Neno [Vasco], sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a não subordinação destes ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e outra que, apoiada em experiências como a da FORA do V Congresso, na qual o anarquismo havia tacitamente sido recomendado como ideologia aos congressistas, via no "finalismo" uma atitude mais conseqüente. (Samis, 2009a, p. 337-338)

A primeira posição dizia respeito ao sindicalismo revolucionário e a segunda ao anarco-sindicalismo.

Partindo dos debates estratégicos fundamentais anteriormente discutidos, e concebendo um modelo para a análise do anarquismo no Brasil da Primeira República, a partir das definições anteriormente elaboradas, podem-se representar graficamente as correntes anarquistas e os debates estratégicos mais relevantes no seguinte gráfico:



(Corrêa, elaborado para esta dissertação)

A base desse modelo analítico pode ser utilizado para a compreensão do anarquismo e suas correntes em contextos particulares, tanto do Brasil, quando de outros países, em distintas épocas. Este modelo para a análise do Brasil da Primeira República, como se viu, tem foco em dois dos quatro debates estratégicos anarquistas,

os quais envolvem organização, lutas de curto prazo, violência e organização específica anarquista. O modelo proposto pode ser adaptado em distintas combinações desses quatro debates ou, a depender do contexto, incluir debates em torno da defesa da autogestão, de maneira a representar esquematicamente os debates fundamentais entre os anarquistas.

6. SURGIMENTO E BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ANARQUISMO

> Quando falamos de anarquismo, e de segmentos do campo do socialismo, [...]
> embora o objeto de investigação encontre-se ancorado no campo ideológico,
> ele, além de representar uma aspiração passível de identidade temporal,
> necessariamente atravessa a encruzilhada entre filosofia e história.
> Situação que vincula o pensamento anarquista a uma longa linhagem
> que deve, sem a perda de sua riqueza e diversidade, ser analisada em seu tempo
> com todos os desdobramentos verificáveis até o presente.
> **Alexandre Samis**

Elabora-se, neste capítulo, uma exposição histórica do anarquismo, também apoiada no método e nas noções anteriormente definidos. Para a explicação de seu surgimento, apresentam-se fatos históricos que envolvem elementos estruturais e ações humanas voluntárias. Em seguida, relacionam-se outros fatos históricos, mais especificamente ligados ao anarquismo, que permitem, brevemente contextualizados, dentro deste limitado espaço, dar uma noção geral sobre seu desenvolvimento. Esta breve perspectiva histórica, limitada significativamente pelo espaço, tem por objetivo dar suporte aos argumentos teóricos que vêm sendo discutidos.

Em primeiro lugar, busca-se demonstrar que o surgimento do anarquismo está relacionado a um contexto histórico particular, o qual lhe proporcionou as condições para surgir e desenvolver-se. Em segundo lugar, apresenta-se a teoria das cinco ondas do anarquismo, as quais vão de 1868 ao presente. Verifica-se que, tendo surgido em 1868, em menos duas décadas o anarquismo generaliza-se para distintos continentes, com suas estratégias fundamentais já delineadas. Em terceiro lugar, apresenta-se uma breve perspectiva histórica do desenvolvimento do anarquismo, nessas cinco ondas, nos cinco continentes, desde seu surgimento até o presente.

6.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SURGIMENTO DO ANARQUISMO

O surgimento do anarquismo relaciona-se a um contexto histórico particular, que implicou mudanças sociais amplas, em todas as esferas, culminando no século XIX. Conforme afirmou Silva, foi esse contexto do século XIX que proporcionou o surgimento do anarquismo.

> É possível compreendermos a emergência do anarquismo, como intimamente ligada ao contexto histórico do século XIX de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo. O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também como anteriormente mencionado, de formação de uma consciência de classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora. (Silva, 2011a, p. 22-23)

Corrobora-se esta tese da emergência do anarquismo na segunda metade do século XIX, vinculada completamente às classes dominadas e ao próprio surgimento e desenvolvimento do socialismo. Expõe-se, a seguir, uma análise mais detalhada deste contexto de surgimento do anarquismo.

Van der Walt e Hirsch (2010a, p. xxxiv) apontam que, durante o século XIX, o capitalismo desenvolveu-se e globalizou-se, a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial, "com a primeira economia global surgindo nos anos 1870", o que, para alguns autores, pode, inclusive, ser considerada uma Segunda Revolução Industrial; ao mesmo tempo, os Estados Modernos consolidam-se e levam a cabo uma expansão imperial significativa ligada, em grande medida, ao aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos são acompanhados por um crescimento significativo da imigração de trabalhadores, com "aumentos sem precedentes na migração trans-oceânica e intracontinental", e, ao mesmo tempo, por um desenvolvimento significativo das tecnologias em geral, em especial dos transportes e das comunicações. A promoção do racionalismo e a circulação de valores modernos, que ganham relevância com a Revolução Francesa, também são aspectos a serem levados em conta, assim como a reorganização das classes sociais e seu protagonismo em conflitos nas cidades e nos campos.

O desenvolvimento e a globalização da economia capitalista na segunda metade do século XIX são marcados pelo crescimento da produção e do comércio. De acordo com van der Walt e Hirsch (2010a, p. xxxiv), "de 1870 a 1914, a produção e o comércio mundiais cresceram continuamente, com os maiores poderes desenvolvendo o comércio a ponto de o Produto Interno Bruto exceder um crescimento de 35%." Essa onda de

crescimento e globalização, maior do que a ocorrida nos fins do século XX, implicou o desdobramento das mudanças trazidas no bojo da Revolução Industrial e envolveu: a precarização das condições de trabalho; a separação definitiva entre capital e trabalho; o desenvolvimento do capitalismo industrial; as inovações tecnológicas nos setores produtivos (siderurgia, química), nas fontes de energia (derivados de petróleo e eletricidade são utilizados para fins de energia motriz), nos transportes e na comunicação; a aceleração nas transações comerciais; a urbanização e o crescimento das cidades; a alta concentração de capitais e a formação de grandes monopólios; as disputas das áreas coloniais, visando matérias-primas, criação de novos mercados, mão de obra, entre outros fatores.

O século XIX também foi palco da consolidação dos Estados Modernos, que passaram a constituir estruturas centralizadas, burocráticas e hierárquicas, responsabilizando-se pela administração de territórios amplos e com fronteiras bem estabelecidas. Ainda que tal processo tenha se delineado durante o Absolutismo Monárquico do período anterior, nesta fase, ensejada pelos valores modernos e burgueses, os Estados assumiram tais contornos de maneira mais evidente e estável. Os Estados Modernos impõem, principalmente pela violência da repressão, a obediência generalizada ao conjunto de governados, em uma atuação fundamentada na manutenção e na promoção dos interesses das classes dominantes. Trata-se de um aprimoramento da máquina burocrático-administrativa para viabilizar o capitalismo, laicizando-se pouco e pouco e reprimindo as iniciativas em sentido contrário.

Além disso, van der Walt e Hirsch (2010a, p. xxxv) enfatizam que "os contornos do capitalismo, do Estado e das classes populares também foram profundamente marcados pelo imperialismo." Além do Império Britânico, que chegou a incorporar um quarto do mundo em 1900,

> a próxima onda imperial inclui poderes modernos como Áustria-Hungria, Bélgica, França, Alemanha, Japão, Holanda e Estados Unidos. Impérios pré-modernos em declínio, oscilando entre a modernização e o desmembramento, completam a base da onda imperial: China, Irã, Turquia Otomana, Portugal, Rússia e Espanha. (van der Walt; Hirsch, 2010a, p. xxxiv)

Incluindo amplos territórios, com grandes arrecadações de impostos e fortes exércitos, os Estados imperialistas desenvolvem políticas externas para satisfazer os interesses das classes dominantes e dos grandes monopólios nacionais, por meio da dominação de outras nações.

Essa expansão capitalista e estatista foi acompanhada de imensos fluxos migratórios e de um alto desenvolvimento tecnológico. As imigrações foram estimuladas pela busca de melhores condições de vida, de trabalho, e também pela fuga de perseguições e discriminações políticas e religiosas. O motor a vapor – uma conquista da Revolução Industrial, largamente utilizado até o início do século XX – possibilitou um incremento significativo no transporte por trens e barcos; o motor de combustão interna, dentre outras coisas, impulsionou o transporte rodoviário. Junto a esse processo, os correios desenvolveram-se, com a criação de regras para unificar a circulação internacional, e dinamizou-se a distribuição de materiais pelo mundo. No campo das comunicações, a prensa rotativa facilitou a impressão de periódicos em alta escala.

Destacam-se, ainda, durante o século XIX, a promoção do racionalismo e de valores que contribuíram com o processo em questão. Abandonam-se, progressivamente, por estímulo prévio do Renascimento e do Iluminismo, as explicações sociais de base teológica e metafísica e estimulam-se as análises fundamentadas na racionalidade, processo para o qual o surgimento das Ciências Sociais em muito contribuiu. Valores como a liberdade individual e a igualdade perante as leis passam a ser difundidos de maneira mais generalizada, assim como a idéia de que as tecnologias poderiam auxiliar a emancipação humana; valores que contribuem também, aos poucos, com o enfraquecimento da influência religiosa. Paralelamente, um aumento na taxa de alfabetização permite um consumo cultural mais ampliado, que inclui periódicos e livros.

Em termos globais, notam-se duas situações relativamente distintas. De um lado, o capitalismo moderno em processo de consolidação por meio do crescimento industrial; seus centros encontram-se na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, os quais se desenvolvem rapidamente, juntamente com uma classe de trabalhadores assalariados e urbanos, que se envolve permanentemente em conflitos trabalhistas. De outro, economias menos desenvolvidas, de base agrária, como nos países da América Latina, na China, na África, no mundo islâmico e mesmo em outras partes da Ásia e da Europa; nessas localidades, trabalhadores rurais e camponeses protagonizam conflitos em torno da propriedade da terra. Em ambas as regiões, mesmo com a ascensão progressiva do proletariado industrial, o campesinato constitui uma classe relevante, em termos numéricos e também por seu envolvimento nos conflitos,

em contextos freqüentemente marcados pelo crescimento do comércio de produtos agrícolas.

Os conflitos sociais nas cidades e nos campos implicam lutas durante todo o século XIX: lutas de independência e antiimperialistas, revoltas camponesas e de escravos, conflitos de operários e artesãos nas cidades; muitas das quais tiveram participação dos oprimidos, com maior ou menor protagonismo. Entre muitos outros conflitos do período, podem-se citar: a Guerra de Independência do México (1810) e a luta contra o imperialismo francês, representado por Maximiliano da Áustria (1864-1867); as insurreições dos operários da seda lioneses, em 1831 e 1834, na França; a Cabanagem (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Balaiada (1838-1841), no Brasil; as Revoluções de 1848, na Europa; as Guerras de Independência Italiana (1848-1866); as lutas entre as forças de resistência de Abd el-Kader na Argélia contra a França; a resistência anticolonial no Senegal, realizada pelos nômades tuaregues no Saara; as várias guerras de independência nas Américas; a Greve Geral de 1842, na Inglaterra; a Rebelião Taiping (1851-1864), na China e a Revolta dos Sipaios (1857-1858), na Índia. Os conflitos sociais, em geral, contribuem com o fortalecimento da noção que a ação humana poderia modificar o futuro; particularmente, os conflitos de classe fortaleceram a noção de que os oprimidos, por meio de sua ação, poderiam transformar a sociedade.

Para van der Walt e Hirsch (2010a, p. xxxv), "a industrialização, a formação das classes e dos conflitos de classe proporcionaram as forças sociais que seriam mobilizadas por anarquistas e sindicalistas"; forças estas que se desenvolveriam fundamentalmente entre os trabalhadores assalariados e o campesinato, ainda que precarizados e marginalizados, em geral, tenham, também, tido papel relevante.

O surgimento do anarquismo está diretamente associado a esse contexto histórico particular. Juntamente com o desenvolvimento de uma estrutura de dominação capitalista, estatista e pautada nos valores modernos, surgem inimigos das classes dominantes que, não se sentido contemplados pelas ideologias políticas em voga, desenvolvem, a partir de uma inter-relação prática-teórica, os elementos fundamentais do anarquismo.

> Os próprios circuitos e centros do imperialismo, do capitalismo industrial, e das formações do Estado [moderno] proporcionaram os vínculos em que esses inimigos, anarquistas e sindicalistas, surgiram. As primeiras mobilizações da globalização para o trabalho na indústria e para as guerras espalharam o radicalismo e conectaram os

> radicais, suas comunicações baratas por meio de navios a vapor, telégrafos, sua imprensa a preços populares provieram os meios para um contato contínuo e seus novos centros industriais ofereceram as possibilidades para os recrutamentos sindicais em massa. (Lucien e Hirsch, 2010a, p. xxxiv-xxxv)

Segundo os autores, foi esse contexto histórico particular do século XIX que permitiu o surgimento e o desenvolvimento do anarquismo.

O trabalho capitalista desumano, que implicava jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho, contribuiu para o fortalecimento das posições anticapitalistas. Os Estados brutais, pautados na repressão e na intervenção expansionista, contribuíram para o estabelecimento de posições antiestatistas. O racionalismo e os valores difundidos contribuíram para que se estabelecessem análises críticas da realidade e objetivos de transformação revolucionários e socialistas.

Experiências históricas precedentes demonstram a necessidade de um projeto próprio das classes dominadas e de um processo transformador que as tenha como centro; não podiam, conforme foi sendo percebido, continuar a ser utilizadas na construção de projetos das classes dominantes. Tradições políticas anteriores, pautadas na tomada violenta do poder por minorias conscientes, demonstravam sua ineficácia e a necessidade de um processo transformador de bases mais amplas e democráticas; que pudesse, de fato, promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A diminuição da influência da Igreja também permitiu que diversos espaços de lazer fossem politizados e, juntamente com alternativas no campo da educação, fortalecessem uma determinada cultura de classe.

Os amplos fluxos migratórios e o desenvolvimento das comunicações permitiram a conexão permanente entre militantes e o fortalecimento do internacionalismo; processo que se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos transportes, dos correios e da comunicação. Rodovias, trens e barcos desenvolveram-se e seus custos tornaram-se mais acessíveis; as viagens tornaram-se constantes, assim como o deslocamento de militantes dentro e fora de seus países. O aumento de eficácia dos correios permitiu a troca permanente de correspondências e publicações entre anarquistas de diferentes lugares do mundo. Os desenvolvimentos químicos e da prensa rotativa a vapor contribuíram com o aumento na difusão de informações, no número de publicações e com seu barateamento; a melhoria da educação permitiu que um número crescente de trabalhadores lesse essas publicações. Esse avanço tecnológico permitiu

que os anarquistas entrassem em contato, se comunicassem, trocassem publicações, em um processo que possibilitou a rápida difusão e a generalização do anarquismo.

6.1.1 A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)

Foram essas condições históricas que, somadas às iniciativas de um número significativo de trabalhadores, possibilitaram as visitas mútuas entre operários ingleses e franceses, a partir de 1862, que culminaram na fundação da AIT, em 1864, conhecida posteriormente como Primeira Internacional (1864-1877).

Fundada em Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria trade-unionista, a AIT tinha por objetivo criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos comuns. A AIT constituiu um espaço que propiciou as condições para o surgimento do anarquismo, alguns anos depois de sua fundação.

> A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou Primeira Internacional, proporcionou todas as pré-condições para que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária [sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo] se consolidassem: importantes setores do operariado e do campesinato haviam adquirido uma consciência revolucionária, internacionalista e tinham criado uma federação internacional de suas próprias organizações, baseada fundamentalmente nos trabalhadores organizados. (Schmidt, 2012a, p. 54)

Num primeiro momento, a Internacional buscou dedicar-se, em nível local, por meio de suas seções, às articulações de trabalhadores e, internacionalmente, ao estabelecimento de suas bases de acordo; realizou, num primeiro momento, congressos anuais, a partir de 1866.

De acordo com Samis (2011, p. 131-157), o primeiro congresso, realizado em Genebra, na Suíça, em 1866, além de aprovar os estatutos gerais da associação, deliberou pela estrutura federalista a ser adotada, incluindo uma estrutura de *bureaux* regionais que articulariam as comunicações com as seções locais e o Conselho Geral, o qual deveria, além de constituir um nó para distribuição das comunicações, funcionar como um órgão executivo da associação. O segundo congresso, realizado em Lausane, na Suíça, em 1867, ainda marcado pelas posições hegemonicamente mutualistas, deliberou, entre outras coisas: o estímulo às cooperativas de crédito e de produção, nas quais se deveria fazer penetrar o espírito mutualista e federalista; a necessidade de

redução das jornadas de trabalho, da extinção do trabalho assalariado e da repartição dos produtos entre os trabalhadores, de maneira a promover a emancipação social.

O terceiro congresso, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, marcou um momento de radicalização da AIT que, até então, mantinha-se bastante moderada. Aprovaram-se incentivos à criação de novos sindicatos e ao ingresso das massas na AIT; a associação também recomendou o método federalista, devendo as decisões nos sindicatos ser tomadas pelas bases e com as delegações submetidas ao controle dos trabalhadores; aprovou-se que se deveria incentivar a luta pela redução da jornada de trabalho, por meio de greves, além do aumento de combatividade das cooperativas operárias. Aprovaram-se, ainda, como perspectivas para o movimento operário, a condenação do sistema capitalista e a necessidade de os trabalhadores expropriarem os capitalistas de seus instrumentos de produção. Os próprios movimentos populares que constituíam as bases da Internacional radicalizaram-se neste período.

Esse congresso marcou uma mudança importante na correlação de forças interna da associação. A hegemonia federalista, vigente em toda a existência da Internacional, modificou-se naquele ano; o mutualismo, um dos campos federalistas, cedeu espaço para outro, o coletivismo, conforme explica Samis:

> No geral, Bruxelas representou o triunfo do coletivismo sobre o mutualismo, ainda que este tenha sobrevivido, como se viu, residualmente em algumas resoluções. Este, apesar de enfraquecido nos seus eixos centrais, foi capaz de servir de complemento ao coletivismo que, nas suas linhas gerais, [...] influenciaria sobremaneira o sindicalismo revolucionário. (Samis, 2011, p. 156)

O surgimento do anarquismo está diretamente relacionado à AIT, em especial a este momento de radicalização e da mencionada mudança na correlação de forças entre mutualismo e coletivismo.

A Internacional estabeleceu uma estrutura orgânica, com presença em diversos países, articulando permanentemente trabalhadores e movimentos classistas, internacionalistas e que, em meio às suas produções teóricas e práticas, amadureceram e radicalizaram suas posições. Mobilizações locais ganharam apoio e estimularam a solidariedade de classe; experiências positivas e negativas foram utilizadas como base de reflexão crítica para a continuidade do movimento; discutiram-se questões centrais do movimento operário em geral, e do socialismo em particular.

Todos esses elementos da AIT foram imprescindíveis para o surgimento e o desenvolvimento do anarquismo.

6.1.2 A Aliança da Democracia Socialista (ADS)

A força do coletivismo na AIT, evidente em 1868, mas, estabelecida plena e hegemonicamente no congresso do ano seguinte, havia sido reforçada pela radicalização de muitos mutualistas proudhonianos. Samis (2011, p. 149), ao tratar desse processo, afirmou que essa mudança "não se tratava apenas de uma modulação no discurso, mas de um deslocamento da raiz metodológica e dos meios através dos quais deveriam os militantes valer-se para operar a tão sonhada ruptura"; ou seja, tratava-se de uma radicalização que, em meio a um contexto histórico determinado, buscou adequar as práticas políticas militantes aos objetivos revolucionários estabelecidos naquele momento.

Entretanto, esse não foi um processo ocorrido com todos os mutualistas. Conforme argumenta Samis (2011, p. 150), um determinado grupo, mantendo-se fiel às suas posições originais, não acompanhou esse processo de radicalização, e terminou por sustentar posições moderadas e conservadoras frente a episódios práticos da luta dos trabalhadores, como no caso da Comuna de Paris. Tal processo implicou uma separação entre aqueles que permaneceram no campo mutualista e os coletivistas. Ainda que se possa falar em mutualismo e coletivismo como "formas históricas específicas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista", o fato é que esse processo de radicalização da AIT, de passagem de parte significativa dos mutualistas para o campo coletivista, e a separação clara entre os dois campos estabeleceu as bases para o surgimento do anarquismo.

Essa afirmação não implica reduzir o coletivismo ao anarquismo; o segundo, na realidade, surgiu como uma corrente, provavelmente majoritária, do primeiro, graças à conjunção de dois setores que se encontraram em 1868, e que constituíram as bases da Aliança, ou ADS, primeira organização específica anarquista da história. Esses setores tinham origens distintas e não eram homogêneos. Um deles era composto por revolucionários instruídos, que vinham progressivamente se aproximando do socialismo, depois de um passado de lutas que incluía, em alguns casos, participações armadas na Primavera dos Povos; acabavam de romper com a Liga da Paz e da Liberdade, ingressando na AIT. O outro era composto por operários que já faziam parte

da Internacional, muitos dos quais estavam envolvidos com as crescentes mobilizações sindicais do momento.[27]

Membros da Aliança, dentre os quais se encontrava Bakunin, não concordavam que "a consciência política e a estratégia revolucionária eram resultados diretos, inevitáveis e imediatos da opressão"; assim, uma "ação coletiva exigia táticas e estratégias, que implicavam tanto pensamento como 'instinto' e motivação. A ação coletiva exigia que uma minoria militante educasse, agitasse e organizasse sem qualquer noção de controlar as massas." (Leier, 2006, p. 198) Essa minoria era a ADS, organização específica anarquista que, em seus estatutos de 1868, assim declarava seu duplo objetivo:

> a.) Ela se esforçará propagar entre as massas populares de todos os países as verdadeiras idéias sobre a política, sobre a economia política e sobre a economia social e sobre todas as questões filosóficas. Ela fará uma ativa propaganda por meio de jornais, das brochuras e dos livros, assim como por meio da fundação de associações públicas. b.) Ela buscará filiar todos os homens inteligentes, enérgicos, discretos e de boa vontade, sinceramente devotados a nossos ideais – a fim de formar em toda a Europa e em todos as localidades possíveis, incluindo a América, uma rede invisível de revolucionários devotados e empoderados por essa própria aliança. (Bakunin, 2000c)

[27] O primeiro setor veio de um rompimento com a Liga da Paz e da Liberdade, ingressando, em seguida, na AIT. A ele pertenciam: Bakunin, russo, ex-participante dos levantes armados e das revoltas populares na França, em 1848, em Praga, na Boêmia e em Dresden, em 1849, e futuro participante das insurreições de Lyon, em 1870, e de Bolonha, em 1874; Reclus, francês, geógrafo e futuro *communard*; Aristide Rey, francês e futuro *communard*; Valérien Mroczkowski, polonês e futuro participante do levante de Marselha; Albert Richard, francês, jornalista e futuro participante da insurreição de Lyon; Nicolas Jukovski, russo e futuro participante do levante de Marselha; Giuseppe Fanelli, italiano, arquiteto, ex-deputado e ex-combatente garibaldino; Saverio Friscia, italiano, médico, ex-deputado e participante da insurreição siciliana de 1848; Alberto Tucci, italiano e advogado, entre outros. O segundo setor já fazia parte da Internacional e se somou ao processo. A ele pertenciam: Jean-Philippe Becker, alemão, jornalista, jardineiro, fabricante de vassouras – a depender do momento –, e um dos chefes militares da insurreição de Baden, em 1849; François Brosset, suíço, serralheiro e uma das lideranças da greve dos operários da construção de março e abril de 1868; Th. Duval, suíço, marceneiro e dirigente operário; L. Guétat, suíço e sapateiro; Charles Perron, suíço, pintor e, posteriormente, cartógrafo; Zagorski, polonês. Todos esses internacionalistas compuseram o primeiro bureau central da ADS. Algum tempo depois, ingressariam na ADS três militantes centrais: James Guillaume, professor e fundador da seção da AIT no Locle, Suíça; Adhémar Schwitzguébel, gravador, dirigente sindical e fundador da seção da AIT em Sonvillier, Suíça; Eugène Varlin, encadernador, dirigente sindical, destacado militante da AIT, o qual se tornaria, posteriormente, o principal combatente federalista da Comuna de Paris. Outros membros relevantes da ADS foram: Benoit Malon, francês, tintureiro, dirigente sindical e futuro *communard*; Gaspard Sentiñon, espanhol e médico; Louis Palix, francês, alfaiate e futuro participante da insurreição de Lyon; Rafael Farga-Pellicer, espanhol, tipógrafo; Carlo Gambuzzi, italiano, advogado, ex-garibaldino e participante das batalhas de Aspromonte e Mentana; Paul Robin, francês e professor; Francisco Mora, espanhol e sapateiro; Tomás Gonzáles Morago, espanhol e gravador. (Cf. Guillaume, 1985, 2009b; Samis 2011)

Essa organização anarquista, que teve existência pública e secreta, a depender do contexto, desenvolveu sua estratégia pautada no dualismo organizacional. Ainda que ela tenha sido pouquíssimo estudada, e que haja dúvidas relevantes sobre seu desenvolvimento histórico, pode-se afirmar[28] que a ADS, por um lado, buscou criar e estimular organizações de massas e veículos de propaganda pública; suas posições defendidas na AIT, as quais definiram as bases do sindicalismo de intenção revolucionária, constituem o primeiro pilar deste dualismo. Por outro, a Aliança buscou articular uma organização política, um pequeno "partido", como dizia Bakunin, que teria como objetivo fortalecer a intervenção da ADS entre as massas.

A ADS foi fundada em 1868 e, a partir de então, teve atuação determinante. No nível de massas, a principal atividade dos militantes aliancistas a criação da AIT em países onde ela ainda não existia e, em outros casos, a criação de novas seções da Internacional onde ela já estava em funcionamento; tais foram os casos da Espanha, da Itália, de Portugal e da Suíça, além de casos na América Latina, estimulados pelas correspondências com os aliancistas. Criando ou participando das seções da AIT, esses anarquistas promoveram programas que, entre outros pontos, sustentavam a necessidade de mobilizações amplas de trabalhadores, articulados em movimentos classistas, para a realização de lutas populares combativas, independentes e organizadas em bases federalistas, que deveriam ser capazes, ao mesmo tempo, de proporcionar conquistas imediatas aos trabalhadores, mas também, de caminhar rumo à revolução social e ao socialismo, passando necessariamente pela derrubada do capitalismo e do Estado. No nível político, os aliancistas investiram na criação de seções da ADS nos países, visando potencializar esse programa de massas e dar maior organicidade aos militantes anarquistas; a depender dos contextos, a Aliança teve maior ou menor organicidade.

6.1.3 Desenvolvimento histórico do anarquismo

O modelo dualista da ADS, paradigmático no momento de surgimento do anarquismo em 1868, contou com casos semelhantes, como no México, com a constituição da organização específica La Social, que articulou os anarquistas envolvidos diretamente na construção de organismos de massas como o Círculo Proletário, de 1869, e do Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, de 1870,

[28] Tomando como base os documentos escritos por Bakunin e episódios históricos descritos por Guillaume (1985), membro da ADS, além das obras de Nettlau (2008, no prelo, 1977) e Leier (2006), principais biógrafos, um clássico e outro contemporâneo, de Bakunin.

chamado posteriormente de Gran Círculo de Obreros México; essa experiência também foi fruto de um processo de radicalização do mutualismo defendido e praticado pelos trabalhadores mexicanos.

Entretanto, esse modelo, historicamente, não foi hegemônico. Na maioria dos casos, os anarquistas investiram muito mais nas estratégias de massas do que em sua articulação política; o investimento na construção do sindicalismo de intenção revolucionária foi, bastante freqüentemente, priorizado em relação à criação de organizações específicas anarquistas. Levando em conta a primeira onda do anarquismo, pode-se afirmar que esse foi o caso em países como Egito, Estados Unidos, França, Portugal e Uruguai. Tal tendência manteve-se hegemônica durante o século XX, com a maioria dos anarquistas tendo como prioridade absoluta a criação e a participação nas organizações de massas; ainda assim, tal posição recebeu duras críticas de anarquistas, minoritários, entretanto, que acreditavam ser as organizações políticas imprescindíveis.

Tal problemática histórica remete, novamente, a um dos fundamentos teórico-metodológicos, anteriormente discutido: a relação entre o anarquismo e seus vetores sociais. Desde seu surgimento, o anarquismo esteve fortemente – e, em alguns contextos, exclusivamente – dedicado às estratégias de massas, de construção do sindicalismo de intenção revolucionária entre outros movimentos populares. Por isso, uma história do anarquismo não pode dedicar-se exclusivamente à investigação de iniciativas especifica e nomeadamente anarquistas. As organizações de massas, de tipo sindical, ou mesmo comunitárias, estudantis, etc. – em muitas das quais a participação anarquista foi determinante e suas estratégias hegemônicas –, têm, necessariamente, de ser estudadas – mesmo que elas contem com trabalhadores que, na maioria dos casos, não se identificam como anarquistas.

Schmidt (2012b), em sua "teoria dos quatro vetores", discutiu o desenvolvimento do anarquismo pelo mundo, identificando quatro vetores fundamentais; três deles dizem respeito ao sindicalismo (sindicalismo revolucionário, anarco-sindicalismo etc.) e o quarto às "diásporas anarquistas", que forçaram, por causa da repressão, anarquistas a circularem amplamente pelo mundo: franceses foram para Nova Caledônia e Guiana Francesa; portugueses foram para Angola, Guiné-Bissau, Goa, Moçambique, Timor e Macau; espanhóis foram para Filipinas, Cuba e Ilhas Canárias; Russos e Búlgaros foram para França e Estados Unidos; italianos foram para Estados Unidos e Austrália; uruguaios foram para a Suécia, entre outros casos. Três dos quatro vetores identificados por Schmidt relacionam-se às organizações de massas

criadas e impulsionadas pelos anarquistas; além disso, ele destaca, também, a relevância dos fluxos migratórios para uma compreensão global do anarquismo.

Em sua "teoria das cinco forças", Schmidt (2012b) também sustenta que, historicamente, o anarquismo investiu em distintas formas organizativas para colocar suas idéias em prática. Visando estabelecer forças políticas, defensivas, produtivas, distributivas e deliberativas, os anarquistas desenvolveram um conjunto amplo de experiências envolvendo pessoas, grupos, organizações, sindicatos, conselhos, comunas, publicações, exércitos, escolas, que, juntamente com mobilizações de distintos tipos, redes, atentados, insurreições e revoluções, deram corpo à sua rica experiência histórica.

As investigações históricas do anarquismo devem ter por objeto esse conjunto amplo de experiências.

6.2 CINCO ONDAS DO ANARQUISMO: 1868 AO PRESENTE

Para a breve perspectiva histórica que será apresentada a seguir, adota-se a "teoria das cinco ondas do anarquismo", elaborada por Schmidt (2012a). Essa teoria surge para contrapor as abordagens vigentes da história do anarquismo, focadas, em grande medida, naquilo que o autor chamou de "mito dos cinco destaques" – uma ênfase em cinco episódios que tiveram participação anarquista e que seriam, segundo alguns autores, os maiores destaques do anarquismo na prática. Seriam eles: o caso Haymarket, que envolveu as mobilizações do Primeiro de Maio e a morte dos Mártires de Chicago entre 1886-1887; a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, fundada em 1895, cuja Carta de Amiens, de 1906, teve significativa influência no desenvolvimento do sindicalismo revolucionário; a Revolta de Kronstadt, no contexto da Revolução Russa, em 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e as revoltas francesas do Maio de 68.

Segundo o autor, os estudos que trabalham nesta perspectiva exageram ao avaliar a influência anarquista em episódios como Kronstadt e o Maio de 68 francês; por outro lado, ignoraram episódios em que essa influência foi determinante, como a Revolução Mexicana, iniciada em 1910; a Revolução na Manchúria (1929-1931); a Revolução Cubana, entre 1952 e 1959, além de outros episódios relevantes como os levantes cantonalistas ocorridos na Espanha, entre 1873 e 1874, e a Revolta da Macedônia, de 1903.

A teoria das cinco ondas fundamenta-se, segundo Schmidt (2012a, p. 40-44), "na militância anarquista e anarco-sindicalista / sindicalista revolucionária, que teve

fluxos e refluxos, de acordo com uma expansão e retração mais geral, ligados às condições objetivas das classes populares organizadas". As cinco ondas – as quais constituem "um tecido complexo, que abarca as tramas das atividades e culturas da classe trabalhadora" e os "fluxos e refluxos dos movimentos globais de pessoas, capital e idéias" – constituem a base de uma teoria que funciona como "um guia histórico para a compreensão dos altos e baixos do movimento, e não como uma lei de ferro do progresso e da reação"; são definidas da seguinte maneira:

> A primeira onda, de 1868-1894, pouco conhecida, e a segunda onda, de 1895-1923, bem mais estudada, que cobre as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia. [...] A terceira onda, de 1924-1949, igualmente famosa, que abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o "período glorioso" do anarquismo. [...] A quarta onda, de 1950-1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana em 1952-1959 e, novamente, com a Nova Esquerda de 1968. [...] A quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações "horizontalistas" contrapondo-se ao antigo e velho "comunismo" marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo, por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas. (Schmidt, 2012a, p. 43-44)

Este arcabouço teórico é utilizado como um quadro de referência, de maneira a realizar uma exposição didática e global da história do anarquismo que, conforme afirmado, mesmo com a limitação de espaço, dá uma noção geral de seu desenvolvimento.

Abordar a história do anarquismo a partir da teoria elaborada por Schmidt implica considerar amplamente o objeto, em termos de tempo, levando em conta praticamente 150 anos de história, e de espaço, considerando os cinco continentes do mundo, globalmente. É evidente que essa tarefa não será realizada de maneira minimamente aprofundada. Ainda assim, considera-se que essa breve exposição da história do anarquismo, com foco nas organizações, ações e mobilizações locais, esforços internacionais e as grandes lutas em que os anarquistas estiveram envolvidos, pode dar uma idéia de seu impacto, de sua extensão, e também, ao mesmo tempo, contrapor e sustentar abordagens e argumentos teóricos em questão.

Para isso, leva-se em conta não somente o referencial teórico apresentado, mas, principalmente, a abordagem histórica desenvolvida em Schmidt (2012a), complementada por Schmidt e van der Walt (no prelo).[29]

Considera-se que esse procedimento é satisfatório para os objetivos da exposição histórica que agora é realizada.

6.3 PRIMEIRA ONDA (1868-1894)

Conforme discutido, alguns elementos foram determinantes para o surgimento e o desenvolvimento do anarquismo, dentre os quais estão: o desenvolvimento do capitalismo, posterior à Revolução Industrial, com a expansão industrial e o crescimento no comércio ligado à agricultura; o desenvolvimento dos Estados Modernos, que incluem as unificações alemã, italiana e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos – destaca-se, nesse processo, a permanência e expansão de poderes imperiais, atuando na parte não conquistada da América do Norte e na busca de recursos materiais e humanos na África, na América Latina, na China e em outros países. Juntamente, há a perda de poder das oligarquias e a ascensão da burguesia e dos burocratas de Estado, assim como do proletariado urbano que, juntamente com trabalhadores rurais e camponeses, protagonizam conflitos sociais crescentes. Ligados a esse processo, estão as migrações massivas, o desenvolvimento tecnológico, em especial dos transportes e da comunicação, e a influência do racionalismo e de valores propagados pela Revolução Francesa.

O anarquismo surge neste contexto, como uma resposta de um setor significativo das classes dominadas às insuficiências de correntes político-ideológicas que atuavam naquele momento: autoritárias, reformistas, republicanas radicais, socialistas marxistas e populistas. Seu surgimento foi possibilitado pela constituição da AIT que, em seu seio, aprofundou a consciência de classe dos trabalhadores, promoveu uma perspectiva internacionalista e desenvolveu uma estrutura orgânica que, juntamente com experiências práticas de lutas, permitiram a radicalização do mutualismo, o surgimento do coletivismo e a difusão do anarquismo para outras partes do mundo. A constituição da ADS foi, também, determinante para o estabelecimento e o crescimento das seções da Internacional na Europa; nas Américas, processos concomitantes foram

[29] *Brève Histoire de L'Anarchisme* (Schmidt, 2012a), ainda que apresente algumas reflexões teóricas, dedica-se, principalmente, a uma discussão histórica. Foi utilizada como base da presente discussão histórica, a qual, em alguns casos, foi complementada com *Global Fire* (Schmidt; van der Walt, no prelo).

levados a cabo e, em contato com os processos europeus, impulsionaram localmente a difusão da ideologia anarquista. A ADS foi determinante para o estabelecimento e o crescimento das seções da Internacional na Espanha, na Itália, em Portugal e na Suíça. Podem-se citar alguns marcos do anarquismo nesses países.

Na Espanha, iniciativas relevantes do anarquismo incluem: a Federación Regional Española (FRE), fundada em 1870, que três anos depois chegou a ter 60 mil trabalhadores da cidade e do campo federados; sua herdeira, a Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE), fundada em 1881, a qual adere programaticamente ao anarquismo e conforma-se, a seguir, na Organização Anarquista da Região Espanhola. As Revoltas Cantonalistas de 1873, que buscaram estabelecer por meio das armas um federalismo radical, implicando a autonomia das cidades e das federações de cidades (cantões), contaram com participação determinante dos anarquistas em Granada, Sevilha, Malagar e Alcoi.

Na Itália, destacam-se: o jornal *La Campana*; a Federação Italiana, fundada em 1872, que chegou a 30 mil membros em 1873; o Comitê Italiano pela Revolução Social, de 1873, sua participação nas insurreições de Bolonha, em 1874, e nas insurreições promovidas pelo Bando de Matese, em 1877; o Partido Revolucionário Anarquista Socialista, fundado em 1891.

Em Portugal, a AIT, criada por obra de delegados da ADS no país, contava, em 1872, com 20 mil membros. Na Suíça, fundam-se a Federação Jurassiana, em 1871, o Anarchistich-Kommunistische Partei Deutscher Sprache [Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã] (AKP), em 1877, e o jornal *Le Revolté*, em 1879.

Outras experiências anarquistas destacam-se em outros países europeus. Na Bélgica, alguns anarquistas participam do movimento operário e, na França, militantes da ADS participam da Comuna de Lyon e do Levante de Marselha, ambos em 1870; além disso, criam-se iniciativas no campo da educação, como o Orfanato de Cempuis (1880-1894). A Comuna de Paris, em 1871, teve ampla influência da Internacional e os federalistas conseguiram impor sua hegemonia, apesar de blanquistas e jacobinos estarem em menor número; anarquistas, parte minoritária deste setor federalista, tiveram participação importante. A imensa repressão que se seguiu – a qual contou com 30 mil mortos, quase 40 mil detenções e milhares de fugitivos – arrasou o movimento operário francês, que ingressou numa onda insurrecional, cujos atentados, levados a cabo entre os anos 1880 e 1890, anunciaram, em grande medida, o clima do Congresso de Londres

de 1881, que fundou a Internacional Negra, sem grandes desdobramentos posteriores, entretanto.

O quarto congresso da Internacional, realizado na Basiléia, na Suíça, em 1869, marcou, definitivamente, a hegemonia coletivista, e deliberou, entre outros pontos: a recomendação de que o movimento operário reivindicasse a propriedade coletiva e o fim das heranças, de maneira a concretizar a realização do socialismo, além da necessidade de fortalecimento das sociedades de resistência.

A partir de então, vieram à tona, de maneira bastante evidente, os conflitos entre federalistas, dentre os quais se encontravam os anarquistas, e centralistas, que se encontravam, fundamentalmente, em torno do Conselho Geral. A Comuna de Paris, com todas suas implicações posteriores, e a Conferência de Londres, de 1871, que teve participação restrita, sem representação das seções, construíram as bases da cisão que se daria em 1872, no quinto congresso da AIT, em Haia. Esse congresso marcou, de maneira geral, a cisão do movimento operário internacional; uma minoria, centralista, com influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, logo se desmobilizou e, com a decisão de transferir o Conselho Geral para Londres, declarou morta a Internacional em 1876; uma maioria, federalista – com influência nas seções da Espanha, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da França e dos Estados Unidos – reuniu-se, ainda em 1872, e fundou a Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT até 1877.

O surgimento do anarquismo também encontra raízes nas Américas. No México, ainda em 1868, foi fundada La Social, organização específica anarquista; em 1869, surgiu o Círculo Proletário e, em 1870, o Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, chamado posteriormente de Gran Círculo de Obreros México (GCOM), o qual constituiu uma expressão de massas do anarquismo e chegou a 50 mil membros. Entre 1877 e 1878, o anarquismo chegou ao ápice no México da primeira onda, detendo a hegemonia do movimento operário. Em Cuba, o anarquismo consolidou-se entre 1883 e 1885, com a fundação da Junta Central de Artesanos (JCA) e do Círculo de Trabajadores de La Habana (CTH); periódicos como *El Obrero* e *El Productor*, assim como a organização específica anarquista Alianza Obrera, inspirada na ADS, marcam outros bastiões do anarquismo no período. No início dos anos 1890, os anarquistas reabriram o CTH com o nome de Sociedad General de Trabajadores, participaram da luta anticolonial separatista e da Guerra de Independência Cubana.

No Uruguai, em 1872, havia já uma seção da Internacional, criada por influência dos anarquistas, a qual forneceu as bases para a fundação, em 1875, da Federación

Regional de la Republica Oriental de Uruguai (FRROU) e, em 1885, da Federación de los Trabajadores de Uruguay, que deu continuidade à sua obra. Na Argentina, o anarquismo surgiu em 1876, com a fundação do Centro de Propaganda Obrera e, depois, do Círculo Comunista Anárquico; visitas de anarquistas italianos possibilitassem a fundação do sindicato dos padeiros, em 1887; houve, no país, desde a primeira onda, polêmicas entre anarquistas organizacionistas e antiorganizacionistas.

Na América do Norte, especificamente nos Estados Unidos, o anarquismo surgiu com o Congresso de Pittsburgh, em 1883, e com a fundação da International Working People's Association (IWPA), expressão de massas anarquista que, em 1886, chegou a ter 2500 militantes e 10 mil colaboradores. Outros marcos significativos foram: o jornal diário *Chicagoer Arbeiter Zeitung* e a fundação, em 1884, da Central Labor Union (CLU), que chegou a 28 mil trabalhadores, somente em Chicago, em 1886, mesmo ano em que protagonizou a greve pelas oito horas, envolvendo 300 mil trabalhadores nos EUA e terminando com a condenação à morte de cinco militantes anarquistas, conhecidos como Mártires de Chicago, estabelecendo o Primeiro de Maio como dia dos trabalhadores.

Na África, ainda que mais timidamente, o anarquismo surgiu em 1876 no Egito, com imigrantes italianos que constituíram, em 1877, uma seção da Internacional e, em 1881, o Círculo Europeu de Estudos Sociais. Na África do Sul, a propaganda anarquista surgiu em 1886, por obra de imigrantes ingleses. O anarquismo africano, entretanto, desenvolveu-se de maneira significativa somente alguns anos depois.

Dentre os elementos que contribuíram com o refluxo dessa onda, destaca-se a repressão brutal, ocasionada como resposta à Comuna de Paris, aos atentados na França e ao movimento operário nos Estados Unidos. Além disso, o fracasso da Internacional Negra e, principalmente, o fortalecimento das estratégias eleitorais entre os trabalhadores devem também ser destacados.

Alguns apontamentos podem ser realizados em relação à primeira onda do anarquismo. Em primeiro lugar, verifica-se que o anarquismo surge em 1868, e generaliza-se nas duas décadas seguintes para pelo menos três continentes – ainda que sua maior força encontre-se na Europa e nas Américas. Sua estratégia fundamental é o sindicalismo de intenção revolucionária, mas há também força nas ações insurrecionais, tanto revoltas armadas como atentados, nas organizações específicas anarquistas, assim como nas publicações e outras iniciativas culturais – tanto com a criação de espaços próprios, como centros de cultura e escolas libertárias, quanto com participação em

instituições mais amplas, como escolas públicas, intervindo a partir dos marcos da educação libertária.[30] Nesse período, os anarquistas participam de episódios relevantes, dentre os quais estão as Revoltas Cantonalistas, a Comuna de Paris, as lutas anticoloniais de Cuba e as mobilizações do Primeiro de Maio nos Estados Unidos. Deve-se pontuar que Cuba, México e Espanha – três bastiões do anarquismo da primeira onda – serão palcos de revoluções com participação anarquista durante o século XX.

Tais elementos permitem, ainda, afirmar que, durante a primeira onda do anarquismo, os anarquistas impulsionaram, como principal estratégia, um tipo de sindicalismo que será, anos à frente, chamado de sindicalismo revolucionário e/ou anarco-sindicalismo. O vínculo programático da FTRE espanhola com o anarquismo permite considerá-la uma experiência anarco-sindicalista; todos os outros casos, a estratégia fundamental é o sindicalismo revolucionário. Finalmente, não se pode afirmar que os anos 1880 e 1890 foram marcados, hegemonicamente, pelo insurrecionalismo, consolidado na propaganda pelo fato, com as insurreições e atentados levados a cabo na Europa. Isso pode ser verdade, se houver um foco exclusivo na Europa Ocidental; entretanto, levando em conta o anarquismo nas Américas neste período, verifica-se que isso não é generalizável, já que as experiências nos Estados Unidos, no México, em Cuba e no Uruguai apontam para preponderância das estratégias de massas nesse período.

---

[30] Ao expor um argumento sobre a primeira onda do anarquismo, o qual encontra algum eco no Brasil, Ferreira (2011, p. 11) afirma, em relação ao período posterior à AIT, que "o uso [...] da categoria 'anarquismo' por diferentes intelectuais e militantes não deve obscurecer o fato de que existiu uma ruptura teórica e política entre o anarco-comunismo, representado por Kropotkin e Malatesta, e o anarquismo de Bakunin. Malatesta e Kropotkin são representantes de um movimento claramente revisionista, que rompe com todos os pressupostos do bakuninismo". Essa afirmação, reivindicada a partir de uma leitura de Luizetto (1984), que sustenta, de acordo com nota do próprio Ferreira: "o anarco-comunismo foi bem mais do que uma correção de rumo em relação ao bakuninismo ou mudança de perspectiva quanto a organização econômica da sociedade em oposição ao coletivismo. Os anarco-comunistas construíram uma teoria, uma visão de mundo, diferenciada da que existia anteriormente". A tese ruptura/revisionismo apresentada pelos autores, tomando em conta a abordagem teórico-metodológica utilizada nesta dissertação e a primeira onda histórica do anarquismo, não apresenta fundamento teórico e histórico. Pode-se aprofundar a discussão, mas, sem o espaço necessário, afirma-se apenas que: os autores trabalham com um conjunto absolutamente restrito de dados (três militantes-teóricos) e generalizam suas supostas posições para as correntes que, em tese, representam; as próprias correntes são definidas a partir das posições desses anarquistas e, conforme discutido, não dão conta dos principais debates entre os anarquistas; os autores mantêm-se na polêmica européia e ignoram os debates em outros continentes – conforme mencionado, havia, durante a primeira onda, um importante desenvolvimento do anarquismo nos Estados Unidos, em Cuba, no México e no Uruguai –, em que as questões por eles levantadas são marginais. Mesmo uma análise criteriosa dos anarquistas em questão coloca em xeque as afirmações dos autores.

6.4 SEGUNDA ONDA (1895-1923)

A segunda onda do anarquismo é, sem dúvidas, a maior e mais relevante, tendo sido marcada pela consolidação do sindicalismo de intenção revolucionária e das organizações específicas anarquistas em tempos de guerra e reação. O contexto em que se insere esse período é de uma expansão dramática do capitalismo, potencializada nos anos 1890, com a abertura de colônias africanas e várias partes da Ásia à dominação imperialista. A Primeira Guerra Mundial certamente teve impacto no período, e a posição de parte dos anarquistas, de apoio aos Aliados, gerou conflitos internos relevantes. Durante a guerra, inicia-se um processo lento de substituição das importações que possibilita a formação de um incipiente parque industrial em diversos países da América Latina. O anarquismo persistiu depois da guerra, mas sofreu vários golpes das potências nacionais por razão das crescentes mobilizações e das pressões que elas vinham exercendo nas classes dominantes, incluindo as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia, que marcaram uma onda massiva de mobilizações crescentes entre 1917 e 1923.

Experiências anarquistas continuam a desenvolver-se na Europa, nas Américas, se fortalecem na África e surgem na Ásia e na Oceania. Em termos internacionais, as duas experiências de maior influência no mundo, e que contam, em sua formação, com participação anarquista determinante, são: a Confédération Générale du Travail (CGT), fundada na França, em 1895, e que, em 1906, elaborou a "Carta de Amiens", que teve impacto significativo no mundo hispano-lusófono; o Industrial Workers of the World (IWW), fundado nos Estados Unidos, em 1905, que teve um impacto muito relevante no mundo anglófono, mesmo com a cisão de 1908, entre o IWW de Chicago e o IWW de Detroit, que se reproduziu em outros países.

A CGT chegou a 400 mil membros em 1908 e 850 mil em 1914; criou estruturas de mobilização sindical e um aparato de educação popular sem precedentes. O IWW se estabeleceu nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cuba, Nova Zelândia, Rússia, entre outros. Outra experiência internacional relevante desse período foi o Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, que reuniu 80 delegados dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bohemia, Bulgária, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Polônia, Rússia, Servia e Suíça. Além disso, realizou-se, em 1913, a Conferência Sindicalista, em Londres, culminando na fundação da Internacional Sindicalista, em 1922, em Berlim, representando em torno de 1,5 milhão de trabalhadores dos seguintes países: Alemanha,

Argentina, Chile, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, México, Noruega, Portugal, Suécia.

Na Europa, o esforço dos anarquistas se concentrou, principalmente, na criação e no fortalecimento de sindicatos de intenção revolucionária. Dentre as experiências relevantes, destacam-se: o National Labour Secretariat (NAS), na Holanda, que contava com quase 19 mil membros em 1895; a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), na Espanha, que terá um programa sindicalista revolucionário até 1919, ano em que contava com 715 mil membros, e a partir do qual se torna anarco-sindicalista; a União Operária Nacional, em Portugal, fundada em 1914, que chegou a 50 mil membros e deu lugar, em 1919, à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que chegou a 90 mil membros; a União Sindical Italiana (USI), fundada em 1912, que chegou a 500 mil membros em 1920, e cuja influência anarquista – em geral minoritária, em relação aos socialistas – destacou-se na gestão de A. Borghi; o Freie Arbeiter Union Deutschlands (FAUD), fundado em 1919 que, em 1922, chegou a 120 mil membros; a Sveriges Arbetares Central (SAC), na Suécia, que em 1922 contava com 32 mil membros.

O continente europeu também foi marcado por atentados levados a cabo por anarquistas que preconizavam a propaganda pelo fato, especialmente na França e na Itália nos fins do século XIX, e também por agrupamentos especificamente anarquistas, como a Federação Anarquista Alemã, de 1903; as francesas Alliance Communiste Anarchiste, Fédération Anarcho-Communiste – a qual deu corpo à Fédération Communiste Révolutionaire Anarchiste em 1913; os mais de 200 grupos anarquistas que surgiram em Portugal, entre 1915 e 1920; a União Anarquista Italiana, entre 1919 e 1920, cuja participação foi relevante nos acontecimentos do Biennio Rosso e nas ocupações de fábricas; o grupo Freedom na Inglaterra, entre outros. Destaca-se também a participação de alguns anarquistas nos episódios revolucionários da Alemanha entre 1918 e 1923.

Outro elemento relevante na Europa desse período foi o alto investimento dos anarquistas nos processos de educação popular; na França, no começo do século XX, havia 150 Bolsas de Trabalho, ligadas à CGT, e uma de suas principais atividades era a educação em três eixos: técnico/profissional, cultural (matemática, idiomas, etc.) e formação política, em grande medida ligada ao sindicalismo revolucionário; também ligadas à CGT estavam 250 universidades populares, que funcionaram até 1914. Foram criadas escolas modernas e universidades populares em vários outros países: na Espanha, a Escola Moderna de Barcelona (1901-1906) e a Universidade Popular de

1903; na Itália, a Scuola Moderna Razionalista di Civio (1909-1922), que foi uma entre as muitas que floresceram até o fascismo; na Suíça, a Escola Ferrer (1910-1919) e as muitas iniciativas na Inglaterra entre 1907 e 1921.

No leste europeu, os anarquistas tiveram uma atuação determinante, em 1903, na Revolta da Macedônia, envolvendo dois episódios: o primeiro, em 2 de agosto, com a Revolta de Ilinden e proclamação da Comuna de Krouchevo; o segundo, em 19 de agosto, com a Insurreição de Préobrojenié e proclamação da Comuna de Strandzha, ambas libertárias. A Comuna de Strandzha foi responsável pela tomada do território e pelo estabelecimento de experiências de autogestão durante um mês, constituindo a primeira tentativa local de edificar uma nova sociedade sobre os princípios do comunismo libertário. Com o esmagamento da revolta e das experiências por ela constituídas, fundaram-se, na Bulgária, periódicos relevantes como *Sociedade Livre*, *Acracia*, *Probuda*, *Rabotnicheska Misl*, diversos grupos anarquistas e, em 1914, um grupo de Ruse lançou as bases de um movimento anarco-sindicalista. Depois de problemas ocasionados pela Primeira Guerra, o anarquismo búlgaro ressurgiu renovado com a fundação da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), em 1919, em um congresso com 150 delegados.

Na Rússia, os anarquistas participaram das revoluções de 1905 e 1917. No primeiro momento, dividem-se entre insurrecionalistas, como no caso dos grupos Chernoe Znamia e Beznachalie, e sindicalistas, como no caso do Grupo de Anarco-Sindicalistas do Sul da Rússia; participam da fundação dos primeiros sovietes em São Petersburgo, Moscou e fundam a Cruz Negra Anarquista (CNA), para auxiliar presos políticos, a qual se espalhou para dezenas de países. Na revolução de 1917, os anarquistas participaram determinantemente em Moscou e Petrogrado, onde se destacaram organizações como a Federação Anarco-Comunista de Petrogrado, a União de Propaganda Anarco-Sindicalista e a Federação de Grupos Anarquistas, de Moscou; em 1918, destacam-se conferências sindicalistas impulsionadas pelos anarquistas, que criam a Confederação dos Anarco-Sindicalistas de Todas as Rússias, a qual chegou a 88 mil membros naquele ano.

Na Ucrânia, destacou-se a experiência do Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (RIAU), que chegou a 110 mil voluntários em 1918, com a hegemonia dos anarquistas, e que protagonizou lutas determinantes contra o Exército Branco, expropriações de terras para os camponeses e gestão de uma área ampla da Ucrânia, com a articulação política por meio de Congressos de Camponeses, Operários e

Insurgentes – instância de base responsável pelas decisões do movimento. O RIAU esteve articulado com o Grupo Anarco-Comunista de Guliai Polie e a Confederação Alarme de Organizações Anarquistas (NABAT). Um experimento similar foi levado a cabo, em 1918, na Sibéria, onde 140 mil combatentes revolucionários agiram sob inspiração dos anarquistas. Por meio de uma intervenção marcada pelo conflito entre suas correntes e pela ação sem coordenação, os anarquistas foram amplamente reprimidos pelos bolcheviques e praticamente desapareceram depois de 1921.

Nas Américas, destacou-se, no norte, a fundação do IWW nos Estados Unidos em 1905, que chegou a 45 mil membros em 1922, e no Canadá, em 1906, com significativa influência anarquista em ambas as localidades e defendendo, em oposição à American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), um sindicalismo revolucionário e combativo, que mobilizou trabalhadores de distintas raças. Em Cuba, o anarquismo continuou a ser a força hegemônica nos sindicatos desse período, com destaque para a fundação, em 1921, da Federación Obrera de La Habana (FOH), sindicalista revolucionária, na qual os anarquistas constituíam a força preponderante.

No México, os anarquistas protagonizaram episódios relevantes durante a Revolução Mexicana, iniciada em 1910. O Partido Liberal Mexicano, fundado alguns anos antes, já em 1908 era uma organização específica anarquista e colocou-se à frente, no norte, da tomada da Baja Califórnia, em 1911, que se estendeu a outras cidades, recebendo apoio do IWW, declarando, no local tomado pelos insurgentes, a República Socialista da Baixa Califórnia. No centro, destacaram-se o grupo anarquista Lucha e a Casa del Obrero Mundial (COM), fundada em 1912, sindicalista revolucionária, que tinha hegemonia anarquista e chegou a ter 50 mil membros. No processo revolucionário, a COM protagonizou um episódio desastroso, ao unir-se aos revolucionários burgueses contra Zapata, o qual, com influência anarquista, atuava em Morelos, chegando a ter um exército de 70 mil combatentes em 1915. Em 1921, ex-membros da COM, militantes do IWW e comunistas fundaram a Confederación General del Trabajo (CGT), que teve apoio da Federación Comunista del Proletariado Mexicano, de orientação libertária, fundada em 1920.

Na América do Sul, a experiência de maior destaque é, sem dúvidas, a Argentina. Fruto de um processo organizativo precedente, que estabeleceu, em 1904, a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), o anarquismo no país foi completamente hegemônico no movimento operário, razão que possibilitou, em 1905,

um vínculo programático entre sindicalismo e anarquismo, constituindo a primeira experiência anarco-sindicalista da América Latina. As cisões do movimento operário se deram dentro dos marcos anarquistas, sendo a mais relevante entre a FORA-V, anarco-sindicalista, que chegou a ter 200 mil membros em 1922, e a FORA-IX, sindicalista revolucionária, que chegou a 120 mil membros em 1919. Episódios revolucionários na cidade, como a greve que culminou na Semana Trágica de 1919, e no campo, entre 1920 e 1921, na Patagônia, além do atentado que matou o coronel de política R. Falcón, marcaram a força do movimento no país.

No Brasil, a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908 – que incluiu federações operárias locais de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre –, além de uma greve geral em 1917 e de uma insurreição em 1918 marcaram a hegemonia anarquista nesta onda do movimento operário. No Uruguai, destaca-se a fundação, em 1905, da Federación Obrera Regional Uruguaya (FORU), que mobilizava 90 mil membros em 1911; no Chile, destaca-se, em 1912, a fundação da Federación Obrera Regional Chilena (FORCh). Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela também tiveram participação anarquista significativa, no geral, vinculada ao movimento operário.

Na América Latina, as experiências no campo da educação popular foram também significativas. Na Argentina, em 1901, no seio do Centro Obrero de Estudios Sociales, se estabeleceu, em Rosário, a primeira escola racionalista, que foi seguida por outras iniciativas como a Escuela Integral Libertaria de Bahia Blanca, de 1902. No Brasil, se estabeleceram a Escola Libertária Germinal, em 1902, a Universidade Popular, em 1904, a Escola Livre Primeiro de Maio, em 1909 e criou-se, em 1910, ligada à COB, uma Comissão Pró-Escola Moderna no Rio de Janeiro, seguida por outras iniciativas. No Peru, fundou-se a Universidade Popular Manuel Gonzáles Prada, em 1920; em Cuba, diversas experiências se desenvolveram entre 1922 e 1923.

Na Ásia, experiências na China, no Japão e na Coréia entrelaçaram-se, a partir de viagens de estudantes para o exterior. Na China, os anarquistas participaram da fundação do Kuomintang e, durante toda a segunda onda, constituíram a força hegemônica do movimento revolucionário chinês, criando os primeiros sindicatos do país, pautando a mobilização na cidade e no campo, a libertação da mulher e a educação universal. Os anarquistas participaram do Movimento Quatro de Maio, de 1919, e desenvolveram uma influência determinante no Cantão (Guangzhou), fundando o Guangzhou Teahouse Labour Union, sindicato que chegou a ter 11 mil membros. No

Japão, o anarquismo consolidou-se nos anos 1910, como uma das três maiores forças do movimento revolucionário; entre 1918 e 1922, os anarquistas criaram e participaram de muitos sindicatos. Destacam-se a fundação do grupo Rôdô Undô, que editou um periódico homônimo; a participação anarquista na radicalização da Yuaikai, que se tornou, em 1921, a Sôdômei, um tipo de central sindical com influência anarquista determinante. Na Coréia, o anarquismo proveio de um desenvolvimento anterior, pelo menos desde 1910, na região da Manchúria, consolidando-se em 1919, a partir de um vínculo estreito com o movimento de libertação nacional; neste ano, os anarquistas envolveram-se completamente no Movimento 3.1, que mobilizou 2 milhões de pessoas na luta pela independência do país. Em seguida, entre 1920 e 1925, formou-se e desenvolveu-se a Federação Anarquista Coreana (KAF). Outras experiências relevantes na Ásia, que tiveram participação anarquista, ocorreram na Índia, em torno do Ghadar Party, nas Filipinas, na Malásia e no Vietnã.

Na África, o anarquismo consolidou-se no início do século XX, fundamentalmente no Egito e na África do Sul. Os marcos fundamentais constituem, no Egito, a fundação, pelos anarquistas, em 1901, de uma Universidade Popular, mesmo ano em que os periódicos *A Tribuna Livre* e *L'Idea* apareceram em Alexandria e no Cairo; a realização de um congresso anarquista em 1909; a fundação, em 1921, da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Na África do Sul, destacam-se: a fundação da Social Democratic Federation (SDF) e do subseqüente General Workers Union (GWU), que contaram com ampla participação anarquista; a fundação, em 1910, do IWW, que chegou a ter 4 mil membros, praticando um sindicalismo de intenção revolucionária, mobilizando trabalhadores de todas as raças, sem distinção; a criação, entre 1917 e 1919, de sindicatos como o Indian Workers Industrial Union (IWIU), em Durban, e o Industrial Workers of Africa (IWA), em Johanesburgo, assim como o jornal *Voice of Labour*.

Na Oceania, o anarquismo constituiu uma pequena corrente da esquerda, tendo surgido com o Melbourn Anarchist Club, ainda em 1886, e a Active Service Brigade, de Sidney, dos anos 1890. Foi, entretanto, o sindicalismo revolucionário do IWW – que se estabeleceu no continente, em 1911 na Austrália, e, em 1912, na Nova Zelândia – que potencializou as lutas e deu visibilidade a elas.

Diversos fatores podem ser apontados para o refluxo ocorrido ao final dessa onda: além de problemas e insuficiências internas do anarquismo, podem-se mencionar as repressões brutais, a perda de todas as revoluções, incluindo a russa, liquidada pelos

bolcheviques até 1921, assim como a própria ascensão do bolchevismo, e também do nacionalismo e do fascismo.

Esses elementos permitem algumas afirmações relativas à segunda onda do anarquismo. Primeiramente, continua hegemônica, entre os anarquistas, a estratégia sindical de massas, que mobiliza pelos locais de trabalho, inclui os locais de moradia e ocorre juntamente com trabalhos de educação e cultura; as organizações especificamente anarquistas são secundárias em relação às organizações de massas. Nesse período, o anarco-sindicalismo se estabelece com força na Argentina, fornecendo as bases para um debate central entre as diferentes estratégias sindicais, do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário, o qual ainda é, a estratégia anarquista hegemônica no mundo. Esse é também o período em que o anarquismo se consolida com muita força na América do Sul. As experiências dos Estados Unidos e da África têm de lidar mais diretamente com o problema do racismo, que corta diretamente o movimento sindical; na China, há um foco relevante na questão da libertação de gênero e, na Coréia, na luta antiimperialista, que envolveu a participação nas lutas pela independência do país – questões que não aparecem de maneira tão evidente em outros países. Evidenciam-se experiências militares anarquistas de envergadura significativa na Ucrânia, no México e na Macedônia. Influências individualistas se aproximam de anarquistas em localidades como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia.

6.5 TERCEIRA ONDA (1924-1949)

A terceira onda, menor que a segunda e maior que a primeira, constitui uma continuidade do "período glorioso" do anarquismo, iniciado na segunda onda. O período caracteriza-se pelas revoluções contra o imperialismo e a resistência em duas frentes, ao fascismo e ao bolchevismo. A ascensão do fascismo e do bolchevismo teve duras conseqüências aos anarquistas; o primeiro, por meio de uma aberta e fortíssima repressão contra-revolucionária, de direita, que impôs derrotas ao anarquismo em distintos países; o segundo, por meio de uma incidência enorme nas classes dominadas, utilizando-se de um discurso libertador e do exemplo do sucesso da Revolução Russa; ainda assim, investiu, como nos casos da Rússia, da Ucrânia, da Bulgária e da Revolução Espanhola, na repressão aberta aos anarquistas. Esse contexto também contou, em diversos países, com a participação de antigos anarquistas na criação de partidos comunistas – como havia ocorrido um pouco antes no Brasil –, com um processo de bolchevização desses partidos e um alinhamento com a Rússia. Esse

período, que também contou com a Crise de 1929 e com a Segunda Guerra Mundial, foi marcado pela ascensão do conservadorismo, do reformismo e das medidas de bem-estar em vários Estados, como nos casos do Uruguai, da Suécia e dos Estados Unidos, assim como a institucionalização dos sindicatos promovida pelo governo e o surgimento do populismo, em países como Brasil e Argentina, que prejudicaram o desenvolvimento do anarquismo e integraram parte significativa das classes dominadas nos projetos políticos das classes dominantes.

Podem-se identificar três iniciativas internacionais relevantes no período. A East Asian Anarchist Federation (EAAF), fundada em 1928, com organizações dos seguintes países: China, Coréia, Formosa (Taiwan), Índia, Japão e Vietnã. A Asociación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), fundada em 1929, que se constituiu como ramo latino-americano da Internacional Sindicalista, envolvendo mais de 100 sindicatos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA), estabelecida na Europa, em 1948, que, na América Latina, ficou conhecida como Comisión Continental de Relaciones Anarquistas (CCRA), durando, com algumas modificações, até os anos 1960; ambas constituíram redes de relações entre organizações anarquistas, jornais e individualidades dos seguintes países: Alemanha, Argélia, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coréia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Holanda, Índia, Inglaterra, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Marrocos, Panamá, Peru, Portugal, Suíça, Tunísia, Uruguai e Venezuela.

Na Europa, destacam-se duas experiências. Na Bulgária, a FAKB, fundada nos fins da segunda onda, protagonizou experiências relevantes envolvendo sindicalismo urbano e rural, cooperativas, guerrilha e mobilização de juventude. Seu 5º congresso, em 1923, contou com 104 delegados e 350 observadores de 89 organizações e, entre 1926 e 1927, a FAKB adotou a Plataforma do grupo de exilados russos Dielo Truda, que sustentava a necessidade de uma organização anarquista programática, fundamentada na unidade ideológica, na unidade tática (método coletivo de ação), na responsabilidade coletiva e no federalismo. A discussão da Plataforma, inclusive, teve, nesta onda, algum impacto no anarquismo europeu. Em 1930, destaca-se, na Bulgária, a influência anarquista na formação da Confederação Vlassovden, de mobilização rural, que chegou, no ano seguinte, a 130 seções, possibilitando ao anarquismo constituir a terceira força política de esquerda no país. Fundam-se a Confederação Nacional

Anarco-Sindicalista (CNAST), com 40 grupos, e a Federação Búlgara de Sindicatos Autônomos (FBSA), seção da Internacional Sindicalista; *Rabotnicheska Misl*, periódico da FAKB, chegou, em 1945, à tiragem de 60 mil exemplares por número. Entre 1941 e 1944, uma poderosa guerrilha anarquista combateu o fascismo, aliando-se à Frente Patriótica na organização da insurreição de setembro de 1944, contra a ocupação nazista. Lutando, ao mesmo tempo, contra o nazi-fascismo e o comunismo, o fim da terceira onda no país foi marcado pela repressão estalinista, com mil militantes da FAKB sendo mandados para campos de concentração comunistas.

A Revolução Espanhola (1936-1939) foi o grande destaque do anarquismo na Europa Ocidental da terceira onda, a qual teve apoio de anarquistas de diversos outros países. Estabelecendo fortalezas na Catalunha, em Aragão e Valência, os anarquistas articularam-se na Confederación Nacional del Trabalho (CNT), central anarco-sindicalista que chegou a reunir 2 milhões de trabalhadores, aliando-se estrategicamente com a Federación Anarquista Ibérica (FAI) e a Federación Ibérica de Juventudes Libertarias (FIJL). Impulsionaram, juntas, um processo de coletivização de propriedades na cidade e no campo, estabelecendo experiências autogestionárias bastante avançadas, protagonizadas por trabalhadores e camponeses, na indústria, nos campos, nos locais de trabalho e moradia, transformados em comunas livres, que foram defendidos por milícias como a Coluna Durruti. Nas cidades, coletivizaram fábricas, serviços públicos (transportes, energia, saúde, etc.); na Catalunha, que concentrava dois terços das indústrias do país, 70% dessas indústrias foram coletivizadas pelos trabalhadores; nos campos, na região de Aragão, a Federação das Coletividades agrárias chegou a reunir meio milhão de camponeses. Criaram-se iniciativas de educação popular importantes, como o Consell de l'Escola Nova Unificada (CENU), na Catalunha, e a Federação de Ateneus, ambas em 1936. Fatores como o crescimento do fascismo, a traição dos comunistas, a problemática guerra-revolução e posições equivocadas dos anarquistas, como a decisão de participar do governo, tiveram relevância para o fim do processo revolucionário.

Há outras experiências européias importantes, também com alguma relevância neste período. Na França, destacam-se: as organizações anarquistas que derivaram da União Anarquista, entre 1920 e 1939, em cujo seio a Plataforma protagonizou cisões; a existência, entre 1936 e 1939, de 107 grupos anarquistas no país; a fundação da Federação Anarquista (FA) em 1945. No campo popular, os anarquistas impulsionaram a criação da União Federativa de Sindicatos Autônomos, em 1925, da Confédération

Générale du Travail – Syndicaliste Révolutionnaire (CGT-SR), que chegou a 20 mil membros, da Fédération Internationale Syndicaliste Révolutionnaire (FISR) e da Confédération Nationale du Travail (CNT). Na Itália, destaca-se a fundação, em 1944, da Federação Anarquista Comunista Italiana (FCAI), com alguma influência na Confederação Italiana Geral do Trabalho (CGIL) que, em 1950, cindiu, por razão da refundação da União Sindicalista Italiana (USI), a qual também contou com influência anarquista; em 1945, foi fundada a Federação Anarquista Italiana (FAI), organização especifica anarquista apoiada, assim como a FA francesa, na Síntese. Organizações que atuaram nesse processo francês-italiano, como os Grupos Anarquistas de Ação Proletária (GAAP) e a Organização Pensamento-Batalha (OPB), deram corpo a uma breve Internacional Comunista Libertária (ICL), inspirada na Plataforma do Dielo Truda. Na Alemanha, fundou-se a Federação de Socialistas Libertários (FFS), em 1947; na Inglaterra, a Federação Anarquista Britânica (AFB), em 1945, juntamente com a Federação Operária (SWF). Na Ucrânia, a NABAT foi reestabelecida e protagonizou um levante armado em 1943, que teve continuidades até 1945; há indícios da existência de uma organização makhnovista secreta, Krostadt Accords (ZK), dentro do Exército Vermelho do pós-guerra.

Nas Américas, destacam-se experiências no centro-sul do continente. Em Cuba, os anarquistas criaram organizações específicas anarquistas, como a Federación de Grupos Anarquistas de Cuba (FGAC), a Asociación Libertaria de Cuba (ALC), por meio da realização de três congressos, em 1944, 1948 e 1950. No campo popular, impulsionaram a Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC), fundada em 1925, sob influência da CNT espanhola, a qual chegou a ter 200 mil membros; a Confederación de Trabajadores de Cuba (CTC), as Asociaciones Campesinas, a Confederación General de Trabajadores (CGT); até o fim dos anos 1940, a influência anarquista entre trabalhadores e camponeses era notável. No México, fundou-se a Federação Anarquista Mexicana (FAM), em 1941, e a CNT – Delegación General (CNT-DG), em 1942. No Brasil, o Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo, foi reaberto em 1945; fundaram-se jornais *Remodelações* e *Ação Direta*, em 1946, e *A Plebe*, em 1947; realizou-se o Congresso Anarquista, em 1948, com presença de grupos como União Anarquista do Rio de Janeiro, Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, União Anarquista de São Paulo, Os Ácratas, de Porto Alegre e individualidades; no campo sindical, os anarquistas impulsionaram os Grupos de Resistência Sindical, no Rio de Janeiro, e os Grupos Sindicais de Ação Direta, em São Paulo. Na Argentina, a

FORA, entre fluxos e refluxos, chegou, no período de 1929 a 1930, a ter 100 mil membros; fundaram-se, no fim dos anos 1920, os Comités Pro-Escuelas Racionalistas e, em 1935, a Federación Anarco-Comunista Argentina (FACA); ocorreram neste e em outros países latinos mobilizações pelas liberdades de Sacco e Vanzetti e pró-Radowitzky. No Chile, foi fundada, em 1933, a Federación Anarquista Chilena (FACh) e, em 1936, surgiu a Confederación General de Trabajadores (CGT), com participação do IWW e da FORCh. Na Venezuela surgiu, em 1944, a Federación Obrera Regional Venezuelana (FORV).

Na África, neste período, foram levadas a cabo experiências ao norte, com alguns espaços para discussão e formação política no Egito, mas, principalmente, com as conexões estabelecidas entre franceses e a Argélia, destacando-se o trabalho do anarquista argelino Saïl Mohamed, que, em 1929, foi secretário do Comité de Défense des Algériens contre les Provocations du Centenaire, um movimento de libertação nacional com ampla influência anarquista; neste país, o anarquismo também foi relevante na fundação da CGT-SR e do periódico *Terre Libre*. No pós-guerra, os anarquistas impulsionaram o Mouvement Libertaire Nord-Africain (MLNA), fundado em 1947, que contou com membros da Argélia, do Marrocos e da Tunísia, os quais estabeleceram contatos com o CRIA e a FA francesa.

Na Ásia, destaca-se a Revolução na Manchúria, entre 1929 e 1931, que constitui outro importante capítulo da história do anarquismo. Fundada em 1929, a Federação Anarquista Coreana na Manchúria (KAF-M) e a Federação Anarquista Comunista Coreana (KACF) protagonizaram, depois de um acordo com o Exército de Independência Coreano, a transformação da prefeitura de Shimin em uma estrutura administrativa socialista libertária. Levado a cabo em um contexto de luta antiimperialista contra o Japão, esse processo revolucionário foi liderado, em termos militares, por Kim Jwa-Jin, chamado de "Makhno coreano", criando a Liga Geral dos Coreanos (HCH), uma estrutura autogestionária comunal, conformada em um território que compreendia 2 milhões de habitantes, a qual teve de lidar com questões como guerra, agricultura, educação, finanças, propaganda, juventude e saúde, criando alternativas construtivas libertárias. A experiência durou até a entrada do Japão na região, em 1931, quando os anarquistas coreanos recuaram, deslocando-se para sul da China, onde permaneceram combatendo, em armas, o imperialismo japonês, até 1945. Destaca-se, no contexto deste processo, a formação, pelo braço chinês da KAF (KAF-C), da Federação da Juventude Coreana do Sul da China (KYFSC), em Shanghai, em

1930, com delegados da Coréia, da Manchúria, do Japão e de toda a China. Destacam-se, ainda, a criação da Federation of Free Society Builders (FFSB), que agregou grande parte dos anarquistas coreanos em meados dos anos 1940 e, também nesta década, a participação de anarquistas no Governo Provisório Coreano (1940-1946).

Outras experiências asiáticas relevantes também podem ser citadas. Na China, o anarquismo permaneceu uma força relevante até o fim dos anos 1920: diversos livros anarquistas foram traduzidos e publicados nessa década; em 1922, na Federação de Sindicatos de Shanghai e no Congresso Nacional Operário, os anarquistas foram hegemônicos; no segundo congresso, em 1925, os anarquistas ainda tinham muita força; no Cantão (Guangzhou), a influência anarquista foi significativa, em 1927, na fundação da Federação de Trabalhadores Revolucionários e do Instituto de Treinamento do Movimento Operário, dedicado à educação popular. No Japão, o anarquismo desse período foi também marcado por conflitos sobre a melhor estratégia a ser adotada; de um lado, colocaram-se os defensores do sindicalismo (organizações de massas, ganhos de curto prazo, etc.), de outro, aqueles que eram contrários às estratégias sindicais. Em 1926, os anarquistas fundaram a organização anarquista Federação das Juventudes Negras "Kokuren", com presença de 700 pessoas, 24 grupos, dos quais sete sindicatos, a maioria de impressores; participaram, também, da fundação da União Geral Livre dos Sindicatos Operários "Zenjiren", fundada em um congresso com 400 delegados e 25 sindicatos, representando mais de 8 mil trabalhadores – a central chegaria a ter, no ano seguinte, 15 mil membros. Em 1929, os sindicalistas, já separados dos outros anarquistas, fundaram um novo sindicato, "Jikyô", que, em 1931, chegou a 3 mil membros. Fundaram-se, em 1930, a Federação anarquista (Anarukisuto Renmei) e seu jornal *Bandeira Negra*, e, em 1934, o Partido Anarco-Comunista. Além do movimento urbano, os anarquistas atuaram entre os camponeses e impulsionaram uma Frente Única Antifascista. Em 1945, foram fundadas a Federação Anarquista Japonesa (FAJ), com 200 membros, e, em seguida, a Federação de Sindicatos Livres e a Conferência dos Sindicatos.

O refluxo da terceira onda pode também ser atribuído à repressão, levada a cabo por fascistas, mas, também, por bolcheviques, cuja ascensão representou outro motivo desse refluxo. Entretanto, foi, sem dúvidas, o contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial que modificou completamente o plano geopolítico mundial e teve impacto determinante no anarquismo e nas próprias lutas populares.

Esses elementos permitem algumas afirmações relativas à terceira onda do anarquismo. Os anarquistas seguiram com força na Europa, na América Latina e na Ásia, que atingiu seu auge nesta onda; o bolchevismo e o fascismo atuam como inimigos. Os anarquistas protagonizaram duas revoluções, na Espanha e na Manchúria, e ensaios revolucionários na Bulgária, em contextos em que articularam a luta armada com as mobilizações de massas; com o fim da Revolução Espanhola, os exilados tiveram influência relevante na América Latina. Os anarquistas também estabeleceram relações relevantes entre a Europa e a África e disputaram entre si concepções organizativas: o modelo de organização anarquista, em geral na Europa, mas especificamente na França, com a polêmica da Plataforma *versus* Síntese, e a questão do sindicalismo, em geral na Ásia, mas especificamente no Japão, com anarquistas defensores e críticos do sindicalismo.

6.6 QUARTA ONDA (1950-1989)

A quarta onda, menor que as primeiras três, foi marcada pela Guerra Fria e a pela descolonização da África e da Ásia; mesmo constituindo um período de refluxo, observa-se o desenvolvimento significativo do anarquismo em algumas regiões. O contexto desse período é marcado pelo *boom* capitalista pós-Segunda Guerra, pelas ditaduras de direita na América Latina, que tiveram apoio direto dos Estados Unidos, pela vitória do maoísmo na China, em 1949, e pelo totalitarismo branco e vermelho na Coréia, a partir de 1953. Destacam-se, também, a onda de revoltas no mundo de 1968, com uma crise que implicou a piora de condições no mundo ocidental e na Rússia, além da influência da Nova Esquerda em diversos países, assim como o surgimento de novos movimentos sociais, os quais passaram a promover bandeiras como a ecologia e as lutas contra a opressão de gênero e de orientação sexual.

Em relação às iniciativas internacionais, devem-se mencionar a rearticulação da Cruz Negra Anarquista, no fim dos anos 1960, mas, principalmente, a fundação da Internacional de Federações Anarquistas (IFA), em 1968. Ainda que suas bases principais estivessem na França e na Itália, seu primeiro congresso contou com presença de organizações anarquistas dos seguintes países: Argentina, Alemanha, Austrália, Bulgária, Cuba, Espanha, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suíça; contatos foram ainda estabelecidos com a China e o Vietnã.

No campo das organizações de massas, destaca-se a rearticulação da Internacional Sindicalista de 1922 (IWA-AIT) que, em seu congresso de 1951, contou

com delegação dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bulgária, Cuba, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia.

Na Europa, desenvolveram-se iniciativas no campo das organizações específicas anarquistas, guerrilhas anarquistas, grupos insurrecionalistas, iniciativas sindicais de massas (algumas clandestinas) e uma participação significativa nas revoltas do Maio de 68 francês, que fizeram parte de um contexto global de mobilizações em todo o mundo. No caso específico da França, em que greves de estudantes articularam-se com ocupações de fábricas e levaram a uma greve geral que abalou o governo, os anarquistas tiveram participação importante entre o setor mais radicalizado dos estudantes.

Entre as organizações anarquistas deste período, que tiveram entre uma dezena e algumas centenas de membros, podem-se citar: a Federação Anarquista Alemã (I-AFd); a União Libertária Búlgara (BLU); a Anarchist Communist Federation e a Organization of Revolutionary Anarchists (ORA), da Inglaterra; a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), que foi refundada; a Federação Anarquista (FA) francesa e as dissidentes Fédération Communiste Libertaire (FLC) e Organisation Communiste Libertaire (OCL); a Federação Anarquista Italiana, a Organização Revolucionária Anarquista (ORA) e a Federação de Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA); a Organisation Socialiste Libertaire, da Suíça; o Group of Concil Anarchists (OSA), da Grécia; a Oposição de Esquerda, da URSS. Muitas dessas organizações publicaram jornais e brochuras para difundir suas idéias.

Os anarquistas também participaram de movimentos guerrilheiros e atentados, em especial na Espanha franquista, por meio dos grupos: Defensa Interior, Grupo Primeiro de Maio, Movimiento de Liberación Ibérica – Grupos Autônomos de Combate (MLI-GAC) e Grupos de Acción Revolucionária Internacionalista (GARI). Houve, também, ações desse tipo em outros países, como na Alemanha, com o Movimento 2 de Junho – o qual teve vários membros integrando a Red Army Fraction (RAF) e os Anti-Capitalist Autonomous Commandos (KAA) do País Basco; na Inglaterra, com a Angry Brigade e na França, com o grupo Acción Directe. Anarquistas também participaram de atentados na Inglaterra contra o governo italiano, integraram-se em processos de luta armada do autonomismo italiano e atuaram na insurreição de 1973 na Grécia. O anarquismo grego ganhou força nos anos 1970 e 1980, desenvolvendo táticas insurrecionais buscando aliar manifestações combativas de rua e confrontos com a polícia a ações armadas; destacaram-se, nesse contexto, grupos como Anarchist Attack Groups e o Grupo de Anarco-Comunistas de Nea Smyrni (OANS).

Visando a atuação no campo sindical, os anarquistas criaram e participaram de várias organizações, dentre as quais se destacam: o Sindicato Operário Livre (FAU), da Alemanha; a Anarchist Workers Association (AWA), da Inglaterra; a Aliança Libertária Anarco-Sindicalista e o jornal *A Batalha* (reativado), de Portugal; a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), da Espanha, que operou clandestina e publicamente, chegando a 300 mil membros entre 1977 e 1978 e teve diversas cisões, com a criação da Confederación General del Trabajo (CGT); a Alliance Syndicaliste, o periódico *Solidarité Ouvrier* e a própria CNT da França; a União Sindical Italiana (USI), que foi reestabelecida, os Comitês de Base (COBAS) e a Confederação Italiana de Base – Comitês de Base Unidos (CIB-UNICOBAS), da Itália; o SAC e o sindicato dos trabalhadores marítimos (MTWIU) da Suécia; o sindicato dos servidores públicos (SUD), da Suíça; a Federação Anarco-Sindicalista (ASF) da Tchecoslováquia; o Free General Workers' Union (SMOT), a Confederation of Anarcho-Syndicalists (KAS) e a Confederation of Revolutionary Anarcho-Syndicalists (KRAS), da Rússia; o Grupo de Anarco-Sindicalistas (AO), da Grécia. Muitas dessas iniciativas estiveram diretamente vinculadas às práticas de educação popular e formação política, conforme comumente realizado pelos anarquistas.

Surgiram, também, iniciativas no campo da propaganda, com as editoras Freedom Press, na Inglaterra, e AK Press, na Escócia; fortalecendo o campo das investigações sobre o anarquismo, foram fundados o Centre International de Recherches sur l'Anarchisme (CIRA), na Suíça, a Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo (FAL), na Espanha e a Kate Sharpley Library, na Inglaterra.

No Oriente Médio, o anarquismo surgiu com força entre os anos 1970 e 1980; organizações do Irã, The Scream of the People (CHK), e do Iraque, Workers Liberation Group (JS, ou Shagila), articularam, juntas, quase mil militantes e participaram por meio de uma guerrilha da Revolução Iraniana de 1978-1979, na qual processos radicais foram levados a cabo: organização de mulheres, tomada de terra por camponeses, mobilizações de trabalhadores, criação de conselhos de base (shoras) e de comitês de bairro armados (komitehs). Nos anos 1980, surgiu, no Líbano, o grupo Iniciativa Comunista Libertária (BT) e, no Irã, o Grupo Anarquista Iraniano.

Nas Américas, destaca-se, nos Estados Unidos e Canadá, a presença renovada do IWW e de anarquistas envolvidos em movimentos inspirados pela Nova Esquerda, sustentando questões ambientais, de gênero e contra as guerras; em 1968, nos Estados Unidos, os anarquistas participaram dos protestos durante a Convenção Democrática e

da criação do grupo Students for a Democratic Society; no Canadá, fundou-se, no campo da propaganda, a editora Black Rose Books.

Em Cuba, os anarquistas estiveram presentes nas guerrilhas orientais e de Escambray, levadas a cabo contra a ditadura de Batista; sua influência relevante na Confederación de Trabajadores de Cuba (CTC) e sua organização na Asociación Libertaria de Cuba (ALC) permitiram que tivessem influência significativa entre os trabalhadores industriais e artesãos da cidade e os trabalhadores do campo. Durante a Revolução Cubana, que culminou em 1959, os anarquistas participaram de maneira determinante das lutas, por meio da ALC e, especialmente, com o sindicalismo clandestino da Confederación General del Trabajo (CGT). Com o passar dos anos, o governo cubano reprimiu fortemente os anarquistas, que foram presos, torturados e/ou tiveram de imigrar.

No Uruguai, a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), fundada em 1956, defendendo o que chamou de "especifismo anarquista", protagonizou os episódios de maior impacto no continente. Como parte do Movimento de Libertação Nacional (MLN), fundado em 1962, e, depois de uma cisão, em 1963, ocasionada pelo apoio crítico à Revolução Cubana – cuja cisão originou a Comunidad del Sur –, a FAU ajudou a fundar a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), em 1965. Articulou-se com outras organizações da esquerda revolucionária, fundando a Organización Latinoamericana de Solidariedad (OLAS) e a Frente Izquierda de Liberación (FIDEL). Com o MLN sendo colocado na ilegalidade, organizou, em 1970, um braço de massas, operário e estudantil, a Resisténcia Obrero-Estudantil (ROE), que articulou a mobilização no setor popular; em 1971, a FAU criou um braço armado, a Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales (OPR-33), com objetivo de apoiar as mobilizações de massa com sabotagens, expropriações, seqüestros etc. Sua estratégia de luta armada, crítica ao foquismo guevarista, foi influenciada pelas teorias da guerrilha urbana do anarquista Abraham Guillén, as quais tiveram impacto em todo o continente. Em 1972, a FAU atingiu seu auge, antes do golpe de 1973, com aproximadamente 500 militantes, dos quais 100 eram da OPR-33; a ROE contava com 10 mil militantes, que incidiam diretamente na CNT que, neste momento, representava 400 mil trabalhadores. Esse processo, de proporções significativas, principalmente se levada em conta o tamanho da população do país, articulou organização política, guerrilha anarquista, mobilização pelo local de trabalho, de moradia e de estudo em proporções amplas. A repressão dizimou essa experiência, com muitos militantes sendo presos, torturados e

mortos. Depois do exílio, a FAU rearticulou-se nos anos 1980, aprofundando as bases do especifismo; a CNT também se reorganizou e, por meio de um processo de unificação, passou a chamar Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), representando 120 mil trabalhadores.

Outras iniciativas latino-americanas relevantes podem ainda ser mencionadas. Na Argentina, em 1955, a FACA transformou-se em Federação Libertária Argentina (FLA); uma greve dos portuários impulsionada pela FORA, em 1956, durou seis meses, constituindo a maior greve do século XX no país. Outra experiência importante na Argentina foi a constituição da organização anarquista Resistência Libertária, que se estabeleceu nacionalmente em 1974 e foi dizimada pela repressão da ditadura de 1976. Com aproximadamente uma centena de militantes em Buenos Aires, La Plata, Córdoba, e outras localidades, essa organização destacou-se por seus trabalhos de massas nos sindicatos, bairros e grêmios estudantis, e por um braço armado, que se articulou com a OPR-33 uruguaia. No Chile, os anarquistas participam de experiências sindicais que contribuíram com a fundação, em 1953, da Central Única de Trabajadores de Chile (CUT), na qual tiveram grande influência, ocupando posições na direção nacional. Cindindo em 1958, os anarquistas fundaram a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), em 1960. Em 1965, os anarquistas participaram da fundação do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e nele permaneceram por pelo menos dois anos. Na Bolívia, os anarquistas foram hegemônicos na Confederación Obrera Regional Boliviana (CORB), sucessora da FOL, no seio da qual impulsionaram a Federación Obrera Femenina (FOF), organização de mulheres que impulsionou lutas de gênero. No México, os anarquistas seguiram articulando-se na Federación Anarquista Mexicana (FAM) e foram, em grande medida, responsáveis pela radicalização do Frente Auténtico de Trabajo (FAT), que assumiu contorno sindicalista revolucionário. No Brasil, os anarquistas resistiram, neste período de refluxo, por meio de publicações como *Ação Direta*, edição de alguns livros, criação de espaços de discussão/formação e alguma participação no Movimento de Orientação Sindical (MOS), em São Paulo; com o fim da ditadura, ressurgiram, mais evidentemente, publicações, editoras, dentre as quais se destaca a Novos Tempos / Imaginário, e centros de cultura, dentre os quais se destaca o Círculo de Estudos Libertários (CEL), do Rio de Janeiro.

Na África, os anarquistas participaram de lutas de libertação nacional na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

(PAIGC) – em todos eles, com uma maioria de anarquistas negros. Tiveram, também, uma atuação importante na luta de independência da Argélia, que culminou em 1962. O sindicalismo de intenção revolucionária teve protagonismo, nos anos 1950, com o Industrial and Commercial Union in Southern Rhodesia (ICU), fundado em 1919, e, posteriormente, com a Federation of South African Trade Unions (FOSATU), fundada em 1979; em 1981, no Senegal, surgiu o Partido Anarquista pelas Liberdades Individuais na República (PALIR).

Na Ásia, destacam-se experiências na Coréia, na China e no Japão. Na Coréia, os acontecimentos mais relevantes envolveram a participação anarquista na Revolução de Abril, em 1960, que inaugurou a segunda república coreana, e nas mobilizações que levaram à Comuna de Gwangju, em 1980, contra o regime do general ditador Chun Doo-Hwan; durante outro levante, em 1987, veteranos da KAF fundam a Federação de Anarquistas Coreanos (FAK). Na China, com a Revolução de 1949, em torno de 10 mil anarquistas tiveram de entrar para a clandestinidade e guerrilhas, como a Chu Cha-pei, anarquista e inspirada no RIAU ucraniano, tiveram de instalar-se na província de Yunnan para combater a nova classe dominante. No Japão, articulou-se uma federação anarquista em 1955, também chamada Federação Anarquista Japonesa (FAJ), que foi substituída pela Black Front Society (KSS) em 1970, e, em seguida, pelo Libertarian Socialist Council (LSC). Foram fundados o Workers' Solidarity Movement (RRU), em 1983, anarco-sindicalista, e uma nova federação anarquista, em 1988.

Na Oceania, destacam-se iniciativas sindicais e organizações anarquistas. Na Nova Zelândia, em 1951, a Waterfront Dispute foi levada a cabo por meio de uma greve de milhares de trabalhadores (mineiros, trabalhadores das docas, do cimento entre outros) em protestos contra as condições de trabalho e as dificuldades financeiras, na qual o New Zealand Waterside Workers' Union (NZWWU), que contava com a participação de antigos membros do IWW, teve destacado papel; nos anos 1960, articulou-se a New Zealand Federation of Anarchists (NZFA). Na Austrália, criou-se, em 1975, a Federação Australiana de Estudantes Anarquistas (FAA), num congresso com mais de 250 delegados, representando 11 grupos; neste mesmo ano, o IWW foi reestabelecido; em 1977, fundou-se a editora Jura Books, que, posteriormente, transformou-se em uma federação; em 1986, fundou-se a Anarcho-Syndicalist Federation (ASF).

O refluxo do anarquismo no período pode ser explicado, pelo menos em parte, pelas ditaduras, seguidas de repressão, em diversos continentes, protagonizadas pela

direita e pela esquerda. A quarta onda terminou com o fim do bloco soviético e do "socialismo real", com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da URSS, fenômeno que, novamente, modificou radicalmente a geopolítica mundial e proporcionou, em muitos dos antigos países "socialistas", as condições para o (re)surgimento do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária.

Esses elementos permitem algumas afirmações relativas à quarta onda do anarquismo. Apesar de o anarquismo estar presente em todos os continentes, aparecendo inclusive no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que buscou articular-se internacionalmente, perdeu força em relação às ondas anteriores. Ainda assim, teve participação em lutas e revoluções importantes. Fundaram-se e rearticularam-se organizações anarquistas, o sindicalismo de intenção revolucionária reapareceu lentamente e guerrilhas anarquistas foram levadas a cabo. No campo dos debates relevantes, a questão Síntese *versus* Plataforma continua na Europa; com a maioria de organizações aderindo às proposições sintetistas, criam-se, entretanto, várias outras organizações plataformistas; debates sobre as estratégias sindicais também permanecem. As guerrilhas anarquistas aparecem fortemente, diversas delas combatendo em contextos de ditaduras de direita e, outras, contra a dominação comunista. Outro fato relevante, que surgiu na esteira da Nova Esquerda e do Maio de 1968, foi a incorporação de novas questões no anarquismo, como a defesa da ecologia e as lutas contra as dominações e discriminações por razão da orientação sexual, de fato novas; o feminismo, bastante enfatizado naquele contexto, havia sido sempre uma bandeira dos anarquistas. Entretanto, as práticas que derivaram desse amplo movimento, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, implicaram, para muitos dos chamados anarquistas, o abandono da perspectiva classista, a defesa de um individualismo extremo, a promoção do primitivismo, de estilos de vida alternativos e, em alguns casos, de um feminismo que considera inimigos todos os homens. Principalmente na Europa, foram comuns as tentativas de síntese do anarquismo com outras ideologias como o marxismo, o situacionismo e o autonomismo.

6.7 QUINTA ONDA (1990 AO PRESENTE)

A quinta onda, caracterizada pelo momento posterior ao colapso soviético e "socialista" e pela generalização do neoliberalismo no mundo, possui características semelhantes à quarta onda, ainda que se possa identificar uma retomada progressiva do anarquismo. O fim do império soviético possibilitou a reorganização em vários países

do antigo bloco e movimentos clandestinos tornaram-se públicos; na América Latina, o fim das ditaduras também fez com que fosse possível a rearticulação dos anarquistas. Outros elementos contextuais de relevância, que caracterizam o período, são: o colapso das ditaduras de esquerda no Leste Europeu e na Ásia Central, na Coréia do Sul, além do fim do Apartheid na África do Sul.

A quinta onda continuou a ser marcada pelas iniciativas internacionais precedentes e a criação de outras. Em relação às precedentes, deve-se mencionar a continuidade da IFA que, atualmente, articula organizações sintetistas nos seguintes países: Alemanha e Suíça, Argentina, Bielo-Rússia, Bulgária, Espanha e Portugal e Eslovênia, França e Bélgica, Inglaterra, Itália, República Tcheca e Eslováquia. Mantém-se, também, a IWA-AIT, com organizações sindicais nos seguintes países: Alemanha, Brasil, Eslováquia, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Nigéria, Noruega, Portugal, Rússia e Sérvia.

Destaca-se, ainda, nesta onda, o surgimento, em 2005, do projeto Anarkismo.net, reunindo, em torno de um site, organizações anarquistas plataformistas e especifistas; conta, hoje, com 33 organizações dos seguintes países: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Noruega, Suíça, Peru e Uruguai.

Um encontro em Saint-Imier, na Suíça, com presença de milhares de pessoas, em meados de 2012, reuniu representantes dessas três correntes, além de outros sindicatos de intenção revolucionária, que não são membros da IWA-AIT, e participantes independentes. Com a internet, surgiram listas de emails e fóruns de discussão, assim como projetos para divulgação de notícias, como foi caso do A-Infos. Feiras do Livro anarquista passam a ser articuladas em diversos países.

Uma iniciativa que uniu internacionalmente movimentos de bastante diversos, amplamente influenciados pelos anarquistas, foi o Movimento de Resistência Global, ou "Antiglobalização", que durou quase uma década, entre meados dos anos 1990 e 2000, e esteve articulado, em grande medida, na Ação Global dos Povos (AGP), criada em 1998. Com o foco das mobilizações em torno da luta contra o neoliberalismo capitalista, desdobrou-se em protestos massivos em todo o mundo, contra instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o North American Free Trade Agreement (NAFTA), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além das guerras imperialistas protagonizadas pelos Estados Unidos. Outras iniciativas relevantes foram os encontros

sindicais, promovidos em San Francisco, em 1999; em Paris, em 2000; em Essen, em 2002; em Paris, em 2007, o qual teve presença de 250 delegados de todo o mundo.

Na Europa, destacam-se iniciativas sindicais e organizações anarquistas. No campo sindical, podem-se citar organizações como a Confederación General del Trabajo (CGT), da Espanha, que possui 60 mil membros e representa 2 milhões de trabalhadores; a Confederação Siberiana do Trabalho (SKT), da Rússia, com 6 mil membros; a Confédération Nationale du Travail (CNT-F), da França com 5 mil membros; a Sveriges Arbetares Central (SAC), da Suécia, com 9 mil membros, entre outras iniciativas relevantes de participação libertária em sindicatos mais amplos e burocratizados. No campo das organizações anarquistas, destacam-se tanto organizações sintetistas quanto plataformistas. As sintetistas, em geral, estão articuladas na IFA, como a Federação Anarquista (FA) francesa – a qual edita o periódico *Le Monde Libertaire*, mantém a editora Monde Libertaire e a Radio Libertaire –, a Federação Anarquista Ibérica (FAI), a Federação Anarquista Italiana (FAI) e a Federação dos Anarquistas Búlgaros (FAB). As plataformistas, em geral, estão articuladas no Anarkismo.net, como a Federação de Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA), o Workers Solidarity Movement (WSM), da Irlanda, a Organisation Socialiste Libertaire (OSL), da Suíça e o Alternative Libertaire (AL), da França. Entretanto, vêm crescendo os grupos e organizações não alinhadas a essas duas iniciativas, como a Coordination des Groupes Anarchistes (CGA), da França, e grupos insurrecionalistas de diversos países, que incluem presença relevante, principalmente, na Grécia, desde os anos 1990, marcados pela atuação de grupos como Anarchist Urban Guerrillas (AUG), Revolutionary War (RW), Incendiaries of Conscience (IC); em 1998, os anarquistas gregos afirmaram ser responsáveis por 70 ataques violentos, que continuam até o presente, com mobilizações de tradição insurrecionalista bastante fortes.

Com o fim do regime soviético, destaca-se o surgimento e o crescimento de organizações na Polônia, Tchecoslováquia e na Rússia, como o Autonomous Action (AD), com seções em 20 cidades russas, além da Armênia, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Ucrânia. O anarquismo surgiu na Turquia nos anos 1990, com a fundação de grupos como a Anarchist Youth Federation (AGF), a Anatolian Anarchists (AA) e o Karasin Anarchist Group (KAG); ganhou, também, influência entre os curdos.

Nas Américas, o anarquismo foi significativamente marcado pelo Movimento de Resistência Global, que teve participação do IWW e foi reforçado pelo surgimento da North-Eastern Federation of Anarcho-Communists (NEFAC), em 2000, que,

posteriormente, dividiu-se em três organizações. O Institute of Anarchist Studies (IAS) foi fundado no Canadá, em 1996, reforçando as iniciativas para investigação do anarquismo. Na América Latina, destacam-se, em Cuba, o Movimiento Libertario Cubano (MLC) – com presença clandestina em Cuba, e pública na Espanha, na França, no México e na Venezuela –, o qual investiu na criação do Grupo de Apoyo a los Libertarios y al Sindicalismo Independiente en Cuba (GALSIC), que passou a publicar o boletim *Cuba Libertaria*.

No México, realizou-se, em 1991, a primeira Convenção Nacional Anarquista e, com o levante zapatista de 1994, formaram-se grupos anarquistas de apoio a essas lutas, como a Unión Libertaria Autogestionada (ULA), o Consejo Indígena Popular de Oaxaca – Ricardo Flores Magón (CIPO-RFM) que, a partir de 2001 tornou-se uma organização anarquista, e a Alianza Magonista Zapatista (AMZ); sindicalistas revolucionários tiveram participação significativa no Frente Auténtico del Trabajo (FAT). Os anarquistas mexicanos tiveram presença na Comuna de Oaxaca que, em 2006, a partir de uma greve de 70 mil professores, articulou distintos setores de oprimidos, entre trabalhadores sindicalizados, camponeses e estudantes, na luta contra o governo de Ruiz, estabelecendo a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que tomou prédios públicos, estabeleceu organizações de mulheres, como a Comisión de Mujeres de Oaxaca, tomou rádios e televisões e terminou sendo massacrada pelo governo.

No cone sul, destaca-se a influência da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), da difusão do especifismo, auxiliando no estabelecimento de organizações anarquistas em outros países, como no Brasil, com a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) – as quais se articularam no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) e fundaram, juntamente com outras organizações, em 2012, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), em um congresso com presença de organizações de 10 estados e mais de 70 delegados. Essa tendência de organizações adeptas do campo plataformista/especifista também se desenvolveu no Chile, a partir do Congreso de Unificación Anarco-Comunista (CUAC), que fundou a Organización Comunista Libertaria (OCL), e que teve impacto posterior na articulação da Federación Comunista Libertaria (FCL); na Argentina, o processo que culminou na fundação da Organización Socialista Libertaria (OSL) também foi relevante, a qual teve participação nas mobilizações de 2001, que levaram milhares de trabalhadores às ruas sob o lema "Que se Vayan Todos!", opondo-se à crise neoliberal, à classe política do país e

estabelecendo importantes estruturas de base. Essas organizações, e outras de linhagem semelhante, vêm tendo participação relevante, ainda que na maioria dos casos minoritária, em movimentos sociais do continente, dentre os quais se encontram sindicatos, associações comunitárias e de bairro, movimentos rurais, de estudantes, desempregados, sem-teto, sem-terra e outros. Permanecem, também, outros grupos e organizações anarquistas, dentre os quais se podem mencionar a Federação Anarquista Argentina (FLA) e a Comisión de Relaciones Anarquistas (CRA), da Venezuela, além de um conjunto amplo de grupos que possui foco na educação e na formação política anarquista, como a Biblioteca Terra Livre, do Brasil, e uma tradição insurrecionalista que, embora minoritária, tem ganhado destaque em alguns episódios, em especial no Chile, com o conhecido "Caso Bombas", de 2010, o qual investiga atentados, supostamente levados a cabo por anarquistas no país, desde 2005.

Na África, destacam-se, o protagonismo de uma seção do IWW, no início dos anos 1990, em Serra Leoa, com mais de 3 mil trabalhadores das minas de diamantes, os quais tiveram protagonismo em distintas lutas, assim como o processo organizativo originado nos anos 1990, e que culminou com a criação, na África do Sul, da Zabalaza Anarchist Communist Federation (ZACF), em 2003 – sendo esta experiência precedida por iniciativas como o Anarchist Resistance Movement (ARM), a Durban Anarchist Federation (DAF) e a Workers Solidarity Federation (WSF); também na África do Sul, destaca-se a participação de sindicalistas revolucionários no Congress of South African Trade Unions (COSATU). Surgiram, ainda, nesse período, outras iniciativas na Nigéria, com a Awareness League, na Zâmbia, com o Anarchist Workers' and Student's Group (ASWG) e, no Quênia, com o *Wiyathi* Collective, dentro da Anti-Capitalist Convergence of Kenya (ACCK). Pequenos círculos anarquistas são mantidos na Argélia, no Egito e em Marrocos.

Na Ásia, há pouquíssimas referências contemporâneas. Podem-se mencionar, no Japão, a organização anarco-sindicalista Workers' Solidarity (RR), de 1992, que foi constituída por uma cisão da RRU, mas que logo abandonou o anarquismo; o surgimento do Anarchist Revolutionary Project (ARP), da Anarchist Federation (AF) e a participação anarquista na Anti-Capitalist Action (ACA), de 2002. Nas Filipinas, surge a Local Anarchist Network (LAN). Na China, socialistas libertários constituíram, em 1993, uma corrente da Associação de Estudantes Asiáticos de Hong Kong; fala-se, ainda, em um Autonomous Beijing Group, possivelmente anarquista.

Na Oceania, a Anarcho-Syndicalist Federation (ASF) teve participação relevante na mobilização dos ferroviários de Melbourne, que culminou na Melbourne Tram Dispute, na Austrália, em 1990; em 2000, a ASF foi refundada com o nome de Anarcho-Syndicalist Network (ASN). Na Nova Zelândia, anarquistas participam do Unite Union, um sindicato local que possui atuação no setor de serviços.

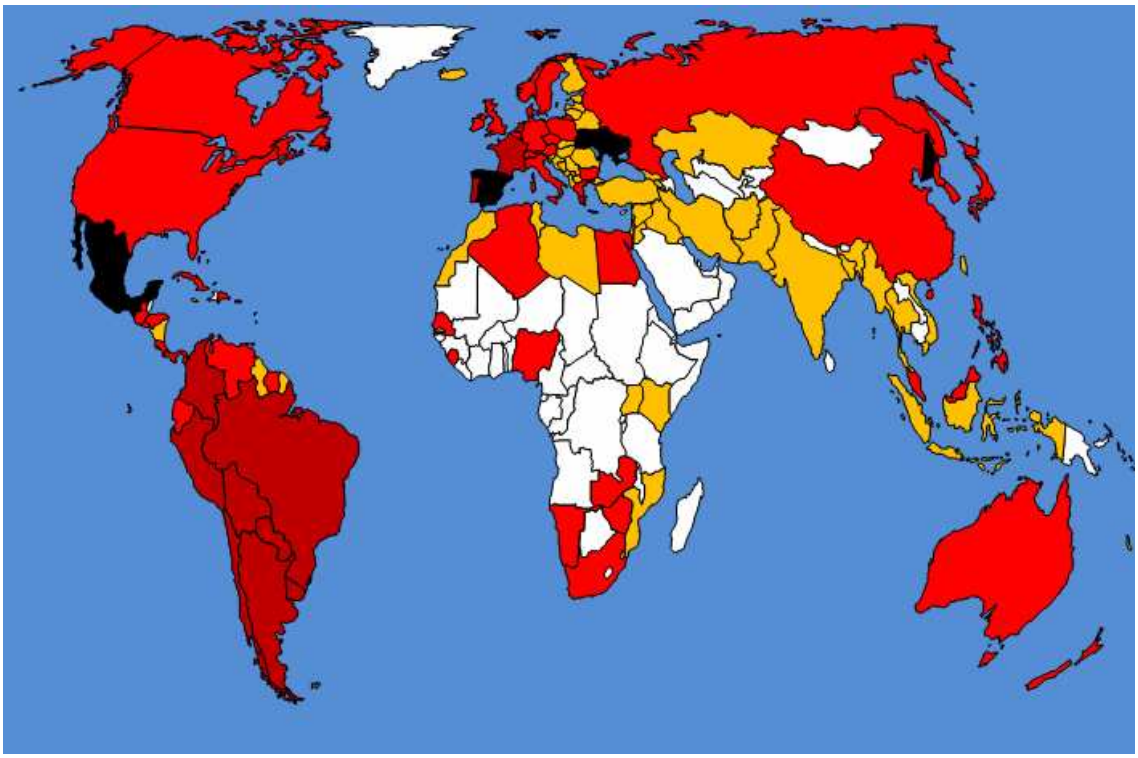
Esses elementos permitem algumas afirmações relativas à quinta onda do anarquismo. Nota-se, em relação à quarta onda, uma continuidade no movimento de internacionalização e assemelha-se a influência anarquista minoritária no campo da esquerda em geral, e das lutas populares em particular – ainda que tenha havido uma potencialização do anarquismo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS naquelas regiões. Ao mesmo tempo em que o anarquismo constituiu uma força determinante no Movimento de Resistência Global, este não conseguiu avançar nas lutas e perdeu espaço já na segunda metade dos anos 2000. Ainda assim, houve participação anarquista minoritária em episódios relevantes na América Latina, como na Argentina em 2001, e na Comuna de Oaxaca, no México, em 2006. Vêm crescendo as organizações plataformistas e especifistas que, em alguns países, tornaram-se maioria em relação às sintetistas. Vem sendo enfatizada, por diversos setores, a necessidade de os anarquistas retomarem o protagonismo nos movimentos e lutas populares; em alguns países, o insurrecionalismo se fortalece, em outros, sindicatos e movimentos sociais em geral constituem o espaço privilegiado de atuação dos anarquistas. Terminam as guerrilhas anarquistas e permanecem questões que chegaram com a Nova Esquerda.

6.8 EXTENSÃO E IMPACTO DO ANARQUISMO

Essa breve exposição dá uma idéia da ampla extensão e do amplo impacto do anarquismo. Conforme discutido, a conjunção de distintos fatores estruturais e iniciativas voluntárias de um número significativo de militantes permitiu que o anarquismo surgisse e rapidamente se espalhasse pelo mundo. Seu impacto nas classes dominadas e sua extensão histórica e geográfica, conforme exposto, permitem afirmar que, desde seu surgimento, e até o presente, ainda que em ondas de fluxos e refluxos, o anarquismo permaneceu vivo, como uma ferramenta ideológica determinante e de relevância inquestionável nas lutas dos trabalhadores nos cinco continentes.[31]

[31] Ferreira (2011, p. 11) afirma corretamente que "o anarquismo, enquanto teoria e movimento revolucionário, se define no interior do movimento de massas formado pela AIT"; entretanto, equivoca-se ao continuar, dizendo que "num certo sentido, [o anarquismo], desaparece com esse movimento [a AIT]".

Schmidt, representando essas informações históricas graficamente e expondo a presença geográfica do anarquismo no mundo, de seu surgimento ao presente, elaborou o seguinte mapa.



(Schmidt, 2012b, slide 10)

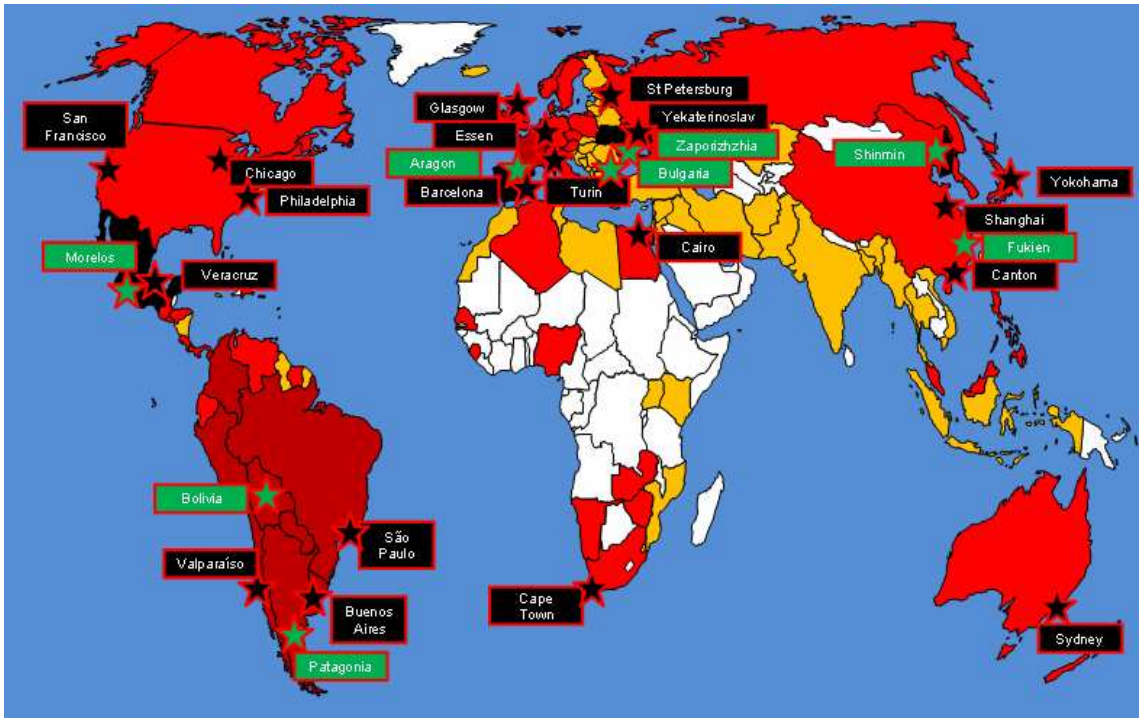
Observando as áreas coloridas, que indicam presença anarquista, verifica-se que o anarquismo esteve/está presente em todas as Américas, em praticamente toda a Europa, na maioria dos países da Ásia, em grande parte da Oceania e em parte significativa da África. Suas continuidades e permanências, no espaço e no tempo, levando em conta uma noção de longo prazo, indicam que se trata de um fenômeno global, com amplo impacto e extensão.

As cores do gráfico demonstram as localidades em que ocorreram revoluções com participação anarquista determinante, onde prevaleceram as estratégias anarquistas e sindicalistas de intenção revolucionária, onde elas foram minoritárias e as localidades em que redes relevantes foram formadas, ainda que sem a presença de sindicatos.

Conforme demonstrado, essa afirmação é infundada, visto que o anarquismo, a partir da Internacional, generaliza-se e desenvolve-se em todos os continentes do mundo até o presente, mantendo uma base comum caracterizada pelos seus princípios político-ideológicos.

Em preto, estão os países em que os anarquistas tiveram protagonismo em processos revolucionários: México, Espanha, Ucrânia, Manchúria (Coréia). Em vermelho escuro, estão os países em que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram hegemônicos, dentre os quais se destacam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, França, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai. Em vermelho claro, estão os países em que houve presença significativa do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, ainda que não tenham sido hegemônicos, dentre os quais se encontram: África do Sul, Alemanha, Argélia, Austrália, Bulgária, Canadá, China, Egito, Equador, Estados Unidos, Grécia, Inglaterra, Itália, Japão, Namíbia, Nigéria, Nova Zelândia, Rússia, Suécia, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue. Em amarelo, encontram-se os países em que se estabeleceram redes importantes, dentro os quais se encontram: Bielo-Rússia, Camboja, Cazaquistão, Cingapura, Estônia, Finlândia, Guiana Francesa, Guiana, Índia, Islândia, Letônia, Líbia, Lituânia, Marrocos, Moçambique, Nicarágua, Quênia, Romênia, Tailândia, Tunísia, Uganda, Vietnã, além de vários países do Oriente Médio.

Uma análise mais pormenorizada do impacto classista do anarquismo foi abordada no estudo de Schmidt (2012b) e demonstra que, ainda que tenha impactado diretamente os camponeses e trabalhadores rurais, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram, na maioria dos casos, levados a cabo pelos trabalhadores urbanos. Representando as principais fortalezas do anarquismo nos campos e nas cidades, o autor elaborou o seguinte mapa.



(Schmidt, 2012b, slide 12)

Em um breve comparativo entre as 27 localidades analisadas, em que os anarquistas mobilizaram trabalhadores industriais e camponeses, em 19 delas, as bases do anarquismo estão nas cidades, entre os trabalhadores da indústria, correspondendo a 70% dos casos em questão; em oito delas, as bases do anarquismo estão nos campos, principalmente entre camponeses, correspondendo a 30% dos casos.

Esses dados permitem realizar duas afirmações. Por um lado, confirma-se, por meio dos dados históricos, a concepção anarquista de sujeito revolucionário, demonstrando a mobilização de trabalhadores e camponeses, das cidades e dos campos, assim como sua noção de classes dominadas. Cappelletti (2006a, p. 14), sustentando este argumento, afirma: "onde o anarquismo floresceu e conseguiu influência decisiva sobre o curso dos acontecimentos, suas bases foram majoritariamente compostas por operários e camponeses".

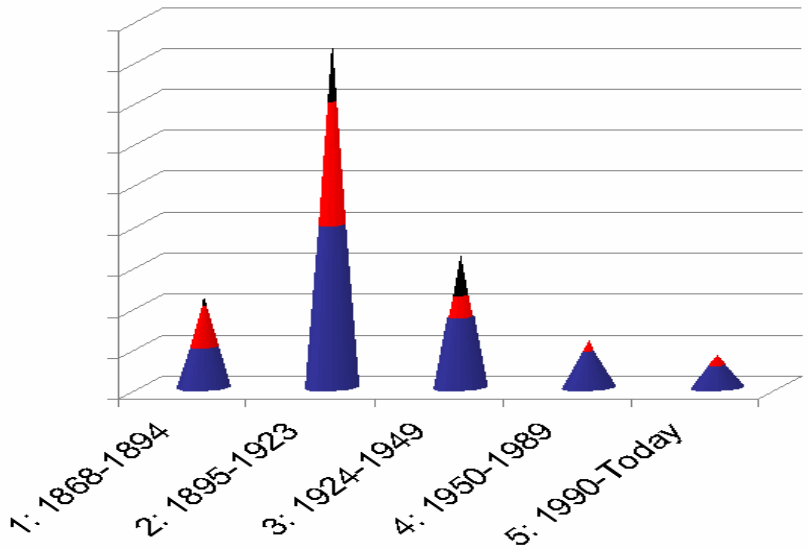
Por outro, coloca em xeque afirmações, repetidas incansavelmente pelos adversários do anarquismo, que este seria uma ideologia do "mundo atrasado", que só teria se desenvolvido em países não-industrializados, mobilizando principalmente "classes em declínio", como o campesinato e os pequenos artesãos. Cappelletti continua:

> No passado, os marxistas, sem exceção, empenharam-se em apresentar o anarquismo como uma ideologia dos pequenos proprietários rurais e da pequena burguesia (artesãos etc.), ou mesmo como uma ideologia do lúmpem-proletariado. (Cappelletti, 2006a, p. 13)

Os exemplos históricos são abundantes para afirmar que, mesmo investindo na mobilização do campesinato, de artesãos, do lúmpem etc. – por sua concepção de classes dominadas, que não se resume ao proletariado urbano-industrial, e por não sustentar uma concepção teleológica e evolucionista da história, que considera camponeses e artesãos atores antigos em filmes novos, os quais só teriam condições de "girar para trás a roda da história" –, na maior parte dos casos, o anarquismo desenvolveu-se nas cidades entre o proletariado urbano e industrial. Cappelletti (2006a, p. 15) corrobora este argumento ao enfatizar: "ainda que surja, desenvolva-se e alcance sua maior força dentro da classe operária, [o anarquismo] é uma ideologia de todas as classes oprimidas e exploradas". Ou seja, o anarquismo, mesmo sustentando uma concepção das classes e da luta de classes fundamentada na dominação, e considerando como potenciais sujeitos revolucionários as classes dominadas de maneira ampla, teve, em termos históricos, suas bases forjadas, principalmente, entre os trabalhadores

industriais das cidades, o operariado. Não é coincidência que, nos mapas apresentados por Schmidt, regiões menos desenvolvidas, algumas vezes desindustrializadas, como grande parte da África, o anarquismo não tenha existido.

Os elementos analisados anteriormente também permitem avaliar o impacto histórico do anarquismo, nas cinco ondas. Schmidt elabora outro gráfico que demonstra, entre outras coisas, o impacto do anarquismo em cada uma das ondas.



(Schmidt, 2012b, slide 16 simplificado)

Essa representação, ainda que aproximada, dá uma idéia interessante sobre o impacto das ondas do anarquismo. Verifica-se, conforme argumentado, que o "período glorioso" encontra-se nas segunda e terceira onda; ainda assim, nota-se que tanto a primeira, quanto a quarta e a quinta onda não são desprezíveis, afirmação sustentada pelos fatos históricos. Assim, pode-se afirmar que o anarquismo possui uma existência contínua, ainda que entre fluxos e refluxos, caracterizados por suas ondas, de 1868 ao presente.

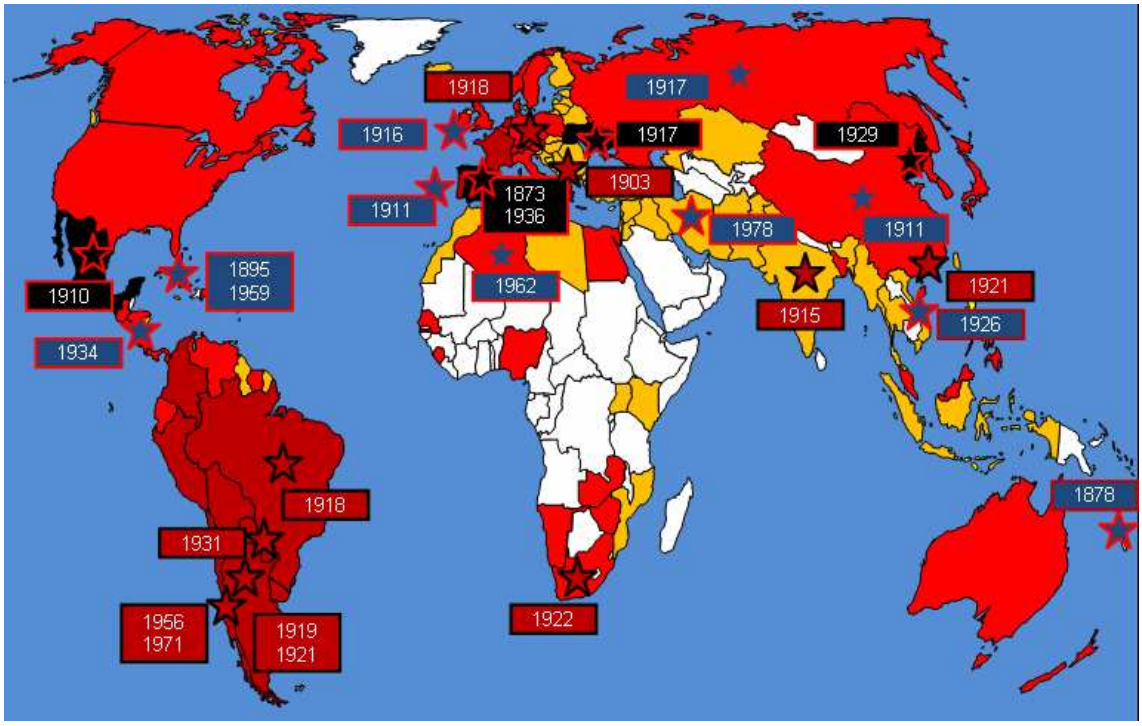
Consideram-se, por isso, equivocadas as teses que afirmam: que o anarquismo praticamente deixou de existir em 1939, com a derrota da Revolução Espanhola; que foi somente na Espanha que o anarquismo adquiriu uma expressão de massas significativa, constituindo a "excepcionalidade espanhola".

Analisando as grandes lutas em que o anarquismo esteve historicamente inserido, pode-se dizer que a Espanha, entre 1936 e 1939, certamente, constitui um de seus pontos altos. Entretanto, depois de 1939, muitos outros episódios relevantes, que contaram com participação determinante dos anarquistas, foram levados a cabo: o processo na Bulgária, em torno da FAKB, que permaneceu muito forte até meados dos anos 1940; a participação determinante, por meio dos sindicatos revolucionários, no processo revolucionário cubano; a participação nas lutas de libertação nacional na

Argélia, que culminaram em 1962; o processo organizativo encabeçado pela FAU, nos anos 1960 e 1970 no Uruguai; além de participações relevantes nas lutas do Maio de 68, na Revolução Iraniana, nos movimentos de libertação nacional africanos, na Revolução de 1960 e na Comuna de Gwangju na Coréia, na greve de 1951 da Nova Zelândia, nas revoltas gregas dos anos 1970 até o presente, na Comuna de Oaxaca de 2006 entre outros episódios.

Todos esses casos também contrapõem a tese da excepcionalidade, que podem ser complementados com casos anteriores à Revolução Espanhola, dentre os quais se destacam, na primeira onda, a FRE espanhola e as Revoltas Cantonalistas, a CLU norte-americana e as lutas em torno do Primeiro de Maio, os sindicatos revolucionários cubanos (JCA, CTLH, SGT) e as lutas anticoloniais; na segunda onda, as lutas protagonizadas pela FORA Argentina, e as participações massivas dos anarquistas nos processos revolucionários na Macedônia, no México, na Rússia e na Ucrânia; na terceira onda, a força anarquista na Bulgária e a participação determinante na Revolução da Manchúria.

Tais exemplos são suficientes para contrapor as teses do fim do anarquismo em 1939 e da excepcionalidade espanhola; em todos esses casos, anteriores e posteriores à Revolução Espanhola, assim como em outros, o anarquismo converteu-se em significativas expressões de massas, de envergadura considerável e, a depender dos critérios utilizados, comparáveis ao caso espanhol. Outro mapa elaborado por Schmidt, no qual representa graficamente os principais intentos revolucionários do anarquismo, sustenta esses argumentos.



(Schmidt, 2012b, slide 14)

Pode-se dizer que em todos os casos apontados, o anarquismo converteu-se em amplas expressões populares de massas. Dos 23 episódios avaliados, quatro deles, quase 20%, que incluem participação anarquista significativa, foram levados a cabo depois da Revolução Espanhola: Revolução Cubana (1959), Independência da Argélia (1962), sindicalismo e guerrilhas no Uruguai (anos 1960-1970) e Revolução Iraniana (1978-1979).

7. APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Quando o trabalho não estiver mais à venda,
a sociedade produzirá homens e mulheres
que irão pensar, agir e ser livres.
Lucy Parsons

Nesta conclusão, apresentam-se breves reflexões sobre as questões desta dissertação e da hipótese, ambas apresentadas anteriormente, discutem-se suas teses fundamentais, realizam-se algumas críticas necessárias e apontam-se perspectivas oferecidas hoje pelo anarquismo.

7.1 QUESTÕES E HIPÓTESE

As discussões realizadas buscaram responder as três questões colocadas na introdução desta dissertação.[32] Buscou-se rediscutir o anarquismo, respondendo estas questões, que envolvem sua definição, suas correntes e debates mais relevantes, assim como seu surgimento e desenvolvimento histórico. A amplitude de autores e episódios utilizados faz com que as conclusões apontadas sejam mais generalizáveis que a dos estudos de referência. Considera-se que a hipótese apresentada inicialmente foi confirmada.[33]

7.2 TRÊS TESES

Da hipótese confirmada derivaram, por meio dos argumentos sustentados, três teses fundamentais, que são agora discutidas.

7.2.1 Primeira tese: Os problemas dos estudos de referência

Estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos de ordem teórico-metodológica, envolvendo: a base de dados (histórica e geográfica) com

[32] O que é o anarquismo? Quais são suas correntes e seus debates históricos mais relevantes? Como o anarquismo surgiu e desenvolveu-se historicamente?

[33] Definições do anarquismo, de seus debates, suas correntes e seu desenvolvimento histórico, assim como diversas conclusões apresentadas nos estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos. Tais problemas são ocasionados, em grande medida, pelos fundamentos teórico-metodológicos nos quais se apóiam e, por meio de uma abordagem distinta, podem ser solucionados, proporcionando condições para a realização de investigações mais adequadas e para o tratamento das questões anteriormente colocadas.

a qual trabalham, a maneira que situam o anarquismo na história e a maneira que lêem a história; as definições de anarquismo elaboradas e adotadas; as conclusões extraídas de suas análises. Tais problemas dificultam as investigações e não permitem elaborar, adequadamente, definições do anarquismo, de seus debates, de suas correntes e de seu desenvolvimento histórico.

Deve-se reiterar, conforme verificado, que não se pode generalizar quando se fala dos "estudos de referência" do anarquismo, visto que possuem diferenças significativas e foram produzidos em distintas épocas; além disso, conforme enfatizado, eles também possuem qualidades. No entanto, não se pode negar que eles apresentam sérios problemas para as análises contemporâneas do objeto.

Expondo mais claramente esses problemas, podem-se mencionar: o conjunto restrito de autores e episódios tomados em conta nas investigações, assim como generalizações a partir dessa restrita base de dados; o foco quase exclusivo na Europa Ocidental ou no eixo do Atlântico Norte; as abordagens ahistóricas (que afirmam que anarquismo sempre existiu) e as que vinculam o anarquismo à utilização terminológica e/ou à auto-identificação dos anarquistas (que afirmam que o anarquismo surgiu no século XVIII, na primeira metade do século XIX etc.); o foco nos grandes homens, com a utilização da história vista de cima; a desconsideração dos vetores sociais do anarquismo; as definições inadequadas de anarquismo (que o conceituam como antiestatismo, oposição à dominação, antítese do marxismo etc.), que não permitem compreendê-lo adequadamente e nem diferenciá-lo de outras ideologias; as abordagens teóricas sem base histórica e vice-versa.

Desses problemas teórico-metodológicos derivam, em grande medida, conclusões equivocadas sobre o anarquismo, que afirmam que ele: constitui uma ideologia incoerente; não teve um impacto popular significativo; mobilizou bases classistas restritas, restringindo-se aos camponeses e artesãos em declínio, não conseguindo adaptar-se ao capitalismo industrial; praticamente terminou depois da derrota na Revolução Espanhola, em 1939, episódio que, inclusive, constitui uma exceção na história anarquista, por ter sido um dos poucos casos em que anarquismo converteu-se em um significativo movimento de massas; é sinônimo de antiestatismo e/ou antítese do marxismo; fundamenta-se em bases idealistas, espontaneístas, individualistas e juvenis.

Para a solução desses problemas, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica significativamente distinta dos estudos de referência, que constitui as bases da segunda tese.

7.2.2 Segunda tese: Abordagem teórico-metodológica

Uma abordagem fundamentada num método histórico e num conjunto amplo de dados, que interaja com as noções de totalidade e interdependência, permite os que os problemas dos estudos de referência sejam solucionados e que se realize uma investigação adequada do anarquismo.

Buscando superar o problema da amplitude dos dados analisados, aumentou-se significativamente o conjunto de autores e episódios avaliados. No capítulo "Redefinindo o Anarquismo", que trabalha na conceituação do objeto, utilizaram-se como base mais de 50 autores, das cinco ondas e dos cinco continentes. No capítulo "Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo", que apresenta uma abordagem histórica, tratou-se de um conjunto amplo de episódios em que os anarquistas estiveram envolvidos, também nas cinco ondas e nos cinco continentes. Como em qualquer formulação teórica, foram necessárias generalizações; entretanto, buscou-se realizá-las a partir de uma base de dados muito maior que a dos estudos de referência. O foco basicamente eurocêntrico ou no Atlântico Norte foi modificado para uma abordagem global do fenômeno.

Buscando superar o problema das abordagens ahistóricas, adotou-se um método histórico, que possibilitou situar o anarquismo no tempo e no espaço e subsidiar a reflexão teórica, a partir de uma base historiográfica ampla. Foi possível analisar o surgimento do anarquismo durante a segunda metade do século XIX, diretamente ligado ao desenvolvimento da Internacional e da Aliança, demonstrando como, em menos de duas décadas, por razão de inúmeros fatores ligados àquele contexto, ele espalhou-se por distintas localidades e, até os fins do século XIX, havia colocado em prática e concebido teoricamente suas grandes estratégias. As noções de totalidade e interdependência possibilitaram unir teoria, prática e história do anarquismo, pensamento e ação, forma e conteúdo, o anarquismo e seus vetores sociais – em especial o sindicalismo de intenção revolucionária –, críticas e proposições anarquistas.

Também foi possível solucionar os problemas ocasionados pelas análises que tomam a forma pelo conteúdo, pautando-se nas discussões semânticas e na auto-identificação dos anarquistas. As perspectivas da "história vista de baixo" e da "nova

história do trabalho" adotadas, permitiram solucionar os problemas metodológicos que envolvem as análises históricas; buscou-se explicar o anarquismo sem um foco exclusivo nos grandes homens, a partir de um conjunto amplo de autores e episódios.

Esta abordagem teórico-metodológica permitiu relacionar uma discussão mais adequada de anarquismo, cujos argumentos constituem as bases da terceira tese.

7.2.3 Terceira tese: Anarquismo

Dentre os elementos fundamentais que podem ser afirmados em relação ao anarquismo, estão: sua definição como uma ideologia coerente, um tipo de socialismo revolucionário, podendo ser descrita por meio de um conjunto preciso de princípios; a elaboração racional de críticas, proposições e estratégias fundamentais, sobre as quais se estabelecem suas duas correntes: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas; seu amplo impacto popular entre trabalhadores e camponeses, nas cidades e nos campos; seu desenvolvimento histórico permanente e global, desde seu surgimento, na segunda metade do século XIX, até o presente.

Esses elementos contrapõem diretamente as conclusões equivocadas dos estudos de referência.

Em termos conceituais, a definição de anarquismo realizada, fundamentada em um conjunto de categorias, conceitos e em uma padronização conceitual, permitiu a compreensão do anarquismo, fornecendo as bases para sua diferenciação de outras correntes político-ideológicas, como nos casos do marxismo, em suas versões reformistas e revolucionárias, do nacionalismo, do liberalismo, do mutualismo etc.

Com isso, demonstrou-se que o anarquismo não é sinônimo de individualismo, antiestatismo e nem antítese do marxismo.

Mesmo que a liberdade individual constitua um elemento fundamental do anarquismo, ela, historicamente, se inseriu dentro de uma noção mais ampla de liberdade coletiva e da própria noção de socialismo, inviabilizando quaisquer definições do anarquismo como sinônimo de individualismo.

Em sua crítica da dominação, os anarquistas têm por foco os aspectos políticos, dentre os quais se encontram o Estado; entretanto, eles também criticam as dominações econômicas, tais como a exploração capitalista, e as dominações ideológicas e culturais; sobre bases classistas, buscam superar as dominações de classe, mas também de gênero, imperialistas e de raça. Além disso, o anarquismo afirma a defesa da autogestão e um conjunto de elementos estratégicos, os quais, tomados em conjunto com a crítica

anarquista da dominação, demonstram a impossibilidade de o anarquismo ser conceituado como sinônimo de antiestatismo.

Essa mesma definição permite identificar similaridades e diferenças com tradições históricas do marxismo. Rugai (s/d, p. 9-10), ao discutir a questão, afirma que "os novos conhecedores do anarquismo, especialmente na segunda metade do século XX, o concebiam como antítese absoluta do marxismo"; para o autor, não se trata de "dizer, com isso, que o anarquismo não seja oposto ao marxismo em muitos aspectos, mas em uma série de outros aspectos existem convergências". Há similaridades na base racional de suas críticas e proposições; nas críticas à dominação, em especial à dominação de classe e, principalmente, à exploração capitalista, assim como à dominação de gênero; na defesa da luta de classes e da perspectiva classista de luta; na busca do fim das classes sociais e de uma sociedade igualitária. No entanto, há diferenças fundamentais, principalmente no que diz respeito: à estratégia de transformação, envolvendo o papel do Estado no processo revolucionário; à relação entre os meios e os fins das lutas; à maneira de conceber o poder e do próprio modelo de poder da sociedade futura; à concepção das relações entre ética e política, que envolvem as diferenciações entre adversários e inimigos. Por meio de uma análise histórica, e dependendo das correntes e do momento em questão, podem ainda ser identificadas outras diferenças, em relação: à noção de ditadura do proletariado como período intermediário para se atingir o comunismo; à concepção de sujeito revolucionário e de quem são os agentes da transformação social; à maneira de lidar com dominações nacionais e com o próprio imperialismo; à forma de relacionar as dominações classistas e não-classistas, econômicas e não-econômicas.

Da mesma maneira, demonstrou-se que o anarquismo fundamenta-se em análises racionais, métodos e teorias que não são idealistas, se levado em conta o sentido das explicações metafísicas e teológicas da realidade. Tomando por base as discussões sobre a relação entre fatos e idéias, entre ações humanas voluntárias e estruturas sociais, pode-se dizer que, entre os anarquistas, distintas teorias sociais foram desenvolvidas e sustentadas. Adotaram-se variadas posições, conforme verificado em suas concepções sobre as relações entre as esferas sociais. Assim, mesmo que se defina o idealismo como uma prioridade absoluta das idéias em relação aos fatos, e das ações humanas voluntárias em relação às estruturas sociais, o anarquismo não pode ser considerado, de maneira geral, idealista.

Ainda relacionado a este problema, deve-se considerar que as relações entre o anarquismo e o idealismo, o anarquismo e o utopismo, tomado em seu sentido pejorativo, vêm sendo realizadas por seus adversários políticos. Elas visam desqualificar e/ou deslegitimar o anarquismo, que seria, deste ponto de vista, desconectado da realidade, dos fatos materiais, da ciência e oposto a outros socialismos conectados à realidade, materialistas e científicos. Conforme argumentado, as teorias sociais do anarquismo buscaram, sempre, conectá-lo com a realidade, por meio de distintas posições sobre o papel dos fatos materiais. Pode-se dizer que não há qualquer sentido em se falar de socialismo científico; tal iniciativa possui somente função retórica para fins de autolegitimação.

Os argumentos sustentados nas discussões sobre os debates e as correntes anarquistas permitiram que se compreendessem, de maneira mais adequada, as posições anarquistas em relação à política, à organização e às lutas de curto prazo e, dessa maneira, que se relativizassem afirmações dos estudos de referência: de que os anarquistas negam a política e a própria democracia, defendem em todos os casos uma política do tudo ou nada, sendo contra as reformas, ou mesmo de que são sempre espontaneístas ou contrários à organização. Conforme se viu, os anarquistas sempre defenderam uma concepção de política e de poder, ainda que para fundamentar este argumento a presente dissertação tenha se dedicado a uma redefinição e a uma rediscussão de termos e conceitos; na maioria dos casos, defenderam os ganhos de curto prazo e a organização, ainda que tenha havido muitos anarquistas contrários às lutas por reforma e à organização.

Em geral, os anarquistas sustentam uma concepção determinada de política e de poder e buscam intervir na correlação de forças da sociedade por meio de estratégias fundamentais. Historicamente, defenderam, na maioria dos casos, as lutas por reformas, na medida em que elas fortalecessem as lutas revolucionárias, assim como a necessidade de organização dos anarquistas; na minoria dos casos, negaram essas lutas de curto prazo e a necessidade de organização.

Propôs-se, em acordo com os argumentos em questão, reformular o cânone anarquista, sustentando, com base em estudiosos desses autores, que Godwin, Stirner, Tolstoi, Godwin e Proudhon não são anarquistas; ao mesmo tempo, colocou-se a necessidade de ampliação deste cânone, com a inclusão de diversos outros anarquistas.

Sobre a extensão e o impacto do anarquismo, ambos foram amplos e significativos; em termos históricos, estendem-se de 1868 ao presente, e geográficos,

abarcam todo o globo; o anarquismo mobilizou distintas classes dominadas, inclusive, e principalmente, ao proletariado urbano industrial, mas também aos trabalhadores do campo, camponeses, precarizados, marginalizados e pobres em geral. Esses elementos contrapõem as conclusões dos estudos de referência do anarquismo sobre: a restrição de seu impacto e sua extensão; suas bases exclusivas nos camponeses e artesãos; seu término em 1939; a excepcionalidade espanhola; sua relação restrita com os jovens e sua própria caracterização como um fenômeno juvenil.

Em relação ao argumento da incoerência, a presente investigação buscou demonstrar que, ainda que haja debates e diferenças relevantes entre os anarquistas – os quais constituem, em grande medida, as bases para o estabelecimento de suas correntes –, há uma coerência significativa, demonstrada na definição de anarquismo elaborada e discutida, sumarizada nos princípios político-ideológicos apresentados.

Meltzer (1996, p. 9), em acordo com esta afirmação, colocou que o anarquismo, historicamente, é "coerente" e constitui um "conjunto", podendo ser caracterizado por um "dado corpo de escritos de um número de teóricos, tais como P. Kropotkin"; certamente, dentre os maiores anarquistas, juntamente com Kropotkin, deve-se incluir M. Bakunin. Conforme argumentado, essa coerência pode ser constatada, inclusive, a partir de um cânone bem mais amplo.

Concorda-se, por isso, com a afirmação de Schmidt e van der Walt que, contrapondo os argumentos de Joll e Marshall, afirmam:

> Contra a visão de que o anarquismo 'não foi um movimento filosófico ou político coerente', e esteve cheio de 'contradições e inconsistências', sem um 'corpo doutrinal fixo, baseado em uma visão particular de mundo', nós enfatizamos a coerência de suas idéias. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 15)

Entretanto, a demonstração dessa coerência teve de ser realizada a partir de uma nova abordagem teórico-metodológica, que implicou mudanças significativas na maneira de se analisar o objeto.

7.3 CRÍTICAS NECESSÁRIAS

Conforme enfatizado nas discussões teórico-metodológicas, não se buscou, nesta dissertação, realizar uma defesa ideológica do anarquismo; buscou-se, com todas as dificuldades que isso implica, realizar uma produção teórica, científica. Entretanto, deve-se concordar com Rugai (2003, p. 9) que há, no anarquismo, e dentre os

anarquistas, uma dificuldade de se realizar autocrítica: "como numa bola de neve, a ausência da autocrítica anarquista foi matando o próprio anarquismo e este, quanto menos vivo, tornou-se mais incapaz de realizar esta necessária autocrítica".

Essa dissertação não teve por objetivo realizar uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, autocrítica, das posições dos anarquistas, de seus princípios, estratégias e desenvolvimento histórico. As reflexões apresentadas tiveram, antes de tudo, o objetivo de responder as questões colocadas inicialmente e investigar elementos que pudessem contribuir com a comprovação ou não da hipótese. Os próprios relatos históricos, completamente breves e sintéticos, foram apresentados somente de maneira a subsidiar os argumentos teóricos em questão.

Entretanto, conforme colocado no início desta dissertação, o autor, mesmo que buscando certa objetivação, não é neutro; reivindicando-se anarquista, insere-se na tradição do anarquismo de massas, defendendo seus posicionamentos fundamentais: a necessidade de organização de massas, populares; a conciliação entre as lutas de curto prazo (reformas) e o objetivo revolucionário; a utilização da violência, na medida em que ela fortaleça mobilizações populares já existentes. No debate organizativo de massas, coloca-se no campo do sindicalismo revolucionário, por defender as lutas populares sem vínculo programático com o anarquismo; posição que o distancia do anarco-sindicalismo. No debate sobre a organização específica anarquista, o autor defende, não somente sua necessidade, mas também sua articulação por meio do modelo programático. São essas as posições que, basicamente, o inserem na tradição do *especifismo* anarquista.

A concepção de anarquismo do autor e suas posições estratégicas fornecem bases para que se realizem críticas de distintos aspectos discutidos anteriormente, que envolvem pensamento e ação anarquistas.

Em primeiro lugar, posições que, adotadas por alguns anarquistas, chegaram a colocar em xeque os próprios princípios anarquistas, dentre as quais se poderiam citar: as influências individualistas, como nos casos da Alemanha, dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Rússia; as ameaças de abandono do classismo, por meio de análises do século XX que afirmaram que outras questões haviam se tornado mais relevantes – fenômenos, em grande medida, ligados à ascensão da Nova Esquerda e dos "novos movimentos sociais" em vários países do mundo; as vezes em que a oposição ao Estado e o internacionalismo foram colocados em xeque quando, por exemplo, anarquistas apoiaram os Aliados na Primeira Guerra Mundial; a elevação da não-violência da

condição de tática à um princípio do anarquismo, contrapondo-se completamente às ações violentas e sucumbindo a uma disputa puramente moral com os sistemas de dominação. Deve-se pontuar, ainda assim, que tais casos não constituem continuidades e permanências no longo prazo da ideologia anarquista.

Em segundo lugar, posicionamentos estrategicamente equivocados, com conseqüências desastrosas: a realização e o apoio de atentados individuais, como os da França nos anos 1880 e 1890, assim como às insurreições sem base popular, como as realizadas na Itália nos anos 1870, que, além de fundamentarem-se em certo elitismo, ocasionaram repressões brutais; a defesa de posições antiorganizacionistas, como nos casos da Rússia e da Itália, desde o próprio surgimento do anarquismo, e do Japão, principalmente durante a terceira onda, assim como as posições impossibilitas sustentadas por anarquistas nesses mesmos países.

Em terceiro lugar, ações táticas condenáveis, como: a aliança com Carranza contra Zapata, protagonizada pela Casa Del Obrero Mundial (COM) mexicana; a participação muito pouco crítica, e em alguns casos acrítica, no Kuomintang, da China, no Governo Provisório, da Coréia, e o ingresso no governo da Confederación Nacional del Trabajo (CNT), durante a Revolução Espanhola.

Em quarto lugar, a escolha de articular os anarquistas tão-somente nas organizações de massas, sem organizações anarquistas que pudessem fortalecer sua proposta, como nos casos da Confederação Operária Brasileira (COB), no Brasil, e do General Workers Union (GWU), na África do Sul; as experiências do Industrial Workers of the World (IWW), ainda que em alguns países tenham sido fortalecidas por organizações políticas sindicais, também não articularam a presença anarquista em organizações específicas no Canadá, nos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia. Em diversos casos, como no Brasil e na África do Sul, crises do sindicalismo terminaram implicando crises do próprio anarquismo que, sem organizações políticas sólidas, muitas vezes sucumbiram frente à conjuntura.

Em quinto lugar, a articulação de organizações anarquistas de acordo com o modelo flexível e sem envergadura significativa, como nos casos da NABAT, da Ucrânia que, conforme a crítica do Dielo Truda, não conseguiu articular-se de maneira a garantir a influência anarquista no processo revolucionário ucraniano, assim como o caso do anarquismo na China, aos fins da segunda onda, quando quase uma centena de grupos anarquistas fragmentados não articulados entre si e sem programas comuns não puderam ser majoritariamente determinantes.

Em sexto lugar, as análises sociais equivocadas que conduziram a ações, da mesma maneira, equivocadas, como no caso das concepções evolucionistas, muitas das quais acreditavam haver uma evolução natural rumo ao anarquismo, e, por isso, relegaram as preocupações dos anarquistas com organização, programa, intervenção social etc. ao segundo plano; determinismos mecanicistas de base econômica ou cultural, que implicaram estratégias exclusivamente econômicas, por meio de cooperativas e/ou ações sindicais, com foco exclusivo nos trabalhadores urbanos e industriais, ou estratégias exclusivamente culturais, por meio de ações exclusivas de propaganda e/ou de educação.

Muitos outros fatos poderiam ser mencionados. Esses que são abordados demonstram que, apesar dos argumentos sustentados, dentre eles o da coerência do anarquismo, há muitas questões que podem ser discutidas criticamente; do ponto de vista político, realizar esse processo de crítica e autocrítica constitui uma obrigação.

7.4 ANARQUISMO HOJE

Ao refletir sobre o anarquismo hoje, tanto no campo científico quanto político, algumas afirmações podem ser realizadas.

Em relação ao campo científico, as investigações sobre o anarquismo, tanto teóricas quanto históricas, envolvendo as distintas disciplinas, precisam ter continuidade e avançar. Não se pode continuar simplesmente a reproduzir os estudos de referência, pois, se por um lado eles contribuíram determinantemente para as pesquisas, por outro, conforme argumentado, apresentam sérias limitações. É necessário, ao mesmo tempo, descartar abertamente estudos que se pautam em criações completamente ideológicas e que têm por objetivo apenas desqualificar o anarquismo, assim como os estudos realizados por pesquisadores absolutamente desinformados.

Sobre as produções teóricas, não há muitos estudos sendo desenvolvidos e torna-se necessário um investimento mais sério neste sentido. Em relação às produções históricas, muitos dos episódios históricos que contaram com participação anarquista não foram estudados aprofundadamente – isso constitui, portanto, outra necessidade de primeira ordem para os estudos que ainda têm de ser realizados; tanto em relação aos próprios episódios, quanto às investigações sobre o papel dos anarquistas nesses episódios.

Em relação ao campo político, pode-se dizer, conforme Schmidt (2012a, p. 45), que é evidente a "universalidade da mensagem anarquista", que "se manteve e se

mantém, em grande medida, coerente e intacta, em termos de espaço e tempo, sendo relevante para os povos oprimidos de toda parte". Trata-se, em suma, de uma alternativa ideológica viável, que possui uma vasta experiência histórica, e que pode contribuir com as lutas dos movimentos populares do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

AIT-IWA (Associação Internacional dos Trabalhadores – Internacional Sindicalista, 1922/1923). "Declaração de Princípios". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

ALBERT, Michael. *PARECON: life after capitalism*. Londres: Verso, 2003.

_____. "Buscando a Autogestão". In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.

AMIGOS DE DURRUTI. "Hacia una Nueva Revolución". In: *Anarkismo.net*, 2005. [http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1446]

ANSART, Pierre. *El Nascimiento del Anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

ANTONIOLI, Maurizio (org.). *The International Anarchist Congress. Amsterdam (1907)*. Edmonton: Black Cat, 2009.

APPOLINÁRIO, Fabio. "Teoria". In: *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

ARMAND, Émile. "Prefácio de *O Único e sua Propriedade*". In: ARMAND, Émile et alli. *Max Stirner e o Anarquismo Individualista*. São Paulo: Imaginário, 2003.

ARSHINOV, Piotr. "O Velho e o Novo no Anarquismo". In: MAKHNO, Nestor. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001.

ASF (Anarcho-Syndicalist Federation). "Aims, Principles and Statutes", 1986. [http://asf-iwa.org.au/aims/]

AVRICH, Paul. *The Russian Anarchists*. Oakland: AK Press, 2005.

BA JIN. "El Anarquismo y la Cuestión de la Práctica". In: *Tres Artículos de Ba Jin (Li Pei Kan) sobre los Problemas del Anarquismo y la Revolución en China (1921-1927). Anarkismo.net*, 2007. [http://www.anarkismo.net/article/6266]

BAKUNIN, Mikhail. "The Program of the Alliance". In: DOLGOFF, Sam (org.). *Bakunin on Anarchy*. Nova York: Vintage, 1972.

_____. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000a.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance: programme de l'Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IIHS de Amsterdã, 2000b.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance. Variante.". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IIHS de Amsterdã, 2000c.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance. Programme de l'Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste.". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IIHS de Amsterdã, 2000d.

_____. "Carta a Morago de 21 de maio de 1872". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IIHS de Amsterdã, 2000d.

_____. "Carta ao Jornal *La Liberté* de Bruxelas". In: *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001a.

_____. "Escrito Contra Marx". In: *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001b.

_____. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003a.

_____. *A Instrução Integral*. São Paulo: Imaginário, 2003b.

_____. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007.

_____. "A Política da Internacional". In: *Os Enganadores / A Política da Internacional / Aonde ir e o que Fazer?* São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008a.

_____. "A Comuna de Paris e a Noção de Estado". In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008b.

_____. *Essência da Religião / O Patriotismo*. São Paulo: Imaginário, 2009a.

_____. *A Ciência e a Questão Vital da Revolução*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009b.

_____. "Programa da Sociedade da Revolução Internacional". In: *Catecismo Revolucionário / Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009c.

BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Vol. I. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BAYER, Oswaldo. *Severino Di Giovanni: el idealista de la violencia*. Buenos Aires: Booket, 2006.

BEKKEN, Jon. *Anarchist Economics*. Johanesburgo: Zabalaza, 2011. [http://zabalazabooks.files.wordpress.com/2011/08/anarchist_economics_bekken.pdf]

BERKMAN, Alexander. *What is Anarchism?* Oakland: AK Press, 2003.

BERNERI, Camilo. *Pensamento e Batalha*. Porto Alegre: Combate, 2009.

BERTHIER, René. "1789. Révolution et Contre-Révolution en Anglaterre: Godwin et Burke". In: MANFREDONIA et alli. *Les Anarchistes et la Révolution Française*. Paris: Monde Libertaire, 1990.

_____. *Philosophie Politique de l'Anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme.* Vol. I. Paris: Monde Nouveau, 2008.

_____. *Poder, Classe Operária e "Ditadura do Proletariado"*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2010.

_____. *Do Federalismo*. São Paulo: Imaginário, 2011a.

_____. "Prefácio". In : SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011b.

_____. *Théorie Politique et Méthode d'Analyse dans la Pensée de Bakounine: une interview réalisée par Felipe Corrêa*. In: Monde Nouveau, 2012.

BERTHIER, René; VILAIN, Eric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BERTOLO, Amedeu. "Poder, Autoridad, Dominio: una propuesta de definición". In: FERRER, Christian. *El Lenguage Libertario*. Buenos Aires: Anarres, 2005.

BESNARD, Pierre. *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*. Lisboa: Argonauta, 1931.

BEVINGTON, Douglas; DIXON, Chris. "Movement-Relevant Theory: rethinking social movement scholarship and activism". In: *Social Movements Studies*. Vol. 4, num. 3, 2005.

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: Editora UNB, 2004.

BONANATE, Luigi. "Estratégia e Política dos Armamentos". In: BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

BONANNO, Alfredo. *The Insurrectional Project*. Anarchist Library, 2011. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Alfredo_M._Bonanno__The_Insurrectional_Project_a4.pdf]

_____. *Insurrectionalist Anarchism: part one.* Anarchist Library, 2012a. [http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-insurrectionalist-anarchism-part-one.pdf]

_____. *Revolution, Violence, Antiauthoritarianism: a few notes.* Anarchist Library, 2012b. [http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-revolution-violence-anti-authoritarianism-a-few-notes.pdf]

_____. *A Critique of Syndicalist Methods*. Anarchist Library, 2012c. [http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-a-critique-of-syndicalist-methods.pdf]

BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo: PUC (mestrado em História), 2007.

BOOKCHIN, Murray. *The Spanish Anarchists: the heroic years.* 1868-1936. Nova York: Harper Colophon, 1977.

_____. "The Ghost of Anarcho-Syndicalism". In: *Anarchy Archives*, 1992. [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/ghost2.html]

_____. "Para um Novo Municipalismo". In: *Municipalismo Libertário*. São Paulo: Imaginário, 1999.

_____. *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.

CAFIERO, Carlo. *O Capital: uma leitura popular.* São Paulo: Polis, 1990.

CAPPELLETTI, Angel. *La Ideologia Anarquista*. Buenos Aires: Araucária, 2006a.

_____. *Prehistoria del Anarquismo*. Buenos Aires: Araucária, 2006b.

CARONE, Edgar. "Anarquismo e Literatura: Jean Grave e *Temps Nouveaux*". In: *Socialismo e Anarquismo no Início do Século*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHAEHO, Shin. "Declaration of the Korean Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004 e Hedra, 2011.

_____. "A Responsabilidade dos Intelectuais". In: *O Poder Americano e os Novos Mandarins*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COÊLHO, Plínio A. (org). *História do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário / Faísca, 2008.

COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Vol. I. Los precursores: 1789-1850. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

COLOMBO, Eduardo. *Democracia e Poder: a escamoteação da vontade*. São Paulo: Imaginário, 2011.

_____. *Análise do Estado / O Estado como Paradigma de Poder*. São Paulo: Imaginário, 2001.

CORRÊA, Felipe. "Política, Classe e Transição". In: BERTHIER, René. *Poder, Classe Operária e "Ditadura do Proletariado"*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2010.

_____. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca, 2011a.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder I: Ibáñez e o poder político libertário". In: *Estratégia e Análise*, 2011b.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder II: Bertolo e o poder como função social de regulação". In: *Estratégia e Análise*, 2011c.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder III: Foucault e o poder nos diversos níveis e esferas". In: *Estratégia e Análise*, 2011d.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder IV: Errandonea, dominação e classes sociais". In: *Estratégia e Análise*, 2011e.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder V: López e a distinção entre poder e domínio". In: *Estratégia e Análise*, 2011f.

_____. "Crear um Pueblo Fuerte". In: *Anarquismo y Poder Popular: teoría y práctica suramericana*. Bogotá: Gato Negro, 2011g.

_____. "Poder, Dominação e Autogestão". In: *Anarkismo.net*, 2011h. [http://www.anarkismo.net/article/21065]

_____. "Elementos Teóricos para uma Reflexão Libertária sobre o Estado". In: *Estratégia e Análise*, 2011i.

COSTA, Caio T. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DAHRENDORF, Ralf. "Ciência Social e Juízos de Valor". In: *Sociedade e Liberdade*. Brasília: UNB, 1981.

DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Problemas e Possibilidades do Anarquismo*. São Paulo: Faísca, 2011.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.

DE PETTA, Nicolina; DELFINI, Luciano. *Para Entender o Anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2011.

DIELO TRUDA. [MAKHNO, Nestor; ARSHINOV, Piotr; METT, Ida; VALEVSKY; LINSKY]. "A Plataforma Organizacional". In: MAKHNO, Nestor. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001.

_____. *Suplemento a la Plataforma: preguntas y respuestas*. In: Nestor Makhno Archive, 1926. [http://www.nestormakhno.info/spanish/supporg.htm]

_____. "O Problema da Organização e a Noção de Síntese". In: *Anarkismo.net*, 2008. [http://www.anarkismo.net/article/10907]

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando L. *Resistência Libertaria*. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Faísca, 2005.

DUNOIS, Amédée. "Anarquismo e Organização". In: *Anarkismo.net*, 2010. [http://www.anarkismo.net/article/16943]

EDICIONES GATO NEGRO (org.). *Anarquismo y Poder Popular: teoría y práctica suramericana*. Bogotá: Gato Negro, 2011.

ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.

ENCKELL, Marianne. *La Fédération Jurassienne: les origines de l'anarchisme en Suisse*. Saint-Imier: Canevas, 1991.

ENGELS, Friedrich. "Letter to J. Bloch". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers 1965.

_____. *Los Bakuninistas en Acción*. Barcelona: De Barris, s/d.

ERRANDONEA, Alfredo. *Dominación y Explotación*. Montevideu, Editorial Acción Directa, 1972.

_____. "Fuerzas Sociales y Grupos Políticos: un esquema teórico para el análisis". Seminário Internacional de Incasur. Buenos Aires, 1984.

_____. "Apuntes para una Teoría de la Participación Social". In: *Comunidad* nº 50. Estocolmo, 1985.

_____. *Sociologia de la Dominación*. Montevideu/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

_____. "Anarquismo para el Siglo XXI". In: *Revista de Ciencias Sociales* num. 21. Montevideu: Faculdad de Ciencias Sociales, 2003.

FABBRI, Luigi. *Dictadura y Revolución*. Buenos Aires: Proyección, 1967.

_____. "O Conceito Anarquista de Revolução". In: MALATESTA, Errico / FABBRI, Luigi. *Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo: Luta Libertária, 2003.

FAKB (Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária). "Plataforma da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária". In: SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas*. São Paulo: Faísca, 2009.

FATTAL, Josh. "Was Gandhi an Anarchist?". In: *Peace Power*, 2006. [http://www.calpeacepower.org/0201/gandhi_anarchist.htm]

FAU (Federação Anarquista Uruguaia). *Huerta Grande: a importância da teoria*. São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009a.

____. *O que é Ideologia?* São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009b.

____. *El Copey*. Porto Alegre: Combate, 2009c.

FAU (Federação Anarquista Uruguaia) / FAG (Federação Anarquista Gaúcha). *Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para a formação teórica conjunta*. Montevidéu / Rio Grande do Sul, 2007. [http://www.red-libertaria.net/pdfs/estructuras0507.pdf]

FAURE, Sébastien. "Anarquismo". In: WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

_____. "A Síntese Anarquista". In: *Anarkismo.net*, 2009. [http://www.anarkismo.net/article/12392]

FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro). *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Faísca/FARJ, 2009.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. São Paulo: UNESP, 2003.

FERREIRA, Andrey C. "O Anarquismo como Fenômeno da Primeira Internacional: origens políticas e teóricas da divisão do movimento operário." In: *Arquivo Bakunin*, 2011. [http://arquivobakunin.blogspot.com.br/2011/01/o-anarquismo-como-fenomeno-da-primeira_13.html]

FERRER Y GUARDIA, Francisco. "A Renovação da Escola". In: *Educação Libertária,* nº 1. São Paulo: Imaginário, 2006.

FDCA (Federazione dei Comunisti Anarchici). *Anarchist Communists: a question of class*, 2005. [http://www.fdca.it/fdcaen/press/pamphlets/CA_CLASS_en.pdf]

FONTENIS, George. *Manifeste du Communisme Libertaire*. NEFAC, 2006. [http://nefac.net/node/2023]

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.

_____. *Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GALLEANI, Luigi. *The End of Anarchism?* Anarchist Library, 2011a. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Luigi_Galleani__The_End_of_Anarchism__a4.pdf]

_____. *The Principal of Organization to the Light of Anarchism*. Anarchist Library, 2011b. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Luigi_Galleani_The_Principal_of_Organization_to_the_Light_of_Anarchism_a4.pdf]

GOLDMAN, Emma. "The Tragedy of Woman's Emancipation". In: *Anarchism and Other Essays*. Nova York: Dover, 1969.

_____. *Living my Life*. Anarchist Library, 2012. [http://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-living-my-life.pdf]

GONZÁLES, A. Serrano. "Para una Historia del Anarquismo en Venezuela". In: *Contradesinformación*, 2009. [http://contradesinformacion.acervo.org/?p=69]

GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents et souvenirs*. 2 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.

_____. "Ideas on Social Organization". *In*: GUÉRIN, Daniel. *No Gods, No Masters*. Vol. I. Oakland: AK Press, 1998.

_____. *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009a.

_____. "A Internacional dos Trabalhadores: de sua fundação até o Congresso da Basiléia". In: *Anarkismo.net*, 2009b. [http://www.anarkismo.net/article/14790]

GUILLÉN, Abraham. *Economia Libertaria*. Móstoles: Madre Tierra, 1990.

_____. "Socialismo Libertário". In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.

GUIMARÃES, Ary. "O Pensamento Político de Gandhi". In: *Afro-Ásia*, nº 8-9. Salvador: UFBA, 1969.

HARPER, Clifford. *Anarchy: a graphic guide*. Londres, Camdem, 1987.

HARRISON, Wilfrid H. *Memoirs of a Socialist in South Africa, 1903-1947*, 1947. [http://www.sahistory.org.za/archive/wilfrid-h-harrison-memoirs-socialist-south-africa-1903-1947]

HENRY, Emile. "A Defesa de um Terrorista". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

HOROWITZ, Irving. *Los Anarquistas. Vol. I. La teoria.* Madri: Alianza, 1982.

IBÁÑEZ, Tomás. *Poder y Libertad*. Barcelona: Hora, 1982.

_____. "Por un Poder Político Libertario". In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007a.

_____. "Es Actual el Anarquismo?". In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007b.

JACKER, Corinne. *The Black Flag of Anarchy: antistatism in the United States*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1968.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

KEDWARD, Roderick. *The Anarchists: the men who shocked an era*. Londres: Library of the Twentieth Century, 1971.

KOLPINSKY, N. Y. "Epílogo". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progresso, 1976.

KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães, 1975.

_____. "Anarquismo". In: TRAGTENBERG, Maurício (org). *Kropotkin: textos escolhidos*. Porto Alegre, LP&M, 1987.

_____. "A Lei e a Autoridade". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005a.

_____. "A Decomposição dos Estados". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005b.

_____. "O Espírito de Revolta". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005c.

_____. "Anarchist Communism: its basis and principles". In: *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*. Whitefish: Kessinger, 2005d.

_____. "Fatalidade da Revolução". In: *O Princípio Anarquista e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. *Sindicalismo e Anarquismo*. Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, 2010.

LE BON, Gustave. *A Psychologia Política*. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.

LÊNIN, Vladimir. "O Materialismo Dialético e o Anarquismo". In: *Primeira Linha*, 2003. [http://primeiralinha.org/home/?p=155]

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.

LOMBROSO, Cesare. *Los Anarquistas*. Barcelona: Jucar, 1977.

LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

LÓPEZ, Julio Chávez. "Manifiesto a Todos los Oprimidos y Pobres de México y del Universo". In: *Atzcapo Vive*, 2012. [http://www.pueblosbarriosycoloniasendefensade-atzcapotzalco.org/?p=88]

LUIZETTO, Flávio. *A Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional.* São Paulo, USP (doutorado em História), 1984.

_____. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGÓN, Ricardo Flores. "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003a.

_____. "Liberdade Política". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003b.

_____. "A Guerra Social". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003c.

MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.

MAKHNO, Nestor. "Anarquismo e Nossos Tempos". In: Nestor Makhno Archive, 1925. [http://www.nestormakhno.info/portuguese/nos_tempos.htm]

_____. "Nossa Organização". In: *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001a.

_____. "Sobre a Disciplina Revolucionária". In: *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001b.

MALATESTA, Errico. "Socialismo e Anarquia". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989a.

_____. "Uma vez mais sobre Anarquismo e Comunismo". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989b.

_____. "'Idealismo e Materialismo'". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989c.

_____. "Anarquismo e Reforma". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989d.

_____. "Quanto Pior Estiver, Melhor Será". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989e.

_____. "Sindicalismo: a crítica de um anarquista". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

_____. "Programa Anarquista". In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário: 2000a.

_____. "A Organização II". In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000b.

_____. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. "Anarquismo y Ciencia". In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac, 2007a.

_____. "La Prosperidad". In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac, 2007b.

MASSARDO, Jaime. *La Formación del Imaginário Político de Luis Emilio Recabarren*. Santiago: LOM, 2008.

MARSHALL, Peter. "Introduction". In: *The Anarchist Writings of William Godwin*. Londres: Freedom Press, 1986.

_____. *Demanding the Impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.

MARX, Karl. "Review: le socialisme et l'impot, par Emile de Girardin". In: *Neue Rheinische Zeitung*. Núm. 4., 1850. [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/04/girardin.htm]

_____. *O Capital*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. "O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte". In: *A Revolução Antes da Revolução*. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LAFARGUE, Paul. "La Alianza de la Democracia Socialista y la Asociación Internacional de Trabajadores". In: RIBEILL, Georges (org.). *Marx / Bakunin. Socialismo Autoritario, Socialismo Libertario.* Barcelona: Madrágora, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progresso, 1976.

MAXIMOFF, G. P. *Constructive Anarchism*. Sidney: Monty Miller, 1988.

MCKAY, Iain. *An Anarchist FAQ*. Vol. I. Oakland: AK Press, 2008.

_____. "Introduction: general idea of the revolution in the 21st century". In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Property is Theft: a Pierre Joseph Proudhon anthology*. Oakland: AK Press, 2011.

MCNAB, Nestor (org.) *La Piataforma Organizzativa dei Comunisti Anarchici: origine, dibattio e significato*. Milão: FdCA, 2007.

MECHOSO, Juan C. "La Estrategia del Especifismo". In: *Anarkismo.net*, 2010. [http://www.anarkismo.net/article/18368]

_____. *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Montevidéu: Recortes, s/d.

MELTZER, Albert. *Anarchism: arguments for and against*. Oakland: AK Press, 1996.

MELTZER, Albert; CHRISTIE, Stuart. *Anarquismo y Lucha de Clases*. Buenos Aires: Proyección, 1970.

MERLINO, Saverio; MALATESTA, Errico. *Democracia ou Anarquismo?* Faro: Sotavento, 2001.

MILLER, David. *Anarchism*. Londres: Dent and Sons, 1984.

MILLER, Monty. "Politics and Parliament". In: *Radical Tradition*, 2001. [http://www.takver.com/history/elections/monty1913.htm]

MINYI, Chu. "Universal Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

MINTZ, Frank. *La Autogestión en la España Revolucionaria*. Madri: La Piqueta, 1977.

_____. *Anarquismo Social*. São Paulo: Faísca, 2006.

MONATTE, Pierre. "Em Defesa do Sindicalismo". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España. 1868-1873*. Madri: Piqueta, 1977.

_____. *História da Anarquia*. 2 vols. São Paulo: Hedra, 2008/no prelo.

_____. *Anarchism: communist or individualist? Both*. Anarchist Library, 2011. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Max_Nettlau__Anarchism__Communist_or_Individualist__Both_a4.pdf]

OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2006.

_____. "Críticas e Proposições Organizacionistas". In: *Anarkismo.net*, 2009. [http://www.anarkismo.net/article/12141]

ORTELLADO, Pablo. *Castoriadis e a Questão da Praxis: da crítica das relações de produção capitalistas à elucidação do social-histórico*. São Paulo, USP (doutorado em Filosofia), 2003.

PARSONS, Albert. "Parsons' Plea for Anarchy". In: *Anarchism: its philosophy and scientific basis*. Chicago: Lucy Parsons, 1887. [http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/bright/a-parsons/parsonsanarchismtoc.html]

PARSONS, Lucy. *Freedom, Equality & Solidarity: writings and speeches, 1878-1937*. Chicago: Charles H. Kerr, 2004.

PASSOS, Domingos. "Federalismo e Centralismo". In: *A Plebe* 257, 1927. [http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/passos/06federalismo.htm]

PELLETIER, Philippe. "Um Esquecido do Consenso: o anarco-sindicalismo no Japão de 1911 a 1934". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

PELLOUTIER, Fernand. "Anarchism and the Workers Union". In: GUÉRIN, Daniel. *No Gods, No Masters*. Vol. II. Oakland: AK Press, 1998.

PIANCIOLA, Cesare. "Socialismo". In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

POUGET, Émile. *L'Action Directe*. Antony: Groupe Fresnes-Antony (Federation Anarchiste), 1994.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRICE, Wayne. *The Abolition of the State: anarchist and marxist perspectives*. Bloomington: Author House, 2007.

_____. *Revolutionary Class-Struggle Anarchism*. Fordsburg: Zabalaza Books, 2008.

_____. *Anarchism & Socialism: reformism or revolution?* Edmonton: Black Cat Press, 2010.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Capacidad Politica de la Clase Obrera*. Buenos Aires: Americalee, 1943.

_____. *O que é a Propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário 2001.

_____. "General Idea of the Revolution in the 19th Century". In: *Property is Theft: a Pierre Joseph Proudhon anthology*. Oakland: AK Press, 2011.

PUENTE, Isaac. *Libertarian Communism*. Tucson: See Sharp Press, 2001.

RAYNAUD, Jean-Marc. *Apelo à Unidade do Movimento Libertário*. São Paulo: Imaginário, 2003.

RAVACHOL. "Memórias de Ravachol". In: MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.

RECLUS, Élisée. *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. "A Revolução". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011a.

_____. "Por que Somos Anarquistas". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011b.

_____. "Ao meu Irmão Camponês". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011c.

_____. *Why Anarchists Don't Vote.* Anarchist Library, 2011d.

ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática.* Porto Alegre, UFRGS (doutorado em Ciência Política), 2009a.

_____. "Abordando o Conceito de Dominação". In: *Estratégia e Análise*, 2009b.

_____. "Categorias Fundamentais para a Análise e Incidência a partir da Organização Política Proposta 1, 2 e 3". In: *Estratégia e Análise*, 2010.

ROCKER, Rudolf. *A Insuficiência do Materialismo Histórico / Religião e Política*. Rio de Janeiro: Simões, 1956.

_____. *Porque sou Anarquista*. Lisboa: A Batalha, 1975.

_____. *Anarcosindicalismo: teoria y práctica*. Barcelona: Picazo, 1978a.

_____. *Nationalism and Culture*. Minnessota: Michael E. Coughlin, 1978b.

_____. *A Ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Faísca, 2005.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

RUBEL, Maximilien; JANOVER, Louis. *Marx Anarquista*. Buenos Aires: Madreselva, 2010.

RUGAI, Ricardo R. *O Anarquismo Organizado: as concepções práticas da Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976)*. Campinas, UNICAMP (mestrado em História), 2003.

_____. *O Anarquismo e o Poder na Revolução Espanhola*. Rio Grande do Sul: FAG, s/d.

SAKAE, Ôsugi. "Del Ideal Social". In: *Anarkismo.net*, 2011. [http://www.anarkismo.net/article/19331]

SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: Imaginário / Achiamé, 2002.

_____. "Os Matizes do Sentido". In: *Verve* 2. São Paulo: NU-SOL, 2002.

_____. "Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009a.

_____. "Introdução". *In*: MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009b. Publicado posteriormente como "Polêmicas no Interior da Internacional". In: *Anarkismo.net*. [http://www.anarkismo.net/article/14772]

_____. "O Anarquismo de Proudhon a Malatesta". In: *Passa Palavra*, 2009c. [http://passapalavra.info/?p=13207]

_____. "Introdução". In: KROPOTKIN, Piotr. *O Princípio Anarquista e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. "Introdução". In: NETTLAU, Max. *História da Anarquia*. Vol. II. São Paulo: Hedra, no prelo.

SCHMIDT, Michael. *Brève Histoire de L'Anarchisme*. Quebec: Lux, 2012a.

_____. *Critical Mass: anarchist revolutionary models in the global south.* Apresentação elaborada para o Encontro Anarquista Internacional de Saint-Imier, Suíça, 2012b. [Apresentação fornecida pelo autor]

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

_____. *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.

SCHWITZGUEBEL, Adhémar. "La Question des Services Publiques". In: *Quelques Ecrits*. Antony: Tops/H.Trinquier, 2002.

SHALOM, Stephen. "ParPolity: political vision for a good society". *ZNet*, 2005. [http://www.zcommunications.org/parpolity-political-vision-for-a-good-society-by-stephen1-shalom]

SHANNON, Deric; NOCELLA, Anthony; ASIMAKOPOULOS, John. ”Anarchist Economics: a holistic view”. In: *The Accumulation of Freedom: writings on anarchist economics*. Oakland: AK Press, 2012.

SHIFU (Liu Sifu). “Goals and Methods of the Anarchist-Communist Party”. In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

SHÛSÔ, HATTA. “On Syndicalism”. In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

SHÛSUI, Kôtoku. “Letter From Prison”. In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

_____. *Abolish Money!* Anarchist Library, 2012. [http://theanarchistlibrary.org/library/shusui-kotoku-abolish-money.pdf]

SILVA, Jorge. *Anarquismo Hoje: uma reflexão sobre as alternativas libertárias*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

SILVA, Rafael Viana da. *Indeléveis Refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954)*. Rio de Janeiro: UFRJ (monografia em História), 2011a.

_____. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: *Anarkismo.net*, 2011b. [http://www.anarkismo.net/article/20240]

SILVA, Rodrigo R. *Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas: UNICAMP (mestrado em História), 2005.

SKIRDA, Alexandre. *Facing the Enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968*. Oakland: AK Press, 2002.

SOLOMONOFF, Jorge. “Introducción: El Liberalismo de Avanzada”. In: GODWIN, Willian; NETTLAU, Max; TUCKER, Benjamin; ROCKER, Rudolf; READ, Herbert. *El Liberalismo de Avanzada*. Buenos Aires: Proyección, 1973.

SPARROW, Rob. *Política Anarquista e Ação Direta*. São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009.

STEIN, Jeff. “The Colletivist Tradition”. In: *Libertarian Labour Review* 13, 1992.

STOPPINO, Mario. “Ideologia”. In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004a.

_____. “Poder”. In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004b.

THOMPSON, E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

_____. “A História Vista de Baixo”. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: UNICAMP, 2009.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

TRINDADE, Francisco. *O Essencial Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. “O Federalismo de Proudhon: morte do Estado?”. In: *Anovis Anophelis*, 2005. [http://franciscotrindade.blogspot.com.br/2005/11/o-federalismo-de-proudhon-morte-do.html]

TUCKER, Benjamin. *Individual Liberty*, Anarchist Library, 2012. [http://theanarchistlibrary.org/library/benjamin-tucker-individual-liberty.pdf]

VAN DER LINDEN, Marcel. *Transnational Labour History: explorations*. Londres: Ashgate, 2003.

VAN DER WALT, Lucien. "Towards a History of Anarchist Anti-Imperialism". In: *Against the War and Terrorism*. Dublin: 2001. [http://struggle.ws/pdfs/warpam.pdf]

_____. *Debating Power and Revolution in Anarchism,* Black Flame *and Historical Marxism*. Johanesburgo, 2011. [http://lucienvanderwalt.blogspot.com/2011/02/anarchism-black-flame-marxism-and-ist.html]

_____. *Back to the Future: the relevance of an anarchist / syndicalist approach to the 21st century left (and today's South Africa)*. Manuscrito inédito fornecido pelo autor, s/d.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven. "Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940." In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010a.

_____. "Final Reflections: the vicissitudes of anarchist and syndicalist trajectories, 1940 to the present." In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010b.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

VOLIN. "A Síntese Anarquista". In: *Anarkismo.net*, 2011. [http://www.anarkismo.net/article/20027]

WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

WEBER, Max. "A Objectividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1974.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WOODCOCK, George. "Anarquismo: introdução histórica". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

_____. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002.

WSF (Workers Solidarity Federation). "Class Struggle, Capitalism and the State", 1996. [http://flag.blackened.net/revolt/africa/wsfpp/state2.html]

____. "The Violence Question", 1997. [http://flag.blackened.net/revolt/africa/wsfpp/violence.html]

YUSURU, Kubo. "On Class Struggle and the Daily Struggle". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

ZACF (Zabalaza Anarchist Communist Front). *Fighting and Defeating Racism*. Johanesburgo: ZACF, 2010. [http://zabnew.files.wordpress.com/2010/11/fighting_and_defeating_racism_zacf.pdf]

ZARROW. Peter. "He Zhen and Anarcho-Feminism in China". In: *The Journal of Asian Studies*. Vol. 47, No. 4, 1988.

ZHEN, He. "Women's Liberation". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

ZHIHUI, Wu. "Education as Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.